JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Diamantino 5
Camara Municipal de Rondolândia 6
Camara Municipal de Tangará da Serra 7
Camara Municipal de União do Sul 8
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 8
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 8
Prefeitura Municipal de Acorizal 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 9
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 14
Prefeitura Municipal de Araguaiana 15
Prefeitura Municipal de Araguainha 15
Prefeitura Municipal de Araputanga 17
Prefeitura Municipal de Arenápolis 19
Prefeitura Municipal de Aripuanã 20
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 25
Prefeitura Municipal de Cáceres 26
Prefeitura Municipal de Campinápolis 32
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 33
Prefeitura Municipal de Campo Verde 44
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 45
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 46
Prefeitura Municipal de Canarana 47
Prefeitura Municipal de Carlinda 47
Prefeitura Municipal de Castanheira 48
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 49
Prefeitura Municipal de Cláudia 50
Prefeitura Municipal de Cocalinho 57
Prefeitura Municipal de Colíder 58
Prefeitura Municipal de Colniza 59
Prefeitura Municipal de Comodoro 61
Prefeitura Municipal de Confresa 63
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 64
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 68
Prefeitura Municipal de Cuiabá 69
Prefeitura Municipal de Curvelândia 70
Prefeitura Municipal de Diamantino 70
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 82
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 83
Prefeitura Municipal de Indiavaí 90
Prefeitura Municipal de Itanhangá 100
Prefeitura Municipal de Itiquira 106
Prefeitura Municipal de Juara 107
Prefeitura Municipal de Juruena 108
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 109
Prefeitura Municipal de Luciara 110
Prefeitura Municipal de Marcelândia 111

Prefeitura Municipal de Matupá 113
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 113
Prefeitura Municipal de Nobres 115
Prefeitura Municipal de Nortelândia 157
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 157
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 173
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 179
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 179
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 180
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 180
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 182
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 183
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 189
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 190
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 191
Prefeitura Municipal de Paranatinga 191
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 194
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 210
Prefeitura Municipal de Poconé 256
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 258
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 258
Prefeitura Municipal de Poxoréu 258
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 303
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 303
Prefeitura Municipal de Rio Branco 304
Prefeitura Municipal de Rondolândia 304
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 306
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 307
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 307
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 307
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 312
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 312
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 314
Prefeitura Municipal de São José do Povo 319
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 319
Prefeitura Municipal de Tabaporã 320
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 321
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 321
Prefeitura Municipal de Tesouro 322
Prefeitura Municipal de Torixoréu 322
Prefeitura Municipal de União do Sul 322
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 333
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 333
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 338
Prefeitura Municipal de Vila Rica 338
União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - UCMMAT 339

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 034/2020

"Concede férias regulamentares a Servidora Joana Gloria da Silva e, dá outras providências".

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,

Considerando o Requerimento da Servidora **Joana Gloria da Silva.**

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a Servidora **Joana Gloria da Silva,** portadora do RG nº 1.655.797-6 SSP/DFe CPF nº 555.194. 821-87, referente ao período aquisitivo compreendido de 01/03/2019 à 28/ 02/2020, que serão gozadas a partir de 05/10/2020 à 03/11/2020, com retorno previsto para 04/11/2020.

Parágrafo Único – *Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal da Servidora, em conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 05 de Outubro de 2020.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 035/2020

"Concede férias regulamentares a Servidora Ludmilla Aparecida Vilela da Luz Lui e, dá outras providências".

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,

Considerando o Requerimento da Servidora **Ludmilla Aparecida Vilela da Luz Lui.**

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a Servidora Sra. **Ludmilla Aparecida Vilela da Luz Lui,** brasileira, casada, portadora do RG nº. 5694980 SSP/GO e CPF nº. 043.542.151-44, residente e domiciliada à Rua 56 nº 350 Bairro Setor Norte, Água Boa-MT, ocupante do cargo de assessora Jurídica., referente ao período aquisitivo compreendido de 14/ 01/2019 a 13/01/2020, que serão gozadas a partir de 13/10/2020 à 11/11/ 2020, com retorno previsto para 12/11/2020.

Parágrafo Único – *Fica a Secretária Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal da Servidora, em conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 13 de Outubro de 2020.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 130/2020

"*Dispõe sobre a nomeação dos vereadores, para integrarem a Comissão MISTA da Câmara Municipal de Cáceres e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais:

Considerando o que consta no referente Processo Protocolo nº 2016, de 20 de outubro de 2020, deste Poder Legislativo Municipal;

Considerando o disposto no Art. 24, inciso III, alínea "a"; c/c Art. 34, §§ 3º e 5º; ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres.

R E S O L V E:

Art. 1ºNOMEAR os Excelentíssimos Vereadores **Wagner Sales do Couto** como Presidente**, Jeronimo Gonçalves Pereira** como1º Suplentee **Domingos Oliveira dos Santos** como2º Suplenteda Comissão Mista, mantida inalterada as demais disposições da Portaria nº 113 de 10 de setembro de 2020 e suas alterações, no que não contrariar a presente, ficando a referida comissão com os seguintes Membros/Função:

VEREADOR	PARTIDO	FUNÇÃO
Wagner Sales do Couto	PTB	Presidente
Claudio Henrique Donatoni	PSDB	Relator Geral
Alvasir Ferreira de Alencar	PTB	Relator Parcial
Valter de Andrade Zacarkim	PTB	Relator Parcial
Elias Pereira da Silva	PTB	Membro
Elza Basto Pereira	PSD	Membro
Jerônimo Gonçalves Pereira	PSB	1º Suplente
Domingos Oliveira dos Santos	PSB	2º Suplente

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de outubro de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 128/2020

"*Dispõe sobre a nomeação de vereadores, para integrar a Comissão, de Educação, Desporto, Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Cáceres e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais:

Considerando o que consta no referente Processo Protocolo nº 2016, de 20 de outubro de 2020, deste Poder Legislativo Municipal;

Considerando o disposto no Art. 24, inciso III, alínea "a"; c/c Art. 34, §§ 3º e 5º; ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres.

R E S O L V E:

Art. 1ºNOMEAR os Excelentíssimos Vereadores **Valdeníria Dutra Ferreira – PSC** como 2º Suplente e **Alvasir Ferreira de Alencar – PP** como 3º Suplente, ambos da Comissão Educação, Desporto, Cultura e Turismo, mantida inalterada as demais disposições da Portaria nº 128 de 14 de junho de 2019 e suas alterações, no que não contrariar a presente, ficando a referida comissão com os seguintes Membros/Função:

VEREADOR	PARTIDO	FUNÇÃO
CLAUDIO HENRIQUE DONATONI	PSDB	Presidente

WAGNER SALES DO COUTO	PTB	Relator
ELZA BASTO PEREIRA	PSD	Membro
JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA	PSB	1º Suplente
VALDENÍRIA DUTRA FERREIRA	PSC	2º Suplente
ALVASIR FERREIRA DE ALENCAR	PTB	3º Suplente

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de outubro de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 129/2020

"*Dispõe sobre a nomeação do vereador **Alvasir Ferreira de Alencar**, para integrar a Comissão, de lindústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Cáceres e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais:

Considerando o que consta no referente Processo Protocolo nº 2016, de 20 de outubro de 2020, deste Poder Legislativo Municipal;

Considerando o disposto no Art. 24, inciso III, alínea "a"; c/c Art. 34, §§ 3º e 5º; ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres.

R E S O L V E:

Art. 1ºNOMEAR o Excelentíssimo Vereador **Alvasir Ferreira de Alencar – PP** como Membro da Comissão Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente, mantida inalterada as demais disposições da Portaria nº 130 de 14 de junho de 2019 e suas alterações, no que não contrariar a presente, ficando a referida comissão com os seguintes Membros/Função:

VEREADOR	PARTIDO	FUNÇÃO
CLAUDIO HENRIQUE DONATONI	PSDB	Presidente
CREUDE DE ARRUDA CASTRILLON	REPUBLICANOS	Relator
ALVASIR FERREIRA DE ALENCAR	PTB	Membro
ELZA BASTO PEREIRA	PSD	1º Suplente
DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS	PSB	2º Suplente
VALDENÍRIA DUTRA FERREIRA	PSC	3º Suplente

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de outubro de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 006/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 005/2020, para**: aquisição de mudas de plantas e insumos para jardinagem da Câmara Municipal,** conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente, para a Câmara Municipal de Colider-MT.

Colider-MT; 21 de outubro de 2020

Ver. Roberto Francisco Ferreira da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008/2020

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008/2020.

REGULAMENTA O USO DA PALAVRA DOS VEREADORES NO PEQUENO EXPEDIENTE NA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.

CONSIDERANDO a Pandemia mundial do novo coronavírus Covid-19,

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que registrou Emergência Pública de Importância Nacional – ESPIN, decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei 13.979/2020, que define medidas para enfrentar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e como orientações do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais 522/2020 de 12 de junho de 2020, 532/2020 de 24 de junho de 2020, 576/2020 de 23 de julho de 2020 e 605/2020 de 21 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 131/2020 com as alterações promovidas pelos Decretos 142/2020 e 157/2020.

CONSIDERANDO as Portarias 18/2020, 21/2020, 25/2020 e 55/2020 da Câmara Municipal de Diamantino;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas de caráter temporário, bem como procedimentos e regras para fins de prevenção de infecção e propagação do coronavírus – COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino-MT;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos básicos de higiene e a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de uso comum são relevantes para uma redução significativa do contágio;

CONSIDERANDO a responsabilidade social da Câmara Municipal de Diamantino e a necessidade manter sua prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO queo Supremo Tribunal Federal junto ao **'**RE 600063' firmou a seguinte tese em repercussão geral: "*nos limites da circunscrição do município e havendo pertinência com o exercício do mandato, garante-se a imunidade do vereador*";

CONSIDERANDO que já tivemos dois casos de Covid-19 na Câmara Municipal, sendo 01 (um) Vereador e 01 (um) servidor;

CONSIDERANDO, que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino, em seu artigo 123 alínea "b", confere ao Presidente da Câmara a prerrogativa de autorizar a fala dos vereadores fora da Tribuna;

O Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, baixa o seguinte ATO:

Artigo 1º - Fica regulamentado que, excepcionalmente, apenas enquanto perdurar a situação de calamidade pública no Município de Diamantino/MT, em decorrência da Pandemia do Covid-19, durante as Sessões Ordinárias o uso da palavra dos Vereadores e Vereadoras, no Pequeno Expediente, se dará do seu assento individual.

Parágrafo Único – Ficam mantidas as disposições regimentais quanto ao uso da Tribuna Livre.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Diamantino-MT, 16 de Outubro de 2020.

Edílson Mota Sampaio

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT MANDADO DE INTIMAÇÃO

Câmara Municipal de Rondolândia – MT

Palácio Rosa Moreira de Quadros

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Comissão Processante n° 01/2020

Resolução n° 02/2020

Câmara Municipal de Rondolândia - MT

DATA DAS OITIVAS:

26 de outubro/2020,

- às 10:30 horas e às 11:30 horas. (testemunhas da CP).

- às 14:00 horas, 14:30 horas e às 15:00 horas (testemunhas do Denunciado).

INTIMADOS: **AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Rondolândia – MT, inscrito no RG nº 977314 SSP/MT e CPF nº560.023.512-72, endereço eletrônico agnaldors11@gmail.com, residente e domiciliado a Linha 4, lote 60, Gleba 3 CEP: 78.338-000 - Rondolândia – MT, e sua advogada **Dra. DEBORA SIMONE ROCHA FARIA**, inscrita na OAB/MT, sob o n. 4.198, com endereço comercial localizado na Rua das Palmeiras, 121, Bairro Baú, CEP: 78.008-050, no Município de Cuiabá-MT.

INVESTIGADO: **AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Rondolândia – MT.

FINALIDADE: com fundamento no Decreto-Lei n° 201/67, no bojo da CP que tramita nesta Casa de Leis, pelo presente mandado, **INTIMO** Vossa Senhoria para que compareça e acompanhe às oitivas designadas, a serem empreendidas no dia 26 de Outubro de 2020, pela Comissão Processante de n. 01/2020, da Câmara Municipal de Rondolândia – MT.

Conforme o artigo 455 do Código de Processo Civil, caberá ao advogado da parte intimar as testemunhas arroladas.

A Comissão designou as datas e horários para a realização das oitivas, relação abaixo.

O investigado poderá se fazer representar por Advogado, legalmente constituído, e ainda, perguntar, aos interrogados, o que entender conveniente.

A presença do investigado não é imprescindível para a audiência, não podendo sua ausência ser objeto de alegação de cerceamento de defesa.

DIA 26/10/2020

10:30 - Cleia Susane Motterle.

11:30 - Dr. Flori Cordeiro de Miranda Junior - Delegado da Polícia Federal**.**

14:00 - Adriano Nelson de Campos

14:30 - Joilson Assunção

15:00 - Fernanda Andrade

As oitivas serão realizadas via google-meet, exceto a da Cleia Susane Motterle, que será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Rondolândia-MT. O link será disponibilizado momentos antes do início. Por favor informar os contatos telefônicos que serão utilizados na oitiva para a Presidente da CP, até o dia 22/10/2020, às 13:00 horas.

Rondolândia – MT, 20 de Outubro de 2020.

_____

Vereadora Ligia Neiva

Presidente da Comissão Processante n. 01/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT CONVOCAÇÃO COMISSAO PROCESSANTE 01/2020

Câmara Municipal de Rondolândia – MT

Palácio Rosa Moreira de Quadros

CONVOCAÇÃO

Comissão Processante 01/2020

Resolução n° 02/2020

Câmara Municipal de Rondolândia - MT

DATA DO INTERROGATÓRIO: **26/10/2020, às 09:00 horas**

CONVOCADO/INVESTIGADO: **AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO -** Prefeito Municipal de Rondolândia – MT, inscrito no RG nº 977314 SSP/MT e CPF nº560.023.512-72, endereço eletrônico agnaldors11@gmail.com, residente e domiciliado a Linha 4, lote 60, Gleba 3 CEP: 78.338-000 - Rondolândia – MT, e sua advogada **Dra. DEBORA SIMONE ROCHA FARIA**, inscrita na OAB/MT, sob o n. 4.198, com endereço comercial localizado na Rua das Palmeiras, 121, Bairro Baú, CEP: 78.008-050, no Município de Cuiabá-MT.

FINALIDADE: **CONVOCAR** Vossas Senhorias para comparecerem perante a Comissão Processante para prestar informações em procedimento investigatório.

Fora instaurada uma Comissão Processante, designada pela Resolução n° 02/2020, com a finalidade de investigar DENÚNCIAS constantes no ofício n° 01/2020, aprovada em plenário.

Com fundamento no Decreto-Lei n° 201/67, no bojo da CP que tramita nesta Casa de Leis, pelo presente, **CONVOCO** Vossas Senhorias a comparecer para prestar e acompanhar interrogatório sobre os fatos e evidencias expostas nas DENÚNCIAS constantes no ofício n° 01/2020, a ser empreendido no dia **26/10/2020, às 09:00 horas**,nas dependências da Câmara Municipal de Rondolândia, localizada na Av. Joana Alves de Oliveira, 774, Cidade Alta, Rondolândia-MT. O convocado poderá ser assistido por advogado e com ele comunicar-se durante o interrogatório..

A oitiva será realizada via google-meet, e o link será disponibilizado momentos antes do início. Por isso os convocados deverão informar os contatos telefônicos que serão utilizados na oitiva para a Presidente da CP, até o dia 22/10/2020, às 13:00 horas.

Rondolândia – MT, 20/10/2020.

_____

Vereadora Ligia Neiva

Presidente da Comissão processante

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT MANDADO DE INTIMAÇÃO-TESTEMUNHA

Câmara Municipal de Rondolândia – MT

Palácio Rosa Moreira de Quadros

MANDADO DE INTIMAÇÃO - TESTEMUNHA

Comissão Processante n° 01/2020

Resolução n° 02/2020

Câmara Municipal de Rondolândia - MT

DATA DA OITIVA:

26 de outubro/2020, às 11:30 horas

INTIMADO: **Dr. Flori Cordeiro de Miranda Junior,** Delegado da Polícia Federal, podendo ser encontrado nas dependências da Delegacia de Polícia Federal de Ji-Paraná, localizada na Av. Engenheiro Manfredo Barata Almeida da Fonseca, Bairro Jardim Aurelio Bernardi, Ji-Paraná-RO,

DENUNCIADO: **AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Rondolândia – MT.

FINALIDADE: com fundamento no Decreto-Lei n° 201/67, no bojo da CP que tramita nesta Casa de Leis, pelo presente mandado, **INTIMO** Vossa Senhoria para que preste informações, na condição de testemunha arrolada pela Comissão Processante n. 01/2020, sobre a denúncia apresentada pelo oficio n. 01/2020, que investigou a apuração de suposta cobrança de propina da então Empresária Srª. Cleia Suzane Motterle do ramo de transporte escolar e construção civil no Município de Rondolândia/MT. se originou de operação policial sob sua chefia, e teve como um dos alvos o denunciado, **que será realizada no dia 26 de Outubro de 2020, às 11:30 Horas.**

A oitiva será realizada via google-meet, e o link será disponibilizado momentos antes do início. Por favor informar os contatos telefônicos que serão utilizados na oitiva para a Presidente da CP, até o dia 22/10/2020, às 13:00 horas.

Rondolândia – MT, 20 de Outubro de 2020.

_____

Vereadora Ligia Neiva

Presidente da Comissão Processante n. 01/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
MANDADO DE INTIMAÇÃO-TESTEMUNHA

Câmara Municipal de Rondolândia – MT

Palácio Rosa Moreira de Quadros

MANDADO DE INTIMAÇÃO - TESTEMUNHA

Comissão Processante n° 01/2020

Resolução n° 02/2020

Câmara Municipal de Rondolândia - MT

DATA DA OITIVA:

26 de outubro/2020, às 10:30 horas

INTIMADA: **Cleia Susane Moterle,** residente e domiciliada na Rua Jaime Freire, S/N, Centro, no Município de Rondolândia- MT.

DENUNCIADO: **AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Rondolândia – MT.

FINALIDADE: com fundamento no Decreto-Lei n° 201/67, no bojo da CP que tramita nesta Casa de Leis, pelo presente mandado, **INTIMO** Vossa Senhoria para que compareça nas dependências da Câmara Municipal de Rondolândia, localizada na Av. Joana Alves de Oliveira, 774, Cidade Alta, Rondolândia-MT, para prestar informações, na condição de testemunha arrolada pela Comissão Processante n. 01/2020, sobre a denúncia apresentada pelo oficio n. 01/2020, que trata da suposta cobrança de propina por parte do Denunciado, em contratos firmados pela Intimada com a Prefeitura de Rondolândia – MT, no ramo de construção civil e transporte escolar, no dia **26 de Outubro de 2020, às 10:30 horas.**

Em tempo, esclareço que vossa senhoria poderá comparecer a audiência, acompanhada de advogado.

Rondolândia – MT, 20 de Outubro de 2020.

_____

Vereadora Ligia Neiva

Presidente da Comissão Processante n. 01/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
CONVOCAÇÃO COMISSAO PROCESSANTE 01/2020

Câmara Municipal de Rondolândia – MT

Palácio Rosa Moreira de Quadros

CONVOCAÇÃO

Comissão Processante 01/2020

Resolução n° 02/2020

Câmara Municipal de Rondolândia - MT

DATA DO INTERROGATÓRIO: **26/10/2020, às 09:00 horas**

CONVOCADO/INVESTIGADO: **AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO -** Prefeito Municipal de Rondolândia – MT, inscrito no RG nº 977314 SSP/MT e CPF nº560.023.512-72, endereço eletrônico agnaldors11@gmail.com, residente e domiciliado a Linha 4, lote 60, Gleba 3 CEP: 78.338-000 - Rondolândia – MT, e sua advogada **Dra. DEBORA SIMONE ROCHA FARIA**, inscrita na OAB/MT, sob o n. 4.198, com endereço comercial localizado na Rua das Palmeiras, 121, Bairro Baú, CEP: 78. 008-050, no Município de Cuiabá-MT.

FINALIDADE: **CONVOCAR** Vossas Senhorias para comparecerem perante a Comissão Processante para prestar informações em procedimento investigatório.

Fora instaurada uma Comissão Processante, designada pela Resolução n° 02/2020, com a finalidade de investigar DENÚNCIAS constantes no ofício n° 01/2020, aprovada em plenário.

Com fundamento no Decreto-Lei n° 201/67, no bojo da CP que tramita nesta Casa de Leis, pelo presente, **CONVOCO** Vossas Senhorias a comparecer para prestar e acompanhar interrogatório sobre os fatos e evidencias expostas nas DENÚNCIAS constantes no ofício n° 01/2020, a ser empreendido no dia **26/10/2020, às 09:00 horas**,nas dependências da Câmara Municipal de Rondolândia, localizada na Av. Joana Alves de Oliveira, 774, Cidade Alta, Rondolândia-MT. O convocado poderá ser assistido por advogado e com ele comunicar-se durante o interrogatório..

A oitiva será realizada via google-meet, e o link será disponibilizado momentos antes do início. Por isso os convocados deverão informar os contatos telefônicos que serão utilizados na oitiva para a Presidente da CP, até o dia 22/10/2020, às 13:00 horas.

Rondolândia – MT, 20/10/2020.

_____

Vereadora Ligia Neiva

Presidente da Comissão processante

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 99 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

PORTARIA Nº 99 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

O Vereador **RONALDO QUINTÃO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à Senhora **LUCIANA VIEIRA MARTINS,** servidora de Cargo efetivo de Telefonista, registrada sob a matrícula nº 1175, lotada no Poder Legislativo, **LICENÇA MATERNIDADE DE 180** (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 92 da Lei Complementar nº 006/1994 de 21 de junho de 1994 alterado pelo Art. 1º da Lei Complementar n° 212/2015 de 04 de novembro de 2015, conforme atestado médico emitido pela Médica JULIANA PAULA L.C. VACARRI, CRM 4304/MT, no período de 16/10/2020 a 13/4/2021.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos dezesseis dias do mês de outubro

de 2020

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra e publicada por afixação em lugar de costume na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 18/2020

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor efetivo Sr. VALDECIR MARTINS DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Contador, vinculado à Câmara Municipal, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 21 de outubro a 30 de outubro de 2020.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 21 de agosto de 2019 a 20 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 21 de outubro de 2020

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ

Ver. Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 172/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Alexandre Matos de Siqueira do CPF: 014. 370.211-40, no cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Ver. Carlino de Campos Neto.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 06 de outubro de 2020.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

REPUBLICAÇÃO DE AVISO DO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 002/2020

REPUBLICAÇÃO DE AVISO DO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 002/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA/MT.

Credenciamento de Prestação de Serviços Médico.

- Objeto: Credenciamento d**e pessoas jurídicas,** Prestação de Serviços Temporário, no segmento de serviço médico, sendo: um cirurgião em geral para credenciar-se, objetivando futura e eventual prestação de serviços como procedimentos e atividades correlatas, conforme descrição detalhada constante no Edital e Termo de Referência da referida chamada pública. PERÍODO E LOCAL: De 21 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 das 08h:00min até as 12h:00min, na sede administrativa do CISA, situada na Rua da Saudades, s/nº Jardim Pindorama, CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT. Os interessados poderão obter informações e o Edital de Chamada Pública completo, diretamente na sala da Comissão Permanente de Licitação, sede administrativa, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (66) 3522-2155 ou e-mail – licitacisa@hotmail.com.

São Félix do Araguaia - MT, 21 de outubro de 2020.

MARIA SOLANGE ERTHAL

– Presidente da CPL

Resolução nº 27/2020

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS DE ADITIVOS

EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 013/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA CNPJ: 32.970.345/0001-64

OBJETO: Prorrogar 25% do quantitativodo item 35 do objeto Contrato n.º 013/2019, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização de 20 exames de RESSONANCIA MAGNÉTICA MAMAS BILATERAL, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 22.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 20/10/2.020 a 31/12/2.020 DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 030/2020

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA CNPJ: 32.970.345/0001-64

OBJETO: Prorrogar o quantitativo total dos itens doobjeto do Contrato n.º 030/2.020, previsto em sua Cláusula 4ª, visando à continuidade da prestação de serviços especializados na realização de Exames com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 39.600,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 20/10/2020 até 31/12/2020 DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 010/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA:ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA ME CNPJ: 08.762.309/0001-20

OBJETO: Prorrogar 25% do quantitativo do item 4555, previsto na Cláusula 4ª do Contrato n.º 010/2.018, que consiste na realização de 450 CONSULTAS COM CIRURGIÃO VASCULAR/ANGIOLOGISTA, visando a continuidade da prestação de serviços especializados, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$31.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 21/10/2020 até 31/12/2020 DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 027/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA OFTALMOLOGICA TACIO PIERRE LTDA CNPJ: 04.864.044/0001-10

OBJETO: Prorrogar o quantitativodo objeto do Contrato n.º 027/2.019, previsto em sua Cláusula 4ª, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados, que consiste na realização de 300 (trezentas) Consultas de Oftalmologia, a serem realizados em diversos Municípios da Região Sul do Estado, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$15.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei 8666/1993 e demais aplicáveis.

VIGÊNCIA: 21/10/2020 até 31/12/2020 DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DE CONTRATO N. 31/2020

EXTRATO DE CONTRATO N. 31/2020

CONTRATO N: 31/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

CONTRATADA: JOSÉ GARCIA SOMBRA DE OLIVEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A SECRETARIA, SENDO DESENVOLVIMENTO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DA CARTA DE SERVIÇO AOS CIDADÃOS E HOTSITE CORONAVÍRUS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL.

VALOR: R$ 9.855,00 (nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais). Sendo R$ 4.155,00 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais) para desenvolvimento do hotsite e sistema de cartas de serviço e 12 parcelas no valor de R$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais) para manutenção do site oficial.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PRAZO: 12 meses

DATA DE ASSINATURA: 14.10.2020

EXTRATO DE CONTRATO N. 32/2020

EXTRATO DE CONTRATO N. 32/2020

CONTRATO N: 32/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA NEVES GALVÃO EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

VALOR: R$ 72.630,58 (SETENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

DATA DE ASSINATURA: 16.10.2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
1 NOTIFICAÇÃO REFERENTE A ATA 063/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS

MOTIVO: Em razão da NÃO entrega dos produtos referente a NAD nº 4148/2020

PROCESSO: Processo n° 057/2020, Pregão n° 019/2020.

PRAZO: Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento desta Notificação, para apresentação de solução definitiva ou entrega dos produtos.

DATA: 16 de outubro de 2020

Josiel Lindenmayr Couto

Fiscal de contratos

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 023/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº.023/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.397/2020; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 21/10/2020 licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 023/2020, que teve como vencedora a empresa: M. R. CAMINHOES EIRELI, CNPJ: **10.719.737/0001-12**.

Água Boa - MT, 21 de outubro de 2020.

Marcos da Silva

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 021/2020.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de terraplanagem, drenagem e pavimentação na Rua 06, Setor Industrial, no Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital, seus anexos e Planilhas da Engenharia.

REALIZAÇÃO: 09/11/2020.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 21 de outubro de 2020.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão de Licitação

GEOOBRAS
NOTIFICAÇÃO Nº 01/2020 /PREF/AB/FISCAL DE CONTRATOS

A sua Senhoria,

Sérgio Juntolli Costa Junior

Representante da empresa:

CONSTRUTORA CONSTRUVALE EIRELI ME

CNP/ MF: 07.762.401/0001-28

Assunto: Versa o presente expediente sobre a notificação para a apresentação de razões de defesa escritas, no curso de Processo Administrativo 063/2020, Tomada de Preço 009/2020, Contrato 105/2020.

Venho, por meio deste, **notificar V. Sa., pelo descumprimento da Segurança do Trabalho especificados na NR 18 – condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, abaixo listamos os principais pontos necessários para a melhoria das atividades:**

Colaboradores em execução de serviço em altura, sem ancoragem do cinto de segurança;

Execução de serviços sem o uso adequado de epi´s para os colaboradores.

Destaco estes itens, visto a possibilidade desses desvios potencializarem o risco de acidentes de trabalho. Desta forma recomendamos ação imediata nas correções dos itens descritos.

Diante do acima exposto, fica-lhe concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme Art. 109, I f) da Lei 8.666/93, contados do recebimento desta Notificação, para apresentação de solução definitiva ou para que, querendo apresente sua defesa prévia escrita, pessoalmente ou por intermédio de procurador constituído (podendo ser enviado em e-mail)e praticar os demais atos necessários ao pleno exercício das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Coloco-me à disposição de V. Sa., na Prefeitura Municipal de Água Boa-MT (Setor de Arquitetura) ou pelo e-mail: arquitetura@aguaboa.mt.gov.br, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Água Boa-MT, 21 de Outubro de 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 024/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº.024/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.397/2020; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 21/10/2020, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 24/2020, que teve como vencedora a empresa: FAVORITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 21.380.013/0001-03.

Água Boa - MT, 21 de outubro de 2020.

Marcos da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO Nº. 178/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 002/2020 ao Contrato n°. 178/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e LUCIENE DE JESUS PARREIRA REZENDE, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até o dia 21 de Outubro de 2021.

VALOR: R$ 105.640,00 (Cento e cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

Água Boa-MT, 21 de outubro de 2020.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 154/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 145/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: CARLOS DA SILVA BELFORT VIEIRA

OBJETO: Aquisição de Gás e Água Mineral para todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
120	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA COZINHA - BOTIJÃO DE 13 KG	UNIDADE	SHU	672	94,90	63.772,80
17837	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS, GARRAFÃO 20 L, SEM VASILHAME	GARRAFÃO 20LITRO	RONCADOR	710	11,00	7.810,00
24629	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA COZINHA - BOTIJÃO DE 45 KG	UNIDADE	SHU	200	320,40	64.080,00

Valor total: R$ 135.662,80 (Cento e trinta e cinco mil e seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

DATA: 21 de outubro de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Chamada Pública nº. 002/2020.

OBJETO: Credenciamento de empresas e/ou operadoras que forneçam mecanismos e ferramentas para auxiliar no serviço de arrecadação por meio de pagamentos com cartões de crédito e/ou débito.

Prazo para o Credenciamento: Do dia 26/10/2020 até 09/11/2020.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 21 de outubro de 2020.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÕES E CONTRATOS
1 NOTIFICAÇÃO REFERENTE A ATA 062/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

MOTIVO: Em razão da NÃO entrega dos produtos referente a NAD nº 4353/2020

PROCESSO: Processo n° 057/2020, Pregão n° 019/2020.

PRAZO: Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento desta Notificação, para apresentação de solução definitiva ou entrega dos produtos.

DATA: 21 de outubro de 2020

Josiel Lindenmayr Couto

Fiscal de contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020 – REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decreto Municipal 019/2009 e 001/2010, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO ZERO QUILOMETRO 4X4 DIESEL – AMBULÂNCIA TIPO A PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE. Abertura no dia 06 de Novembro de 2020, às 09:00 horas, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT, qualquer informação pelo fone: (66) 3539-1113 e/ou (66) 98425-1510.

Alto Boa Vista/MT, 21 de Outubro de 2020.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro/Port: 001/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: AVISO DE RESULTADO 10-20

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO 010/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico N° 010/2020, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Sagraram-se vencedores os preponentes;

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 02.520.829/0001-40 **itens**: 3 - 24 - 25 - 27 - 32 - 36 - 37 - 43 - 47 - 55 - 61 - 78 - 84 - 85 - 91 - 97 - 101 - 102 - 104 - 112 - 113 - 118 - 136

- 142 - 144 – com o valor de **R$ 181.817,500 (cento e oitenta e um mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**,

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 07.847.837/0001-10**, itens:** 14 - 34 - 35 - 121 – 127, com o valor de **R$ 36.195,00 (trinta e seis mil cento e noventa e cinco reais),**

PRO-PERMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMAUCEUTICOS E CSMETICO EIRELI, CNPJ: 05.195.591/0001-68, **itens:** 23 - 33 - 132, com o valor de **R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais),**

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 12.889. 035/0001-02, **itens:** 8 – 19 – 22 – 26 – 31- 52- 70 – 72 – 73 – 77 – 82 – 83 – 94 – 95 – 103 – 106 – 120 – 126 – 133, com o valor de **R$ 69.565,00 (sessenta e nove mil quinhentos e sessenta e cinco reais),**

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.652.030/0001-70, **itens,** 7 – 20 – 29 – 30 – 39 – 41 – 44 – 46 – 53 – 62 – 63 – 75 – 81 – 99 – 108 – 124 -135, com o valor de **R$ 58.185,00 (cinquenta e oito mil cento e oitenta e cinco reais),**

MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇOES DE PRODUOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 05.343.029/0001-90, **itens:** 16 – 17 – 18 com o valor de **R$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais),**

PROMEFARMA REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ: 81. 706.251/0001-98, **itens:** 9 – 10 – 60 – 90 – 92 – 93 – 128, com o valor de **R$ 45.301,00 (quarenta e cinco mil trezentos e um reais),**

GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 17.472.278/0001-64, **itens:** 15 – 40 – 56 – 65 – 114 – 125, como valor de **R$ 28.305,00 (vinte e oito mil trezentos e cinco reais),**

SILVA & SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ: 84.551. 191/0001-70, **itens:** 4 – 5 – 11 – 13 como valor de **R$ 142.850,00 (cento e quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta reais),**

LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 26.419. 311/0001-83, **item:** 57, com o valor de **R$ 7.650,00 (sete mil e seiscentos e cinquenta reais),**

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOPITALARES LDTA, CNPJ: 28.418.133/0001-00, **item:** 117, com o valor de **R$ 2.5000,00 (dois mil e duzentos reais),**

TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: 22.862.531/0001-26, **itens:** 49 – 76 – 86 com o valor de **R$ 12.725,00 (dose mil setecentos e vinte e cinco reais),**

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 04. 372.020/0001-44, **itens:** 6 – 42 – 45 – 66 – 80 – 87- 89 – 116 – 130 – 131 – 139, com o valor de **R$ 68.040,00 (sessenta e oito mil e quarenta reais),**

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 25.034.906/0001-58, **itens:** 38 – 109 – 143, com o valor de **R$ 5.959,21 (cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos).**

Maiores informações fone (66)3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 21 de outubro de 2020. Raimundo da Silva Carvalho – Pregoeiro.

DECRETO Nº 328/2020.

"Dispõe sobre a transferência do feriado em comemoração ao dia do servidor público e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Alto Taquari-MT, Estado do Mato Grosso, **Sr. MARCO AURÉLIO JULIEN,** no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o dia do servidor público, 28 de outubro de 2020, neste ano recai em uma quarta-feira;

Considerando que o Estado do Mato Grosso, por meio do Decreto n° 681, de 09 de outubro de 2020, e o Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT), por meio da Portaria n° 130/2020, e demais órgãos da Administração Pública, necessários para a manutenção das atividades administrativas, em especial as de fiscalização e controle, transferiram o ponto facultativo comemorativo ao dia do servidor público para o dia 30 de outubro de 2020.

DECRETA

Art. 1° Ficatransferido do dia 28 de outubro (quarta-feira) para o dia 30 de outubro (sexta-feira) de 2020, o ponto facultativo em comemoração ao dia do servidor público.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos serviços públicos considerados essenciais.

Art. 2° Todos os órgãos da Administração Pública municipal e serviços públicos prestados à população funcionarão normalmente, de forma ordinária, no dia 28 de outubro de 2020.

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT, aos 21 dias do mês de outubro de 2020.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 061/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo PREGOEIRO OFICIAL deste Município Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019, RESOLVE cancelar o Registrar de Preço dos itens 05, 63, 70 e 77 da empresa **CARLA GUTIERREZ PINHEIRO ME,** CNPJ Nº 32.851.019/0001-38, com sede à Rua Ingá Oeste Quadra 899 Lote 1A1, Setor Industrial, na cidade de Chapadão do Céu - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, cujo objeto trata-se **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA.- EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** nos termos e condições das seguintes cláusulas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO

1.1 – Fica cancelada a presente Ata de Registro de Preço, tendo em vista a recusa do fornecedor em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas estipulado no edital. A empresa justificou pela súbita valorização dos materiais que compõem os itens, não terá a aplicação de qualquer penalidade, pois o fato enquadra-se nas previsões do Artigo 20, do Decreto Municipal nº 028/2020.

1.2 - O presente cancelamento não gerará para as partes nenhum tipo de ônus ou penalizações.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – Fica cancelado o registro de preços e as requisições dos itens acima colacionados e o fornecedor liberado de todas as obrigações assumidas.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado o presente cancelamento, foi lavrado este termo, que lido e achado conforme, é assinado, em três vias, de igual teor e forma, pelas partes abaixo nomeadas.

Alto Taquari - MT, 21 Outubro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 046/2020 PREGÃO ELETRONCO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Fabio Mauri Garbugio, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº. 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 899.868.069-68, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019, RESOLVE cancelar o Registrar de Preço dos itens 05, 63, 70 e 77 da empresa **MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** CNPJ Nº 32.421.421/0001-82, com sede à Avenida Pintassilgo, Nº 462, Parque Das Laranjeiras, na cidade de Maringá - PR, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, cujo objeto trata-se **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS,** nos termos e condições das seguintes cláusulas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO

1.1 – Fica cancelada a presente Ata de Registro de Preço, tendo em vista o não comprimento das obrigações assumidas e o pedido de cancelamento feito pelo fornecedor, o fato enquadra-se nas previsões do Artigo 20, do Decreto Municipal nº 028/2020.

1.2 - O presente cancelamento será apurado em processo administrativo próprio.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – Fica cancelado o registro de preços e as requisições e o fornecedor liberado de todas as obrigações assumidas.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado o presente cancelamento, foi lavrado este termo, que lido e achado conforme, é assinado, em três vias, de igual teor e forma, pelas partes abaixo nomeadas.

Alto Taquari - MT, 19 Outubro de 2020.

***Raimundo da Silva Carvalho* Gessika Vieira de Oliveira**

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

***Rosa Maria Pagliuso Siqueira* Salmom Felipe de Freitas Pereira**

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 060/2020

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2020

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo PREGOEIRO OFICIAL deste Município Sr. **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, nomeado pela Portaria nº 235/2020, inscrita no CPF sob o nº 882.932.031-53 portadora da Carteira de Identidade nº 2055455-9 SSP/MT, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019, RESOLVE cancelar o Registrar de Preço da empresa **ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME,** CNPJ Nº 04. 018.514/0001-25, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 183, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, cujo objeto trata-se **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA.- EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/ OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** nos termos e condições das seguintes cláusulas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO

1.1 – Fica cancelada a presente Ata de Registro de Preço, tendo em vista a recusa do fornecedor em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas estipulado no edital. A empresa justificou pela súbita valorização dos materiais que compõem os itens, não terá a aplicação de qualquer penalidade, pois o fato enquadra-se nas previsões do Artigo 20, do Decreto Municipal nº 028/2020.

1.2 - O presente cancelamento não gerará para as partes nenhum tipo de ônus ou penalizações.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – Fica cancelado o registro de preços e as requisições dos itens acima colacionados e o fornecedor liberado de todas as obrigações assumidas.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado o presente cancelamento, foi lavrado este termo, que lido e achado conforme, é assinado, em três vias, de igual teor e forma, pelas partes abaixo nomeadas.

Alto Taquari - MT, 21 Outubro de 2020.

Raimundo da Silva Carvalho Gessika Vieira de Oliveira

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Salmom Felipe de Freitas Pereira

Equipe de Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 329/2020

DECRETO Nº 329/2020

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenador de Controle de Frotas e Oficina** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Controle de Frotas e Oficina**, o**SenhorSILVIO SARAIVA DE SENE**, CPF/MF – 032.375.229-29, nos termos da Lei Municipal n° 517/2009

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de outubro de 2020.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: PREGAO ELETRONICO 014-20 - EDITAL RESUMIDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TOMOGRAFO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **27/10/2020.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 20 de outubro de 2020. **Raimundo da Silva Carvalho -** Pregoeiro.

LEI N.º 1160/2020

"Autoriza o Poder Executivo a realizar Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação Orçamentaria no Exercício Vigente."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa do Senhor Marco Aurelio Julien, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por Anulação e Remanejamento de Dotação Orçamentaria até o montante de **R$ 323.000,00 (Trezentos e vinte e três mil reais** , na LOA 2020, **Lei 01100/2019**, nos termos do artigo 42 e 43 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.0700.00 – SEC MUN. DE INFRA ESTRUTURA, VIACAO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr:0330000000 – FETHAB SUPERAVIT

Atividade - 1047 - Construir estradas, pontes, Bueiros mata-burro e serviços complementares

449000000 - APLICAÇÃO DIRETA 323.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES 323.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes a anulações de dotações abaixo relacionadas, de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

02.020.00 – SEC MUN DE AMINISTRACAO E FINANÇAS

Fr:0330000000 – FETHAB SUPERAVIT

Atividade – 2019 - Pagar indenizações e restituições

4490000000 – APLICAÇÃO DIRETA 323.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES 323.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Taquari \MT, 20 de Outubro de 2020.

Marco AurelioJulien

Prefeito Municipal

COVID-19: LEI N.º 1161/2020

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Suplementar nas dotações do orçamento vigente, por provável excesso de arrecadação".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa do Senhor Marco Aurélio Julien, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º-Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de crédito Suplementar até o valor de **R$ 1.200.000,00 (Hum milhão e Duzendo Mil Reais)**no orçamento vigente, LOA 2020, **Lei 1100/2019**, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as dotações orçamentárias das secretarias em razão da insuficiência de saldo orçamentário no exercício de 2020, por provável excesso de arrecadação, conforme abaixo apresentado:

13000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fr 0146008000 - FNS

2091 - Manter o programa saúde da família

4490000000 - Aplicação Direta **R$. 600.000,00**

Fr 0146074000 - Enfrentamento ao COVID-19

2226 - Enfrentamento da Emergência - COVID-19

4490000000 - Aplicação Direta **R$. 600.000,00**

TOTAL GERAL R$ 1.200.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64; por provável excesso de arrecadação estimado pela média arrecadada até o mês de Setembro de 2020; conforme relatório da reprojeção da receita em anexo, fonte de recursos do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

TOTAL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$. 1.200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito Municipal de Alto Taquari\MT, 20 de Outubro de 2020.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 212/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

Considerando os termos da Lei Complementar nº 175/2020;

Considerando o resultado do Processo Judicial nº 167-64.2009.811.0084 com parecer favorável à servidora;

RESOLVE

Artigo 1º - Alterar o cargo efetivo da Servidora Municipal **Sra ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI,** portadora da cédula de identidade nº 1732471-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 043.174. 278-26,deAdvogada para **Advogada Incorporada** por força do Processo Judicial nº 167.2009.811.0084.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Publica-se

Apiacás-MT, 19 de Outubro de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

Considerando os termos da Lei Complementar nº 175/2020;

Considerando o resultado do Processo Judicial nº 167-64.2009.811.0084 com parecer favorável à servidora;

RESOLVE

Artigo 1º - Alterar o cargo efetivo da Servidora Municipal **Srta MARCIA FREIESLEBEM,** portadora da cédula de identidade nº 1247224-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 538.025.191-91,deAgente Administrativo para **Agente Administrativo Incorporado** por força do Processo Judicial nº 167.2009.811.0084.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Publica-se

Apiacás-MT, 19 de Outubro de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- **GESTTI-GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA,**

CONTRATO N° 078/2018

OBJETO – **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA EFETUAR A LEITURA E IMPRESSÃO DAS CONTAS DE ÁGUA**.

TERCEIRO TERMO ADITIVO

VALOR GLOBAL - **R$ 10.320,00 (dez mil trezentos e vinte reais**)

PRAZO DE VIGENCIA – 19/10/2020 ATÉ 19/10/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

EXTRATO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** torna público para conhecimento de interessados, que, encontra-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial de Registro de Preço**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PORTARIA E GUARDA, PARA EVENTOS OFICIAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - MT**.A Abertura será no dia **05/11/2020**, às **08:00** horas, à Avenida Presidente Vargas, N.º 643, Centro. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado no horário de 07:00 às 12:00 horas, no site www.araguaiana.mt.gov.br, pelo email pmaraguaianalicita@hotmail.com ou pelo Fone: (66) 3499-1108. Márcia Cristina Fernandes Corrêa Pregoeira de Licitação – Araguaiana – MT, 21 de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2020

Registro de Preços: Combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), lubrificantes e outros derivados do petróleo.

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados que fará realizar no dia **05/11/2020**, ás **09h00mn** (Horário de Brasília), na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 426 - Centro, Licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços, do Tipo Menor Preço Por Item do Lote, que tem por objeto: **Aquisição de Combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), lubrificantes e outros derivados do petróleo**, para serem usados pelas secretarias Municipais**,** conforme especificações contidas no edital. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, Setor de Licitações, e-mail licitacao@araguainha.mt.gov.br

Araguainha – MT, 21 de Outubro de 2020.

JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

PREGOEIRO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 303/2020

PORTARIA N.º 303/2020

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n° 169/2020 concedeu o benefício de Aposentadoria Por Invalidez á servidora ***Sra. Stael Dias de Souza.****"*

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 12, inciso I, alínea "a", c/c art. 14 da Lei Municipal 587/2009 que rege a Previdência Municipal,

Resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria n° *169/2020*, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Invalidez á servidora Sra. Stael Dias de Souza, com proventos integrais à média aritmética simples obtida na planilha de cálculo, contida no processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º 2020.03.00005P:

Onde se lê: "(...)com fundamento no art. 12, inciso I, alínea "a" c/c art. 14-da Lei Municipal 587/2009, que rege a Previdência Municipal(...)"

Leia-se: "(...)com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 12, inciso I, alínea "a", c/c art. 14 da Lei Municipal 587/2009 que rege a Previdência Municipal(...).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha - MT, 14 de Outubro de 2020.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 304 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº 304 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor **Francisco Naves Passos, Motorista e Veículo Pesado, RG: 264488 SSP/MT** e **CPF: 201.784.761-53**

de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/04/2019 à 31/03/2020,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 13/10/2019** devendo seu retorno acontecer em **12/11/2019.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 305 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 305 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 01 mês de Licença Premio indenizadas a servidora **Silvani Nogueira de Carvalho**, Agente de Saúde**, RG: 07714351 SSP/MT** e **CPF: 833.529.961-72** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/09/2010 a 31/08/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 306 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 306 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Brasilina Maria Mendes dos Santos Araújo, Vigilante, RG: 0815341-8 SSP/MT** e **CPF: 535.370.091-00** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **17/03/2017 à 16/03/2018,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 05/10/2020** devendo seu retorno acontecer em **03/11/2020.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 307 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 307 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Itamar Rodrigues de Araújo, Vigilante, RG: 1869594-9 SSP/MT** e **CPF: 011.389.091-57** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2019 à 09/02/2020,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 05/10/2020** devendo seu retorno acontecer em **04/11/2020.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 308 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 308 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio a servidora **Regiane Vieira Marques, Telefonista, RG: 1196661-0 SJ/SP** e **CPF: 000.917.921-69** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/06/2013 á 01/06/2018,** sendo **90 (NOVENTA)** dias afastado **a partir de 05/10/2020 devendo seu retorno acontecer em 03/01/2021de3.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 309 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 309 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora **Dalvina Naves Gonçalves, Continuo(a), RG: 479 538 SSP/MT** e **CPF: 201.748.291-91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **04/03/2018 à 03/03/2019,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 01/10/2020** devendo seu retorno acontecer em **01/11/2020.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 310 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 310 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 90(Noventa) dias de Licença Premio a servidora **Luiza Maria dos Santos Silva**, **Auxiliar de Serviços Gerais**, **RG: 760 026 SSP/MT** e **CPF: 496.077.311-15** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/02/2014 a 31/01/2019, para ter início dia 03/10/2020 e seu retorno acontecer dia 01/01/2021.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 311 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº 311 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora **Noélia Nery da Silva, Técnico Tributário, portadora do RG: 1207305-9 SJ/MT** e **CPF: 958.738.801-15** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/07/2016 à 30/06/2017 ,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 01/10/2020** devendo seu retorno acontecer em **31/11/2020.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 312 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

PORTARIA Nº. 312 DE 14 DE OUTUBRO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor **Carlos Batista Borges, Auxiliar Serviços Gerais, RG: 634397 SSP/MT** e **CPF: 496.049.451-49** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2017 à 29/02/2018,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado **a partir de 05/10/2020** devendo seu retorno acontecer em **04/11/2020.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N º 313 , DE 21 OUTUBRO DE 2020

PORTARIA N º 313 , DE 21 OUTUBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SR SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato designado a Sra. **LAIANE REZENDE DA SILVA**, portadora do RG: 18489419SSP/MT e CPF: 031.097.681-27, CREA GO 1016180420como **Fiscal da Obra para EXECUÇÃO DA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA TIPO I DO CORREGO BARREIRINHO** com extensão de 16 metros, Recursos do FETHAB, **Contrato Nº 94/2020** para fiscalizar a execução de obras no município de Araguainha-MT conforme determina o Art.67 da Lei 8.666/93.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.413/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.413/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMITIR O SELO DE ORIGEM AOS PRODUTOS ARTESANAIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O selo de origem será concedido pela Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural - SEMADUR, mediante prévia inspeção, pela Vigilância em Saúde, do local em que produtos serão produzidos.

Art. 2º – O Selo de Origem será concedido ás seguintes atividades:

I. Queijarias;

II. Fábrica de embutidos e defumados;

III. Processamento de conservas em geral;

IV. Farinha de mandioca;

V. Indústria de doces;

VI. Unidade de Processamento de Mel;

Art. 3º – Para a concessão do Selo de Origem, os produtores, proprietários e/ou responsáveis pelos estabelecimentos deverão apresentar para a SEMADUR, os seguintes documentos:

I. Requerimento de inclusão no programa Selo de Origem do Município de Araputanga;

II. Laudo favorável à inclusão do empreendimento no programa Selo de Origem, expedido pela SEMADUR.

Art. 4° - Os produtores deverão estar enquadrados em um dos níveis de inspeção, seja municipal, estadual ou federal, para promover melhoria das condições higiênico-sanitárias das unidades de produção.

Art. 5° - Os produtores ou responsáveis pelos estabelecimentos devem:

I. Participar anualmente e, sempre que convidado, de cursos e treinamentos para o aperfeiçoamento dos processos de produção e qualidade dos produtos, visando proteção à saúde da população;

II. Aceitar a visita da equipe especializada da SEMADUR e Vigilância em Saúde do Município.

III. Participar, às suas expensas de feiras, exposições e demais eventos de divulgação do Programa Selo de Origem e dos produtos.

IV. Zelar pela marca Selo de Origem dos Produtos artesanais de Araputanga e pela qualidade dos produtos representados pelo Programa , adotando todas as técnicas recomendadas para a produção da matéria prima e para a agroindustrialização dos produtos com qualidade, bem como utilizar rótulos apropriados contendo obrigatoriamente e data de fabricação, validade e os ingredientes que compõem o produto.

Art. 6° - Os produtores deverão armazenar os laudos resultantes das vistorias da SEMADUR e da Vigilância em Saúde Municipal e seguir suas recomendações.

Art. 7° - O empreendimento será suspenso do Programa sempre que não cumprir com os dispositivos previstos nesta Lei, com a consequente suspensão da emissão do Selo de Origem.

Art. 8° - A venda, entrega e controle de validade dos produtos nos estabelecimentos de revenda fica a cargo do produtor.

Art. 9° - Os produtos devem ser produzidos, manuseados, transportados e comercializados sob condições que assegure a integridade e qualidade sanitária, conforme determina o Código de Vigilância Sanitária Municipal e o Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2020

TRANSFERE O PONTO FACULTATIVO EM COMEMORAÇÃO AO "DIA DO SERVIDOR PÚBLICO" DO DIA 28 DE OUTUBRO PARA O DIA 30 DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 85/2019 que divulga os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais, bem como pontos facultativos nas repartições públicas do município de Araputanga/MT para o ano de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º do Decreto Municipal nº 85/2019 para transferir o ponto facultativo em comemoração ao "Dia do Servidor Público" do dia 28 de outubro (quarta-feira) para para o dia 30 de outubro de 2020 (sexta-feira), quando serão mantidos apenas os serviços públicos essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.414/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.414/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/ MT PARA O EXERCÍCIO 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga/ MT, no uso de suas atribuições legais, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CONSIDERANDO o Plano de Contingência Municipal destinado ao enfrentamento da circulação do COVID-19;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde sobre a necessidade de fortalecimento dos serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS para responder à situação de emergencial;

CONSIDERANDO que a situação de emergência urge a necessidade de atender o custeio das ações de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da COVID-19, utilizando-se das prerrogativas legais consignadas na legislação em vigor, em especial nas Leis Federais nº 4.320/64 e nº 8.666/93:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir na Lei 1634/2019 (LOA) Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 370.000,00** (Trezentos e setenta mil reais) para fazer face às despesas de custeio das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da "COVID-19", que originaram a declaração de situação de emergência no município de Araputanga – MT, com as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

SubFunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0028 – COVID – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus

Projeto / Atividade: 2157 - COVID-19 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública em Decorrência do Coronavírus - Saúde

3.1.90.04.00.0 – Contratação por tempo determinado R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Fonte: 01260760000 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde

Fonte: 01000770000 – Recursos Ordinários

Fonte: 01000800000 – Recursos Ordinários

Fonte: 01460740000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

3.1.90.13.00.0 – Obrigações Patronais R$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Fonte: 01260760000 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde

Fonte: 01000770000 – Recursos Ordinários

Fonte: 01000800000 – Recursos Ordinários

Fonte: 01460740000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito especial, autorizado no artigo 1º desta lei, serão provenientes de excesso de arrecadação e anulação total ou parcial de dotações.

Art. 3º- Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.412/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.412/2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL N. 636/2005 - QUE DISCIPLINA SOBRE O FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta-se o §3.º ao art. 67 na Lei Municipal nº 636/2005, o qual vigorará com a seguinte redação:

§3º - As regras eleitorais para escolha dos conselhos curador e fiscal do Previara serão de responsabilidade do Conselho Curador vigente, na qual será executada por uma comissão eleitoral nomeada pelo Diretor Executivo do Previara, escolhida dentre seus segurados.

Art. 2º - Ficam alterados o §2º do art. 67, o parágrafo único do Inciso VI do art. 68, bem como o §1º do inciso IV do Art. 71, ambos da Lei Municipal nº 636/2005, os quais passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67 – (...)

§2º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 68 – (...)

VI – (...)

Parágrafo único. As decisões do Conselho Curador serão registradas em Atas, onde os assuntos a serem deliberados terão validade com aprovação de metade mais um dos membros dos conselhos.

Art. 71 – (...)

IV – (...)

§1.º O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 3º - Fica prorrogado por 06 (seis) meses o mandato dos atuais conselheiros Curador e Fiscal do Previara.

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.411/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.411/2020

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO PREVIARA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA MT, CRIAÇÃO DE APORTE FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DA PORTARIA SEPRT N. 19451-2020.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 91-A da Lei Municipal nº 636/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 91-A - As despesas administrativas do Previara – Fundo Municipal de Previdência Social de Araputanga MT é de 3,6%, (três virgula seis_por cento) sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social relativamente ao exercício financeiro anterior, em obediência ao disposto na Portaria SEPRT n. 19.451, de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º - Fica autorizada a criação de aporte financeiro por meio de transferência voluntária em caso de insuficiência financeira para suprir os gastos administrativos indicados no artigo acima, a qual poderá ser feita por meio de Decreto Municipal.

Art. 3º - A aplicação desta lei será a partir de 01/01/2021 e está condicionada as disposições gerais da Portaria SEPRT n. 19451-2020 e posteriores alterações.

Art.4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL N.º 1.459/2020

LEI MUNICIPAL N.º 1.459/2020

"Dispõe Sobre a Autorização de um Credito Especial para Inclusão da fonte 145 no orçamento do exercício de 2020. e da Outras Providências".

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos nos artigos 166, § 4º, 167 inciso VI da Constituição Federal, e artigo 42 e 43 da Lei Federal 4320/64, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Esta lei autoriza a inclusão da fonte 145 na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2020, no Projeto Atividade – 2065- Manuten-

ção da Média e Alta Complexidade, para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Arenápolis-Mt., conforme abaixo descriminado:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	VALOR
UNIDADE: – 021- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
FUNÇÃO: 10 – SAUDE	
SUB-FUNÇÃO: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
PROGRAMA: 0016- MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
PROJETO ATIVIDADE: 2065 – MANUTENÇÃO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte- 145 **Total**	158. 612,55 **158.** **612,55**

Art. 2º- Os Créditos autorizados no artigo 1º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados e reduzidos, utilizando-se como recurso a anulação da fonte 102 para suplementar a fonte 145.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 21 dias do mês de outubro de 2020.

_____

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.370/2020

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor da beneficiária Sra. Elza Chaves Teixeira Lima Ferreira em decorrência do falecimento do servidor Sr. Rinaldo Lima Ferreira."

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40º, inciso I da Constituição Federal de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 7, inciso II, art. 28, inciso II da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT c/c art. 30, inciso I, e art. 32, inciso V, alínea "c", item 6 da Lei Municipal nº. 1367 de 19 de maio de 2016, que alterou a Lei Municipal nº 637/2006; Lei Municipal n.º 096/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores públicos do Município de Aripuanã-MT;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Pensão por Morte, em decorrência do falecimento do servidor, **Sr. Rinaldo Lima Ferreira**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº. 4.141.162-9 SESP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 575.114.629-87, servidor ativo, no cargo de Motorista Transporte Escolar – Não Profis, Classe "B", Nível "XIV", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composta da seguinte forma: 100% (cem por cento) da cota em favor da cônjuge do "*de cujus*" **Sra. Elza Chaves Teixeira Lima Ferreira**, portadora da cédula de identidade nº 2925333-0 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº 872.921.731-87 conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º *2020.07.00077P*,** a partir de **28/09/2020** data do óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 28 de setembro de 2020**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 21 dias de outubro de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que na Chamada Pública nº. 001/2020, cujo objeto é: O credenciamento e registro de preços para a futura e eventual aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar (merenda escolar), destinados as escolas municipais do ensino infantil/creche e ensino fundamental, para atender as necessidades da Secretaria Municipal/ Gestão Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste município de Aripuanã, nos termos do Edital da Chamada Pública, realizada no dia 08/10/2020, às 08h00min, local Prefeitura Municipal de Aripuanã, foram declarado(s) vencedor(es):

Nome	CPF	Valor Total
Delmar Vilson Varaschin	CPF 213.126. 139-04	R$ 19. 994,00
Elias Cardozo Pimentel	CPF 661.933. 621-34	R$ 19. 904,00
Genivaldo Dias Campos	CPF 315.446. 902-82	R$ 19. 639,00
José Simão	CPF 318.245. 101-44	R$ 19. 996,00
Leonardo Samuel de Oliveira Campos	CPF 081.471. 211-80	R$ 19. 639,00

Valor Total da Chamada Pública R$ 99.172,00 (noventa e nove mil e cento e setenta e dois reais).

Aripuanã-MT, 21 de outubro de 2020.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2020

ORIGEM: CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

Aos **vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ADIR VIEIRA FERREIRA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS dos Fornecedores descritos no item 3**, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3931/2001, dos Decretos Municipais 1392/ 2008 e 1729/2010 e subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o credenciamento e Registro de Preços para a futura e eventual aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e de Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, relacionados e especificados no anexo I, que serão destinados ao fornecimento de alimentação aos alunos do Programa Mais Educação, do Centro de Educação Infantil e das Escolas Municipais.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze)** meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3. DOS CONTRATADOS

3.1. Os Fornecedores, a descrição, quantidade e o valor dos produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

688537 - ABÓBORA - de primeira qualidade, cor alaranjada, cheiro, aspecto e sabor próprios, sem deformações, isenta de enfermidades, sujidades, parasito, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos, oriundos de manuseio e transporte, acondicionados em embalagem apropriada.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	3.00,00	3,90

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
ELIAS CARDOZO PIMENTEL - CPF: 661.933.621-34 **RG Nº. 1161578-8 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW06619336213409012003 16 **Endereço:** Sítio Águia de Fogo – AR 02 – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	1.260	3,90	4.914,00
JOSÉ SIMÃO - CPF: 318.245.101-44 **RG Nº. M3225609 SSP/MG** **DAP Nº.** SDW03182451014429092010 39 **Endereço:** Chácara Duas Marias – Comunidade Cristo Rei, Setor Boião - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	100	3,90	390,00

51850 – ABOBRINHA - de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a res.n.12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	3.000,00	3,13

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW03154469028213051912 14 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	400	3,13	1.252,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	400	3,13	1.252,00

688938 - **ALFACE** - lisa, fresca, extra, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidades, isenta de enfermidade, livre de resíduos de fertilizantes, livre de agrotóxico, sem danos físicos e mecânicos sem danos físicos, acondicionada em saco plástico, pesando aproximadamente 1 kg.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Pacote	9.000	5,20

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
DELMAR VILSON VARASCHIN - CPF: 213.126.139-04 **RG Nº.** 1.328.325 SSP/PR **DAP Nº.** SDW02131261390411121808 29 **Endereço:** Chácara Recanto Alegre, Comunidade Cristo Rei, estrada do Boião, km 3 - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Pacote	3.845	5,20	19.994,00
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW03154469028213051912 14 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Pacote	200	5,20	1.040,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Pacote	200	5,20	1.040,00

51447 - **BANANA MAÇA**, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. com ausências de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Res.n.12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	3.000	5,40

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
ELIAS CARDOZO PIMENTEL - CPF: 661.933.621-34 **RG Nº. 1161578-8 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW06619336213409012003 16 **Endereço:** Sítio Águia de Fogo – AR 02 – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	1.000	5,40	5.400,00
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW03154469028213051912 14 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	600	5,40	3.240,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	600	5,40	3.240,00

51457 - BATATA DOCE - de primeira innatura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausências de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	3.000	4,45

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
ELIAS CARDOZO PIMENTEL - CPF: 661.933.621-34 **RG Nº. 1161578-8 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW06619336213409012003 16 **Endereço:** Sítio Águia de Fogo – AR 02 – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	1.200	4,45	5.340,00

688617 - **COUVE** - tipo manteiga, embalada em saco plástico, esterilizado em atmosfera modificada, pesando aproximadamente entre 1kg . acondicionada para transporte em sacos plásticos, brancas, vazadas, higienizada, resfriada, cor, cheiro e sabor próprios, firme e intacta, livres de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Pacote	3.000	4,79

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW03154469028213051912 14	Pacote	1.500	4,79	3.240,00

Endereço: Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT				
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Pacote	1.500	4,79	3.240,00

670934 - CEBOLINHA de primeira, in natura, em maço, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Pacote	3.000	3,25

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0315446902821305191214 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Unidade	300	3,25	975,00
JOSÉ SIMÃO - CPF: 318.245.101-44 **RG Nº. M3225609 SSP/MG** **DAP Nº.** SDW0318245101442909201039 **Endereço:** Chácara Duas Marias – Comunidade Cristo Rei, Setor Boião - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Unidade	100	3,25	325,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Unidade	300	3,25	975,00

668933 - INHAME, 1ª qualidade, tamanho de médio a grande consistência firme, sem indicio de germinação, isenta de sujidade.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	3.000	6,50

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0315446902821305191214 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	300	6,50	1.950,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	300	6,50	1.950,00

51449 – LARANJA - de primeira, innatura, tipo pera apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a res.n. 12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	9.000	4,24

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0315446902821305191214 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	300	4,24	1.272,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	300	4,24	1.272,00

698572 – LIMAO - de primeira qualidade, do tipo galego, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar manipulação, o transporte e conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a res. 12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	3.000	3,50

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0315446902821305191214 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	500	3,50	1,750,00
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW08147121180060720121 5 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	500	3,50	1,750,00
JOSÉ SIMÃO - CPF: 318.245.101-44 **RG Nº. M3225609 SSP/MG** **DAP Nº.** SDW0318245101442909201039 **Endereço:** Chácara Duas Marias – Comunidade Cristo Rei, Setor Boião - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	416	3,50	1.456,00

51848 - MANDIOCA - (aipim), de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Kilo	6.000	4,25

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
ELIAS CARDOZO PIMENTEL - CPF: 661.933.621-34 **RG Nº. 1161578-8 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0661933621340901200316 **Endereço:** Sítio Águia de Fogo – AR 02 – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	1.000	4,25	4.250,00
JOSÉ SIMÃO - CPF: 318.245.101-44 **RG Nº. M3225609 SSP/MG** **DAP Nº.** SDW0318245101442909201039 **Endereço:** Chácara Duas Marias – Comunidade Cristo Rei, Setor Boião - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	2.000	4,25	8.500,00

51453 - MELANCIA, - de primeira, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a res.n.12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Unidade	9.000	3,00

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
JOSÉ SIMÃO - CPF: 318.245.101-44 **RG Nº. M3225609 SSP/MG** **DAP Nº.** SDW0318245101442909201039 **Endereço:** Chácara Duas Marias – Comunidade Cristo Rei, Setor Boião - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Kilo	3.000	3,00	9.000,00

670933 - SALSA - de primeira, in natura, em maço, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	**Unidade**	**Quantidade Solicitada**	**Valor Unit. Registrado**
	Unidade	3.000	3,25

FORNECEDOR (ES)	**Unidade**	**Quantidade Proposta**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
GENIVALDO DIAS CAMPOS - CPF: 315.446.902-82 **RG Nº. 11.942.034 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0315446902821305191214 **Endereço:** Sítio Pé da Serra – Projeto Lontra - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Unidade	300	3,25	975,00
JOSÉ SIMÃO - CPF: 318.245.101-44	Unidade	100	3,25	325,00

RG Nº. M3225609 SSP/MG **DAP Nº.** SDW0318245101442909201039 **Endereço:** Chácara Duas Marias – Comunidade Cristo Rei, Setor Boião - CEP 78325-000 - Aripuanã/MT				
LEONARDO SAMUEL DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 081.471.211-80 **RG Nº. 3358513-0 SSP/MT** **DAP Nº.** SDW0814712118006072012 15 **Endereço:** Sítio Pé Da Serra – Projeto Lontra – CEP 78325-000 - Aripuanã/MT	Unidade	300	3,25	975,00

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DO CONTRATADO

4.1.1. O CONTRATADO DEVERÁ;

4.1.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

4.1.1.2. Entregar os produtos desta licitação, pretendidos pela CONTRATANTE, logo após solicitação formal através de Ordem de Fornecimento de Produtos.

4.1.1.3. Entregar os produtos dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da forma como forem solicitados pelo setor competente.

4.1.1.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois)** dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização). **4.1.1.5.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho.

4.1.1.6. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste ato convocatório;

4.1.1.7. Receber o pagamento, conforme o disposto nesta Ata de Registro de Preços.

4.1.1.8. Entregar os produtos no local pretendido, de acordo com o cronograma de entrega previsto no Edital da Chamada Pública 001/2019 ou conforme solicitação documentada.

4.1.1.9. Ressarcir eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou atraso no fornecimento.

4.1.1.10. Garantir a sustentabilidade e continuidade da entrega dos produtos de forma ininterrupta, de modo a assegurar a oferta regular e permanente da alimentação saudável e adequada.

4.1.1.11. Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, necessários à boa e perfeita entrega dos produtos.

4.1.1.12. Aceitar, nas mesmas condições do edital e desta Ata de Registro de Preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

4.1.1.13. Substituir imediato, após comunicado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de quaisquer produtos entregues fora das especificações, sem quaisquer ônus para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

4.1.2. Se o CONTRATADO não cumprir o prazo do item 4.1.1 ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de prestação do serviço adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na Seção 10 desta Ata de Registro de Preço.

4.1.3. Caso o CONTRATADO não atenda integralmente as exigências para a entrega dos produtos deverá ser iniciada em no máximo até 05 (cinco) dias, contados da assinatura da ata, sob pena de cancelamento da ata de registro de preços e aplicação de multa de até 2% (dois por cento) do valor do total da Ata de Registro de Preços.

4.2.1. A CONTRATANTE DEVERÁ

4.2.1.1. Formalizar e assinar a Ata de Registro de Preços, e convocar a consignatária da ata para assinatura nos termos da legislação pertinente e consequentemente emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos.

4.2.1.2. Oferecer todas as informações necessárias para que o CONTRATADO possa fornecer os produtos dentro das especificações técnicas recomendadas.

4.2.1.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, nas condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2.1.4. Não efetuar nenhum pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato esse que não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.2.1.5. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste instrumento, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o mesmo.

5. DO FORNECIMENTO

5.1. O CONTRATADO ficará obrigado a entregar os produtos, objeto da presente licitação, nas quantidades e condições contratadas com a CONTRATANTE, através da solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de Registro de Preço e recebimento da respectiva nota de empenho e ordem de fornecimento que advém desta licitação.

5.2. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura participante deste Registro de Preços, através do Departamento de Compras, solicitarão á através de autorização de fornecimento, o número exato das quantidades dos produtos a ser entregue e sua respectiva data de acordo com a programação estabelecida.

5.3. O CONTRATADO deverá entregar os produtos objeto do presente contrato, nas respectivas Unidades Escolares do Município em que apresentaram respectivamente sua proposta, respeitando os dias e quantidades estabelecidas no cronograma elaborado pelo Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Aripuanã – MT.

5.4. Os produtos objeto desta licitação deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria responsável e por servidor habilitado indicado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.5. O recebimento dos produtos e conferência dos mesmos será efetuado pelo Servidor Municipal responsável nos termos do Artigo 73, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações. Poderá a CONTRATANTE recusar os produtos que não satisfaçam as especificações ou apresentem qualquer vício, comunicando o fato ao fornecedor.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento aos fornecedores da Agricultura Familiar habilitados, pela comercialização de gêneros alimentícios será efetuado conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, de acordo com os relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e apresentação da Nota Fiscal, que deverá conter obrigatoriamente, o atestado de recebimento dos produtos.

Parágrafo Primeiro - **Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais Eletrônicas/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, pa-**

ra as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7. DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

7.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas no Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5o do art. 65 da Lei no 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Aripuanã, poderá rescindir esta ata de Registro de Preços e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o CONTRATADO com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o CONTRATADO em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o CONTRATADO não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitados a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão os adjudicatários vinculados.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

f) pelo descumprimento de qualquer dos itens da cláusula quarta.

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o CONTRATADO será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. A solicitação do CONTRATADO para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo CONTRATANTE, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

9.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do CONTRATADO, relativas ao fornecimento do lote.

9.5. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o CONTRATADO cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multas estabelecidas nesta ata de registro de preços e no edital;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 02 (dois) anos; e,

IV) declaração de inidoneidade.

10.1.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao CONTRATANTE.

10.1.2. No caso de reincidência em atraso na entrega do produto, poderá o CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato/ata de registro de preços, podendo o CONTRATADO ficar impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de até 02 (dois) anos.

10.1.3. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o CONTRATADO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual ou desta ata de registro de preços, desde que desses fatos resultem prejuízos ao CONTRATANTE;

b) se o CONTRATADO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais; e,

c) se o CONTRATADO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

11. DOS ILÍCITOS PENAIS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento de 2017 do CONTRATANTE.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo apostilamento a presente Ata de Registro de Preços;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Chamada Pública nº. 001/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas; e,

III - é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do CONTRATANTE.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de outubro de 2020.

Adir Vieira Ferreira

Prefeito Municipal

Elias Cardozo Pimentel CPF: 661.933.621-34 RG Nº. 1161578-8 SSP/MT	**Leonardo Samuel De Oliveira Campos** CPF: 081.471.211-80 RG Nº. 3358513-0 SSP/MT
Delmar Vilson Varaschin CPF: 213.126.139-04 RG Nº. 1.328.325 SSP/PR	**José Simão** CPF: 318.245.101-44 RG Nº. M3225609 SSP/MG
Genivaldo Dias Campos CPF: 315.446.902-82 RG Nº. 11.942.034 SSP/MT	

Testemunhas:

Lindalva Cruz Cabral Luciene Souza da Silva CPF Nº 605.888.531-00 CPF Nº 978.869.121-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2020 PROCESSO ADMINITRATIVO 053/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 036/2020 de 09 de junho de 2020 torna público para conhecimento de todos, que com amparo da Lei 14.065/2020 e inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações, realizou Dispensa de licitação de nº. 009/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIAS NAS AREAS FINANCEIRAS, TRIBUTARIA E CONTABIL PARA COLETA DE TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS CONTÁBEIS E DE RECURSOS HUMANOS PARA ELABORAÇÃO DE DEFESA ADMINISTRATIVA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO COM RELAÇÃO AO PROCESSO Nº 88757/2019 – CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2019, E PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SITUACIONAL CONTÁBIL ENVOLVENDO OS MESES DE JANEIRO/2020 A SETEMBRO/2020, DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT.

Barão de Melgaço/MT, 19 de outubro de 2020.

Atenciosamente,

CLAUDIO MACIEL DA SILVA MELO

Presidente da CPL

Portaria 036/2020

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO 053/2020

O Prefeito do Município de Barão de Melgaço-MT, Sr. **ELVIO DE SOUZA QUEIROZ**torna público que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Secretario de Finanças e ratificação do parecer técnico jurídico apresentado no processo de dispensa de licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIAS NAS AREAS FINANCEIRAS, TRIBUTARIA E CONTABIL PARA COLETA DE TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS CONTÁBEIS E DE RECURSOS HUMANOS PARA ELABORAÇÃO DE DEFESA ADMINISTRATIVA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO COM RELAÇÃO AO PROCESSO Nº 88757/2019 – CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2019, E PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SITUACIONAL CONTÁBIL ENVOLVENDO OS MESES DE JANEIRO/2020 A SETEMBRO/2020, DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, em conformidade com o inciso I, alínea b) do art. 1º da Lei 14.065/2020 e inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações, junto a POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ** 33.929.416/0001-48. O valor da Contratação é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), onde se formulou expediente de dispensa de licitação, conforme fundamentado no art. 24, da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Barão de Melgaço-MT, 19 de outubro de 2020.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

Certifico que foi afixado no mural da Prefeitura Municipal em 19/10/2020.

Atenciosamente,

Claudio Maciel da silva Melo

Presidente da CPL

Portaria 036/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 100/2020 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO a substituição da COORDENADORIA DE ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E TRANSPORTES;

CONSIDERANDO que os Contratos AdministrativosNº(S) 07/2020-SSAAP, 11/2020-SSAAP, 20/2020-SSAAP, 33/2020-SSAAP, 01/2019-SSAAP, 02/2020-SSAAP, 10/2018-SSAAP, 11/2018-SSAAP, 14/2017-SSAAP, 15/2017-SSAAP, 17/2017-SSAAP e 56/2019-SSAAP, encontravam-se sob a fiscalização do antigo Coordenador de Almoxarife, Patrimônio e Transporte, exonerado pela Portaria n° 88/2020 publicada no diário oficial da AMM no dia 02/10/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a nova Coordenadora de Almoxarife, Patrimônio e Transportes, **Sra. KAMILA ARRUDA DE OLIVEIRA ABREU**, portador do **CPF: 055.080.281-96**, nomeada para o cargo desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n° 30/2020 de 30/09/2020, publicada do diário oficial da AMM no dia 02/10/2020, para exercer a fiscalização dos Contratos AdministrativosNº(S) 07/2020-SSAAP, 11/2020-SSAAP, 20/2020-SSAAP, 33/2020-SSAAP, 01/2019-SSAAP, 02/2020-SSAAP, 10/2018-SSAAP, 11/2018-SSAAP, 14/2017-SSAAP, 15/2017-SSAAP, 17/2017-SSAAP e 56/2019-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 21 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº564, DE 20/10/2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.827/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$26.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1291 10.301.1002.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS 26.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 1.42

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

308 10.302.1002.2181.0000REPASSE DO PAICI AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO -26.000,00

3.3.72.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.42

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES N°. 01/2016-PGM

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 01/2016-PGM

SUB-ROGANTE: MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

SUB-ROGADO: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

INTERVENIENTE: FERREIRA DE CARVALHO & CARVALHO LTDA-ME.

OBJETO: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES N° 001/2016 – PGM** celebrado entre o Município de Cáceres-MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS sendo esta SUB-ROGANTE/CEDENTE, tendo como SUB-ROGADO/CESSIONÁRIO o SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DRENAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/ME-SAEC, que em conformidade com a Lei n°. 2.520 de 12 de fevereiro de 2016, alterou a denominação para SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, e INTERVENIENTE ANUENTE a Empresa FERREIRA DE CARVALHO & CARVALHO LTDA-ME, referente ao Contrato n° 385/2015-PGM, **para mais 06 (SEIS) meses, a contar de 16/10/2020 a 15/04/2021.**

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
18.001	17.512.1007.2211	33.90.39.00	100 – Rec. Ordinários Próprios

Cáceres- 21 de outubro de 2020

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 567 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 32.378 de 20 de outubro de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA**, Coordenador Administrativo, para responder pela Secretaria de Assistência Social, e cumulativamente pela Secretaria de Esporte e Lazer, em substituição a titular **Eliane Batista,** pelo período de férias desta, que se dará entre 22 de outubro a 20 de novembro de 2020,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de outubro de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 14/2017-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 14/2017-SSAAP

CONTRATADA: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A.

OBJETO: – Prorrogaro **PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2017-SSAAP** celebrado entre o **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, e a Empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, para mais 12 (doze) meses a contar de 15/10/2020 à 14/10/2021 e o **VALOR** no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, em conformidade com a tabela abaixo.

VALOR ADITADO DE 5%	**R$ 29.994,00**
VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO COM ADITAMENTO DE 5%	**R$ 62.487,50**
VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO COM ADITAMENTO DE 5%	**R$ 749.850,00**

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
18.001	**17.512.1007.2211**	**33.90.39**	**(100)-Recurso Ordinário**

Cáceres- 21 de outubro de 2020.

JÚNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 563 DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 32.213 de 16 de outubro de 2020;

R E S O L V E M:

Art. 1º Nomear a servidora **ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora do PROCON, em substituição a Titular **Mariana Cardoso Douradinho Neves Ramos**, que estará de licença médica pelo período de 30 dias a partir de 20 de outubro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de outubro de 2020.

BRUNO CORDOVA FRANÇA

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

Em substituição.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 558 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 32.104 de 15 de outubro de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar o senhor **RONIVON BARROS DA SILVA**, Assessor Técnico II, lotado no Gabinete do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de outubro de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 37/2020 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2020 SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADA: A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO-ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a futura e eventual aquisição de Ferramentas, materiais elétricos e materiais diversos, nas especificações e quantidades descritas no item 1.2, do TERMO DE REFERÊNCIA nº 038/2020 - SSAAP, com a finalidade de suprir as demandas do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

VALOR TOTAL: R$ 141.451,95 (Cento e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30	100 - Recursos Próprios
39.04.18	17.512.1011.1209.	4.4.90.52	100 - Recursos Próprios

Cáceres - MT, 21 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 40/2020 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020 SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADA: GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E GEOLOGIA PARA PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, POÇOS DE MONITORAMENTO, PERFILAGEM ÓPTICA EM POÇOS DE MONITORAMENTO, EMISSÃO DE OUTORGAS DE POÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO-DE-OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS ALÉM DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO NA ÁREA DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência e nos componentes que o integram (ANEXO I DO EDITAL).

VALOR TOTAL: R$ 421.071,21 (Quatrocentos e vinte e um mil, setenta e um reais e vinte e um centavos)

VIGÊNCIA: 270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS CORRIDOS.

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
32.04.18	**17.512.1011.1207**	**4.4.90.51**	**100 - Recursos Próprios**

Cáceres - MT, 21 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá no dia 26 de outubro de 2020, às 8 horas da manhã, por vídeo conferência.

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
11402/2020	Nalzira Gonçalves	Ledson Glauco Monteiro Catelan
11486/2020	Sebastiana da Silva Benachio	Eliana da Silva Carvalho Duarte
9096/2020	CENTRO DE TRATAMENTO DE RIM LTDA	Tiago Ruas Ferreira
12142/2020	N. DE M. QUEROZ	Antonio Carlos Leite

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 20 de outubro de 2020

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 111/2020-PGM

ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n.º 111/2020-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: PRISMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI

Objeto: obras de Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, ruas dos Expedicionários, José Souto Faria; ruas dos bairros São Luiz da Ponte e Santa Cruz; e Ruas A e B e Av. Brasil, no município de Cáceres,

O objeto do presente contrato está orçado em **Lote 1** - R$ 400.857,64 (Quatrocentos Mil e Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos), **Lote 2** - R$ 485.750,43 (Quatrocentos e Oitenta e Cinco Mil e Setecentos e Cinquenta Reais e Quarenta e Três Centavos) e o **Lote 3** - R$ 487.455,82 (Quatrocentos e Oitenta e Sete Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta e Dois Centavos), totalizando o valor de R$ 1.374.063,89 (Um Milhão, Trezentos e Setenta e Quatro Mil e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Nove Centavos) e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da Ordem de Serviço para os lote1,2 e 3.

Cáceres – MT, 21 de outubro de 2020.

WESLEY DE SOUSA LOPES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 200/2019-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 5° Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 200/2019-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Objeto: O presente Termo tem a finalidade de Troca de serviços Sem Reflexo Financeiro ao Contrato Administrativo n° 200/2019-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.**

Cáceres – MT, 21 de outubro de 2020.

Silvana Maria de Souza

Secretaria Mun. de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 561 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº 32.122, de 16 de outubro de 2020;

RESOLVEM:

Art.1º Nomear as senhoras relacionadas abaixo, para compor como membros representantes do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**, biênio 2020/2022.

Segmento Entidades de Assistência Social

Fundação Terezinha Mendes – FTM.

Titular: Larissa Neves Mendes

Suplente: Jacqueline Micaelle Rodrigues Gonçalves

HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Assistência Social

Em substituição

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 080/2020

PORTARIA N.º 080/2020 ***"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Pensão por Morte em favor da Srª. Clarice Godoy Raimundo da Silva"*.**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, Inciso "I", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41 de 19 de dezembro de 2003; Art. 12, inciso "I", Art. 57, inciso "I", Art. 59, inciso "II", da Lei Complementar n.º 143 de 12 de julho de 2019.

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Pensão por Morte** em favor da Srª. ***Clarice Godoy Raimundo da Silva***,brasileira, viúva,portadora da Cédula de Identidade RG nº 2797134-1 SSP/MT, CPF nº 834.512.341-49, pelo falecimento de seu esposo ocorrido em 04/09/2020, Srº. **Antônio Vicente da Silva**, portador do RG nº 0467977-6 SEJUSP/MT, CPF nº 346.887.141-49, Servidor Aposentado por Idade no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível I, Classe E, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com proventos proporcionais, conforme consta do Processo Administrativo Previdenciário do PREVI CÁCERES n.º 058/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos desde, 16 de Outubro de 2020,** revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres – MT, 21 de Outubro de 2020.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 565 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE FAZENDA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 32330 de 19 de abril de 2020;

RESOLVEM:

Art. 1º- Exonerar a servidora **LEIDISLAINE OLIVEIRA LUIZ** – Assistente Administrativo do cargo em Comissão de Gerência de Tributação, concebido através do Decreto nº 195 de 13 de abril de 2020 da Secretaria de Fazenda, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 19 de outubro de 2020.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de outubro de 2020.

GUSTAVO CALÁBRIA RONDON

Secretário Municipal interino de Fazenda

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 079/2020

PORTARIA N.º 079/2020 ***"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Pensão por Morte em favor dos dependentes Gabriel Ricardo da Silva Amaral Martins e Maria Gabriela da Silva Amaral Martins"*.**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41 de 19 de dezembro de 2003; Art. 12, inciso "II", alínea "a", Art. 57, inciso "II", Art. 59, inciso "I", alínea "b" da Lei Complementar n.º 143 de 12 de julho de 2019.

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Pensão por Morte** temporária, rateadas em partes iguais em favor dos dependentes **Gabriel Ricardo da Silva Amaral Martins**,nascido em 28/12/2005, portador do RG nº 2989054-3 SSP/MT, CPF nº 061.432.211-11, e **Maria Gabriela da Silva Amaral Martins,**nascida em 19/12/2010, portadora do RG nº 3351003-2 SSP/MT, CPF nº 061.432.491-21, solteiros, estudantes, menores de idade e não emancipados, representados pela Genitora Sra. **Adenir da Silva Amaral**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 1224037-0 SSP/MT, CPF nº 651.588. 571-72, em razão do falecimento do Genitor e Segurado, ocorrido em 23/ 07/2020, o Srº. **Erivelton Luciano Silva Martins**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 0909815-1 SSP/MT, CPF nº 594.205.611-00, servidor efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, Nível 2, Classe B, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, registrado sob o n.º 16.605, com proventos integrais, conforme consta do Processo Administrativo Previdenciário do PREVI CÁCERES n.º 051/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos à 23 de julho de 2020,** revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres – MT, 20 de Outubro de 2020.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 566 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE FAZENDA,**

no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 32.335 de 19 de outubro de 2020;

RESOLVEM:

Art. 1º- Nomear o servidor **SEBASTIÃO CLAUDINEY SONAQUE FILHO** – Assistente Administrativo para o cargo em Comissão de Gerência de Tributação, da Secretaria de Fazenda, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 19 de outubro de 2020.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de outubro de 2020.

GUSTAVO CALÁBRIA RONDON

Secretário Municipal interino de Fazenda

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 192 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2020/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de Educação**,**no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Cláusula. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com **NAYANNA MEDEIROS MARTOS,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Prof.ª Erenice Simão Alvarenga acréscimo de **10horas/Semanais** a partir de 11/09/2020 a 20/10/2020.Considerando a necessidade de reposição de carga horária na turma do 5º ano B, relativo ao período de suspensão das aulas em que ficou temporariamente sem professor, objetivando cumprir com a carga horária devida ao aluno, conforme preconiza a LBD.

Cáceres, 14 de Setembro de 2020

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 699 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO que a servidora Elivania Martins de Souza estará em gozo de férias no período de 16 de novembro e 15 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 32.490 de 21 de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os servidores relacionados abaixo para compor membro representante da **Comissão Permanente de Sindicância Administrativa**, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres.

PRESIDENTE

Eliete da Silva em substituição à servidora Elivania Martins de Souza.

MEMBRO TITULAR

Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira em substituição à servidora Eliete da Silva.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de outubro de 2020.

JEFFERSON NUNES FLORES

Secretário Municipal de Administração

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 098/2020 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº **40/2020-SSAAP**, decorrente da Tomada de Preços **Nº 05/2020, e Processo Administrativo Digital sob Nº 41/2020,** que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E GEOLOGIA PARA **PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, POÇOS DE MONITORAMENTO, PERFILAGEM ÓPTICA EM POÇOS DE MONITORAMENTO, EMISSÃO DE OUTORGAS DE POÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA** COM FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO-DE-OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS ALÉM DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO NA ÁREA DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência e nos componentes que o integram (ANEXO I DO EDITAL).

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão especial de Fiscalização ao Contrato Administrativo n° 40/2020, composta pelos seguintes membros:

Ø **RAFAEL GREGIANIN**, CPF: 036.117.741-03

PRESIDENTE

Ø **GIOVANNI BATISTA DA SILVA SANTOS**, CPF: 031.183.241-55

MEMBRO

Ø **THAÍS CRISTINA COUTO HURTADO**, CPF: 051.690.411-60

MEMBRO

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 21 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 38/2020 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2020 SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADA: COTELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a futura e eventual aquisição de Ferramentas, materiais elétricos e materiais diversos, nas especificações e quantidades descritas no item 1.2, do TERMO DE REFERÊNCIA nº 038/2020 - SSAAP, com a finalidade de suprir as demandas do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

VALOR TOTAL: R$ 13.202,98 (Treze mil, duzentos e dois reais e noventa e oito centavos)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30	100 - Recursos Próprios
39.04.18	17.512.1011.1209.	4.4.90.52	100 - Recursos Próprios

Cáceres - MT, 21 de outubro de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 700 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta Processo submetido ao Memorando nº 32.537 de 21 de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotadas na Secretaria Municipal de Finanças, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Titular: Simone Aparecida Garcia Paesano.

Suplente: Jaqueline Conceição Cardoso.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
081. 2020	J.B. SILVA	A contratação de empresa para Prestação de Serviço Especializado em controle de pragas, visando atender a Secretaria Municipal de Finanças.	07/08/ 2020	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Finanças e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsável pelas fiscalizações, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de outubro de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 3 CONTRATO N° 314 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO OUTUBRO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2019

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **SOTERIO SIMPLICIO DE OLIVEIRA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Guarda, para exercer sua função na Biblioteca Municipal.

Considerando a necessidade de atender a demanda de guarda noturno na Biblioteca Municipal que conta atualmente somente com um guarda;

Considerando o disposto no **art. 2º e no § 1º, do art. 3º do Decreto nº 268/2020, cujas normas estabeleceram que os contratos temporários mantiveram seus efeitos suspensos em decorrência da paralização das aulas da Rede Municipal de Ensino, no período de "***06 de abril de 2020 até 30 de junho"***, e por consequência houvera a recontagem do prazo original de vigência, com o desconto do período de suspensão**;

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 314, como delineado a seguir:

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 21/10/2020, com termo final alterado para 31/12/ 2020, a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 20 de Outubro de 2020

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 649 DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 30063 de 23 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Claudinei Alves da Silva	2012/2017	01.10.20 a 31.12.20
Valdemi dos Santos Oliveira	2012/2017	01.10.20 a 31.12.20
Vania da Costa Sacramento	2005/2010	05.10.20 a 02.01.21
Vilmar Rodrigues da Costa	2011/2016	01.10.20 a 31.12.20

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de setembro de 2020.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 30063 de 23 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Claudinei Alves da Silva	2012/2017	01.10.20 a 31.12.20
Valdemi dos Santos Oliveira	2012/2017	01.10.20 a 31.12.20
Vania da Costa Sacramento	2005/2010	05.10.20 a 02.01.21
Vilmar Rodrigues da Costa	2011/2016	01.10.20 a 31.12.20

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de setembro de 2020.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 562 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

"Transfere data de ponto facultativo nas repartições públicas do Poder Executivo"

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do Artigo 9°, da Lei Complementar 63/2006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº. 32215 de 16 de outubro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. O ponto facultativo comemorativo ao Dia do Servidor Público, fica transferido do dia 28 de outubro (quarta-feira) para o dia 30 de outubro de 2020 (sexta-feira), ressalvados os serviços públicos essenciais cuja prestação não admita interrupções.

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de outubro de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 375 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

*"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A **GISELE COELHO DOS SANTOS MELO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do atestado médico.

RESOLVE:

I – Conceder "Licença Maternidade" a ServidoraGisele Coelho dos Santos Melo,lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de Nutricionista, no período de 60 dias. A partir de 22 de outubro de 2020

II - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de outubro de 2020**.**

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 376 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE **LICENÇA SAÚDE** PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor dos atestados médicos;

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 3465 de 15 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Laudo médico Pericial

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"Licença Saúde"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos de afastamentos.

Nº	NOME	PERIODO DE AFASTAMENTO
1	Coracy Roque Domingas dos Santos	06.10.2020 a 03.01.2021
2	Thatyane Santos Lima	28.09.2020 a 22.03.2021

II-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 374 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

*"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **LÍGIA CARUSO LOZANO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: o teor do atestado médico da servidora datado de 21/10/2020.

RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora*LÍGIA CARUSO LOZANO*lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, no período de 120 dias de 21.10.2020 A 17.02.2021. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 373 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

*"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **GILVANI MARQUES DORNELIO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: o teor do atestado médico da servidora datado de 21/10/2020.

RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a ServidoraGILVANI MARQUES DORNELIO lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, no período de 120 dias de 21.10.2020 A 17.02.2021. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 372 DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE **LICENÇA SAÚDE** PARAA SERVIDORA RELACIONADA ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do atestado médico datado 13/10/2020.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"Licença Saúde"*** a servidorarelacionada na tabela abaixo e seu respectivo período de afastamento.

Nº	NOME	PERIODO DE AFASTAMENTO
1	GILVANI MARQUES DORNELIO	13.10.2020 a 20.10.2020

II-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 19 de outubro de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.471 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

DECRETO Nº 3.471 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

"Nomeia novos Responsáveis pela Movimentação das Contas do Fundo Municipal da Previdência Social e dá outras providências."

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as exigências do Banco do Brasil para a movimentação das Contas da PREVI CAMP.

DECRETA

Art. 1º - As contas bancárias do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Campinápolis/MT – PREVI-CAMP serão movimentadas pelos seguintes agentes públicos:

a) ALVIMAR JUSTINO MARQUES

b) JEAN FARIA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 2.499 de 23 de junho de 2015, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis - MT, 21 de outubro de 2.020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 230 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

Autoria: Poder Executivo Municipal

***AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$* 3.945.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal Nº 2.142 de 14/10/2020.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 3.945.

000,00 (três milhões e novecentos e quarenta e cinco mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes dotações orçamentárias:

02. GOVERNO MUNICIPAL

001 GOVERNO MUNICIPAL

04.122.0002.20004. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 110.000,00

002 CONTROLE INTERNO

04.124.0002.20005. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 42.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ..R$ 5.000,00

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001 GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0002.20009. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 217.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 45.000,00

04.122.0002.20013. PESSOAL A DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 10.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ..R$ 5.000,00

04.122.0002.20014. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 6.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 5.000,00

002 COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

14.422.0002.20015. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROCON

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 12.000,00

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001 GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS

04.129.0002.20016. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANÇAS

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 110.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 15.000,00

002 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

04.129.0002.20018. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E POSTO FISCAL

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 360.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 60.000,00

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001 GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.122.0002.20035. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 15.000,00

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

001 GABINETE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

04.122.0002.20038. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 340.000,00

007 DPTO. DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS URBANOS

17.512.0006.20049. MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 58.000,00

008 FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

15.451.0005.20127. MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO URBANO

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 160.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 30.000,00

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

001 GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

20.122.0002.20050. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....R$ 520.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....R$ 70.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 **GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.122.0002.20059 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.01.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação –Exercício.....R$ 65.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.01.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação –Exercício.....R$ 37.000,00

002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0007.20062 MERENDA ESCOLAR

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....R$ 135.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....R$ 30.000,00

12.361.0007.20072 MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.01.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação –Exercício.....R$ 250.000,00

12.365.0007.20066 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRE-ESCOLA

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.01.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação –Exercício.....R$ 70.000,00

12.365.0007.20067 MANUTENÇÃO ENCARGOS COM AS CRECHES

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.01.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação –Exercício.....R$ 42.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0008.20084. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 281.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 30.000,00

10.122.0008.20086. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 21.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 13.000,00

10.302.0010.20093. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 34.000,00

10.302.0010.20094. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE REABILITAÇÃO

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 113.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 33.000,00

10.304.0012.20099. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 171.000,00

10.305.0012.20101. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AVIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....R$ 30.000,00

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0002.20103. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 350.000,00

002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

08.244.0013.20104. MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 30.000,00

004 FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0013.20117. MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 3.945.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

02. GOVERNO MUNICIPAL

004. COMUNICAÇÃO SOCIAL

04.131.0002.20007. MANUTENÇÃO DAS COMUNICAÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 47.000,00

005 FUNDO MUNICIPAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

06.183.0002.20129. SERVIDORES CEDIDOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 100.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic.direta dec oper. entre órgãos, fundos e entidades integ. dos orçamentos fiscal e da seguridade social

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 10.000,00

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001 GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0002.10004. AQUISÇÃO DE VEÍCULOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 55.000,00

04.122.0002.20009. MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 110.000,00

04.122.0002.20014. MANUTEÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 161.000,00

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 35.000,00

28.845.0003.00100. APOIO A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 5.000,00

002 COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

14.422.0002.20015. MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROCON

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 20.000,00

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001 GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS

04.128.0002.20130. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 60.000,00

04.129.0002.20016. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANÇAS

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 44.000,00

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 50.000,00

28.846.0003.00103. CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIAS E SENTENÇAS JUDICIAIS

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 150.000,00

002 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

04.128.0002.20017. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 55.000,00

04.129.0002.20018. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E POSTO FISCAL

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 25.000,00

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001 GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.122.0002.20035. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 15.000,00

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

002 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0005.20128. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A INFRAESTRUTURA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 133.000,00

004 DEPARTAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO

26.781.0005.10021. CONSTRUÇÃO DO AERODROMO MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 306.000,00

26.782.0005.10022. CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 133.000,00

007 DPTO. DE ÁGUA, ESGOSTO E SERVIÇOS URBANOS

17.512.0006.20049. MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 10.000,00

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

004 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

17.512.0006.10030.CONCLUSÃO DO ATERRO SANITÁRIO, RECICLAGEM E INCINERADOR DE LIXO

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
.R$ 900.000,00

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0007.20065 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA - EF

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.01.000000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação – Exercício.....
.....R$ 52.000,00

12.365.0007.20066 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRE-ESCOLA

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.01.000000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação – Exercício.....
.....R$ 370.000,00

12.365.0007.20067 MANUTENÇÃO ENCARGOS COM AS CRECHES

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.01.000000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação – Exercício.....
.....R$ 42.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0010.20153 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE ATENÇÃO PSOCOSSOCIAL - CAPS

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....
.....R$ 600.000,00

3.1.91.00.00.00 – Aplic. Direta Dec. De Oper. Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integ. Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

0.1.02.000000. Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde- Exercício.....
.....R$ 126.000,00

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

08.243.0013.20155. EXCECUÇÃO DE PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
R$ 172.000,00

004 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANAÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0013.20117. MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
R$ 15.000,00

08.243.0013.20118. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FMDCA

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício.....
R$ 75.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 3. 945.000,00

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.036, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 - LDO, e a Lei Municipal nº 2.077, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 - LOA.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 21 de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020

A Comissão Eleitoral do FUNSEM/MT, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a Publicação da Portaria nº 35/2020, que designou a comissão eleitoral;

Considerando o Regulamento nº 001/2017, que estabelece a eleição para os cargos de Diretor Executivo/Gestor financeiro, Vice-Diretor e dos representantes dos segurados junto ao Conselho Curador e Conselho Fiscal do Funsem;

Considerando a Lei nº 1.170/2007 e suas alterações posteriores;

Considerando a Portaria nº 9.907, de 14 de abril de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

Considerando a Resolução nº 02, de 08 de outubro de 2020 do Conselho Curador do FUNSEM;

Considerando as atribuições conferidas pelo Regulamento nº 001/2017, a Comissão Eleitoral, torna público o presente Edital para conhecimento dos interessados, a abertura de inscrições e as normas que regulamentam o processo de eleição do **DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO, VICE-DIRETOR** e dos representantes dos segurados junto ao **CONSELHO CURADOR** e **CONSELHO FISCAL** do **FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis – MT.**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º Ficam convocados a eleição do **DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO**, **VICE-DIRETOR** e dos representantes dos segurados junto ao **CONSELHO CURADOR** e **CONSELHO FISCAL** do **FUNSEM** – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis – MT.

Art. 2º As normas e os procedimentos que preceituam o processo eleitoral consta no Regulamento nº001/2017, observando as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.170/2007 e as alterações acrescentadas pela Lei Municipal nº 1.536/2012.

DO REGISTRO DOS CANDIDATOS:

Art. 3º Os Servidores interessados em concorrer aos cargos de DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO, VICE-DIRETOR e dos representantes dos segurados junto ao CONSELHO CURADOR e CONSELHO FISCAL, deverão protocolar o pedido de registro de candidatura na Sede do FUNSEM, que o encaminhará à Comissão Eleitoral, para apreciação.

Art. 4º O pedido de inscrição deverá ser preenchido, sem emendas ou rasuras, pelo próprio candidato, conforme formulário, anexo I.

Art. 5º Conforme preceitua o artigo 9º do regulamento nº 001/2017 e os artigos 3º e 12 da Portaria nº 9.907/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o candidato deverá apresentar no ato da inscrição:

I - Ser ocupante de cargo efetivo estável ou inativo;

II - Ser servidor público dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Campo Novo do Parecis;

III - Ter no mínimo 03 (três) anos de efetivo exercício em qualquer função pública municipal;

IV - Apresentar no ato da inscrição Certidão de Regime Disciplinar e Sindicância, expedido pelo órgão da administração pública municipal em que o servidor estiver vinculado; V – Apresentar no ato da inscrição Certidão Negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual de Mato Grosso e da Justiça Federal; VI – Apresentar no ato da inscrição declaração de não ter incidido em alguma das situações prevista no inciso I do Art. 1º da Lei Complementar nº 64/1990, conforme modelo constante do anexo II; VII – Apresentar no ato da inscrição, cópias dos documentos pessoais RG e CPF e dos demais documentos descritos neste artigo de todos os servidores que concorreram aos cargos de Diretor Executivo/Gestor Financeiro, Vice-Diretor e do Conselho Curador e Conselho Fiscal que comporá cada chapa. **Parágrafo Único**: Para os candidatos a Diretor Executivo/Gestor Financeiro e Vice–Diretor, no ato do registro de suas candidaturas, deverão apresentar, além dos documentos acima elencados, os seguintes documentos: I - Possuir e apresentar no ato da inscrição a cópia do CPA 10(Certificação Profissional AMBIMA), conforme exigência da Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, conforme o Parágrafo 4° do artigo 61 da Lei 1.170/2007 acrescentado pela Lei 1.536/2012, o exame de certificação Profissional AMBIMA, Série 10, mencionado no parágrafo único do art. 48 da Lei 1.170/2007 acrescentado pela Lei 1.536/2012 e neste artigo; II – Apresentar no ato da inscrição, por meio de declaração, experiência de no mínimo 2 (dois) anos, conforme as especificações de cada cargo ou função, no exercício de atividades nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria, conforme disposto no artigo 12 da Portaria n º 9.907/2020 e na Resolução nº 02/2020 emitido pelo Conselho Curador do FUNSEM; III - Possuir e apresentar no ato da inscrição, formação de nível superior.

Art. 6º Conforme preceitua o artigo 10 do regulamento nº 001/2017, estão vedados de participarem como candidatos às eleições do FUNSEM o servidor que:

I - Tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II - Esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III - Esteja sob processo de sindicância;

V - Esteja sob licença sem vencimento.

Art. 7º Os candidatos interessados em concorrer a eleição deverão apresentar pedido de inscrição junto à Comissão Eleitoral, do dia 22 de outubro de 2020 ao dia 13 de novembro de 2020, das 07:00 até às 13:00, junto ao FUNSEM, localizado na Av. Mato Grosso, nº 384-NE, Centro, Campo Novo do Parecis-MT.

Art. 8º Havendo impugnações, será apreciado pela comissão eleitoral, no prazo de até 03 (três) dias úteis.

DA VOTAÇÃO:

Art. 9º A votação será realizada no dia 11 de dezembro de 2020, das 08:00 às 17:00, na sede do FUNSEM.

Art. 10. O voto será livre, direto e secreto, depositado em urna física.

Art. 11. O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador do FUNSEM, devidamente assinado pelo presidente da comissão e um mesário.

Art. 12. Ficam habilitados a votar nas eleições para Diretor Executivo/Gestor Financeiro e Vice-Diretor e dos representantes dos segurados junto ao Conselho Curador e Conselho Fiscal do FUNSEM os servidores contribuintes, abaixo relacionados:

I - Estáveis

II - Concursados em estágio probatório;

III - Inativos e pensionistas.

Art. 13. No ato da votação deverá constar o nome do votante na lista de votação.

Parágrafo Único. O eleitor deverá apresentar no ato de votação um documento oficial com foto.

Art. 14. Não é permitido voto por procuração.

Art. 15. O votante que se enquadrar em um dos incisos do artigo 12 do presente edital e do artigo 20 do Regulamento 001/2017, e seu nome não constar na lista de votação, após diligências da comissão eleitoral, poderá votar em uma lista em separado.

Art. 16. O processo de votação será conduzido por mesas receptoras, designadas pela comissão eleitoral.

Art. 17. A apuração dos votos será iniciada, imediatamente após o encerramento da votação, sob coordenação da Comissão Eleitoral, conforme determina o Regulamento 001/2017.

Art. 18. O resultado das eleições será divulgado logo após a contagem dos votos e constará em ata realizada pela Comissão Eleitoral e divulgado através de edital.

Art. 19. O processo de eleição deverá respeitar as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19), de acordo com as normas vigentes pelo órgão público municipal, respeitando as peculiaridades impostas pelas as autoridades sanitárias.

Campo Novo do Parecis/MT, 21 de outubro de 2020.

GILMAR ROCHA

Presidente da Comissão Eleitoral

SARA CASTELLI TARCÍSIO NASCIMENTO DA SILVA

Membro Membro

TERESINHA EWERLING DELMIRA MARIA NETA

1° Suplente 2° Suplente

ANEXO I **FICHA DE INSCRIÇÃO** **ELEIÇÃO DO FUNSEM 2020**
GESTÃO 2021/2023
Nº DA INSCRIÇÃO: _____
DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO
NOME: _____
RG:_____ CPF:_____ **Data de Certificação CPA-10 _____** **Data de vencimento do Certificação do CPA-10 _____**
VICE-DIRETOR
NOME: _____
RG:_____ CPF:_____ **Data de Certificação CPA-10 _____** **Data de vencimento do Certificação do CPA-10 _____**
CONSELHO CURADOR
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____

RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
CONSELHO FISCAL
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**
NOME: _____
RG: _____ **CPF: _____**

ANEXO II

DECLARAÇÃO (conforme inciso VI do art. 5° deste Edital)

Eu,_____, portador(a) da identidade n°_____, CPF n°_____, residente e domiciliado_____, DECLARO, para os devidos fins que não incidi em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Campo Novo do Parecis-MT,_____de _____ de 2020.

_____

Assinatura

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PUBLICAÇÃO

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA tornam públicas as seguintes licenças emitidas.

Protocolo	Nº Licença	Razão Social	Atividade Licenciada	Município
00137/2020	LP nº 00289/2020 e LI nº 00290/2020	JOZAIR VASCONCELOS DA CRUZ – (CONDOMÍNIO RESIDENCIAL/COMERCIAL ESTRELA DE DAVI)	CONDOMÍNIO UNIFAMILIAR OU CONJUNTOS HABITACIONAIS	Campo Novo do Parecis/MT

Campo Novo do Parecis, 21 de Outubro de 2020

Atenciosamente,

VANESSA LUIZA VASELI

Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente

Portaria 801/2020

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 228, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Nº. 2.036/2019 e 2.077/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
002	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**		
12.361.0007.20065	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA - EF**		
4490000000	**Aplicações diretas**		
0101000000	Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício (quinze mil reais)	R$	15.000,00
	Total Suplementado:	R$	15.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
002	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**		
12.361.0007.20072	**MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR**		
3390000000	**Aplicações diretas**		
0101000000	Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício (quinze mil reais)	R$	15.000,00
	Total Reduzido:	R$	15.000,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.036, de 09 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 –LDO e a Lei Municipal nº 2.077, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 – LOA, conforme Lei Nº 2.092/2020.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, aos 19 de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal Interina de Administração

Portaria n° 788/2020

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 804, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 804, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal nº 1501/2012;

o memorando nº 654/2020, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 02 de outubro de 2020;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1.NOMEAR a partir de 05 de outubro de 2020,os membros da Conselho Municipal de Educação, para a gestão 05/10/2020 a 05/10/2022, com a seguinte composição:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Mari Cândida Zaminhan, CPF: 582.867.649-00

Suplente: Léia Maria Réa Nedel, CPF: 304.069.781-15

II - Representantes das Comunidades Indígenas:

Titular: Valdirene Avelino Zakenaezokero, CPF: 910.808.511-00

Suplente: Valdomiro Nezokemae, CPF: 616.388.701-87

III - Representantes dos Professores e Diretores de Escolas Públicas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Jefferson Dias Duarte, CPF: 915.556.631-68

Suplente: Giovani Corrêa dos Santos, CPF: 003.940.325-43

IV- Representantes das Associações de pais e Professores – APPs das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Gerson Fachin de Oliveira, CPF: 846.092.731-87

Suplente: Eugênia Lorini, CPF: 001.803.170-67

V – Representantes dos Docentes do Ensino Fundamental – 1° ao 9° ano da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Elizabete Oliveira dos Passos, CPF: 241.441.261-53

Suplente: Neuza Aparecida Venâncio Pereira, CPF: 867.147.081-49

VI - Representantes dos Docentes da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Marisa Rodrigues Batista, CPF: 464.761.480-87

Suplente: Evlin Goulart, CPF: 015.421.221-04

VII – Representantes do Rotary Clube:

Titular: Janaína Maria Sarmento, CPF: 035.984.534-77

Suplente: Aline Gabrielly Perini Tomazelli, CPF: 010.106.591-46

VIII – Representantes do Lions Clube:

Titular: Adilson Pereira Esteves, CPF: 788.681.491-68

Suplente: Andréia Andrade Lima Lourenço, CPF: 858.413.741-68

IX – Representantes da Associação Beneficente José Delfino de Campos Sousa:

Titular: Hurben Fernando dos Santos

Suplente: Elton Fábio Suares, CPF: 488.739.341-53

X – Representantes da APAE:

Titular: Edna Tubiana Baú, CPF: 038.355.879-43

Suplente: Marileusa Pereira, CPF: 708.498.031-87

XI – Representantes dos Docentes do Ensino Privado:

Titular: Luana Ferreira Batista, CPF: 034.123.301-32

Suplente: Katiuscia Ferreira Vargas, CPF: 692.996.501-44

2. O exercício da função de Conselheiro será gratuito e constituir-se-á em serviço público relevante.

3. As competências e demais atribuições do Conselho são constantes na Lei Municipal nº 1501/2012.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 856, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

REVOGA A PORTARIA Nº 422/2020 QUE INSTITUI A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020.

PORTARIA Nº 861, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA **FABIANA MOTA DE OLIVEIRA.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto nos art. 114, 115 e 116 da Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

os Pareceres Sociais nº 017, 021 e 022/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

o Atestado expedido pelo médico Carlos Eduardo Drummond CRM MT/11.580;

os Atestados expedidos pelo médico Juliano Santangelo Leiner CRM MT/6276;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Famíliaà servidora municipal **Fabiana Mota de Oliveira,** matrícula funcional nº 4611, efetiva no cargo de Professor 30H, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Licença concedida será de 80 (oitenta) dias, nos seguintes períodos:

30 dias, com vencimentos integrais	21/09/2020 a 25/09/2020
	28/09/2020 a 12/10/2020
	13/10/2020 a 22/10/2020

30 dias, com 2/3 dos vencimentos	23/10/2020 a 21/11/2020
20 dias, com 1/3 dos vencimentos	22/11/2020 a 11/12/2020

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PORTARIA Nº 857, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

NORMATIZA O PLANTÃO DAS CONSELHEIRAS TUTELARES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Art. 33, inciso II da Lei Municipal nº 2032/2020, alterado pela Lei Municipal nº 2097/2020, publicada em 02 de abril de 2020;

a Resolução nº 004/2020/CMDCA;

o Memorando nº 568/2020 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a escala de trabalho como plantonista, das conselheiras tutelares vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, no mês de outubro de 2020:

Dia	Dia da Semana	Conselheira 1	Conselheira 2	Folgas de Plantão
01	**Quinta**	Lediana	Joselma	
02	**Sexta**	Lediana	Joselma	
03	**Sábado**	Lediana	Joselma	
04	**Domingo**	Lediana	Joselma	
05	**Segunda**	Patrícia	Josenilda	Joselma
06	**Terça**	Patrícia	Josenilda	
07	**Quarta**	Patrícia	Josenilda	
08	**Quinta**	Patrícia	Josenilda	
09	**Sexta**	Patrícia	Josenilda	
10	**Sábado**	Patrícia	Josenilda	
11	**Domingo**	Patrícia	Josenilda	
12	**Segunda**	Lediana	Bianca	Feriado
13	**Terça**	Lediana	Bianca	Josenilda
14	**Quarta**	Lediana	Bianca	
15	**Quinta**	Lediana	Bianca	
16	**Sexta**	Lediana	Bianca	
17	**Sábado**	Lediana	Bianca	
18	**Domingo**	Lediana	Bianca	
19	**Segunda**	Patrícia	Joselma	Lediana
20	**Terça**	Patrícia	Joselma	
21	**Quarta**	Patrícia	Joselma	
22	**Quinta**	Patrícia	Joselma	
23	**Sexta**	Patrícia	Joselma	
24	**Sábado**	Patrícia	Joselma	
25	**Domingo**	Patrícia	Joselma	
26	**Segunda**	Josenilda	Bianca	Patrícia
27	**Terça**	Josenilda	Bianca	
28	**Quarta**	Josenilda	Bianca	
29	**Quinta**	Josenilda	Bianca	
30	**Sexta**	Josenilda	Bianca	Ponto Facultativo
31	**Sábado**	Josenilda	Bianca	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PORTARIA Nº 859, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA **LUIZA CRISTINA LOPES.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Art. 124 da Lei Municipal nº 1130/2006;

o Memorando nº 713/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

o Memorando nº 423/2020, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos;

o Requerimento assinado pela servidora Luiza Cristina Lopes;

o período aquisitivo: 01/08/2009 a 30/07/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade à servidora municipal **Luiza Cristina Lopes,** matrícula funcional nº 147, efetiva no cargo de Professor 40H, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A licença concedida será de 30 (trinta) dias, com início em 01/10/2020 e término em 30/10/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PORTARIA Nº 860, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA **JOENI PEREIRA DE ARRUDA.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto nos art. 114, 115 e 116 da Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

os Pareceres Sociais nº 017, 021 e 022/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

o Atestado expedido pelo médico Newton Tafuri CRM MT/2897;

o Atestado expedido pelo médico Juliano Santangelo Leiner CRM MT/6276;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Famíliaà servidora municipal **Joeni Pereira de Arruda,** matrícula funcional nº 2479, efetiva no cargo de Agente Fiscalização Sanitária, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Licença concedida será de 30 (trinta) dias, com início em 28/09/2020 e término em 27/10/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 233, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO DEFINITIVO DOS SERVIDORES ABRANGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 2084/2019 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ESTÃO COM DIREITO À APOSENTADORIA OU NA IMINÊNCIA DE ADQUIRIR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas leia Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Municipal Nº 2084, de 23 de dezembro de 2019, que reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação, do município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências; ***Considerando*** a Portaria Municipal nº 163, de 05 de março de 2020; ***Considerando*** o Ofício nº 011/2020 da Comissão de Reenquadramento dos Profissionais da Educação; ***Considerando*** o Poder Discricionário; ***Considerando*** a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º REENQUADRAR EM DEFINITIVO os servidores públicos, profissionais da secretaria de educação em exercício, que estão com direito adquirido à aposentadoria na iminência de adquirir, nos termos do art. 15 c/c art. 52 da Lei Municipal nº 2084 de 23 de dezembro de 2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação do município de Campo Novo do Parecis c/c Portaria nº 163, de 05 de março de 2020.

Art. 2º Os servidores públicos do Município de Campo Novo do Parecis, definitivamente reenquadrados, estão arrolados no Anexo Único, parte integrante deste instrumento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias do mês de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PREFEITURA DE CAMPO NOVO DO PARECIS													
COMISSÃO DE REENQUADRAMENTO													
RELATÓRIO DEFINITIVO DE REENQUADRAMENTO													
LEI MUNICIPAL Nº 2.084/2019													
ANEXO I DECRETO EXECUTIVO Nº 233/2020													
Número de Ordem	Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Nível (em 31/07/2020)	Classe (31/07/2020)	Vencimentos R$ (em 31/07/2020)	Nível (Progressão Vertical)	Classe (Progressão Horizontal)	Tempo de Eetivo Exercício em Anos	Data de Admissão	Vencimentos R$ (Reenquadramento)	V P N I	Vencimentos R$ (de acordo com a lei nº 2.084/2019)
1	475	Denise Antunes Corrêa	Professor 40h	21	C	8.246,69	21	D	22	14/02/1998	-	-	8.316,82
2	876	Iolanda Souza Gama	Professor 40h	19	D	7.975,04	19	D	21	09/02/1999	-	-	8.202,92
3	555	Joelir Alves e Silva	Professor 40h	21	D	8.202,92	21	C	22	13/02/1998	7.366,33	836,59	8.202,92
4	504	Márcia Lisiane Brigo	Professor 40h	21	E	8.906,00	21	C	22	13/02/1998	7.366,33	1.539,67	8.906,00
5	154	Maria Aparecida Aquino Yonekawa	Professor 40h	24	F	10.302,46	24	D	25	18/04/1995	8.658,63	1.643,83	10.302,46

6	747	Nedite Regina Dalavia Lopes	Professor 40h	20	E	8.782,30	20	C	21	20/04/1999	7.366,33	1.415,97	8.782,30
7	828	Antonia Alencar Viana	Agente Educacional Infantil	19	C	4.647,81	19	C	20	06/10/1999	4.647,81	-	4.647,81
8	873	Dalva Consuelo de Almeida Santana	Professora 40h	19	E	8.658,63	19	C	20	14/02/2000	7.063,48	1.595,15	8.658,63
9	100	Darli Seibert Ventura	Professora 40h	25	F	10.439,81	25	C	26	07/12/1993	7.669,04	2.770,00	10.439,81
10	528	Dilza de Fatima Zamparoni Congio	Professora 40h	21	E	8.906,00	21	D	22	27/02/1998	8.202.92	703,08	8.906,00
11	556	Edilse Carneiro de Oliveira dos Santos	Professora 40h	21	C	8.383,46	21	D	22	13/02/1998	8.088,82	294,64	8.383,46
12	1467	Elizete Teixeira de Quadros	Professora 30h	17	E	6.308,47	17	D	18	04/03/2002	5.810,25	498,22	6.308,47
13	152	Marga Cesca	Professora 40h	24	C	8.810,54	25	D	26	01/07/1994	8.658,46	152,08	8.810,54
14	149	Margit Seibert Correa	Professora 30h	25	F	7.829,93	25	C	26	01/11/1993	5.751.66	2.078.27	7.829,93
15	595	Maria da Penha Alves de Barros	Professora 40h	21	E	8.906,00	21	D	22	19/03/1998	8.202,92	703,08	8.906,00
16	3054	Maria Neucirene Borges	Professora 30h	5	C	4.238,18	5	C	6	27/02/2014	4.238,18	-	4.238,18
17	169	Maristela Segatto Lima	Professora 40h	28	F	10.851,93	28	D	29	22/04/1991	8.886,31	1.965,62	10.851,93
18	197	Valmira Schwan	Professora 40h	25	C	9.268,13	25	C	26	01/11/1993	7.568,01	1.700,12	9.268,13

PORTARIA Nº 858, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **NEILA ADRIANA DOS SANTOS OLIVEIRA.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

o Laudo pericial expedido pelo médico examinador Edmar W. de Oliveira Telles – CRM-MT 1368.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de auxílio-doença à servidora municipal **Neila Adriana dos Santos Oliveira,** matrícula funcional nº 4384, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais.

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 30/09/2020 a 20/11/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 21 dias de outubro de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA - AVISO DE PREGÃO N° 105/2020

AVISO DE ERRATA – PREGÃO Nº 105/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, torna pública a Errata do Edital do Pregão Nº 105/2020 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO QUE IRÃO COMPOR A CESTA BÁSICA, onde se lê: 04 **de NOVEMBRO de 2020, leia-se:** 05 **de NOVEMBRO de 2020.**Campo Verde - MT, 21 de outubro de 2020.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 070/2020.

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 070/2020, PARA O FORNECIMENTO DE ETANOL AO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

Pregão nº. 032/2020.

Processo nº. 1016/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE -MT

CONTRATADO: PAULO ANDREIS E CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n°. 08.455.945/0001-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no lote 02, conforme abaixo:

Descrição	Valor unitário atual	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro
Etanol	2,91	3,11

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 21 de outubro de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
COMITÊ DE GESTÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA

ATA 001/2020 REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20/10/2020.

Reuniu-se ordinariamente o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, nas dependências da Sala dos Conselhos, sito a Av. Alagoas, s/n, anexo ao Cadastro Único, Bairro Bom Clima, Esquina c/Posto de Saúde São Lourenço, Campo Verde-MT, estando presentes as Senhoras: Rosilene Sanguini Schroeter, Fernanda Reis, Josiely Regina Chagas Aventura, Izabel Cristina Gutierrez, Daniela Ivo Santos. A Presidente, Sra Rosilene Sanguini Schroeter cumprimenta a todas as presentes e inicia a reunião apresentando as respectivas pautas: **Primeira Pauta: Encerramento do Programa Pró-Família.** Registra o recebimento do Ofício nº 0677/2020/GAB/SETASC/MT da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, que encaminha a informação sobre a suspensão automática do benefício a partir do mês de novembro/2020, tendo em vista que as famílias beneficiárias foram incluídas em 15/10/2018, completando 02 (dois) anos de permanência no Programa Pró-Família (lista em anexo). **Segunda Pauta: Desligamentos das Famílias.** Estãosendo desligadas as famílias que completaram 02 (dois) anos de permanência no programa como solicitado no ofício nº 0677/2020/GAB/SETASC/MT, conforme a lista abaixo:

N°	NOME COMPLETO	CPF	NIS
1	ANALICE LIMA DE CARVALHO	934.854.681-34	201236870-92
2	CLEIDIANE ALMEIDA NEVES	043.968.061-16	16199934920
3	EDNA MONTEIRO PEREIRA	632.774.681-00	212023139-40
4	ELIANE DE AQUINO ARAGÃO	028.316.771-81	16142318481
5	ELIETE NOGUEIRA DE SOUZA	049.467.211-00	212548066-97
6	JANAINA BEUGA DA SILVA	061.479.891-46	163006685-18
7	JOSIANE SANTANA DE MORAES	431.434.115-70	161973076-94
8	LARISSA LOPES DE MORAES	057.446.051-93	204628060-43
9	TAMARA LOPES NASCIMENTO	046.603.571-39	166227986-06

Sem mais nada a relatar, esta ata foi lavrada por mim, Ediane Pavesi, secretária executiva dos conselhos SMAS que será assinada por mim e todos os presentes.

ROSILENE SANGUINI SCHROETER

Presidente

FERNANDA REIS

Repres. Secret. Munic. de Assistência Social

DANIELA IVO SANTOS

Repres. OAB

JOSIELY REGINA CHAGAS AVENTURA

Repres. Secret. Munic. de Assistência Social

IZABEL CRISTINA GUTIERREZ

Conselho Munic. de Assistência Social

EDIANE PAVESI

Secretária Executiva dos Conselhos SMAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 156/2020.

, PARA O FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM AO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

Pregão nº. 062/2020.

Processo nº. 1635/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE -MT

CONTRATADO: **PAULO ANDREIS E CIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob n°. 08.455.945/0001-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no lote 01, conforme abaixo:

Descrição	Valor unitário atual	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro
Gasolina Comum	4,56	4,63

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 21 de outubro de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO CONTRATO N° 108/2020

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: **Reforma e Adequação do ginásio poliesportivo 28 de novembro**, conforme termo de referência, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e especificações, todos anexos a este projeto básico e demais documentos constantes no processo licitatório.

VALOR GLOBAL: R$ 106.007,87 **(**cento e seis mil, sete reais e oitenta e sete centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;

Unidade: 04 – Departamento de Esporte;

Centro de Custo: 9.200 – Departamento de Esporte;

Despesa: 816 – 09.02.1.194.4.4.90.51.99.00.00.00– Obras e Instalações.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240(duzentos e quarenta) dias;

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses;

VINCULAÇÃO: Tomada de Preços nº 07/2020, Processo Administrativo nº 130/2020, Processo de Compra nº 135/2020.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE Construtora MM - ME**, CNPJ:** 18.204.777/0001-33/CONTRATADO.

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 159, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR remanejamento DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.106, de 14 de abril de 2020;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar por Remanejamento ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 11 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

UNIDADE: 01 Departamento Agropecuário

PROJETO: 2.097 Gerenciamento das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

(684) 4.4.90.52.00.00.01.0000 R$ 186.000,00

Total.....R$ 186.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito suplementar por Remanejamento a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

UNIDADE: 01 Departamento Agropecuário

(675) 3.3.50.43.00.00.1.008.01.0000 Subvenções Sociais R$ 30.000,00

(678) 3.3.90.14.00.00.2.097.01.0000 Diárias Civil R$ 10.000,00

(688) 3.3.90.39.00.00.2.102.01.0000 Outros Serv. de Terc. – Pessoa Jurídica R$ 30.000,00

(689) 3.3.90.48.00.00.2.102.01.0000 Outros Auxílios Financeiros a Pessoa R$ 30.000,00

UNIDADE: 02 Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente

(701) 3.3.90.36.00.00.1.007.01.0000 Outros Serv. de Terc. – Pessoa Física R$ 10.000,00

(702) 3.3.90.39.00.00.1.007.01.0000 Outros Serv. de Terc. – Pessoa Jurídica R$ 6.000,00

(691) 3.3.90.32.00.00.1.122.01.0000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição R$ 50.000,00

(696) 3.3.90.39.00.00.2.100.01.0000 Outros Serv. de Terc. – Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(698) 3.3.90.36.00.00.2.101.01.0000 Outros Serv. de Terc. – Pessoa Física R$ 10.000,00

Total da anulação.....R$ 186.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 21 de outubro de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 57/2020.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 06/2020, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente a locação de caminhão e reboque durante a manutenção da frota Municipal que apresentou dano no motor sendo necessário um período para compra das peças e concerto.

Contratado: AGILE SEGURANÇA ELETRONICA E INFORMATICA EIRELI-EPP. CNPJ/MF nº 22.845.900/0001-72.

Valor global: R$ 16.114,08 (dezesseis mil, cento quatorze reais e oito centavos).

Fundamento Legal: Art. Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, art. 1º, II, do Decreto Federal nº 9.412/2018.

Dispensa de Licitação: 57/2020.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 21 de outubro de 2020.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO N° 106/2020.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: **CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA COZINHA UNIFICADA E PADARIA MUNICIPAL**, conforme termo de referência, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e especificações, todos anexos a este projeto básico e demais documentos constantes no processo licitatório.

VALOR GLOBAL: R$ 937.519,64 **(**novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação;

Unidade: 04 – Departamento de Educação;

Centro de Custo: 8.100 – Secretaria Municipal de Educação;

Despesa: 806 –08.01.1.189.4.4.90.51.99.00.00.00– Obras e Instalações.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240(duzentos e quarenta) dias;

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses;

VINCULAÇÃO: Tomada de Preços nº 05/2020, Processo Administrativo nº 130/2020, Processo de Compra nº 126/2020.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE Construtora MM - ME**, CNPJ:** 18.204.777/0001-33/CONTRATADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 044/2020/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 044/2020/SMS

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, matrícula funcional nº 2156 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 992.905.881-87, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da VIRGINIA QUEIROZ CAMPOS, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 825.546.502-25, que tem por objeto prestação de serviços com consultas especializadas em psiquiatria para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da VIRGINIA QUEIROZ CAMPOS, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 825.546.502-25, que tem por objeto prestação de serviços com consultas especializadas em psiquiatria para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

_____

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 352/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 224/2020

Portaria nº 224/2020

De 20 de março de 2020.

Dispõe sobre retorno ao Serviço da Servidora Pública com licença interesse Particular.

Fábio Marcos Pereira Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102, parágrafo único, da Lei Municipal Complementar n° 028/2002 – Estatuto do Servidor Público,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder retorno às funções a servidora **Oliva Possebom**, efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em licença interesse concedida pela Portaria 109/2010 em 01/11/2010, a partir do dia 04/06/2012.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação, com efeitos retroativos à 04/06/2012.

Art. 3° - Revogam – se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 20 de março de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

(*) Republicada por conter no documento público no Diário Oficial de Contas (TCE/MT) nº 1876, de 25/03/2020, p.58 e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM) nº 3.445, de 25/03/2020, p.443, erro material (digitação), divergindo do documento assinado.

PORTARIA Nº 612/2020

Portaria nº 612/2020

De 14 de outubro de 2020

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a ***Matilde Doehl***, ocupante do cargo de Professora. Matricula n°4712 lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 13 de outubro de 2020 a 10 de janeiro de 2021, relativo ao quinquênio de 2013-2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de outubro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 14 de outubro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.528/2020 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Lei Municipal nº 1.528/2020 de 21 de outubro de 2020

(Projeto de Lei nº060/2020 de autoria do Executivo).

Autoriza o Poder Executivo Abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e dá Outras Providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana – MT, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder abertura de um Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 3.606.720,79 (Três Milhões, Seiscentos e Seis Mil, Setecentos e Vinte Reais e Setenta e Nove Centavos), para atender as necessidades do orçamento corrente de 2020. Sendo distribuídos de acordo com as seguintes Fontes de Recurso:

Fonte de Recurso (00): R$ 3.606.720,79

TOTAL R$ 3.606.720,79

Art. 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos pelos recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas de custeio, nos termos do art. 42 e 43. § 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Canarana - MT, em 21 de outubro de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 367 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **APARECIDA MONTEIRO DOS SANTOS** matricula nº 3278, cargo de Agente Comunitária de Saúde, na data 21 de Outubro de 2020, lotada na Secretaria Muni-

cipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 21 de Outubro de 2020 ao dia 25 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 326/2020

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 351 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **JULIANA DA SILVA MIGUEL** matricula nº 3547, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na data 30 de Setembro de 2020, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento própria saúde no dia 30 de Setembro de 2020 ao dia 02 de Outubro de 2020 totalizando 03 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA

Secretario Municipal de Saúde

Decreto nº 326/2020

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 365 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARILENE GOMES DA SILVA DA COSTA, Secretaria Municipal Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **VALDEMIR GOMES DE ARAUJO** matricula nº 4130, cargo de Operador de Maquinas na data 21 de Outubro de 2020, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo, concede licença para tratamento própria saúde no dia 20 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARILENE GOMES DA SILVA DA COSTA

Secretaria de Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria,

Comércio, Meio Ambiente e Turismo.

Decreto nº 108/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 68/2020

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 68/2020

A Presidente da CPL torna público que realizou Licitação **DISPENSA Nº 68/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** O objeto do presente é a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PERTENCENTES AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RODAGEM DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** e sagrou-se vencedora a empresa **ISAMAEL ROSA DOS SANTOS MONTEIRO 65062779120 ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 38.328.257/0001-40**, com o valor de **R$ 5.712,00 (cinco mil e setecentos e doze reais).**

Castanheira - MT, 21 de **Outubro** de **2020,**

MARIANA LEITNER RODRIGUES

Presidente da CPL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 68/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 68/2020

Dispensa de licitação N° 68/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PERTENCENTES AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RODAGEM DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Contratado: **ISAMAEL ROSA DOS SANTOS MONTEIRO 65062779120 ME**

CNPJ: **38.328.257/0001-40**

Valor: **R$ 5.712,00 (cinco mil e setecentos e doze reais)**.

Data da declaração: 21 de Outubro de 2020, Pelo Departamento de Estradas e Rodagem

Data da ratificação: 21 de Outubro de 2020. Pela Prefeita Municipal, Mabel de Fatima Melanezi Almici

Referência Período: 68 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal n. º 8.666/93.

Castanheira MT, 21 de Outubro de **2020.**

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

PREFEITA

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 69/2020

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 69/2020

A Presidente da CPL torna público que realizou Licitação **DISPENSA Nº 69/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** O objeto do presente é a**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL, EM RAZÃO DOS ITENS FRUSTRADOS NO PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2020, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO,** e sagrou-se vencedora a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 03.250.803/0001-92**, com o valor de **R$ 33.027,35 (trinta e três mil vinte e sete reais e trinta e cinco centavos).**

Castanheira - MT, **21** de **Outubro** de **2020,**

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PRESIDENTE DA CPL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 69/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 69/2020

Dispensa de licitação **N° 69/2020**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL, EM RAZÃO DOS ITENS FRUSTRADOS NO PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2020, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO**.

Contratado: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME**

CNPJ: **03.250.803/0001-92**

Valor: **R$ 33.027,35 (trinta e três mil vinte e sete reais e trinta e cinco centavos)**

Data da declaração: 21 de Outubro de 2020, Pela Secretária Municipal de Saúde

Data da ratificação: 21 de Outubro de 2020. Pela Prefeita Municipal, Mabel de Fatima Melanezi Almici

Referência Período: 30 dias.

Base legal: Art. 24 incisos IV, da Lei Federal n. º 8.666/93.

Castanheira MT, 21 de Outubro de 2020.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

PREFEITA

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PP N° 49/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PP N° 49/2020

A Pregoeira torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2020**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM",** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO.** Declarando vencedora as empresas: **MARISTELA S B MENDONCA EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.440.338/0001-13**, com o valor total de **R$ 121.493,40 (cento e vinte e um mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta centavos);** a empresa **COTELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.237.858/0001-13**, com o valor total de **R$ 74.936,80 (setenta e quatro mil novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos);** e a empresa **R J M COMERCIAL EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.771.901/0001-94**, com o valor total de **R$ 302.977,00 (trezentos e dois mil e novecentos e setenta e sete reais).**

Castanheira – MT **21 de Outubro de 2020**.

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA DESIGNADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 611/GP/2020 EM, 21 DE OUTUBRO DE 2020.

Portaria nº 611/GP/2020

Em, 21 de outubro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª HELIA MARIA MOREIRA PACHECO DE MELLO,** portadora do RG nº 345636 e CPF nº 384.384.101-20, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, 40 (quarenta) dias de licença para tratar de interesses particulares (***licença sem ônus para o município***), conforme Oficio nº 132/2020/SMA, de acordo com o artigo 102 da Lei Municipal 581/91.

A licença de que se trata a presente portaria terá início em 21/10/2020 e término em 29/11/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 30/11/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 21/10/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 21 de outubro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 609/GP/2020 EM, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

Portaria nº 609/GP/2020

Em, 20 de outubro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª ZENIR BENEDITA FERREIRA DA MATA,** portadora do RG nº 15228932 e CPF nº 001.635.981-00, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 10/04/2016 a 10/04/2017, conforme processo 2763/2020, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 16/11/2020 e término em 15/12/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 16/12/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 16/11/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de outubro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 610/GP/2020 EM, 20 DE OUTUBRO DE 2020.

Portaria nº 610/GP/2020

Em, 20 de outubro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª SILVANIA DOS SANTOS E SILVA,** portadora do CPF nº 544.294.981-72, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao **período de 01/12/2018 a 01/12/2019**, conforme processo 2783/2020, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 05/02/2021 e término em 06/03/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 07/03/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 05/02/2021.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de outubro de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 458, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

DECRETO Nº 458, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

Renova a composição do Conselho Municipal de Assistência Social e revoga o Decreto nº 187/2018 e suas alterações.

LUIZ ANSELMO FELDHAUS, Prefeito em exercício do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei nº 263/1996, com alterações introduzidas pelas Leis nº 023/1999 e 003/2003; e

Considerando a solicitação formulada pelo Conselho Municipal de Assistência Social por meio do Ofício Conselho nº 105/2020/Sala dos Conselhos;

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a composição e nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com o que dispõe o art. 4º, da Lei nº 263, de 08 de novembro de 1996, para o período de 17 de outubro de 2020 a 17 de outubro de 2022.

Art. 2º Respeitadas as competências do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - definir as prioridades da política de assistência social;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;

V - propor e acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;

VII - aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;

VIII - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XI - regulamentar suplementarmente as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o artigo 22, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõem sobre os benefícios eventuais, as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública;

XII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XIII - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais;

XIV - dar posse aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, a partir da instalação da primeira composição;

XV - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XVI - elaborar seu regimento interno.

Parágrafo único. Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

Art. 3º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, composto de 16 (dezesseis) membros, respectivamente 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, sendo que o número de representantes do Poder Público não poderá ser superior ao da Sociedade Civil, com a seguinte composição:

I - Governo Municipal - 4 titulares e 4 suplentes;

1. Representantes da Secretaria Munic. de Assistência Social:

Titular: Elizangela Rodrigues Barbon

RG:115.877-3 SSP/MT

CPF: 838.663.701-30

End: Rua Pedro Celestino, nº 790 - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 99647-7312

Suplente: Reni Maria Schleicher Bianchin RG: 907.909 SSP/MT

CPF: 593.034.091-91

End. Rua Castelo Branco, nº 1231 - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9955-7844

2. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Silvana de Araújo Santos

RG: 1.633.446-9 SSP/MT

CPF: 009.952.171-73

End: Rua Pará, nº 16 - Meu Lar - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9902-2983

Suplente: Elizangela Silva Cabrerizo

RG: 24.051-9 SSP/MT

CPF: 003.949.021-14

End: Rua Manoel Cursino do Amarantes, s/n - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9984-6191

3. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Sueli Betine

RG: 3447240-1 SESP/MT

CPF: 614.532.851-72

End: Rua Antonio Correia, nº 1483 - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9622-9562

Suplente: Vânia da Silva Santos

RG: 2183401-6 SSP/MT

CPF: 041.247.451-41

End: Rua Antônio João Ribeiro, nº 357 - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9661-2073

4. Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Everson Céser Konzen

RG: 1.377.774-2 SSP/MT

CPF: 945.010.251-15

End: Rua Antônio João Ribeiro, nº 456 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9606-9370

Suplente: Adenor Burille

RG: 1.093.404 SSP/PR

CPF: 371.630.869-20

End: Rua Venceslau Braz, nº 391 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9965-4007

II - da Sociedade Civil - 4 titulares e 4 suplentes;

1. Representantes do Cons. Munic. da Criança e Adolescente

Titular: Lucimara Pagliari

RG: 2569680-7 SSP/MT

CPF: 024.849.701-45

End: Rua Jose de Mesquita, nº 644 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9681-0134

Suplente: Roberto Machado

RG: 1.158.639-7 SSP/MT

CPF: 913.667.981-04

End: Rua Washington Luiz, n° 222, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9911-8116

2. Representantes da Pastoral da Criança

Titular: Cleidinete Viviane Nunes

RG: 0158615-1 SSP/MT

CPF: 038.552.631-83

End: Rua Campos Sales, n° 250 - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9692-7530

Suplente: Norma Amália Konzen

RG: 259.853 SSP/SC

CPF: 651.771.261-53

End: Rua Jose de Mesquita, nº 1916 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9615-6394

3. Representantes da Pestalozzi

Titular: Silmara Coelho Neres

RG: 2.451.005-0 SSP/MT

CPF: 047.667.441-79

End: Rua Professor José Magno, nº 954 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9601-1078

Suplente: Késsia Paula do Prado Mattos Giusti

RG: 2.184.451-8 SSP/MT

CPF: 039.757.881-43

End: Rua Mário Corrêa da Costa, nº 476 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9612-2320

4. Representantes da Associação de Senhoras de Rotarianos - A.S.R.

Titular: Imilia Soeli Pieri Schleicher

RG: 3.003.623-2 SSP/MT

CPF: 741.758.669-49

End: Rua Ferreira Mendes, nº 1232 – Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9965-0345

Suplente: Cleuza Maria Mocellini Schleicher

RG: 0.607.393-0 SSP/MT

CPF: 327.777.361-20

End: Avenida Marechal Candido Rondon, nº 1701 - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9977-1237

Art. 4º A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas seguintes disposições, nos termos do art. 5º, da Lei nº 263, de 08 de novembro de 1996.

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 187/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 19 de outubro de 2020.

LUIZ ANSELMO FELDHAUS

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 456, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

DECRETO Nº 456, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre a renovação da composição do Conselho Municipal de Saúde de Cláudia/MT, revoga o Decreto nº 255/2019 e suas alterações.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei nº 175/2006, com alterações introduzidas pela Lei nº 195/2007; e

Considerando a solicitação formulada pelo Conselho Municipal de Saúde por meio do Ofício Conselho nº 104/2020/Sala dos Conselhos;

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a composição do Conselho Municipal de Saúde para o período compreedido de 14 de outubro de 2020 a 14 de outubro de 2022, de acordo com o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 175/2006, que passa a ter a seguinte composição.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de decisão superior do Sistema Único de Saúde - SUS, com atuação na formulação de estratégia e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, passa a funcionar com a seguinte composição e representatividade, no total de 16 membros:

I - Governo Municipal - 25% divididos entre governo municipal e prestadores de serviços de saúde - total de 04 representantes;

1. Um Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Eli Lourdes Fregonese Rizzi

RG: 0748152-7 SSP/MT

CPF: 488.553.161-68

End: Av. Gaspar Dutra, 440

Fone: (066)9 9662-4402

e-Mail: gestorsaude@claudia.mt.gov.br

Suplente: Celir Coan

RG: 4266924-5 SSP/PR

CPF: 738.436.959-20

End: Rua Castelo Branco 414, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9985-2534

e-Mail: raucoan@gmail.com

2. Um Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Maria Aparecida Bueno

RG: 1694423-2 SSP/MT

CPF: 011.842.501-38

End: Rua Manoel Corsino do Amarante, nº 38, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9977-2331

e-Mail: Maria.bueno1984@hotmail.com

Suplente: Bruna Teixeira Hoshino

RG: 1.579.457-1 SSP/MT

CPF: 034.271.741-31

End: Rua Ferreira Mendes, nº 583, Centro – Cláudia/MT

Fone: (65)9 9678-2899

e-Mail: bruna_hoshino@hotmail.com

3. Um Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Augusto Gonçalves da Silva Neto

RG: 32.285.844-6

CPF: 222.761.038-76

End: Rua Luiz da Costa Ribeiro n°185, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9627-2565

Suplente: Vânia da Silva Santos

RG: 2183401-6 SSP/MT

CPF: 041.247.451-41

End: Rua Antônio João Ribeiro, nº 357 - Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9661-2073

4. Um Representante dos Prestadores de Serviço da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Andreia Rosana de Deus

RG: 20924780 SSP/MT

CPF: 032.381.841-21

End: Rua Getúlio Vargas, nº 1316, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9637-5672

Suplente: Emanuele Teixeira Da Costa

RG: 1147659-1 SSP/ MT

CPF: 957.929.701-06

End: Rua Hermes da Fonseca, nº 578, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9615-8201

II - Prestadores de Serviços de Saúde - 25% de entidades representativas de trabalhadores da saúde – total de 04 representantes:

1. Representante da Área de Saúde de Nível Superior:

Titular: Francieli Vareschini

RG: 23.355.603 SSP/MT

CPF: 044.367.911-81

End: Rua Floriano Peixoto, nº 44, Bairro Rotary – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9623-0931

e-Mail: francielivareschini@hotmail.com

Suplente: Geisla Ribeiro da Silva Trindade

RG: 1462344-7 SSP/MT

CPF: 020.318.441-64

End: Rua Frederico Campos, nº 584, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9639-3845

2. Representante da Área de Saúde de Nível Médio:

Titular: Cristiana Berta Hartmann

RG: 1515258-8 SSP/MT

CPF: 012.259.961-63

End: Rua Castelo Branco, s/nº, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9911-9609

e-Mail: cris_hartmnn@hotmail.com

Suplente: Sedenir Junior Frescura

RG: 1633432-9 SSP/MT

CPF: 021.872.701-14

End: Rua Antonio Correia, nº 461, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9952-8664

e-Mail: frescura5550@gmail.com

3. Representante da Área de Saúde dos Agentes Comunitários e Agentes Endemias:

Titular: Lucivalda Santos Costa

RG: 266.227.120.037 SSP/MA

CPF: 025.600.693-85

End: Rua Getúlio Vargas, nº 927, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9910-8426

e-Mail: lucivaldasantos81@gmail.com

Suplente: Elisângela da Silva Cabrerizo

RG: 245051-9 SSP/MT

CPF: 003.949.021-14

End: Rua Manoel Corsino do Amarante, s/nº, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9984-6191

e-Mail: elisangelasilva102@hotmail.com

III - Entidades representativas de usuários - 50% dos representantes - total de 08 membros representantes;

1. Representante dos Usuários de Organizações dos Moradores de Bairros:

Titular: José Rui de Araújo

RG: 312.9765-6 SSP/PR

CPF: 424.962.509-59

End: Q. 03 L. 08 - Bairro Cabo Manoel Agostinho do Nascimento – Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9699-5526

Suplente: João Ferreira da Silva

RG: 0439777-0 SESP/MT

CPF: 283.597.479-20

End: Q. 02 L. 06 - Bairro Cabo Manoel Agostinho do Nascimento – Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9618-3332

2. Representante dos Usuários de Sindicato Rural e Urbano:

Titular: Antonio Lamperti

RG: 3.671.606-1 SSP/PR

CPF: 523.925.039-15

End: Rodovia MT 423, KM 99 – Município de Cláudia/MT

Fone: (66)9 9632-5718

Suplente: Luiz Alberto Fritsch

RG: 1250568-4 SSP/MT

CPF: 212.336.321-91

End: Avenida Gaspar Dutra, nº 579, Centro - Cláudia/MT

Fone: (66)9 9654-5892

3. Representante dos Usuários de Organizações Religiosas:

Titular: Aparecida Domingos Flausino Saraiva

RG: 2088378-1 SESP/MT

CPF: 808.909.899-15

End: Rua São Luiz, nº 16, Bairro Cabo Manoel Agostinho do Nascimento – Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9671-4215

Suplente: Maria Filomena Antoniazzi

RG: 503.884 SSP/MT

CPF: 361.535.751-53

End: Rua Campos Sales, nº 1257, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9623-8113

4. Representante dos Usuários Lions Clube:

Titular: Varli Fátima Cassini de Assis

RG: 404.773 SSP/MT

CPF: 567.205.721-72

End: Rua Ferreira Mendes, 1217, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9600-100

Suplente: Darci Bento Rodrigues

RG: 1234473 SSP/PR

CPF: 335.327.709-97

End: Rua Castelo Branco, nº 701, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9616-6934

5. Representante dos Usuários Rotary Club:

Titular: Isaias Cavalcante da Silva

RG: 055.042 SSP/MT

CPF: 146.555.351-72146.555.351-72

End: Rua Ferreira Mendes, nº 1434, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9637-3900

Suplente: Adelcir Grigoletto

RG: 534.098 SSP/MT

CPF: 361.534.511-87

End: Estrada Joani, nº 341, Km 03 – Cláudia/MT

6. Representante dos Usuários Loja Maçônica:

Titular: Roberto Machado

CPF: 913.667.981-04

RG: 1.158.639-7 SSP/MT

End: Rua Washington Luiz, n° 222, Centro – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9911-8116

e-Mail: robertomachadoadv@hotmail.com

Suplente: Edilson Morais

CPF: 580.802.871-04

RG: 760.802 SSP/MT

End: Rua Ferreira Mendes, n° 386, Centro – Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9654-2208

e-Mail: morais_edilson@gmail.com

7. Representante dos Usuários Pestalozzi:

Titular: Silmara Coelho Neres

RG: 2.451.005-0 SSP/MT

CPF: 047.667.441-79

End: Rua Professor José Magno, nº 954 - Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9601-1078

e-Mail: sylmaraneres07@hotmail.com

Suplente: Késsia Paula do Prado Mattos Giusti

RG: 2.184.451-8

CPF: 039.757.881-43

End: Rua Mário Correa da Costa, nº 476 - Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9612-2320

e-Mail: pestalozziclaudiamt@outlook.com

8. Representante dos Usuários Idosos:

Titular: Evanir Sandri da Silva

RG: 2986363-5 SESP/MT

CPF: 993.821.990-04

End: Estrada Darlene s/nº, Município de Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9906-2857

Suplente: Zilda Rodrigues Bilieri

RG: 1492611-3 SESP/MT

CPF: 001.546.031-20

End: Rua Rodrigues Alves, nº 1241, Centro - Cláudia/MT.

Fone: (66)9 9974-8060

Art. 3º A função de conselheiro é considerada de relevância pública, sem retribuição financeira pelos serviços prestados e garante ao investido a dispensa do trabalho sem prejuízo de sua remuneração, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 255/2019 e nº 286/2019 e suas alterações.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 14 de outubro de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2020.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Srº. **Luiz Anselmo Feldhaus,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 503924 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 361.543.691-15, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **Arapetro Distribuidora De Petróleo Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.489.111/0001-52, e Inscrição Estadual n.º 13.306.556-1, estabelecida a Rod. BR 163, KM 844,2, SNº, Setor Industrial, Sinop/MT, neste ato representada pelo seu representante legal Srº. **Alair José Camera**, portador do CIRG n.º 4.061.249-1 SSP/PR e CIC n.º 556.366.919-04, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2020**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BETUMINOSO (RR-2C), EAI-EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO e CBUQ ADITIVADO (UTILIZADO A FRIO) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III DO EDITAL DE LICITAÇÃO),E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UND.	VALOR TOTAL
01	RR-2C – EMULSÃO ASFÁLTICA	**TONELADAS**	**220**	**ARAPETRO**	**R$ 2.970,00**	**R$ 653.400,00**
02	EAI – EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO	**TONELADAS**	**81**	**PETROBRAS**	**R$ 2.898,00**	**R$ 234.738,00**
	TOTAL					**R$ 888.138,00**

1.2 A descrição detalhada, contendo as especificações dos materiais e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo III (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório, e deverão ser minuciosamente observadas pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 21/10/2020 até 21/10/2021.

2.2 - Nos termos do § 4º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia - MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2020**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e emissão da referida nota fiscal.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser **entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.**

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima desta Ata.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1-Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer os produtos nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, combustível, motorista/operador,seguros, mão-de-obra, materiais e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2020** e a proposta da empresa **Arapetro Distribuidora De Petróleo Eireli**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 21 de Outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Luiz Anselmo Feldhaus

Prefeito Municipal em Exercício

Arapetro Distribuidora De Petróleo Eireli

Alair José Camera

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome**: SHIRLEY YOTZCHETZ**

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: **HEMILIN FERNANDA TIEDT**

CPF: 041.620.821-54

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO PP 023 2020

Aviso de Resultado

A prefeitura municipal de Cocalinho, através da CPL torna público aos interessados que realizou a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 023/2020, **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÔES DE PEÇAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS**

URBANOS SECRETARIA DE SAUDE E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, **E sagrou se vencedora as Empresas L H AMARAL ME CNPJ. 01.660.095/0001-32 E A HG COMERCIO DE PEÇAS LTDA CNPJ. 05.755.048/0001-23.**

Cocalinho-MT 21 de OUTUBRO de 2020.

Divino Cândido Cardoso

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 102/2020

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR NOBORU TOMIYOSHI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TENDO EM VISTA QUE NO DIA 28 DE OUTUBRO É COMEMORADO O DIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL;

RESOLVE:

Artigo 1º – Transfere o feriado do Dia do Servidor Público Municipal, comemorado no dia **28 de outubro de 2020 (quarta-feira)**, para a próxima sexta -feira dia **30 de Outubro 2020**.

Artigo 2º – Decreta ponto Facultativo no dia 30 de outubro de 2020, em comemoração ao Dia do Servidor Público Municipal.

Artigo 3º – O expediente será normal nesta quarta-feira (28).

Artigo 4º - Os serviços essenciais não serão prejudicados pelo cumprimento desse decreto.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Colíder -MT, em 21 de outubro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o nº 027/2020; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO:** Aquisição de produtos médicos hospitalares, produtos de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPI) para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena – Kaiapó do Mato Grosso, no enfrentamento da pandemia Coronavírus – COVID19; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 06/11/2020 às 08h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br.

Colider/MT, 21 de outubro de 2020.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3135/2020

Projeto de Lei nº 131/2020

Autoria: Poder Executivo

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESENVOLVER O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO TELES PIRES COM O OBJETIVO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA POPULAÇÃO DE COLIDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" .

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo de Colíder, Estado de Mato Grosso, a desenvolver o projeto de transposição do Rio Teles Pires com a objetividade de fornecer o abastecimento de água tratada para a população desta municipalidade.

Parágrafo único - O desenvolvimento de que trata o caput, contará contratualmente com a participação sócio, técnica e econômica da empresa concessionária responsável pela atividade que menciona esta Lei.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias de recursos que serão alocados junto ao Superministério de Desenvolvimento Regional.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder / MT, em 21 de outubro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipalde Colíder/MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3134/2020

Projeto de Lei nº134/2020

Autoria: Poder Executivo

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOBORU TOMIYOSHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), destinados à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2020 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura.		
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Esportes e Lazer		
Função: 27 – Desporto e Lazer.		
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário.		
Programa: 0045 – Infraestrutura e Modernização Esportiva		
Projeto: 10120 – Equipamentos e Material Permanente do Esporte		
Natureza da Despesa:		
FICHA 0069 - 449052 – Equipamentos e Material Permanente Fonte: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros	R$ R$	140.000,00 140.000,00
TOTAL GERAL	R$	140.000,00

ARTIGO 3°: Para dar cobertura ao crédito aberto, conforme descrito no artigo primeiro, serão utilizados os recursos aqueles mencionados no artigo 43 da Lei 4.320/64, e seus parágrafos e incisos.

Parágrafo Único: O Decreto de abertura do crédito adicional indicará os recursos para ocorrer as despesas da presente Lei.

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3087/2019 - LDO 2020, Lei Municipal nº 3096/2019 - LOA 2020 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 21 de outubro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder/MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
COVID-19: LEI Nº 3136/2020

Projeto de Lei nº 132/2020

Autoria: Poder Executivo

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor NOBORU TOMIYOSHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), destinados à Secretaria Municipal de Ação Social.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2020 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Ação Social.		
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social		
Função: 08 – Assistência Social		
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária		
Programa: ***0052 – COVID – AÇÕES EMERGENCIAIS - SUAS***.		
Atividade: 20710 – AÇÕES EMERGENCIAIS SUAS - COVID19		
Fonte de Recursos: 0.1.00. – Recursos Ordinários 0.1.00.077000 –Transferências de Recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus 0.1.27 – Demais Recursos Destinados a Assistência Social 0.1.27.076000 – Transferências de Recursos da LC 173/2020 do Art.5.I. para Assistência Social		
Natureza da Despesa:		
DESPESA CORRENTES	**R$**	**146.000,00**
339030 – Material de Consumo	R$	38.500,00
339032 – Materiais para Distribuição Gratuita	R$	68.500,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R$	39.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**146.000,00**

Parágrafo Único: Os decretos de abertura do crédito adicional indicarão as fontes de recursos onde ocorreram as suplementações.

Artigo 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto, conforme descrito no artigo primeiro, serão utilizados os recursos aqueles mencionados no artigo 43 da Lei 4.320/64, e seus parágrafos e incisos.

§1º - O Decreto de abertura do crédito adicional indicará os recursos para ocorrer as despesas da presente Lei.

§2º - A prestação de contas relativas às despesas realizadas em virtude desta Lei, inclusive cópias de notas fiscais de aquisições ou serviços, serão obrigatoriamente remetidas ao Poder Legislativo no prazo de 30(trinta) dias.

§3º - O total geral desta abertura de credito será aplicado 80%(oitenta por cento) em cestas básicas e 20%(vinte por cento) na Cozinha Comunitária , cuja cestas serão distribuídas pelas entidades: Lions Clube de Colíder, Rotary Clube de Colíder, Casa da Amizade, Pastoral da Sobriedade e a APAE, a partir de 16 de novembro do ano corrente.

Artigo 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3087/2019 - LDO 2020, Lei Municipal nº 3096/2019 - LOA 2020 e Lei Municipal nº 2953/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 13 de outubro de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 383/ADM/2020

PORTARIA Nº 383/ADM/2020, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no seu artigo 112;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento por Licença Maternidade,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Lauriete Vieira de Oliveira Cabral,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6690 a partir do dia **14 de outubro de 2020.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **14 de outubro de 2020,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de outubro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 20 de outubro de 2020.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 154/GP/2020

DECRETO Nº. 154/GP/2020, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão Permanente de Avaliação e Reavaliação da Progressão Funcional, e dá outras providências".

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Substituir Daniel de Souza Teixeira como membro da Comissão Permanente de Avaliação e Reavaliação da Progressão Funcional, instituída através do Decreto nº. 075/GP/2020, pela Servidora **Elvira Mund da**

Costa, matricula nº. 1087-2, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se; e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 19 de outubro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 19 de outubro de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 155/GP/2020

DECRETO Nº. 155/GP/2020, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SUMULA: dispõe sobre a revogação dos artigos 2º e 3º do Decreto Municipal nº 082/GP/2018 e alteração dos artigos 3º, 11, 13 e 14 do texto do Decreto Municipal nº 503/GP/2016 e inserção do art. 13-A Decreto Municipal nº 503/GP/2016.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaisque lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a superveniênciae elevação a status constitucional, através da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, do instituto da Readaptação, atualmente sedimentado no art. 37, § 13º da CF1988 o qual determina que seja mantida a remuneração do cargo de origem dos servidores em readaptação;

CONSIDERANDO que o não preenchimento das exigências legais impede a concretização da readaptação, já que implicará em ofensa ao teor da Súmula 685 do Supremo Tribunal Federal que assim declara: "*É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido. ”*

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado no seu inteiro teor o art. 1º e 2º do Decreto Municipal nº 082/GP/2018.

Art. 2º - Os artigos. 3º, 11, 13 e 14 do Decreto Municipal nº 503/GP/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3.º** Nos casos em que a modificação a que se refere o artigo anterior resultar em contraindicação para o desempenho de todas as atribuições do cargo, a readaptação será feita mediante transferência para exercício de atribuições de cargo de classe diferente, mantido a remuneração do cargo de origem dos servidores em readaptação. ”

“**Art. 11.** A readaptação para atribuição de outro cargo será precedida de um período experimental de trabalho do readaptando, em atribuição de cargo que for indicado, no órgão de lotação ou em outro da Administração, pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável sempre que necessário pela Secretaria Municipal responsável. ”

“**Art. 13.** A transferência poderá ser feita para atribuição de cargo da mesma Secretaria ou de Secretaria diversa, ou ainda, outro Órgão da Administração Municipal, onde houver necessidade de atribuição de cargo vagos, sendo que, neste último caso, deverá ser previamente consultado o titular da Secretaria a que pertence as atribuições do cargo. ”

Art. 3º - Fica inserido no Decreto Municipal nº 503/GP/2016 o art. 13-A.

“**Art. 13-A** Em nenhuma hipótese será permito o servidor investir em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido por concurso público, sendo tão somente permitido o exercício das atribuições de outro cargo, sem que isso possa caracterizar desvio de função (§ 2º do art. 1º Decreto Municipal nº 503/GP/2016). ”

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se; e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 21 de outubro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: Jaraguá Mercantil LTDA EPP

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Aquisição de insumos, EPI´S e materiais hospitalares para enfrentamento ao COVID-19 em atendimento a secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DO CONTRATO: R$ 52.534,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

DATA EMISSÃO: 29/09/2020.

INICIO DA VIGENCIA: 29/09/2020.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2020.

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Pregão Presencial Nº 028/2020- processo Administrativo 21.914/2020.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 395/ADM/2020

PORTARIA Nº 395/ADM/2020, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Norivaldo Alves Vital** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 2750, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2020.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: Jaraguá Mercantil LTDA EPP

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Aquisição de insumos, EPI´S e materiais hospitalares para enfrentamento ao COVID-19 em atendimento a secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DO CONTRATO: R$ 52.534,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

DATA EMISSÃO: 29/09/2020.

INICIO DA VIGENCIA: 29/09/2020.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2020.

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Pregão Presencial Nº 028/2020- processo Administrativo 21.914/2020.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO:ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTO-MOLDAGEM LTDA Inscrição Estadual 253.353.025 inscrita no CNPJ 01. 481.148/0001-58, situada à Rodovia BR280, nº 8450, MZNINO 01 e 02, bairro Avai, cidade de Guaramirim/SC CEP: 89.270-000

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO : Aquisição de equipamentos de academia ao ar livre e playgrounds devidamente instalados, destinados as praças e/ou espaços públicos.

VALOR DO CONTRATO: R$ 94.257,45 (noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DO INICIO DA VIGENCIA: 05/10/2020.

DATA VENCIMENTO: 05/01/2021.

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Adesão nº. 14/2020 – Processo Administrativo 22.020/20, Pregão Presencial SRP nº 090/2019–Ata de registro de preço nº 274/2019 Prefeitura Municipal de Sorriso/MT.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 396/ADM/2020

PORTARIA Nº 396/ADM/2020, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Cinária Vieira de Jesus**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 509 por um período de **150 (cento e cinquenta) dias a contar de 10 de setembro de 2020.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **10 de setembro de 2020,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2020.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 126/2020

NONO TERMO ADITIVO DE RESCISÃO AMIGÁVEL Nº 126/2020

DATA: 20/10/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. L. CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA LTDA

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2018, REFERENTE À REFERENTE À LOCAÇÃO DE 01 (UMA) MOTO NIVELADORA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE COMODORO – MT.

DOTAÇÃO: 09.03.1.088. 33.90.39.00.00.00.00 2000 (911) - ANULAÇÃO DE **R$ 117.300,00** (CENTO E DEZESSETE MIL E TREZENTOS REAIS)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 035/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 009/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Jeferson Ferreira Gomes,** brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Três Mártires nº 219, bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 27.518.373/0001-05, instalada a r Caetano Alberto Rosset N°: 885 na cidade de Erechim – RS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **84B6.B926.84F0.76D8** de 21/09/2020 até 20/03/2021, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. **Daniel Arcari**, brasileiro, portador do RG nº 80.79.77.61.86 SSP/RS e CPF nº 022.379.790-80 residente e domiciliado no Município de Erechim – RS, doravante denominada **FORNECEDORA,** acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 009/2020 – Processo Administrativo nº. 073/2020, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes

desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir

Esta Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE COMODORO-MT, conforme proposta de preços que integra o presente instrumento, independentemente de sua transcrição, sendo registrados os preços das empresas:

META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI: para o item de Nº 01, totalizando o valor de **R$ 9.000,00** (nove mil reais).

O valor total da presente ata é **R$ 9.000,00** (nove mil reais).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando de 20/10/2020 à 20/10/2021 contados a partir de sua assinatura.

Comodoro - MT, 20 de Outubro de 2020.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº 009/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 036/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 010/2020 – **REGISTRO DE PREÇOS**

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Jeferson Ferreira Gomes,** brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Três Mártires nº 219, bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa **MARISTELA S B MENDONCA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 33.440.338/0001-13, instalada a rua quatro (lot jd alencastro) n° : 10 na cidade de Cuiabá – MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **120F.0056.CAAC.DB9B** de 02/06/2020 até 29/11/2020, representada neste ato pelo sua Proprietária a Srª. **Maristela Santos Brito Mendonça**, brasileira, portador do RG nº 043.014.55 SSP/MT e CPF nº 329.454.851-68 residente e domiciliado no Município de Cuiabá – MT, e a empresa **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 27.518.373/0001-05, instalada a r Caetano Alberto Rosset N°: 885 na cidade de Erechim – RS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **84B6.B926.84F0.76D8** de 21/09/2020 até 20/03/2021, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. **Daniel Arcari**, brasileiro, portador do RG nº 80.79.77.61.86 SSP/RS e CPF nº 022.379.790-80 residente e domiciliado no Município de Erechim – RS, e a empresa **CASA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, instalada na Av. Paraná nº48-N, Bairro Centro, Comodoro-MT, CNPJ: 08.014.523/0001-07, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União nº. **7182.96AB.CDB2.5E56** com validade de 06/10/2020 até 04/04/2021, representada neste ato pelo seu procurador o Sr **Leandro Santos Oliveira Dias**, CPF: 018.994.601-60, RG: 1842621-2 SSP/MT, residente e domiciliado na Cidade de Comodoro –MT, e a empresa **STAR PRIME LTDA**, instalada na Av. Tenente Praeiro nº 3553 A, Bairro Jardim Califórnia no na cidade Cuiabá -MT, CNPJ: 31.395.164/0001-99, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União nº. **ADBD.DECF.7866.C8AB** com validade de 10/08/2020 até 06/02/2021, representada neste ato pelo seu sócio proprietário o Sr **Rui Roner de Assis Junior**, CPF: 727.254.431-72 e RG: 13.39.80.24 SSP/MT, residente e domiciliado na Cidade de Cuiabá –MT, no doravante denominadas **FORNECEDORA**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 010/2020 – Processo Administrativo nº. 074/2020, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, sendo registrados os preços das empresas:

MARISTELA S B MENDONCA EIRELI: para os itens de Nº 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81 e 82 no valor de **R$ 58.255,50** (cinqüenta e oito mil duzentos e cinqüenta e cinco reais e cinqüenta centavos).

META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI: para os itens de Nº 64, 80, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 no valor de **R$ 61.943,00** (sessenta e um mil novecentos e quarenta e três reais).

CASA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP: para os itens de Nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 , 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 27, 30, 32, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 57, 58, 59, 60, 83, 84, 86, 87, 99, 102, 104, 105 e 115 no valor de **R$ 517.761,40** (quinhentos e dezessete mil setecentos e sessenta e um real e quarenta centavos).

STAR PRIME LTDA: para os itens de Nº 89, 90, 100, 101 e 103 no valor de **R$ 6.040,00** (seis mil e quarenta reais).

O valor total da presente ata é de **R$ 643.999,90** (seiscentos e quarenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando de **20/10/2020 á 20/10/2021.**

Comodoro - MT, 20 de Outubro de 2020.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº 010/2020.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 127/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 127/2020, AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SEGURO Nº 083/2020

DATA:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA:

OBJETO: ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SEGUROS **Nº. 083/2020**, QUE TEM COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SEGUROS, PARA A FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, SENDO O ACRÉSCIMO NO VALOR DE **R$ 1.540,00** (MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS) CORRESPONDENDO A UM AUMENTO DE **16,11** % NO CONTRATO Nº 083/2020, FICANDO AJUSTADO O VALOR DO CONTRATO EM **R$ 11.100,00** (ONZE MIL E CEM REAIS).

DOTAÇÃO: 03.04.2.102. 33.90.39.00.00.00.00 2000 (135)

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

Processo Administrativo: 075/2020 Interessado: Prefeitura Municipal de Comodoro. Assunto: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 011/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.

A empresa MADETRES COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI única licitante que teve interesse no certame, porém apresentou preço acima do estimado por esta administração, a mesma declarou que não possui condições de melhorar a sua proposta. Face a essa manifestação, restou a esta comissão declarar FRACASSADA a licitação.

Comodoro – MT, 21 de Outubro de 2020.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 077/2020 DE 16/10/2020

PORTARIA Nº 077/2020 DE 16/10/2020

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei; e,

Considerando a comemoração do Dia Nacional do Servidor Público em 28 de outubro;

Considerando o Decreto nº 681/20 de 09/10/2020 do Governo do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Decreto nº 075/2020 de 14/10/2020 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º. ***TRANSFERIR*** **para o** ***DIA 30 DE OUTUBRO DE 2020 – SEXTA-FEIRA*****, o** ***PONTO FACULTATIVO que seria concedido no dia 28 de outubro de 2020 – quarta-feira, em comemoração ao "Dia do Servidor Público",*** **nas atividades na Câmara Municipal.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza **-** 1º Secretário

EXTRATO DE ADITIVO Nº 125/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 125/2020 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 125/2019

DATA: 19/10/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: E. T. DA SILVA & CIA LTDA – ME

OBJETO: aditivo de alteração da clausula Primeira do Contrato nº. 125/2019, referente à execução das atividades de gerenciamento de resíduos sólidos, com responsabilidade técnica. o gerenciamento dos resíduos sólidos, sendo a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- Resíduos de Construção Civil: recebimento dos resíduos e segregação;

- Resíduos orgânicos: operação e controle de processo de compostagem;

- Resíduos de podas: recebimento dos resíduos, armazenamento e pré beneficiamento dos resíduos de podas;

- Resíduos volumosos (sofás, armários, etc...) e resíduos eletrônicos: desmonte dos resíduos e encaminhamento dos materiais resultantes para destino final;

- Pneus inservíveis: recebimento dos resíduos, armazenamento e controle quantitativo.

- Resíduos recicláveis – recebimento, classificação, prensagem e destinação final dos resíduos recicláveis;

- Resíduos não recicláveis domiciliares e comercias – acompanhar e controlar as destinações para aterro

- Licenciamento – licenciar a área disponibilizada pela prefeitura para todas as atividades descritas acima;

- Responsabilidade técnica – assumir responsabilidade técnica junto ao CREA pelos resíduos sólidos municipais, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos;

1.2 considerando que a empresa não terá responsabilidade sobre os resíduos sólidos municipais do qual engloba os resíduos hospitalares do município, no qual os resíduos hospitalares é de responsabilidade especifica.

1.3 a empresa assume a responsabilidade técnica pelo recebimento, classificação, armazenamento e destinação dos resíduos sólidos, com isso a alteração fica corrigida para:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- Resíduos de Construção Civil: recebimento dos resíduos e segregação;

- Resíduos orgânicos: operação e controle de processo de compostagem;

- Resíduos de podas: recebimento dos resíduos, armazenamento e pré beneficiamento dos resíduos de podas;

- Resíduos volumosos (sofás, armários, etc...) e resíduos eletrônicos: desmonte dos resíduos e encaminhamento dos materiais resultantes para destino final;

- Pneus inservíveis: recebimento dos resíduos, armazenamento e controle quantitativo.

- Resíduos recicláveis – recebimento, classificação, prensagem e destinação final dos resíduos recicláveis;

- Resíduos não recicláveis domiciliares e comercias – acompanhar e controlar as destinações para aterro

- Licenciamento – licenciar a área disponibilizada pela prefeitura para todas as atividades descritas acima;

- Responsabilidade técnica – assumir responsabilidade técnica junto ao CREA pelo recebimento, classificação, armazenamento e destinação dos resíduos sólidos descritos acima, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-PROCESSO Nº 212/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 056/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SCANNER PARA ATENDER O SETOR DE ARQUIVOS ONDE SERÁ UTILIZADO PARA DIGITALIZAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS FÍSICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

CONTRATADA:

PLUSCAN SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA

CNPJ:20.208.565/0001-76

END: AVENIDA ELISEU DE ALMEIDA, SÃO PAULO-SP

CEP: 05533-000

BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 5962-5 CONTA CORRENTE: 6708-3 CELULAR: (11) 3742-6385

marta@macrosolution.com.br

REPRESENTANTE: MARTA GOMES BARBOSA BALDINI

CPF: 068.602.518-08

VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 5.555,00(Cinco Mil e Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais), para o fornecimento do item objeto desta Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 043/2020, em conformidade com o Termo de Referência.

21 de Outubro de 2020

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 183/2020

"Dispõe sobre a nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação)"

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para comporem o Conselho Municipal de Educação para o período de 02 (dois) anos, de acordo com a Lei nº 369/2012.

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Mirne Maria Romualdo

RG: 1124616-2 SSP-MT

CPF: 858.299.351-04

Suplente: Cleunice Vieira do Nascimento Palmieri

RG: 1501692-77 SSP/MT

CPF: 980.848.951-68

Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Adrianna Saddie Corrêa Lima

RG. 17154006 SSP/MT

CPF-012.929.251-67

Suplente: Poliana Moraes Paula Torres

RG: 2012721-9 SSP/MT

CPF: 026.823.561-92

Representante dos Diretores das escolas Básicas Públicas:

Titular: Jucilene Ribeiro da Veiga

RG: 1165465-1 SSP/MT

CPF: 961.084.361-15

Suplente: Rita de Cassia Beck de Oliveira

RG: 20.549.229.0SSP.MT

CPF: 791.034.301-97

Representante dos Estudantes da educação básica pública

Titular: Alisson Katitaurlu

RG: 2817103-9 SSP/MT

CPF: 078.106.971-88

Suplente: Athos Katitaurlu

RG: 2885233-0 SSP/MT

CPF: 037.050.051-42

Representante dos Estudantes da educação básica pública, indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

Titular: João Vitor Batista Siqueira

RG: 2741486-8 SSP/MT

CPF: 060.839.381-98

Suplente: Marcos Vinicius Silva Medeiros

RG: 2959486-3 SSP/MT

CPF: 056.771.211-77

Representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública

Titular: Fabiana Viana dos Santos

RG: 2071112-3 SSP/MT

CPF: 030.418.981-28

Suplente: Cristiane Batista de Oliveira

RG: 00001091707–SSP/MT

CPF: 005.964.252-10

Titular: Rosiany Ayardes Ramos

RG: 1755710-0 SSP/MT

CPF: 034.019.411-19

Suplente: Elda Lemes de Almeida Alvares Menezes

RG: 3156109-8 SSP/MT

CPF: 256.551.058-61

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Dorvalina Nunes

RG: 310191-1 SSP/MT

CPF: 292.954.241-16

Suplente: Geissi Ellem Teixeira Petrunilio

RG: 2177789-6 SSP/MT

CPF: 048.868.931-71

Representante do Poder Executivo Municipal –Secretaria Municipal de Educação

Titular: Fabrício Rui Bianco

RG: 42045406-8 SSP/MT

CPF: 334.774.098-09

Representante dos Professores da Educação Básica

Titular: Vilma Rodrigues de Abreu

RG: 095810 SSP/SP

CPF: 571.180.431-68

Suplente: Eber Lorena Ostemberg

RG: 280226 SSP/MS

CPF: 337.480.041-68

Representante dos servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Básicas Públicas.

Titular: Sirlene da Silva Januário Lopes

RG: 1179205-1 SSP/MT

CPF: 858.978.681-15

Suplente: André Luiz Guse Fronza

RG: 13213857 SSP/MT

CPF: 992.922.701-68

Suplente: Celia Romualdo da Costa Reis

RG: 10017054 SSP/MT

CPF: 928.145.656-72

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 20 de outubro de 2020.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 184/2020

"Designa Fiscal de Obra."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **EMERSON RODRIGUES**, portador da cédula de identidade sob o nº 10625925, expedida pela SJ/MT e do CPF: 793. 168.401-04, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal de obra de **execução de obras de pavimentação de vias no município - Contrato de Repasse: 897437/2019 - MDR ,** conforme o contrato **n° 063/2020.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução da obra, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 185/2020

"Designa Fiscal de Obra."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a engenheira civil **JULIANE FORTUNATO BARROSO**, portadora da cédula de identidade sob o nº 37382853-6, expedida pela SSP/SP e do CPF: 042.439.081-76, para atuar como fiscal de obra de **execução de obra de construção de passarela de ligação entre o PSF e o Centro de Ortopedia,** conforme o contrato **n° 064/2020.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução da obra, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
COVID-19: DECRETO Nº. 053, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 014, de 17 de março de 2020, estabelece medidas restritivas complementares de combate à COVID-19, e dá outras providências".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao Coronavírus (Covid-19) pela Organização Mundial da Saúde - OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que, por meio de Decretos Estaduais e Notas Técnicas, o Governo do Estado de Mato Grosso tem atualizado reiteradamente as medidas de prevenção, controle e enfrentamento à disseminação do Coronavírus, dentre elas: Decreto Estadual 407, de 16 de março de 2020 (que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus); Decreto Estadual 522, de 12 de junho de 2020 (que institui classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19);

CONSIDERANDO que, apesar da retomada gradativa das atividades, a pandemia causada pelo Coronavírus ainda persiste, devendo ser observadas as recomendações higiênico-sanitárias, inclusive quanto a evitar situações de aglomeração, bem como manter distância segura entre as pessoas em lugares públicos e de convívio social;

CONSIDERANDO a necessária precaução ante a possível ocorrência de aglomerações em encontros e eventos promovidos por candidatos às Eleições Municipais de 2020, gerando o descumprimento dos Decretos supracitados e colocando a população em risco sanitário;

CONSIDERANDO a necessidade de se acompanhar os critérios estabelecidos na Nota Técnica n.º 015/2020/SVS/GBAVS/SES-MT, expedida com fim de estabelecer regras, na campanha eleitoral, no âmbito do Estado de Mato Grosso, para se tentar prevenir/diminuir o risco do contágio diante da pandemia vivenciada;

CONSIDERANDO os termos da Notificação Recomendatória n. 11/2020, da Promotoria Eleitoral da 61ª zona do Estado de Mato Grosso,

CONSIDERANDO a redação do inciso VI, do parágrafo 3º, do art. 1º, da Emenda Constitucional n. 107/2020;

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 014/2020, que instituiu o Comitê de Enfrentamento à COVID-19 consolidou todas as regras e medidas em relação ao combate ao surto do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, finalmente, a imprescindibilidade de se manter o texto do Decreto n. 070/2020 atualizado e harmônico com as necessidades administrativas, médicas, sanitárias e com o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 10 do Decreto nº 014, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com as alterações introduzidas pelo presente Decreto:

"Art. 10 Para atender o disposto neste Decreto, o Município de Conquista D'Oeste resolve:

I –suspender*as atividades escolares da rede pública municipal de ensino, até ulterior deliberação, sem prejuízo do cumprimento do disposto no artigo 23, § 2º da Lei Federal nº 9.494/96;*

***II** – suspender, até ulterior deliberação, o transporte escolar e universitário;*

***III** – suspender as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;*

IV - suspender eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do poder público, com público superior a 200 (duzentas) pessoas em local aberto;

V – suspender as atividades realizadas nos Centros de Convivência dos Idosos até ulterior deliberação;

VI – suspender, até ulterior deliberação, todas as inaugurações de obras públicas e todas as atividades afetas à programação de eventos do Município de Conquista D'Oeste;

VII – *suspender as concessões de afastamentos aos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, incluídos os afastamentos já deferidos, cuja fruição não se tenha iniciado;*

VIII - *suspender os atendimentos eletivos no âmbito da Unidade Básica de Saúde Municipal, permitido o atendimento mediante agendamento conforme a liberação da Central de Regulação do Estado;*

IX - suspender o atendimento normal das consultas de rotinas nas Unidades Básicas de Saúde, ressalvados os casos *de atendimento mediante agendamento, conforme as possibilidades da Secretaria Municipal de Saúde*;

X – recomendar que cidadãos com sintomas do novo coronavírus se dirijam à Unidade Básica de Saúde para a realização dos exames clínicos competentes e demais providências adequadas ao caso."

Art. 2º Fica permitido o funcionamento dos estabelecimentos privados e comerciais, inclusive, **restaurantes, bares, lanchonetes, conveniências e congêneres,**respeitadas as regras sanitárias do Ministério da Saúde, bem como aquelas previstas na Nota Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Conquista D'Oeste, constantes no Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º Especialmente durante o período de campanha eleitoral e no dia do primeiro e do segundo turno das eleições do corrente ano, **FICA PROIBIDA A REALIZAÇÃO DE COMÍCIOS, CARREATAS, PASSEATAS E CAMINHADAS**, com as exceções abaixo listadas, como forma de prevenção do contágio pelo Coronavírus (Covid-19), sem prejuízo de outras tratadas no Decreto Municipal nº. 014/2020 ou demais normas pertinentes:

I – Fica permitida a realização de 01 (um) comício no formato *drive-in*, por coligação, observada as demais normas sanitárias em vigor;

II – Fica permitida a realização de 01 (uma) carreata, por coligação, com a permanência das pessoas dentro dos veículos, nos moldes do acordo feito na Justiça Eleitoral da Comarca de Comodoro, observadas as demais normas sanitárias em vigor;

III – Fica permitida a realização de 02 (duas) passeatas com carro de som, por coligação, limitadas apenas aos integrantes da coligação, até o máximo de 50 (cinquenta) pessoas, indicadas com antecedência à Secretaria Municipal de Saúde de Conquista D'Oeste, pelo e-mail saude@conquistadoeste.mt.gov.br, observadas as demais normas sanitárias e ambientais em vigor e as datas definidas em sorteio realizado perante a Promotoria Eleitoral da 61ª zona do Estado de Mato Grosso.

Art. 4º Especialmente durante o período de campanha eleitoral e no dia das eleições do corrente ano, **FICA RECOMENDADA** a adoção das seguintes medidas higiênico-sanitárias necessárias à prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), sem prejuízo de outras tratadas no Decreto Municipal nº. 014/2020 ou demais normas pertinentes:

§ 1º Durante as campanhas eleitorais:

I - evitar eventos que ocasionem a aglomeração de pessoas, como reuniões, encontros e eventos presenciais, observando-se o distanciamento social de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas e o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) de ocupação para ambientes fechados, dando-se preferência para a realização de forma virtual;

II - evitar o uso e a distribuição de materiais impressos como cartilhas, jornais e santinhos, de modo a dar preferência ao marketing digital;

III - observar os cuidados sanitários nos comitês ou locais de reuniões político-partidárias, como:

a - procedimentos que permitam a manutenção da distância mínima, prevista no art. 5º, do Decreto 522/2020 e eventual Parecer Técnico a ser expedido pela Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso (art. 1º, § 3º, VI, da Emenda Constitucional 107);

b - o uso obrigatório de máscaras de proteção individual e/ou protetores faciais;

c - disponibilizar e incentivar a higienização das mãos com álcool em gel;

d - procedimentos de limpeza, desinfecção e ventilação dos locais;

IV - evitar o contato físico com o eleitor.

§ 2º No dia das eleições:

I - evitar levar acompanhantes ao local de votação;

II - evitar o contato físico com eleitores, mesários e fiscais;

III - observar a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual nos locais de votação;

IV - se atentar para a vedação de distribuição de qualquer material impresso, nos termos da Lei nº 9.504/1997 e Resolução TSE nº 23.610/2019;

V - utilizar espaços amplos e abertos para contato com a imprensa e produção de entrevistas.

§ 3º Deverá ser observada, ainda, durante o período de campanha eleitoral e no dia de votação, todas as demais medidas não farmacológicas de proteção e cuidados gerais contidas na Nota Técnica n.º 015/2020/SVS/GBAVS/SES-MT, da Superintendência de Vigilância em Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, que passa a ser parte integrante do Decreto, conforme Anexo II.

§ 4º Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no artigo nº. 10 da Lei Federal nº 6.437/1977, no Decreto Municipal nº. 014/2020 e de crime contra a saúde pública, nos termos do artigo nº268 do Código Penal."

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, as contidas no Decreto nº 040/2020, permanecendo inalteradas as demais determinações contidas no Decreto nº. 014/2020 e Decreto nº 038/2020.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até ulterior deliberação.

Gabinete da Prefeita, em 21 de outubro de 2020.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 186/2020

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo efetivo que especifica**".**

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **ALDEIR FARIAS SIMÕES**, RG: 12368555 SSP/MT e do CPF: 963.274.641-49, Matrícula 245,do cargo efetivo de **Agente Administrativo**, nomeado através da Portaria nº 099/2002 de 28/08/2002, a partir de 21/10/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2020.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 054, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Decreta ponto facultativo em comemoração ao dia do Servidor Público".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que dia 28 de outubro é Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 681, de 09 de outubro de 2020, do Governo do Estado de Mato Grosso,que transfere o ponto facultativo comemorativo ao Dia do Servidor Público, estabelecido no inciso XI, do artigo 1º, do Decreto nº 336, de 20 de dezembro de 2019, do dia 28 de outubro de 2020 (quarta-feira) para o dia 30 de outubro de 2020 (sexta-feira),

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do município de Conquista D'Oeste no dia **30 de outubro (sexta-feira)**, em comemoração ao Dia do Servidor Público, ressalvados os serviços públicos essenciais cuja prestação não admita interrupções, que funcionarão conforme escala fixada pelos Secretários das respectivas pastas.

Art. 2º. Os servidores cedidos à JUSTIÇA ELEITORAL, INDEA, SEFAZ e DETRAN deverão observar os horários de expediente estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 21 de outubro de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
DECRETO Nº 052/2020

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências".

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado do Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, para compor o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei 224/2006 de 02 de maio de 2006, e alterações promovidas pela Lei 283/2008, de 04 de agosto de 2008, para o biênio 2020 a 2021, os seguintes Representantes:

I - Representante do Pessoal Docente do Ensino Público Municipal de Educação:

Titular - Vilma Rodrigues de Abreu

RG: 095.810

CPF:571.180.431-68

Suplente - Laquimê Nunes Pereira Guse

RG: 05.66454-3 SSPMT

CPF: 395.981.601-49.

Titular- Cleunice Vieira do Nascimento Palmieri

RG: 1501692-77 SSP/MT

CPF: 980.848.951-68

Suplente - Jucilene Ribeiro da Veiga André

RG:11654651 SSP/MT

CPF: 961.084.361-15

II- Representante do Pessoal não Docente da Educação:

Titular– Mirne Maria Romualdo

RG: 11246162 –SJ/MT

CPF: 858.299.351-04

Suplente – André Luiz Guse Fronza

RG: 13213857 SSP/MT

CPF: 992.922.701-68

III- Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Fabrício Rui Bianco

RG: 420454068 SSP/MT

CPF: 334.774.098-09

Suplente: Celia Romualdo da Costa Reis

RG: 10017054 SSP/MT

CPF: 928.145.656-72

IV- Representante dos Coordenadores do Ensino Básico Público.

Titular: Eliane Almeida Silva Freitas

RG: 13326362 SSP/MG

CPF: 001.055.421-19

Suplente: Jucilene Ribeiro da Veiga

RG: 116.5465-1 SSP-MT

CPF: 961.084.361-15

V- Representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública

Titular: Fabiana Viana dos Santos

RG: 2071112-3 SSP/MT

CPF: 030.418.981-28

Suplente: Cristiane Batista de Oliveira

RG: 00001091707 SSP/MT

CPF: 005964252-10

Titular: Adrianna Saddie Corrêa Lima **RG**: 17154006 SSP/MT

CPF: 012.929.251-67

Suplente: Elda Lemes de Almeida Alvares Menezes **RG**: 3156109-8 SSP/MT

CPF: 256.551.058-61

VII- Representante do Sindicato dos trabalhadores Rurais

Titular: Dilianne Rosa de Abrantes

RG: 2534356-4 SSP/MT

CPF: 061.634.381.75

Suplente: Aristides Bernardo da Silva

RG: 356409 SSP/MT

CPF: 303.796.791-91

VIII- Representante da Igreja Católica

Titular: Denise de Castro Miranda Chagas

RG: 1655548-1 SSP/MT

CPF:019.026.351-24

Suplente: Edilena Bernardo da Silva

RG: 001059804 SSP/MS

CPF: 002.472.631-17

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 20 de outubro de 2020.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 44/2020 PROCESSO 85/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público o primeiro termo de reajuste de valor, na ata de registro de preço nº 45/2020 parte integrante do pregão presencial nº. 44/2020 processo nº 85/2020, celebrado entre a prefeitura municipal de Cotriguaçu e a empresa, **COTRIGUAÇU ALIMENTOS E COMERCIO EIRELI ME CNPJ 24.602.606/0001-65**, pelo presente termo aditivo, fica reajustado a cláusula primeira (do valor), referente a ata de registro de preços nº 45/2020, objetivando **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COTRIGUAÇU MT"**. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores dos itens:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor dos itens abaixo, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores, e pesquisa de preço para se aferir a compatibilidade com os valores praticados no mercado.

126- FRANGO CONGELADO INTEIRO: reajustando o valor de R$8,51 (OITO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS) para R$10,84 (DEZ REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).

77-MORTADELA: reajustando o valor de R$9,85 (NOVE REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) para R$10,59 (DEZ REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

29- ACEM SEM OSSO: reajustando o valor de R$ 21,65 (VINTE E UM REIAS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) para R$25,63 (VINTE E CINCO REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

111- OLEO DE SOJA: reajustando o valor de R$ 5,39 (CINCO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) para R$9,29 (NOVE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

34- MUSSARELA: reajustando o valor de R$ 30,85 (TRINTA REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) para R$52,66 (CINQUENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

14- LEITE CONDENSADO: reajustando o valor de R$ 4,99 (QUATRO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS) para R$6,58 (SEIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

Parágrafo único: O reajuste se aplica a partir da assinatura do presente termo de reajuste de preço, as aquisições a partir de 21 de outubro de 2020 a seguir.

Cotriguaçu-MT, 21 de outubro de 2020.

Departamento de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO DA EMPRESA QUARTA COLOCADA DO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020 PROCESSO 08/2020

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a convocação da empresa quarta colocada do item 01 do ELETRÔNICO 03/2020 PROCESSO 08/2020, do **objeto : "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NO MUNICÍPIO/DISTRITOS E SUPORTE PARA ENCAMINHAMENTOS DE URGÊNCIA PARA À CAPITAL",** homologado no dia 14 de abril de 2020, teve como vencedor do item a empresa **GOMES VEICULOS ESPECIAIS EIRELI 15.723.680/0001-49,** posteriormente convocada a empresa segunda colocada **RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP 31. 762.716/0001-50 que solicitou desistência do item devido a não possibilidade de entrega do item no valor ofertado,** posteriormente convocada a empresa terceira colocada**EMPORIUM CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA 05.163.253/0001-08 que solicitou desistência do item devido a não possibilidade de entrega do item no valor ofertado.**

Da ata de registro de preço:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Convoca-se a empresa quarta colocada do certame**: IPI MOBILIDADE CORPORATIVA LTDA ME 30.105.413/0001-00** do item **01 para assumir o item no valor de R$ 184.500 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais).**

O item do pregão passará para a empresa de segunda colocação, caso a mesma peça desistência e a negociação for fracassada, o item passará para o próximo colocado.

Cotriguaçu-MT, 21 de outubro de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port199-2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 44/2020 PROCESSO 85/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público o primeiro termo de reajuste de valor, na ata de registro de preço nº 45/2020 parte integrante do pregão presencial nº. 44/2020 processo nº 85/2020, celebrado entre a prefeitura municipal de Cotriguaçu e a empresa **MAIS SUPERMERCADO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME CNPJ: 15.210.584/0001-05**, pelo presente termo aditivo, fica reajustado a cláusula primeira (do valor), referente a ata de registro de preços nº 45/2020, objetivando **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COTRIGUAÇU MT"**. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores dos itens:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor dos itens abaixo, conforme apresentação de Notas Fiscais anteriores e posteriores, e pesquisa de preço para se aferir a compatibilidade com os valores praticados no mercado.

03- ARROZ: reajustando o valor de R$17,60 (DEZESSETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS) para

R$24,93 (VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

15- LEITE INTEGRAL: reajustando o valor de R$5,57 (CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)

para R$6,24 (SEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).

106-FRANGO: reajustando o valor de R$9,48 (NOVE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS) para

R$9,63 (NOVE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

85- FIGADO BOVINO: reajustando o valor de R$ 12,35 (DOZE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS)

para R$14,00 (QUATORZE REAIS).

01- CARNE PATINHO: reajustando o valor de R$ 24,70 (VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA

CENTAVOS) para R$27,85 (VINTE E SETE REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

30- CARNE COXÃO MOLE: reajustando o valor de R$ 25,20 (VINTE E CINCO REAIS E VINTE

CENTAVOS) para R$28,35 (VINTE E OITO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

58- CARNE MOIDA: reajustando o valor de R$14,85 (QUATORZE REAIS E OITENTA E CINCO

CENTAVOS) para R$18,00 (DEZOITO REAIS).

64- CARNE ALCATRA: reajustando o valor de R$ 26,85 (VINTE E SEIS REAIS E OITENTA E CINCO

CENTAVOS) para R$30,00 (TRINTA REAIS).

138- CARNE MAMINHA: reajustando o valor de R$ 27,45 (VINTE E SETE REAIS E QUARENTA E CINCO

CENTAVOS) para R$30,60 (TRINTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

143- LINGUIÇA CALABRESA: reajustando o valor de R$ 15,80 (QUINZE REAIS E OITENTA CENTAVOS)

para R$21,40 (VINTE E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Parágrafo único: O reajuste se aplica a partir da assinatura do presente termo de reajuste de preço, as aquisições a partir de 21 de outubro de 2020 a seguir.

Cotriguaçu-MT, 21 de outubro de 2020.

Departamento de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2020/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.820/2019)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde- SMS

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual Contratação de empresa na execução de serviços no Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde nas seguintes etapas: coleta nas unidades geradoras, transporte, armazenamento, transbordo, tratamento, destinação e disposição final, de acordo com as Normas Técnicas (ANVISA e Ministério do Meio Ambiente), com fornecimento de produto (bombonas) a serem instalados nas Unidades de Saúde da Capital e da Zona Rural, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, conforme especificações e condições descritas no Edital e Anexos.

Informações: Tal suspensão de dá para que haja tempo hábil para responder as impugnações. **Contato**: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Aten-

dimento somente pelo Fone: 3645-6156 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2020

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 21 de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL 328/2020

ALTERA PORTARIA MUNICIPAL 245 DE 15 DE AGOSTO DE 2020, QUE CONCEDE LICENÇA COM VENCIMENTO, A SERVIDOR PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE SUA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A FIM DE CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º –APortaria Municipal 245 de 15 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

I – Fica alterado o artigo 2° com a seguinte redação:

" Art. 2° – Sem direito à percepção dos seus vencimentos integrais".

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 21 de outubro de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2020

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 06/11/2020 às 08h30min, a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 015/2020, do tipo "Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de fraldas geriátricas, leites especiais e suplementos alimentares, para atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 21 de outubro de 2020.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 015/2020

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público aos interessados, que realizará no dia 10/11/2020 às 08h00min, a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 015/2020, do tipo "Menor Preço" empreitada global, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução de Obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial na avenida Brasil, avenida Rio Branco, rua dos Desbravadores e rua Jericoacoara no município de Curvelândia/MT, mediante Termo de Convênio nº 0557/2020, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Município de Curvelândia-MT. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, ou pelo e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia/MT, 21 de outubro de 2020.

Wélliton Charlles Pereira Neto

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH Nº 232/2020

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais;

CONCEDE RETORNO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ELEITORAL A EDEVALDO ALVES TEIXEIRA

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno de Desincompatibilização Eleitoral, conforme Portaria Nº 189, de 14 de Agosto de 2020 ao servidor **EDEVALDO ALVES TEIXEIRA,** matricula 1083-1, CPF 206.679.141-53, RG 068369 SSP/MT, no Cargo de Agente Público Municipal, na função de **Atendente de Cidadania**, no cargo atual de Comissionado conforme Portaria Nº 069/2017 lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, no período de 14 de Agosto de 2020 a 20 de Outubro de 2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

Diamantino, 20 de Outubro de 2020.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 198/2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino/MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as determinações contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais integrantes do Edital e alterações,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, devidamente HOMOLOGADO EM 08/04/2019, através do Decreto Municipal de nº 060/2019, publicado como determinado em Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, servidores para o Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos relacionados no Anexo I.

Art. 2º - Os candidatos nomeados relacionados no anexo I, devido a suspensão do atendimento ao público, na forma do Decreto nº 111/2020, desde já, convocados para, no prazo de 30 (trinta) dias, fazer o agendamento da sua apresentação, via telefone (65)n 3336 6434, a contar da publicação deste Decreto, perante o Departamento de Recursos Humanos , no horário de 13h as 17h, para assumir suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o Anexo III do Edital do Concurso Público nº 01/2018, representado pelo Anexo II deste Decreto.

§1º - A documentação deverá ser apresentada em cópia simples, o candidato deverá apresentar, conjuntamente, a via original, para simples conferência.

§2º - É obrigatória a apresentação de todos os documentos para recebimento pelo Departamento de Recursos Humanos, caso contrário, a documentação será recusada e devolvida no ato da apresentação.

§3º - O Departamento de Recursos Humanos terá 10 (dez) dias para proceder a análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos demais requisitos legais e constantes do Edital do Concurso Público nº 01/2018.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação dos documentos, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao cargo de aprovação, enquanto que a reprovação dos documentos na análise prevista no §3º ao artigo anterior, implicará automaticamente em nulidade da aprovação e nomeação, com perda dos direitos decorrentes. Em ambas as hipóteses, fica reservado o direito da Administração de convocar outro candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 20 de Outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI Prefeito Municipal EE.

ANEXO I DO DECRETO Nº. 198/2020

Cargo: 007 - OPERADOR DE MOTONIVELADORA - DIAMANTINO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03º	JOSE LOURENÇO DOS SANTOS

ANEXO II DO DECRETO Nº 198/2020

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Médico Pericial (anexo III - I) do Edital de Concurso Público nº 001/2018), expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação e página do último contrato de trabalho, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade - RG
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - **http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...**
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento conforme o caso
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Conjunta da Receita Federal;
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este Decreto.
Comprovante de Escolaridade
Carteira do Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - Cópia do Cartão
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMISSÃO FEITO NO SETOR DE RH)**

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.367 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art 1º Fica criado o Fundo Municipal de Cultura do Município de Diamantino/MT, com a finalidade de financiar as Políticas Públicas de Cultura no município, e de prestar apoio financeiro aos projetos de natureza artístico-cultural.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Cultura será vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que fará a sua gestão através do Chefe do Departamento Municipal de Cultura.

Art 2º Constituem recursos do Fundo Municipal de Cultura:

I - As dotações orçamentárias próprias e os créditos que lhe sejam destinados;

II - As contribuições transferências, subvenções, auxílios ou doações, dos setores públicos e privados;

III - O produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais;

IV - Rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;

V - Resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VI - Quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinária e outras contribuições legalmente incorporáveis.

§1º Entende-se como produto de desenvolvimento de suas finalidades institucionais para fins do inciso III do caput deste Artigo:

a) a arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais pelo Departamento Municipal de Cultura;

b) a receita proveniente de utilização ou fornecimento e locação de bens e prestação de serviços por órgãos vinculados a promoção de eventos artísticos e culturais;

c) o resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos;

d) locação de prédios municipais relacionados com a cultura;

e) outros.

§ 2º Todos os recursos do Fundo Municipal de Cultura mencionados neste Artigo, bem como as receitas geradas pelo desenvolvimento de suas atividades institucionais, serão automaticamente transferidas, depositadas ou recolhidas em conta bancária específica.

§ 3º Os saldos eventualmente existentes ao término de um exercício financeiro constituirão parcela de receita do exercício subsequente.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão aplicados em projetos que visem fomentar e estimular a produção artístico-cultural de Diamantino, e deverão se enquadrar prioritariamente nas seguintes áreas:

I - Produção e realização de projetos de música e dança,

II - Produção e realização teatral e circense;

III - Produção e exposição de fotografia, cinema e vídeo;

IV - Criação literária e publicação de livros, revistas e catálogos de arte;

V - Produção e exposição de artes plásticas, artes gráficas e coleções;

VI - Produção e apresentação de espetáculos folclóricos e exposições de artesanatos;

VII - Preservação do patrimônio histórico e cultural;

VIII - Levantamento, estudos e pesquisas na área cultural e artística;

IX - Manutenção de grupos artísticos;

X - Manutenção, reforma ou ampliação de espaços culturais;

XI - Realização de cursos, oficinas e viagens de caráter cultural ou artístico destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura em estabelecimento de ensino sem fins lucrativos.

Art 4º Os projetos a serem custeados pelo Fundo Municipal de Cultura serão previamente analisados por uma Comissão de Avaliação e Seleção - CAS nomeada pelo Chefe do Departamento Municipal de Cultura.

§1º A CAS será composta por 02 (dois) representantes do Poder Executivo e outros 02 (dois) representantes do setor cultural.

§2º Haverá um chamamento público para a candidatura dos representantes do setor cultural. Havendo mais de duas inscrições, será efetuado o sorteio das 02 (duas) vagas disponibilizadas.

§3º O Chefe do Departamento Municipal de Cultura ou outro representante do Poder Executivo será o presidente da CAS.

§4º Os membros da CAS terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos por mais um período.

§5º Durante o exercício da função de membro da CAS é vedado ao membro apresentar, por si ou terceiros, projetos destinados a ser subvencionados pelo Fundo Municipal de Cultura.

§6º A função de membro da CAS será exercida gratuitamente e será considerada serviço público relevante.

§7º A CAS atuará somente na averiguação documental de cada projeto apresentado.

§8º Caberá ao Conselho Municipal de Cultura analisar a relevância de cada projeto que tenha a documentação aprovada pela CAS, a fim de que eleja os melhores a serem custeados pelo Fundo Municipal de Cultura, tendo como referência maior o Plano Municipal de Cultura e, considerando os seguintes critérios objetivos na seleção das propostas:

a) avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;

b) adequação orçamentária;

c) viabilidade de execução; e

d) capacidade técnico-operacional do proponente.

Art. 5º Para obter apoio financeiro do Fundo Municipal de Cultura o interessado deverá se inscrever no Edital de Seleção de Projeto, que os encaminhará à Comissão de Avaliação e Seleção - CAS e, posteriormente, em caso de aprovação, ao Conselho Municipal de Cultura.

§1º A CAS se reunirá pelo menos uma vez no ano para deliberar sobre os projetos apresentados na forma deste artigo.

§2º Cabe à CAS preparar o Edital de Seleção de Projetos, respeitando as disposições do Artigo 3º desta Lei.

§3º Somente serão apreciados os requerimentos cujos interessados comprovarem o domicílio no município de diamantino há pelo menos 02 (dois) anos.

Art. 6º Para ser aprovado o projeto deverá obrigatoriamente apresentar contrapartida social.

§1º Entende-se como contrapartida social a ação a ser desenvolvida pelo projeto como retorno ao apoio financeiro recebido.

§2º A contrapartida social prevista neste artigo deve estar relacionada à descentralização cultural ou universalização do acesso aos bens culturais.

Art. 7º Os projetos aprovados com base nesta Lei deverão divulgar o apoio institucional do Município de Diamantino/MT, através do Departamento Municipal de Cultura.

Art. 8º O beneficiário deverá apresentar o projeto obedecendo os critérios do Edital de Seleção do ano vigente.

Parágrafo Único. Sem prejuízo de outras sanções, os beneficiários com recursos do Fundo Municipal de Cultura que não comprovarem a aplicação dos recursos nos prazos estipulados no Edital de Seleção, serão multados no dobro do valor recebido, monetariamente corrigido pelo índice oficial adotado pelo Município, além de serem proibidos de participar de outros projetos apoiados pelo município de Diamantino, no prazo de 04 (quatro) anos, após o pagamento da multa e prestação da conta aceita pelo Departamento Municipal de Cultural.

Art. 9º Sem prejuízo da prestação de contas a que se refere o Artigo anterior, o Conselho Municipal de Cultura deverá fiscalizar os projetos aprovados com base nesta Lei.

Art. 10 Nenhum recurso do Fundo Municipal de Cultura poderá ser movimentado sem a expressa autorização do Chefe do Departamento Municipal de Cultura.

Art. 11 A Comissão de Avaliação e Seleção submeterá, anualmente, à apreciação do Prefeito, relatório das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O relatório mencionado neste artigo deverá ser instruído com o relatório contábil emitido pelo Setor de Contabilidade do Município.

Art. 12 Aplicam-se ao Fundo Municipal de Cultura as normas de controle e prestação de contas, instituídas pelos órgãos de controle interno de Poder Executivo, sem prejuízo do controle externo a cargo da Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado- TCE-MT.

Art. 13 Caso haja necessidade, esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto Municipal.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 384/2001.

Diamantino - MT, 20 de Outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº 1.370 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em consonância com art. 41, II, da Lei nº 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**, no montante de **R$59.405,00** (**cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais**), para fazer face ao cus-

teio das ações e serviços públicos de saúde relacionados ao apoio gestacional, pré-natal e puerpério, no enfrentamento da pandemia da COVID-19, com as seguintes rubricas orçamentárias:

06.000-	**SECRETARIA MUNIC DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**
06.001 –	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**
10	**SAÚDE**
302	**ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL**
0097 – COVID/ 19	**ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS**
20089 – COVID/ 19	**APOIO A GESTAÇAO, PRE NATAL E PUERPERIO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DE COVID19**
33.90. 30.00. 00	MATERIAL DE CONSUMO R$37.805,00
33.90. 39.00. 00	OUTROS SERVIÇOS. TERCEIROS – PJ R$21.600,00
TOTAL	**R$59.405,00**
FONTE: 0.1.46. 074000	TRANSF.SUS - AÇOES DE SAUDE PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS - COVID19 **R$59.405,00**

Art. 2º Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme Inciso II, Art. 43, da Lei Federal n° 4.320/64, por **EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**, de acordo com os seguintes Repasses Vinculados:

I - Transferências do SUS/Custeio – Enfrentamento da Emergência de Saúde–COVID/19 – Portaria MS nº 2.222/2020 no valor de **R$59.405,00**

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações nas Leis Orçamentárias para adequá-las às modificações acima apontadas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário

Diamantino - MT, 20 de Outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº 1.369 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em consonância com art. 41, II, da Lei nº 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**, no montante de **R$ 172.854,00**, para fazer face ao custeio das ações e serviços públicos de saúde relacionados ao enfrentamento da circulação da COVID-19, com as seguintes rubricas orçamentárias:

06 -	**SECRETARIA MUNIC DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**
06.001 –	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**
10.302.0097	**COVID19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS**
20082 – COVID19	**ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE**
33.71.70.00. 00.00	**RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO R$172.854,00**
	FONTE: 0.1.46.074000 R$ 172.854,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir **Crédito Adicional Suplementar**, no montante de **R$1.379.000,00**, para fazer face ao custeio das ações e serviços públicos de saúde relacionados ao enfrentamento da circulação da COVID-19, com as seguintes rubricas orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNIC DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**
06.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**
10.302.0097	**COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS**
20082	**COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE**
Red:1203 - 31.90. 11.00.00	**Vencimentos e Vantagens Pessoal Civil..R$779.000,00**
Red:1205 - 33.90. 30.00.00	**Material de Consumo.....R$100.000,00**
Red:1206 - 33.90. 39.00.00	**Outros Serv. Terceiros – PJ.....R$ 500.000,00**
FONTE: 0.1.46. 074000	**R$ 1.379.000,00**
Total a ser Adicionado	**R$ 1.551.854,00**

Art. 3º Para cobertura aos créditos adicionais, abertos nos Artigos 1º e 2º, serão utilizados recursos conforme Inciso II, Art. 43, da Lei Federal n° 4.320/64, por **Excesso de Arrecadação**, de acordo com os seguintes Repasses Vinculados:

I - Transferências do SUS/Custeio – Enfrentamento da Emergência de Saúde – COVID-19 – Portaria MS nº 1.666/2020 no valor de **R$ 1.551.854,00.**

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações nas leis orçamentárias para adequá-las às modificações acima apontadas.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino - MT, 20 de Outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
1º ADITIVO AO TERMO DE COMODATO Nº 423/2015

ADITIVO AO TERMO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT E A SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA, TÉCNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECITEC, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, através do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Srº **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, Centro, nesta cidade, doravante denominado **COMODANTE,** e de outro lado, a **SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECI**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.415/0024-30, sediada na Rua 3, s/n, 2º andar, ALA A, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá/MT, CEP 78.050-970, neste ato representado por seu Secretário de Estado, Srº **NILTON BORGES BORGATO,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.° 821192 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 459.769.531-15, residente e domiciliado em Cuiabá/MT, nomeado por força do Ato Governamental n.º 10/2019, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em data de 02 de Janeiro de 2019, neste ato denominado **COMODATÁRIO**, têm entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comodato n° 423/2019, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO:

Em decorrência da necessidade de continuidade do comodato, com o prazo final de vigência previsto para 25/11/2020, manifestada pelo ofício nº 407/2020/GS/SECITECI-MT, de 16.10.2020, e Ofício nº 18/2020, de 19.

10.2020, fica alterada a Cláusula Quarta, prorrogando a vigência por mais 05 (cinco) anos, a contar de 26 de novembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do termo de origem, que vigorarão para todos os efeitos destes termos.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Aditivo ao Termo de Comodato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 19 de Outubro de 2020.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

NILTON BORGES BORGATO

SECRETARIO DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECITECI-MT

TESTEMUNHAS:

Nome: TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 771.399.689-34

Nome: DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SSP/MT

CPF: 172.762.331-20

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

O Município de Diamantino-MT, torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 25 de Setembro 2020, com inicio às 14:00, tendo como objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais insumos e instrumentais para atender a demanda das unidades básicas de saúde e pronto atendimento do município de diamantino-mt. Das quais foram vencedoras as empresas: Itens 26036, 26485, **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o número 19.391.064/0001-99 no valor de **R$ 11. 197,00**; Itens 25706, **SNOP INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA** inscrita no CNPJ sob o número 34.686.134/0001-20 no valor de **R$ 34. 350,00**; Itens 32368, **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME** inscrita no CNPJ sob o número 03.250.803/0001-92 no valor de **R$ 1. 495,60**; Itens 32698, **F. K. PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o número 12.655.741/0001-90 no valor de **R$ 1.677,00**; Itens 25456, 27340, 32728, 32729, 34279, 37079, **RINALDI & COGO LTDA** inscrita no CNPJ sob o número 07.269.677/0001-79 no valor de **R$ 261.790,00**. Foram fracassados os itens: 32516, 34598, 34628, 48224. DIAMANTINO - MT, 21 de Outubro de 2020.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020.

O Município de Diamantino-MT, torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 21 de Outubro 2020, com inicio às 14:00, tendo como objeto registro de preço para futura e eventual aquisição de ambulância

de simples remoção tipo "a" para atender a secretaria de saúde do município de diamantino - mt. Das quais foram vencedoras as empresas: Itens 49666, MANUPA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o número 03.093.776/0006-04 no valor de R$ 179.246,00. DIAMANTINO - MT, 21 de Outubro de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

PREGOEIRO

GABINETE
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2287, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, vem através deste, **NOTIFICAR** a empresa, **M CORREA HUGUENEY-ME**, CNPJ 36.564.097/0001-02, com endereço situado à Rua Presidente Arthur Bernardes, bairro Duque de Caxias II, Cuiabá-MT, consoante o que segue:

A empresa M CORREA HUGUENEY-ME, celebrou com o Município de Diamantino/MT a ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 072/2020 - Pregão Eletrônico n.º 03/2020, cujo objeto foi a **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO/MT**, com vigência de 12 meses.

Ocorre que, até o presente momento, a ora notificada, não realizou o entrega dos materiais solicitados, em total descumprimento à devida regular execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, assim, infringindo-se as condições estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, em total afronta ao INTERESSE PÚBLICO.

Considerando que foram encaminhadas as autorizações de fornecimento de n.ºs 602.7.1/2020, 602.8.1/2020, 602.9.1e 602.11.1/2020 em **12 de agosto de 2020**, no e-mail (empresadayall@gmail.com).

Considerando ainda que por várias vezes o município entrou em contato via telefone/mensagens de texto e e-mails.

Considerando que na cláusula nona, item 9.1.6, estabelece que o prazo de entrega seja de 07 (sete) dias úteis contados a partir da expedição da ordem de fornecimento/empenho.

Considerando que tem mais de 40 (quarenta) dias úteis que foi solicitado o fornecimento dos materiais e até a presente data não foi efetivada a entrega, trazendo prejuízos aos trabalhos da Administração Pública.

Além disso, a empresa M CORREA HUGUENEY-ME ao subscrever a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 072/2020 e sua correspondente ordem de execução, comprometeu-se expressamente em cumpri-lo sob a condição de, não o fazendo, sujeitar-se às penas do aludido.

Diante do todo exposto, conforme as disposições legais vigentes, o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT **NOTIFICA** V. Senhoria pela inexecução contratual, **determinando a ENTREGA DEFINITIVA dos produtos solicitados pelas autorizações de fornecimento de n.ºs 602.7.1/2020, 602.8. 1/2020, 602.9.1e 602.11.1/2020**, **no prazo de 07 (sete) dias úteis**, **sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de aplicação das penalidades de multa, previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 e suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade, face o descumprimento dos termos contratuais/editalícios.**

Objetivando evitar o cerceamento do exercício do direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento desta, para que V.Sª. apresente defesa por escrito,** aduzindo as suas razões de defe-

sa, instruindo-as com as provas necessárias e suficientes das suas alegações.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA.

Diamantino-MT, 20 de outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

À Empresa: **M CORREA HUGUENEY-ME**

CNPJ: **36.564.097/0001-02**

Representante legal: **Sr**. **Matheus Correa Hugueney**

Telefone: **(65) 9697-4431**

Endereço: **Rua Presidente Arthur Bernardes, Duque de Caxias II, Cuiabá-MT**

E-mail: **empresadayall@gmail.com**

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.368 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

INSTITUI E REGULAMENTA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE DIAMANTINO - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído e aprovado o Plano Municipal de Cultura de Diamantino/MT.

Parágrafo Único. Este Plano possui vigência decenal para o período de 2020 a 2030, e regido pelos seguintes princípios:

I - liberdade de expressão, criação e fruição;

II - diversidade cultural;

III - respeito aos direitos humanos;

IV - direito de todos à arte e à cultura;

V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;

VI - direito à memória e às tradições;

VII - responsabilidade socioambiental;

VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;

IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;

X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;

XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;

XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Art. 2º. São objetivos do Plano Municipal de Cultura:

I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica do município de Diamantino/MT;

II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais do município;

IV - promover o direito à memória por meio da catalogação, registro, exposições, arquivos, coleções e museus;

V - democratizar o acesso à arte e à cultura e descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;

VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;

IX - desenvolver a economia solidária, a economia criativa e a economia da cultura, apoiando o mercado interno, incentivando o consumo cultural, a circulação e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais do município;

X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

XI - qualificar a gestão na área cultural no setor público;

XII – capacitar, profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

XIII - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

XIV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;

XV- fortalecer o Sistema Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES

Art. 3º. O Plano Municipal de Cultura será regido pelas seguintes diretrizes:

I - garantir a liberdade, a integração e o respeito a todas as manifestações culturais, tendo a diversidade cultural como patrimônio e referência permanente;

II - estimular a ampliação do acesso e difusão das atividades criativas do município, contribuindo para a melhora da qualidade de vida da população e empoderamento da sua cultura;

III - intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural;

IV - incentivar e difundir produções artísticas e pesquisas acadêmicas que destaquem, valorizem e contribuam para a construção da memória e a ampliação do conhecimento sobre a história e desenvolvimento do município;

V - reformar e modernizar os equipamentos culturais públicos existentes no município, principalmente a Fundação Cultural, Museu Casa Memorial dos Viajantes, Museu Langsdorff, Banda Municipal e a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato;

VI - estimular a construção de novos equipamentos culturais que atendam às diversas manifestações culturais das artes cênicas e da música;

VII - fomentar a diversificação das fontes de financiamento e atrair recursos da iniciativa privada como fonte fomentadora das ações culturais do município;

VIII - valorizar o artista local pelo estímulo à capacidade criativa do cidadão, à manutenção de grupos culturais tradicionais e ao apoio à produção artística e às manifestações culturais das diversas áreas;

IX - promover a identificação das diversas manifestações culturais, seja individual, coletiva ou institucional, para a catalogação e criação da cartografia cultural do município;

X - assegurar mecanismos de fomento financeiro para a gestão da cultura e da política cultural;

XI - incentivar estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;

XII - estabelecer programas e ações nos bairros, zonas rurais, territórios indígenas, comunidades e distritos do município a fim de promover a descentralização do acesso aos bens e produções culturais existentes;

XIII - qualificar profissionalmente os gestores públicos e os sujeitos culturais para a melhoria dos serviços prestados à comunidade e aumentar a capacidade de produção criativa e de organização;

XIV - estimular a formação cultural à população promovendo ações de oficinas, cursos, formação, qualificação e profissionalização das práticas dos segmentos culturais;

XV - aprimorar a relação e a forma de atuação da cultura com os meios de comunicação, fortalecendo a divulgação da cultura do município;

XVI - promover permanentemente a divulgação dos serviços públicos da cultura a fim de contemplar e atingir o maior número de pessoas, visando à democratização da informação e de dados relativos à cultura;

XVII - promover a atuação transversal da política de cultura com outras políticas públicas, como: educação, turismo, assistência social, saúde, meio-ambiente, agricultura, planejamento e infraestrutura;

XVIII - implantar mecanismos de apoio a projetos culturais, democratizando o acesso aos recursos destinados à cultura, por meio do Fundo Municipal de Cultura;

XIX – incentivar e fomentar ações para o desenvolvimento da economia solidária, da economia da cultura e da economia criativa do município;

XX - promover a preservação documental da história e da memória do município e das produções artísticas, modernizando a rede de arquivos de forma a torná-los adequados a receber todo tipo de acervo e facilitar o acesso à população;

XXI - reconhecer a cultura como indutora da inclusão social, do desenvolvimento humano e do respeito às diferenças;

XXII - fortalecer as culturas tradicionais do município, sobretudo a cultura indígena, a cultura regional e a cultura afro-brasileira;

XXIII - promover, estimular e assegurar a participação da sociedade civil no Plano Estratégico de Cultura, mantendo o debate e a participação nas decisões, por meio do Conselho Municipal de Cultura, nos fóruns anuais realizados no município e nas Conferências de Cultura.

CAPÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

Art. 4º. Os planos plurianuais (PPA), as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e as leis orçamentárias anuais (LOA) disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes no Anexo Único desta lei.

Art. 5º. O Fundo Municipal de Cultura será o principal mecanismo de fomento às políticas culturais e deverá observar as diretrizes, metas e as ações do Plano Municipal de Cultura.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Cultura acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos, na forma do seu regulamento.

Parágrafo Único. O órgão gestor municipal de cultura, na condição de coordenador executivo do Plano Municipal de Cultura deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos desta lei e elevar o total de recursos destinados para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO IV

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Cultura serão realizados por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos fazeres culturais do município, bem como seus espaços e produtores.

Art. 8º.O Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais – SMIIC terá as seguintes características:

I – Obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados sobre a atividade Cultural do município de Diamantino;

II – Caráter declaratório;

III – Processo informatizado de declaração, armazenamento a extração de dados;

IV - Ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponível na internet.

Art. 9º. O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura contará com a participação do Conselho Municipal de Cultura, tendo o apoio dos agentes culturais, institutos de pesquisa, entidades culturais e organizações socioculturais, que acompanharão remotamente as informações inseridas no SMIIC e por meio dos fóruns anuais de cultura do município.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10.O Plano Municipal de Cultura será revisto periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas.

Parágrafo Único. A primeira revisão do Plano Municipal de Cultura será realizada após 4 (quatro) anos da vigência desta Lei, sendo as próximas revisões no período de 3 (três) em 3 (três) anos até o término de sua vigência, ficando assegurada a participação do Conselho Municipal de Cultura e ampla representação do poder público e da sociedade civil.

Art. 11. O processo de revisão das diretrizes e estabelecimento de metas para o Plano Municipal de Cultural será desenvolvido por uma coordenação executiva composta por membros do Conselho Municipal de Cultura e do órgão gestor municipal de cultura.

Art. 12. O município deverá dar ampla publicidade e transparência ao seu conteúdo, bem como a realização de suas diretrizes e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art. 13. A Conferência Municipal de Cultura e os Fóruns Setoriais serão realizados pelo Poder Executivo e o Conselho de Cultura, responsáveis pela realização de debate das estratégias e o estabelecimento de cooperação entre os agentes públicos e a sociedade civil para a implementação do Plano Municipal de Cultura.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino - MT, 20 de Outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

METAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

O Plano Municipal de Cultura de Diamantino - MTdefine as suas estratégias e ações ao longo de 5 (cinco) programas específicos, baseados nas demandas levantadas no relatório do I ENCONTRO REGIONAL DE GESTORES CULTURAIS, realizado em 27 de junho de 2019, onde foram coletadas: 10 (dez) propostas do segmento de Artes Visuais, 10 (dez) propostas do segmento de Literatura, História e Memória de Diamantino e Mato Grosso, 10 (dez) propostas do segmento de Dança, 05 (cinco) propostas do segmento de Comunicação Falada, Escrita e Televisionada, 08 (oito) propostas do segmento do Teatro e 08 (oito) propostas do segmento da Música.

Além do referido encontro, as escutas e coleta de propostas também ocorreram nas reuniões estratégicas de elaboração do Plano Municipal de Cultura e no Conselho Municipal de Cultura.

As propostas e demandas do setor de Patrimônio, História e Memória foram indicadas ao longo de 4 (quatro) reuniões com os membros do Coletivo/Instituto de História e Memória de Diamantino, onde foram apontadas ações estratégicas para a área do patrimônio e da memória de Diamantino e Mato Grosso.

Os Programas estratégicos reúnem metas e ações que visam o desenvolvimento da cultura do município, atribuindo os seus devidos prazos para a sua realização, considerando o período de vigência de 2020 a 2030.

Programa Estratégico 1: GESTÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA CULTURA;

Programa Estratégico 2: PROGRAMA DE APOIO ÀS ARTES: ARTES CÊNICAS (TEATRO, DANÇA E CIRCO), AUDIOVISUAL, ARTESANATO, ARTES PLÁSTICAS E MÚSICA;

Programa Estratégico 3: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CULTURA TRADICIONAL;

Programa Estratégico 4: ECONOMIA CRIATIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA;

Programa Estratégico 5: PROGRAMA DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS.

PROGRAMA ESTRATÉGICO 1:

GESTÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA CULTURA

META 1: Fortalecimento das ações e da atuação do Órgão Gestor de Cultura com a criação de uma Secretaria até 2021.

1.1 - Criação e implementação de uma Secretaria de Cultura com organograma que atenda às funções administrativas, técnicas e artísticas setoriais do órgão gestor;

1.2 - Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura e garantir a contratação de um analista de cultura, por meio de concurso público, visando a ampliação das capacidades de planejamento de metas, a articulação das esferas do poder público, a articulação com instituições, empresas do setor privado e organização da sociedade civil;

1.3. - Promover a política cultural de forma transversal, integrando-a com as políticas de outras áreas, como: a educação, o turismo, o meio-ambiente, a agricultura, a assistência social, planejamento urbano e econômico, a indústria e o comércio;

1.4 - Estabelecer um calendário único e compartilhado dos eventos, programas, ações culturais entre o órgão de cultura, secretarias municipais e entidades com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho;

1.5 - Garantir mecanismos físicos e digitais de armazenamento e arquivo de documentos, imagens, vídeos, peças de divulgação e de toda a memória administrativa e executiva das ações do órgão gestor, de modo que permita a continuidade das realizações após as mudanças de governo.

META 2: Sistema Municipal de Cultura com todos os 6 componentes implementados até o final de 2021, sendo eles: Conselho Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais e Sistemas Setoriais de Cultura.

2.1 - Finalizar a implementação do CPF (Conselho, Plano e Fundo) da Cultura até o final de 2020;

2.2 - Reformulação bienal do Conselho Municipal de Cultura e garantir o seu pleno funcionamento;

2.3 - Implantar um sistema de monitoramento e acompanhamento do Plano Municipal de Cultura, por meio do Fórum Municipal de cultura, com realização anual;

2.4 - Garantir a implementação e o pleno funcionamento do Fundo Municipal de Cultura até o final de 2020;

2.5 - Fortalecer o Fundo Municipal de Cultural como mecanismo central de fomento à cultura;

2.6 - Promover a realização de conferência de cultura a cada 4 (quatro) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações, instituições culturais e os agentes artísticos culturais;

2.7 - Consolidar as conferências, fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias;

2.8 - Fortalecer a participação social nas redes, fóruns, reuniões especificas e nos organismos estaduais e nacionais ligados à cultura, dando amplitude e divulgação às discussões, afirmando princípios e diretrizes estratégicas da política cultural do município;

2.9 - Implementar, garantir a inserção e a atualização permanente das informações culturais do município no SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e no SMIIC - Sistema Municipal de Informações e indicadores Culturais;

2.10 - Criar um Portal da Cultura em banco de dados com o cadastro de todos os artistas, contato, descrição de suas atividades e imagens com a possibilidade de atualização pelos mesmos.

META 3: Promover a formação e a capacitação em Cultura para os gestores, funcionários e prestadores de serviço do órgão gestor de cultura municipal.

3.1 - Reestruturar, capacitar e valorizar o quadro de funcionários do órgão gestor de cultura para melhor eficiência administrativa e organizacional, assegurando a capacitação para os trabalhadores da cultura e formação continuada nas suas funções específicas;

3.2 - Fortalecer parcerias com as instituições federais, estaduais, secretarias municipais, entidades privadas e socioculturais para a realização de cursos de capacitação, encontros de formação e intercâmbio;

3.3 - Assegurar a participação dos funcionários da cultura em cursos, oficinas e encontro de formação de abrangência regional, estadual e nacional;

3.4 - Garantir a participação do gestor e dos funcionários em editais de premiação, adesão a programas de capacitação, concurso de metodologias inovadoras, boas práticas e selos de reconhecimento de desempenho para que a gestão cultural do município seja referência de qualidade, e possibilitando assim maior visibilidade institucional.

META 4: Financiamento da cultura e fortalecimento contínuo do orçamento da cultura por meio da LOA - Lei Orçamentária Anual com percentual acima de 1% para a área da cultura a partir do exercício de 2021.

4.1 - Assegurar percentual de no mínimo 1% do orçamento municipal para área da cultura a partir do exercício de 2021, a fim de garantir a execução das políticas públicas de cultura do município, o desenvolvimento de atividades, manutenção de equipamentos e pessoas do órgão gestor de cultura;

4.2 - Incluir na LOA os recursos de apoio e realização de convênios a projetos já consolidados no calendário de eventos anual do município;

4.3 - Assegurar a implementação do Fundo Municipal de Cultura e o aporte mínimo necessário para o seu funcionamento estipulado em lei até a aprovação da Lei;

4.4 - Aderir, realizar convênios e participar de programas de financiamento conjunto entre as esferas federal e estadual a fim de obter aporte financeiro ao Fundo Municipal de Cultura;

4.5 - Ampliar as fontes de recurso do Fundo Municipal de Cultura, buscando fontes em doações e outros montantes para além dos oriundos do município;

4.6 - Sensibilizar o setor empresarial sobre a importância de investimento privado na produção cultural local por meio do Fundo Municipal de Cultura;

4.7 - Aprimorar os instrumentos legais de forma a dar transparências e garantir o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com o Fundo Municipal de Cultura.

META 5: Fomentar a comunicação institucional e a divulgação permanente das ações da cultura em diversos veículos de comunicação e plataformas digitais, a partir do 1º semestre de 2021;

5.1 - Criar um site exclusivo para a cultura, vinculado ao portal oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, contendo todas as informações pertinentes às realizações da gestão cultural, calendário de eventos e o mapeamento cultural do município;

5.2 - Fomentar a ampliação do espaço de divulgação cultural dentro dos meios de comunicações locais;

5.3 - Garantir o suporte necessário de equipamento e acesso à internet para a divulgação eficiente e eficaz das ações da gestão cultural;

5.4 - Produzir anualmente um portfólio impresso e digital reunindo as principais realizações da gestão, eventos, premiações e parcerias consolidadas, para a divulgação nas plataformas digitais e distribuição, a fim de contemplar e atingir o maior número de pessoas visando à democratização da informação e de dados relativos à cultura;

5.5 - Estimular e fomentar a criação de programas e conteúdos para rádio, TV e internet que visem à formação de público, a familiarização com a arte e as referências culturais de Diamantino.

META 6: Garantir a realização do calendário anual de eventos do município a fim de assegurar à população o direito de acesso aos bens gratuitos e democráticos dos festejos culturais e datas comemorativas.

6.1 - Garantir a realização dos eventos do calendário Nacional Brasileiro de grande porte: o Carnaval e o Réveillon, com a prática tradicional de queima de fogos;

6.2 - Garantir a realização do evento de grande porte de comemoração ao aniversário político-administrativo de Diamantino, Festival de Quadrilhas, Festival de Danças, Festival da Canção.

6.3 - Garantir a realização e a co-realização dos eventos de pequeno e médio porte: Sarau Cultural, Festival de Poesias, Feiras da Lua.

6.4 – Orientar organizadores de eventos privados, que procuram o órgão gestor para esclarecimento, a respeito da organização e documentação necessária para a realização de eventos no município;

6.5 – Garantir a inclusão e a divulgação dos eventos públicos e privados a “Agenda Cultural” do Portal da Cultura na internet.

PROGRAMA ESTRATÉGICO 2:

PROGRAMA DE APOIO ÀS ARTES: ARTES CÊNICAS (TEATRO, DANÇA E CIRCO), AUDIOVISUAL, ARTESANATO, ARTES PLÁSTICAS E MÚSICA.

META 7: Reforma, ampliação e modernização dos equipamentos Culturais existentes, e a construção de um equipamento multiuso que atenda a realização de espetáculos profissionais de artes cênicas, festivais e música, até o final de 2027.

7.1 - Realizar uma reforma em Espaços Culturais com a execução de reparos em seu telhado, troca de fiação elétrica, pintura externa e interna, substituição de portas e janelas, substituição do seu letreiro de identificação externo, paisagismo, ampliação da saída de emergência e substituição e instalação sistema de som e iluminação, até o final de 2022;

7.2 - Construção de um pavilhão de armazenamento de mobiliário, material de decoração, cenários, tecidos e componentes elétricos, até o final de 2022;

7.5 - Garantir a construção de tablados e conchas acústicas nas praças públicas para a realização de ações culturais públicas, espontâneas e autônomas, e incentivar a ocupação criativa dos espaços públicos;

7.6 - Construir um equipamento cultural multiuso, no formato semi-arena, com a capacidade de público para mil pessoas, com recepção, mezanino, 3 camarins, uma sala para ensaios, um galpão de armazenamento de estrutura e cenário, sistema de som e iluminação cênica, que atenda espetáculos profissionais de artes cênicas e música. Construído dentro das normas de acessibilidade, até o final de 2027;

7.7 - Construir uma Biblioteca no bairro Novo Diamantino e Comunidade de Deciolândia, contendo: sala ampla para acervo bibliográfico, sala multimídia, espaço jovem, espaço infantil com brinquedoteca, espaço de acessibilidade, sala de estudos, sala para reuniões, espaço de convivência e recreação.

META 8: Incentivar a profissionalização, garantir acesso aos cursos ligados às artes e promover a criação da Escola de Municipal de Artes de Diamantino, oportunizando a capacitação e qualificação técnica de jovens artistas do município, até o final de 2024.

8.1 - Criar a Escola Municipal de Artes de Diamantino, por meio de lei municipal, com a oferta de cursos, oficinas e produção de espetáculos de teatro, dança, música e artes plásticas, de acordo com a demanda, até o final de 2024;

8.2 - Ofertar até o final da vigência deste plano (2030) o mínimo de 25 turmas de cursos ligados às artes cênicas (teatro, dança e circo), música e artes plásticas;

8.3 - Ofertar cursos e oficinas de música, buscando abranger instrumentos e estilos diversificados, com contratação de instrutores de música para atender a demanda da área;

8.4 - Promover oficinas, de artesanato sustentável, teatro e dança em escolas dos bairros, distritos e zonas rurais do município;

8.5 - Fortalecer as políticas setoriais de cultura visando a universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura;

8.6 - Fomentar o intercâmbio cultural no município;

8.7 - Fomentar a produção artística e cultural por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras e expressões;

8.8 - Incentivar e apoiar a formalização profissional e emissão de DRT's (Registro Profissional em Delegacia Regional do Trabalho) de artistas e profissionais da cultura do município;

8.9 - incentivar o intercâmbio cultural de grupos e artistas que promovem o talento do município em concurso e festivais regionais;

8.10 - Fortalecer e preservar a autonomia do campo de reflexão sobre a cultura, assegurando sua articulação indispensável com as dinâmicas de produção e fruição simbólica das expressões culturais e linguagens artísticas;

8.11 - Ampliar as parcerias com as secretarias municipais e centros de convivência no incentivo da oferta de cursos artísticos ao seu público alvo;

8.12 - Promover oficinas, palestras e orientação individualizada às entidades culturais e produtores culturais na elaboração de projetos para participação em editais de fomento;

8.13 - Incentivar programas que facilitem o diálogo entre os centros de estudos, comunidades artísticas e movimentos culturais;

8.14 - Efetivar parcerias com entidades educacionais de nível superior e técnico para a implementação de cursos de formação na área cultural;

META 9: Fortalecer concursos e Festivais consolidados com realização anual, participação democrática, entrega de premiação e incentivar a criação de novos festivais de promoção das artes.

9.1 - Criar o FESTIN - Festival de Teatro Infanto-juvenil para o status de festival de teatro, com categorias voltadas aos coletivos e Cias de teatro do município formado por jovens e adultos, com entrega de premiação, troféu e certificado de participação;

9.2 - Promover anualmente Festival da Canção de Diamantino durante os festejos de comemoração do aniversário político-administrativo do município de Diamantino, com premiação compatível com a média para os festivais regionais;

9.3 -Incentivar e promover concursos de apoio aos blocos carnavalescos de animação ao Carnaval de rua;

9.4 - Incentivar a retomada e criação de um Festival de Dança com entrega de premiação, troféu e certificado de participação;

9.5 - Incentivar a realização de Festivais escolares de música, dança, artes plásticas e literatura;

9.6 - Realizar diálogo contínuo com os segmentos culturais e o Conselho de Política Cultural a fim promover a modernização contínua dos editais de chamamento dos festivais, métodos de organização, avaliação e premiação;

9.7 - Garantir orçamento para o pagamento de premiações e contratação de jurados especializados de fora do município de Diamantino

9.8 - Realizar concursos e premiações que visem não apenas o estímulo ao talento de artistas e produtores, como também o intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes faixas etárias e gerações.

META 10: Fomentar a produção artística, a circulação dos bens culturais e desenvolver ações descentralizadas de promoção das artes, inclusão social, igualdade racial e promoção da diversidade.

10.1 - Garantir a exibição fixa de filmes e conteúdo audiovisual nas Praças e Escolas a partir do 1º semestre de 2021;

10.2 - Realizar o projeto Cine Diamantino com a exibição de filmes e conteúdo audiovisual itinerante nos bairros e distritos do município;

10.3 - Promover exposição das obras de artes produzidas por artistas do município, por alunos de escolas, projetos sociais, coletivos culturais e entidades em eventos realizados pelo município;

10.4 - Promover editais de fomento e apoio às artes com os recursos do Fundo Municipal de Política Cultural para realização de projetos em bairros, distritos, zona rural;

10.5 - Fomentar as parcerias público/privadas, no sentido de apoiar a organização e a promoção de eventos artísticos culturais;

10.6 - Fomentar a criação de um Coral Municipal para circulação no município, incentivar a prática do canto e estimular o gosto pela música;

10.7 – Garantir a contratação de artistas locais para *shows* e apresentações artísticas nas festas e eventos realizados pelo município;

10.8 - Ampliar e descentralizar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando o equilíbrio entre as diversas fontes e a redução das desigualdades sociais e territoriais;

10.9 - Promover e fomentar ações itinerantes com infraestrutura adequada à criação e à apresentação artística, oferta de bens e produtos culturais para atender às comunidades, especialmente de locais distantes do centro;

10.10 - Promover editais de apoio de fornecimento de itens para a projetos culturais;

10.12 - Fomentar projetos e ações de promoção da arte e da diversidade cultural do município por todo o território estadual e nacional;

10.13 -Integrar as políticas públicas destinadas ao segmento LGBT, sobretudo no que diz respeito à valorização temática no combate à homofobia, promoção da cidadania e afirmação de direitos;

10.14 - Implementar políticas de inclusão de minorias sociais e étnicas (indígenas, negros e a comunidade LGBT) nos programa e ações culturais do município de Diamantino;

10.15 - Fomentar políticas públicas de cultura voltadas aos direitos das mulheres e sua valorização, contribuindo para a redução da desigualdade de gênero.

META 11: Fortalecer os Pontos de Cultura do município e incentivar o reconhecimento de novos pontos, por meio dos editais promovidos pelo estado com o apoio do Ministério da Cultura, por meio do Programa Cultura Viva, por toda a vigência deste plano.

11.1 - Fortalecer, apoiar e divulgar as realizações culturais dos Pontos de Cultura existentes no município.

11.2 - Incentivar a participação dos pontos de cultura e entidades socioculturais do município em editais de fomento e captação de recursos no Ministério da Cultura, editais de fomento do estado e programas de apoio;

11.3 - Divulgar ativamente a abertura de editais de criação e manutenção de Pontos de Cultura;

11.4 - Promover oficinas de elaboração de projetos e orientação individualizada aos pontos de cultura e entidades aptas a participação em editais;

11.5 - Assessorar, orientar e acompanhar, quando solicitado, a produção de relatórios e planilhas de prestação de contas das instituições culturais contempladas em editais de fomento a fim de evitar o recebimento de notificações, multas e a inadimplência.

PROGRAMA ESTRATÉGICO 3:

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CULTURA TRADICIONAL

META 12: Estabelecer instrumentos normativos para o desenvolvimento de políticas voltadas ao patrimônio cultural material e imaterial, a memória e a cultura tradicional do município de Diamantino, até o segundo semestre de 2020.

12.1 - Elaborar o Plano Municipal de História, Memória e Patrimônio Cultural de Diamantino;

12.2 - Fortalecer a representatividade e as ações dos grupos envolvidos com a história e a memória do município de Diamantino

12.3 - Fortalecer e aprimorar os mecanismos regulatórios e legislativos de proteção e gestão do Patrimônio cultural, histórico, artístico e memória;

12.4 - Contribuir para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais das matrizes tradicionais;

12.5 - Estabelecer abordagens Inter setoriais e transdisciplinares para a execução de políticas dedicadas às culturas populares, incluindo seus detentores na formulação de programas, projetos e ações;

12.6 - Fomentar a implantação, manutenção e qualificação dos espaços de memória, com o intuito de preservar e difundir o patrimônio cultural, promover a fruição artística e democratizar o acesso, dando destaque à memória dos pioneiros de Diamantino e Mato Grosso, das culturas tradicionais e das populações locais das áreas rurais, distritos e do centro urbano.

META 13: Valorizar, divulgar, incentivar e fomentar as ações, projetos, registros e formação sobre a memória, o patrimônio e a cultura tradicional do município, durante toda a vigência deste plano.

13.1 - Valorizar a cultura tradicional mato-grossense, sua culinária, música e dança, e fomentar cursos de formação;

13.1 – Criar o Memorial Darcy Capistrano de Oliveira Filho

13.2 - Apoiar, fomentar e preservar o Museu Langsdorff, Casa Memorial dos Viajantes, estimulando ações de visitação, divulgação e articulando ações integradas;

13.3 - Promover a inclusão e a plena participação dos grupos tradicionais nos eventos, encontros e ações culturais do município;

13.4 - Reconhecer a importância das ações culturais e eventos promovidos pelas instituições religiosas do município como patrimônio imaterial;

13.5 - Registrar por meio de imagens e audiovisual as manifestações culturais indígenas: danças, cantos, pintura corporal, rituais, artesanatos, gastronomia, construções, confecção de instrumentos, reconhecendo as lideranças e os mestres;

13.6 - Fomentar projetos e desenvolver atividades que visem preservar e difundir brincadeiras e brinquedos populares, cantigas de roda, contação de histórias e expressões culturais similares;

13.7 - Incentivar educadores e agentes multiplicadores a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial;

13.8 - Fomentar a apropriação dos instrumentos de pesquisa, documentação e difusão das manifestações culturais populares por parte das comunidades que as abrigam estimulando a autogestão da sua memória;

13.9 - Atualizar e aprimorar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a exposição dos acervos fotográficos e documentais sob a guarda da Casa da Cultura;

13.10 - Fortalecer a gastronomia tradicional mais atuante no município, sobretudo outras culinárias, bem com os seus utensílios e as festas correspondentes como patrimônio material e imaterial, com o registro, a preservação e a difusão de suas práticas.

PROGRAMA ESTRATÉGICO 4:

ECONOMIA CRIATIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

META 14: Estimular, fomentar e viabilizar condições para o desenvolvimento da economia criativa e da economia solidária local como espaço de inovação, expressão da criatividade e fonte de oportunidade de sustentabilidade, geração renda e emprego, durante toda a vigência deste plano.

14.1 - Criação da "Sala de Oportunidades: Diamantino, cidade criativa", no formato *coworking*, equipada com computadores de alta performance contendo softwares profissionais que viabilizam a edição de vídeos, imagens, edição e produção musical, diagramação de livros, produção de desenhos digitais etc.;

14.2 - Fomentar os processos criativos dos segmentos de audiovisual, arte digital, jogos eletrônicos, vídeo-arte, documentários, animações, internet, e outros conteúdos para as novas mídias;

14.3 - Instituir programas em parceria com a iniciativa privada e organizações civis para a ampliação da circulação de bens culturais e abertura de canais de prospecção e visibilidade para a produção jovem e independente;

14.3 - Fomentar e incentivar modelos de gestão eficiente que promovam o acesso às artes, ao aprimoramento e à pesquisa estética e que permitam o estabelecimento de grupos sustentáveis e autônomos de produção;

14.4 – Fomentar, apoiar e incentivar a realização de cursos, palestras e workshops profissionais de comunicação e suas modalidades: redação e jornalismo, texto publicitário, oratória, formação de repórter, produção radiofônica e televisiva, mídias sociais e áudio e vídeo;

14.5 – Incentivar a criação da Associação de Imprensa;

14.6 - Promover parcerias de apoio técnico às iniciativas das associações, cooperativas e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais em parceria com organizações do sistema S (SENAI, SEBRAE, SESI e SESC), setores estaduais de apoio à economia criativa e instituições de ensino;

14.7 - Promover editais de fomento de apoio aos empreendedores criativos, a fim de premiar ideias inovadoras e que promovam o desenvolvimento social, cultural, solidário e econômico do município;

14.8 - Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes trabalhadores da cultura, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura;

14.9 - Estimular a adesão dos artistas e produtores culturais junto ao Programa Cultura Prev, Lei do Governo Federal nº 11.053 de 29/12/2004, beneficiando uma classe trabalhadora com direitos e garantias previdenciárias.

META 15: Mapear, articular, Incentivar e apoiar estratégias e projetos de difusão das produções criativas do município, durante toda a vigência deste plano.

15.1 - Incentivar, divulgar e fomentar a realização de calendários, mapas culturais e agendas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos, encontros, feiras, festivais, shows e programas de produção artística e cultural;

15.2 - Apoiar a criação de espaços de circulação de produtos culturais para o consumo doméstico, criando oferta de qualidade e distribuição que permitam a diversificação do mercado e a absorção das produções locais;

15.3 – Garantir nos eventos públicos espaços destinados à comercialização dos produtos criativos do município, sem custo para os expositores;

15.4 - Estimular a construção de sítios eletrônicos e dispositivos alternativos de distribuição e circulação comercial de produtos, permitindo a integração dos diversos contextos e setores;

15.5 - Criar um catálogo online dos Serviços Criativos existentes no município, dentro do Portal da Cultura, a fim de estimular a contratação de serviços especializados e divulgar os profissionais criativos do município;

15.6 - Incentivar e apoiar a realização de feiras com calendário fixo para a comercialização de artesanato e obras artísticas;

15.7 - Promover feiras e encontros de promoção da economia solidária em parceria com cooperativas, associações e grupos solidários, para troca de produtos, comercialização com preço justo e consumo consciente e solidário;

15.8 - Garantir a participação de entidades socioculturais, grupos de acadêmicos de formandos, grupos escolares, associações, pontos de cultura, cooperativas, movimentos sociais, grupos culturais e grupos religiosos na comercialização de comida típica no Sarau das Artes e da Culinária Típica;

15.9 - Incentivar e apoiar a realização de eventos e festivais gastronômicos integrando as redes de restaurantes do município, os lancheiros populares, os *food trucks* do município e os artistas locais.

META 16: Incentivar o consumo consciente e valorização dos métodos sustentáveis e criativo na produção.

16.1 - Estimular estudos para a adoção de mecanismos de compensação ambiental para as atividades culturais;

16.2 - Identificar e catalogar matérias-primas que servem de base para os produtos culturais locais e incentivar a criação do selo de reconhecimento dos produtos culturais que associam valores sociais, econômicos e ecológicos;

16.3 - Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial, dinamizando e promovendo o empreendedorismo e a cultura do eco design;

16.4 - Promover oficinas de reaproveitamento, construção de objetos e produção de obras artísticas com a utilização de materiais reciclados.

PROGRAMA ESTRATÉGICO 5:

PROGRAMA DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS

META 17: Criar um Sistema de Bibliotecas como centros de referência de difusão à leitura.

17.1. Fortalecer das ações das bibliotecas no sistema integrado do acervo bibliográfico.

17.2. Implementar os projetos e atividades de estímulo à leitura.

17.3. Ampliar os acervo das obras bibliográficas.

17.4. Ocupar os patrimônios ociosos do município, criando novos pontos de leitura;

17.5. Criar a biblioteca itinerante, para atender as comunidades rurais, indígenas e bairros distantes do centro;

17.6. Subsidiar recursos para autores de literatura cultural e histórica regional e/ou local.

SETOR RH
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 194/2019

CONTRATADO(a):ESMAEL DE OLIVEIRA MAIA

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 194/2019**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **MOTORISTA EDUCACIONAL - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** com termino dia **31 de Outubro de 2020.**

SETOR RH
T E R M O D E P O S S E

Aos vinte e dois dia do mês de Outubro do ano de 2020, ás 13h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhor ***KLEITON GUIA DA SILVA***, brasileiro, solteiro, Portador do RG sob nº 1999743-4 SSP/MT e CPF sob nº 046.395.841-13, Título de Eleitor sob nº 0304 3351 1872 - Zona 003 - Seção 116, CTPS sob nº 32.949/Série nº 00023/MT/RJ, residente e domiciliado na Av. Conceição, 358, São Benedito, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *TÉCNICO EM ENFERMAGEM*, Nível I, Classe A, aprovado no Concurso Público nº 001/2018 e nomeado pelo Decreto nº 181/2020, de 29 de Setembro de 2020, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 22 de Outubro de 2020.

KLEITON GUIA DA SILVA

Servidor Compromissado

CLAUDIMAR ANTONIO BARBACOVI

Prefeito Municipal EE.

GABINETE
DECRETO Nº 183/2020 - RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO OCORRIDA DIA 20/10 - EDIÇÃO DO DIARIO N° 3.588 DE , 29 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito

de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1364/2020, em consonância com a

Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1326/2019.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a Estornar / Anular parcialmente o Crédito Adicional aberto através do Decreto 074/2020 e ato autorizativo conforme a lei 1.337/2020, oriundo de excesso de arrecadação, atualizando o orçamento vigente e revertendo o saldo orçamentario a fonte de recurso correspondente.

Art. 2º - Para cobertura do Estorno dos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, conforme o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

06 **Cód. Reduzido**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA** **1146**	
001.10.122.0037.20079	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO COVID-19	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	463,16
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E PESSOA JURÍDICA	26,00
	SUBTOTAL	**489,16**
	TOTAL	**489,16**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

LICITAÇÃO
AVISO DO 2° REALINHAMENTO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇOS**, dos item subscrito da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2020 do PREGÃO PRESENCIAL nº 036/2020**, onde sagrou-se vencedora a empresa**KIRST TRR LTDA,** CNPJ nº 05.198.812/0001-07, conforme passa a demonstrar a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01	ÓLEO DIESEL COMUM (S-500), EXCLUSIVO PARA EMPRESAS DO RAMO DE TRR, A SER ENTREGUE NO RESERVATÓRIO DA GARAGEM MUNICIPAL.	PETROBRAS	LT	R$ 3,45	R$ 3,56

Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial do Municípios.

Diamantino /MT, 21 de Outubro de 2020.

CLAUDIMAR ANTÔNIO BARBACOVI

Prefeito Municipal em Exercício

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 233/2020

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal a Senhora **TEREZINHA MENDES DE ARRUDA OLIVEIRA DO NASCIMENTO,** dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que o servidor(a) faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **29 de Setembro de 2014 a 28 de Setembro de 2019;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **LICENÇA PRÊMIO** a Senhora **TEREZINHA MENDES DE ARRUDA OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, matrícula 290-1, exercendo o Função/Cargo de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO/ NUTRIÇÃO ESCOLAR - PROFISSIONALIZADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a serem usufruídas no período de **21 de Setembro de 2020 a 19 de Novembro de 2020.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 21 de Setembro de 2020.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 20 de Outubro de 2020.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DECRETO N° 099/2020

DECRETO N° 099/2020

DATA: 19 DE OUTUBRO DE 2020

SÚMULA: DECLARA ponto facultativo nos órgãos da administração pública municipal, dia 30/10/2020, Exceto para os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade, e dá outras providências**.**

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica DECRETADO Ponto Facultativo na Prefeitura Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, dia 30 de outubro de 2020 "sexta-feira", em razão da prorrogação do dia do Servidor Público comemorado dia 28 de Outubro "quarta-feira".

§ 1º - Não estão incluídos no *"caput"* deste artigo os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade, quais sejam, os serviços emergenciais de saúde, vigilância e os de limpeza pública (coleta de lixo).

§ 2º – No dia 28 de Outubro de 2020 o expediente nos órgãos da administração pública municipal será em horário normal.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 350/2020

DATA: 06 DE OUTUBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em pecúnia pelo período de 90 (noventa) dias, ao Servidor Público Sr. **JOÃO BATISTA DOS SANTOS**,matrícula nº 392, ocupante do cargo efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS III** conforme o requerimento de 01 de Outubro de 2020.

Artigo 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 351/2020

DATA: 06 DE OUTUBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em pecúnia pelo período de 90 (noventa) dias, ao Servidor Público Sr. **CLAUDIR SILVA DE PAULA**,matrícula nº 1789, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA II** conforme o requerimento de 01 de Outubro de 2020.

Artigo 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 359/2020

DATA: 20 DE OUTUBRO DE 2020

RAFAEL PAVEI, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido, o Sr. **ARCEU FORTES DA SILVA**, do seu cargo comissionado de **ASSESSORIA III**, matrícula 2344, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº 441/2020

DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO AUXILIO DOENÇA INSS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO, necessidade para tratamento de saúde conforme Atestado Médico emitido por **Emídio Macedo Pinho,** CRM GO – 8008, emitido em 20/10/2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para tratamento de saúde, em favor do (a) servidor (a) **ADRIANA MOSCAL MACIEL**,brasileiro (a) nascido (a) no dia 28/10/1984, portador (a) do RG 55203107-0 SSP/SP e do CPF: 000.727. 301-02, **Contratado (a)** no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**, a partir de 20/10/2020.

Art. 2° - Fica na responsabilidade da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte o pagamento dos primeiros 15(quinze) dias do afastamento, após esse período a servidora receberá a remuneração através do INSS, para qual a mesma foi encaminhada afim de ser avaliada pela perícia médica da previdência.

Art. 3°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do atestado, 20/10/2020.

Gaúcha do Norte-MT, 21 de outubro 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

COVID-19: ERRATA DO CONTRATO

"ONDE SE LÊ"

CONTRATO Nº 037/2020

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ. /MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Voney Rodrigues Goulart, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade n. 2477543 SSP/GO e do CPF n. 402.603.301-59, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI com registro no cadastro de pessoas jurídicas sob nº 30.153.492/0001-16 com sede na Rua NA – 08 s/n lote 22 bairro Jardim Nova Abadia de Goiás GO CEP: 75.345-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por JULIANA SILVA COTRIN, Carteira de Identidade nº.4465394 DGPC GO CPF nº005.084. 021-58 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo nº. 073/ 2020, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de Dispensa de Licitação Nº. 013/2020, e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Federal 13.979/2020, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO APARELHO HOSPITALAR visando atender pacientes que necessitam da ajuda desses equipamentos, suprindo as necessidades no atendimento do hospital Municipal de Gaúcha do Norte MT, nesse momento que estamos passando de pandemia do COVID-19, conforme descrições abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1.	Autoclave Box 40 litros	01 un	Stermax	5.390,00	5.390,00
2.	Autoclave Box 60 litros	01 un	Stermax	7.650,00	7.650,00
3.	Inalador Nebulizador Hospitalar 4 saídas INL 5004 inalame	01 un	MRM	2.500,00	2.500,00
4.	Cama Hospitalar 8 movimentos motorizada extra luxo	01 un	Casa Médica	12.380,00	12.380,00
5.	Aspirador Cirúrgico 6 L com frascos autoclave	01 un	Medicate	3.150,00	3.150,00
total	R$ 31.070,00 (trinta e um mil e setenta reais)				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 Lei Federal 13.979/2020 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório nº049/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação n°. 011/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.

3.1- A CONTRATADA se obriga a fornecer para a CONTRATANTE, osequipamentos descritos acima, em perfeita condição de uso “NOVO”, no valor acordado, conforme Cláusula deste contrato.

3.2 – Os produtos serão entregues dentro do prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregues no almoxarifado central, sito à Av. Brasil, QD.110 nº 1.200 centro Gaúcha do Norte MT.

f - Todas as despesas para a prestação dos serviços será por conta da contratada, tais como, impostos, encargos sociais, transportes etc.

g - O presente contrato terá sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de R$ 31.070,00 (trinta e um mil e setenta reais), *cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contrata;* 4.2 - A ser pago na entrega do objeto licitado, após emissão da Nota Fiscal, para garantir a entrega do produto. 4.3– O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública. 4.4- O pagamento será efetuado, somente após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição e devidamente certificada pelo Agente Público competente. 4.5- No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída. 4.6- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preços, bem como da Nota de Empenho; 4.7– Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. 4.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para decorrente ano e anos seguintes, nas seguintes dotações orçamentárias:

SEC. MUN. DE SAÚDE

ORGAO: 06

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20134

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.0

COD REDUZIDO: 790

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

I - Entregar os objetos licitados em conformidade com disposto na proposta apresentada, que faz parte integrante deste contrato; II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias; III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação; IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas para esta contratação; V - Aceitar ou não supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento); VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93; VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários; 6.2- Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE: I - Efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula Terceira item “3.1”. II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA; III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato. IV - Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre qualquer defeito de fabricação ou mal funcionamento do produto, dentro do prazo de garantia do produto; V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 948 de 2020, com as alterações dela decorrentes, obedecerá às normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela *CONTRATANTE* à seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - O Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

10.1.1 - I - Unilateralmente pela Administração:

a) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.2 - II - Por acordo das partes:

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento.

10.2 – De acordo com o Artigo 57 e Outros casos previstos na Lei nº. 8.666/93 Lei Federal 13.979/2020.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pela disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

11.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

11.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

11.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

11.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do Dispensa de Licitação nº 013/2020, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 15 de setembro de 2020.

MUNICIPIO DE GAÚCHA DO NORTE

Voney Rodrigues Goulart

CONTRATANTE

JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI

CNPJ nº 30.153.492/0001-16

CONTRATADO

NOME

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:1)_____ CPF:_____

2)_____ CPF:_____

" LÊ SE "

CONTRATO Nº 037/2020

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ. /MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Voney Rodrigues Goulart**, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade n. 2477543 SSP/GO e do CPF n. 402.603.301-59, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI** com registro no cadastro de pessoas jurídicas sob nº 30.153.492/0001-16 com sede na Rua NA – 08 s/n lote 22 bairro Jardim Nova Abadia de Goiás GO CEP: 75.345-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por JULIANA SILVA COTRIN, Carteira de Identidade nº.4465394 DGPC GO CPF nº005. 084.021-58 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 073/2020**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **Dispensa de Licitação Nº. 013/2020**, e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e a **Lei Federal 13. 979/2020**, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **–** O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO APARELHO HOSPITALAR** visando atender pacientes que necessitam da ajuda desses equipamentos, suprindo as necessidades no atendimento do hospital Municipal de Gaúcha do Norte MT, nesse momento que estamos passando de pandemia do COVID-19**,** conforme descrições abaixo**.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1.	**Autoclave Box 40 litros**	01 un	Stermax	5.390,00	5.390,00
2.	**Autoclave Box 60 litros**	01 un	Stermax	7.650,00	7.650,00
3.	**Inalador Nebulizador Hospitalar 4 saídas INL 5004 inalame**	01 un	MRM	1.650,00	1.650,00
4.	**Cama Hospitalar 8 movimentos motorizada extra luxo**	01 un	Casa Médica	12.380,00	12.380,00
5.	**Aspirador Cirúrgico 6 L com frascos autoclave**	01 un	Medicate	2.085,00	2.085,00
total	**R$ 29.155,00 (vinte nove mil cento e cinquenta e cinco reais)**				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 **Lei Federal 13.979/2020** e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório nº049/2020, na modalidade de **Dispensa de Licitação n°. 011/2020**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.

3.1- A CONTRATADA se obriga a fornecer para a CONTRATANTE, os**equipamentos descritos acima,** em perfeita condição de uso "NOVO", no valor acordado, conforme Cláusula deste contrato.

3.2 – Os produtos serão entregues dentro do prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregues no almoxarifado central, sito à Av. Brasil, QD.110 nº 1.200 centro Gaúcha do Norte MT.

f - Todas as despesas para a prestação dos serviços será por conta da contratada, tais como, impostos, encargos sociais, transportes etc.

g - O presente contrato terá sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de R$ R$ 29.155,00 (vinte nove mil cento e cinquenta e cinco reais), cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contrata; 4.2 - A ser pago na entrega do objeto licitado, após emissão da Nota Fiscal, para garantir a entrega do produto. 4.3– O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública. 4.4- O pagamento será efetuado, somente após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição e devidamente certificada pelo Agente Público competente. **4.5-** No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída. 4.6- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preços, bem como da Nota de Empenho; 4.7– Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. 4.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para decorrente ano e anos seguintes, nas seguintes dotações orçamentárias:

SEC. MUN. DE SAÚDE

ORGAO: 06

UNIDADE: 002

PROJ/ATIV: 20134

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.0

COD REDUZIDO: 790

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades **da CONTRATADA**:

I - Entregar os objetos licitados em conformidade com disposto na proposta apresentada, que faz parte integrante deste contrato; II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias; III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação; IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas para esta contratação; V - Aceitar ou não supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento); VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93; VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários; 6.2- Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são **obrigações da CONTRATANTE**: I - Efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula Terceira item "3.1". II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA; III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato. IV - Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre qualquer defeito de fabricação ou mal funcionamento do produto, dentro do prazo de garantia do produto; V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 948 de 2020, com as alterações dela decorrentes, obedecerá às normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no "item 7.7.4", de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - O Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

10.1.1 - I - Unilateralmente pela Administração:

a) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.2 - II - Por acordo das partes:

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento.

10.2 – De acordo com o Artigo 57 e Outros casos previstos na Lei nº. 8.666/93 **Lei Federal 13.979/2020**.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pela disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

11.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

11.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

11.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

11.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Dispensa de Licitação nº 013/2020**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 15 de setembro de 2020.

MUNICIPIO DE GAÚCHA DO NORTE

Voney Rodrigues Goulart

CONTRATANTE

JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI

CNPJ nº 30.153.492/0001-16

CONTRATADO

NOME

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:1)_____ CPF:_____

2)_____ CPF:_____

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 001

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 005/2020

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: 003/2020

Por meio do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59 e a empresa **ABATEDOURO MIRASSOL LTDA**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 15.293.295/0001-09, estabelecida na estrada Gaúcha/Canarana, km10 zona rural, na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato pelo empresário Sr. ALEX GIAN ALESSIO, com cadastro de pessoas físicas sob nº e do CPF nº 013.248.711-05, resolvem firmar o presente **termo de apostila** nos termos abaixo descritos.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	Valor Anterior	Valor Alterado
CARNE BOVINA - TIPO ACÉM DE SEGUNDA SEM OSSO (DIANTEIRA), EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS.	11,79	17,21
CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, EM ISCAS OU CUBOS, CONGELADA - NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, FORNECIMENTO POR QUILO.	16,90	24,67

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude do aumento dos impostos no país pelos órgãos Federais e estaduais que regulamenta os preços dos impostos, ficam alterados os valores dos itens licitados no referido certame para o fornecimento do objeto mencionado, conforme comprovação por notas fiscais de aquisição e Parecer Jurídico que é parte integrante de Apostilamento que seguem como anexo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Com o reajuste acima mencionado, serão alterados os valores unitários de preços constantes na Ata de Registro de Preços acima referenciados, ficando os novos preços, que serão praticados **a partir do dia 21 de outubro de 2020** do corrente ano e nos valores abaixo descritos:

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGAO: 12

UNIDADE: 003

PROJ/ATIV: 20063

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07

COD REDUZIDO:460

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no artigo 65, II, d, e § 5º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **ATA – SRP Nº 005/2020**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Gaúcha do Norte – MT, 21 de outubro de 2020.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

CNPJ: 02.378.934/0001-97

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ABATEDOURO MIRASSOL LTDA

CNPJ nº 15.293.295/0001-09

CONTRATADO

Testemunhas:

1)_____CPF: _____

2)_____CPF: _____

DECRETO Nº. 1056/2020 - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

DECRETO Nº. 1056 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a alteração de endereço da sede da Prefeitura do município de Gaúcha do Norte-MT e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando a construção da Sede Própria do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de alteração dos dados cadastrais na Receita Federal do Brasil;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado o endereço da Sede da Prefeitura do Município de Gaúcha do Norte do Estado de Mato Grosso da Rua Mato Grosso, nº 943, Centro, CEP 78.875-000 – Gaúcha do Norte/MT para Avenida Brasil, nº 1200S, Centro, CEP 78.875-000 – Gaúcha do Norte/MT.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 20 de outubro de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ATESTADO DE PUBLICAÇÃO POR AFIXAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, Estado de Mato Grosso, com endereço na Rua Getulio Vargas, nº 650, Centro, a qual goza de personalidade jurídica própria, de autonomia administrativa e financeira, de Direito Público, devidamente inscrita no **CNPJ** sob o nº. **03.239.027/0001-20**, através do **SETOR DE CONTABILIDADE,** que na inexistência de jornal local diário, e para cumprimento do disposto na LC 101/2000 – LRF e demais dispositivos legais vigentes.

A T E S T A, que os Anexos relativos ao Relatório de Resumido de Execução Orçamentária - RREO relativos ao 4º Bimestre de 2020.

Ficarão publicados por afixação no mural da Prefeitura Municipal de Indiavaí, Câmara Municipal de Indiavaí bem como no home Page deste Município, durante o período de 29/09/2020 à 29/10/2020, estando à disposição de todos os Munícipes.

É a expressão da verdade e dou fé.

Indiavaí - Mato Grosso, em 29 de setembro de 2020.

TATIANE CAMILO NIERI

Contador

CRC/MT 014009/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.000.000,00	16.515.476,19	3.805.330,49	23,04	11.673.575,90	70,68	4.841.900,29
RECEITAS CORRENTES	15.783.000,00	15.783.000,00	3.164.221,73	20,05	11.032.467,14	69,90	4.750.532,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	880.500,00	880.500,00	93.663,02	10,64	618.577,97	70,25	261.922,03
Impostos	821.500,00	821.500,00	93.288,02	11,36	611.707,97	74,46	209.792,03
Taxas	59.000,00	59.000,00	375,00	0,64	6.870,00	11,64	52.130,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	68.000,00	68.000,00	8.822,76	12,97	29.996,51	44,11	38.003,49
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	68.000,00	68.000,00	8.822,76	12,97	29.996,51	44,11	38.003,49
RECEITA PATRIMONIAL	131.700,00	131.700,00	5.671,52	4,31	56.868,05	43,18	74.831,95
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	131.700,00	131.700,00	5.671,52	4,31	56.868,05	43,18	74.831,95
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	15.600,00	15.600,00	0,00	0,00	22.351,00	143,28	-6.751,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00	22.351,00	338,65	-15.751,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.682.200,00	14.682.200,00	3.055.784,38	20,81	10.304.393,56	70,18	4.377.806,44
Transferências da União e de suas Entidades	8.099.700,00	8.099.700,00	2.023.147,20	24,98	6.227.380,38	76,88	1.872.319,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.634.500,00	4.634.500,00	751.617,88	16,22	2.927.718,04	63,17	1.706.781,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.945.000,00	1.945.000,00	281.019,30	14,45	1.149.295,14	59,09	795.704,86
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	280,05	5,60	280,05	5,60	4.719,95
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.000,00	5.000,00	280,05	5,60	280,05	5,60	4.719,95
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	217.000,00	732.476,19	641.108,76	87,53	641.108,76	87,53	91.367,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	217.000,00	732.476,19	641.108,76	87,53	641.108,76	87,53	91.367,43
Transferências da União e de suas Entidades	217.000,00	732.476,19	641.108,76	87,53	641.108,76	87,53	91.367,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.000.000,00	16.515.476,19	3.805.330,49	23,04	11.673.575,90	70,68	4.841.900,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	16.000.000,00	16.515.476,19	3.805.330,49	23,04	11.673.575,90	70,68	4.841.900,29
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	16.000.000,00	16.515.476,19	3.805.330,49	23,04	11.673.575,90	70,68	4.841.900,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.100.941,37			3.100.941,37		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		3.100.941,37			3.100.941,37		

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.000.000,00	19.616.417,56	3.483.281,21	15.076.895,36	4.539.522,20	2.602.238,17	10.878.480,56	8.737.937,00	10.641.224,29	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.672.750,00	14.491.092,53	1.761.782,91	10.884.516,33	3.606.576,20	2.307.500,91	8.916.491,32	5.574.601,21	8.765.486,75	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.542.790,00	6.899.140,00	1.221.368,03	4.876.880,53	2.022.259,47	1.225.363,28	4.867.944,49	2.031.195,51	4.764.415,74	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.129.960,00	7.591.952,53	540.414,88	6.007.635,80	1.584.316,73	1.082.137,63	4.048.546,83	3.543.405,70	4.001.071,01	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.017.250,00	4.815.325,03	1.721.498,30	4.192.379,03	622.946,00	294.737,26	1.961.989,24	2.853.335,79	1.875.737,54	0,00
INVESTIMENTOS	1.017.250,00	4.815.325,03	1.721.498,30	4.192.379,03	622.946,00	294.737,26	1.961.989,24	2.853.335,79	1.875.737,54	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	310.000,00	310.000,00			310.000,00			310.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.000.000,00	19.616.417,56	3.483.281,21	15.076.895,36	4.539.522,20	2.602.238,17	10.878.480,56	8.737.937,00	10.641.224,29	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	16.000.000,00	19.616.417,56	3.483.281,21	15.076.895,36	4.539.522,20	2.602.238,17	10.878.480,56	8.737.937,00	10.641.224,29	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			795.095,34		1.032.351,61	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	16.000.000,00	19.616.417,56	3.483.281,21	15.076.895,36		2.602.238,17	11.673.575,90		11.673.575,90	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A ABR (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.000.000,00	17.211.524,05	3.152.507,42	8.210.916,55	100,00	9.000.607,50	2.677.491,67	4.989.838,45	100,00	12.221.685,60	0,00
LEGISLATIVA	795.000,00	936.000,00	57.526,29	305.211,56	3,72	630.788,44	69.523,10	193.990,13	3,89	742.009,87	0,00
ACAO LEGISLATIVA	795.000,00	936.000,00	57.526,29	305.211,56	3,72	630.788,44	69.523,10	193.990,13	3,89	742.009,87	0,00
ADMINISTRACAO	4.249.785,00	4.122.485,00	670.397,49	2.126.742,39	25,90	1.995.742,61	618.696,22	1.223.657,28	24,52	2.898.827,72	0,00
ADMINISTRACAO GERAL	2.487.220,00	2.336.920,00	449.274,33	1.254.022,30	15,27	1.082.897,70	344.717,79	703.368,47	14,10	1.633.551,53	0,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.752.565,00	1.775.565,00	221.123,16	872.720,09	10,63	902.844,91	273.978,43	520.288,81	10,43	1.255.276,19	0,00
SEGURANCA PUBLICA	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00
Policiamento	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00
ASSISTENCIA SOCIAL	1.376.050,00	1.376.050,00	151.430,66	443.672,67	5,40	932.377,33	170.754,54	320.532,67	6,42	1.055.517,33	0,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	172.200,00	172.200,00	17.332,40	49.353,38	0,60	122.846,62	18.332,40	48.353,38	0,97	123.846,62	0,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.203.850,00	1.203.850,00	134.098,26	394.319,29	4,80	809.530,71	152.422,14	272.179,29	5,45	931.670,71	0,00
SAUDE	3.040.315,00	3.040.315,00	405.534,39	1.440.776,82	17,55	1.599.538,18	572.760,41	934.859,45	18,74	2.105.455,55	0,00
ADMINISTRACAO GERAL	634.595,00	860.595,00	127.512,19	549.039,88	6,69	311.555,12	170.758,25	253.456,06	5,08	607.138,94	0,00
ATENCAO BASICA	1.351.700,00	1.461.026,10	247.962,61	734.490,27	8,95	726.535,83	346.375,57	588.189,69	11,79	872.836,41	0,00
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	796.210,00	547.883,90	18.690,94	136.737,62	1,67	411.146,28	44.257,94	72.704,65	1,46	475.179,25	0,00
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	96.950,00	40.950,00	0,00	0,00	0,00	40.950,00	0,00	0,00	0,00	40.950,00	0,00
VIGILANCIA SANITARIA	83.750,00	61.750,00	2.900,08	7.250,20	0,09	54.499,80	2.900,08	7.250,20	0,15	54.499,80	0,00
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	77.110,00	68.110,00	8.468,57	13.258,85	0,16	54.851,15	8.468,57	13.258,85	0,27	54.851,15	0,00
TRABALHO	312.000,00	312.000,00	0,00	295.509,60	3,60	16.490,40	40.068,84	96.532,21	1,93	215.467,79	0,00
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	171.000,00	171.000,00	0,00	160.500,00	1,95	10.500,00	17.567,24	51.529,01	1,03	119.470,99	0,00
Fomento ao Trabalho	141.000,00	141.000,00	0,00	135.009,60	1,64	5.990,40	22.501,60	45.003,20	0,90	95.996,80	0,00
EDUCACAO	3.860.025,00	3.961.920,05	693.723,35	1.853.806,66	22,58	2.108.113,39	734.175,59	1.605.270,43	32,17	2.356.649,62	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	3.358.625,00	3.475.520,05	594.903,78	1.675.133,81	20,40	1.800.386,24	635.356,02	1.426.697,58	28,59	2.048.822,47	0,00
EDUCACAO INFANTIL	501.400,00	486.400,00	98.819,57	178.672,85	2,18	307.727,15	98.819,57	178.572,85	3,58	307.827,15	0,00
CULTURA	261.500,00	261.500,00	0,00	2.964,21	0,04	258.535,79	0,00	2.964,21	0,06	258.535,79	0,00
DIFUSAO CULTURAL	261.500,00	261.500,00	0,00	2.964,21	0,04	258.535,79	0,00	2.964,21	0,06	258.535,79	0,00
URBANISMO	140.950,00	140.950,00	0,00	0,00	0,00	140.950,00	0,00	0,00	0,00	140.950,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	140.950,00	140.950,00	0,00	0,00	0,00	140.950,00	0,00	0,00	0,00	140.950,00	0,00
HABITACAO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
HABITACAO URBANA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
SANEAMENTO	70.000,00	776.629,00	706.629,00	706.629,00	8,61	70.000,00	320.544,11	320.544,11	6,42	456.084,89	0,00
SANEAMENTO BASICO URBANO	70.000,00	776.629,00	706.629,00	706.629,00	8,61	70.000,00	320.544,11	320.544,11	6,42	456.084,89	0,00
GESTAO AMBIENTAL	3.100,00	3.100,00	0,00	39,25	0,00	3.060,75	0,00	39,25	0,00	3.060,75	0,00
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	3.100,00	3.100,00	0,00	39,25	0,00	3.060,75	0,00	39,25	0,00	3.060,75	0,00
AGRICULTURA	349.575,00	352.875,00	39.601,75	189.658,15	2,31	163.216,85	42.512,19	80.161,68	1,61	272.713,32	0,00
ADMINISTRACAO GERAL	300.225,00	303.525,00	39.601,75	189.658,15	2,31	113.866,85	42.512,19	80.161,68	1,61	223.363,32	0,00
EXTENSAO RURAL	49.350,00	49.350,00	0,00	0,00	0,00	49.350,00	0,00	0,00	0,00	49.350,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.449], PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
TRANSPORTE	1.006.000,00	1.392.000,00	415.581,08	819.376,89	9,98	572.623,11	96.373,26	184.757,68	3,70	1.207.242,32	0,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	1.006.000,00	1.392.000,00	415.581,08	819.376,89	9,98	572.623,11	96.373,26	184.757,68	3,70	1.207.242,32	0,00
DESPORTO E LAZER	166.700,00	166.700,00	12.083,41	26.529,35	0,32	140.170,65	12.083,41	26.529,35	0,53	140.170,65	0,00
DESPORTO COMUNITARIO	166.700,00	166.700,00	12.083,41	26.529,35	0,32	140.170,65	12.083,41	26.529,35	0,53	140.170,65	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.000.000,00	17.211.524,05	3.152.507,42	8.210.916,55	100,00	9.000.607,50	2.677.491,67	4.989.838,45	100,00	12.221.685,60	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.449], PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2019 A AGO/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.121.567,76	1.740.020,34	1.752.644,02	3.034.202,82	1.406.043,95	1.862.366,94	1.517.487,56	1.220.305,33	903.028,04	0,00	0,00	0,00	14.557.666,76	18.052.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.733,95	51.311,19	289.266,41	151.529,86	43.638,26	264.398,75	50.022,07	51.398,16	2.092,39	0,00	0,00	0,00	929.391,04	880.500,00
IPTU	101,16	64,92	31,75	4.834,53	1.468,15	1.450,19	246,80	455,14	0,00	0,00	0,00	0,00	8.652,64	22.000,00
ISS	5.397,74	32.196,39	268.553,85	25.693,90	7.620,09	25.888,45	25.541,16	25.345,10	1.922,61	0,00	0,00	0,00	418.159,29	458.000,00
ITBI	0,00	0,00	0,71	82.904,00	0,00	211.597,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	294.502,39	109.500,00
IRRF	20.220,05	18.944,88	20.635,10	38.097,43	34.265,02	22.327,43	23.994,11	22.912,92	169,78	0,00	0,00	0,00	201.566,72	224.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15,00	105,00	45,00	0,00	285,00	3.135,00	240,00	2.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.510,00	67.000,00
Contribuições	0,00	3.415,90	14.584,47	4.217,35	5.894,32	4.598,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.710,27	68.000,00
Receita Patrimonial	11.611,65	12.026,69	13.035,94	11.372,14	8.873,12	11.638,91	11.883,39	7.907,08	0,00	0,00	0,00	0,00	88.348,92	131.700,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	11.611,65	12.026,69	13.035,94	11.372,14	8.873,12	11.638,91	11.883,39	7.907,08	0,00	0,00	0,00	0,00	88.348,92	131.700,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	5.867,00	22.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.218,00	15.600,00
Transferências Correntes	1.084.222,16	1.673.266,56	1.435.757,20	2.861.216,47	1.325.287,25	1.581.731,05	1.455.582,10	1.161.000,09	900.935,65	0,00	0,00	0,00	13.478.998,53	16.952.000,00
Cota Parte do FPM	485.330,02	446.809,32	606.384,17	1.033.784,91	606.292,89	876.066,17	512.260,15	502.128,33	353.875,46	0,00	0,00	0,00	5.422.931,42	7.600.000,00
Cota Parte do ICMS	291.209,92	430.001,96	357.247,99	555.712,63	346.834,14	309.190,65	463.800,14	292.011,99	216.782,29	0,00	0,00	0,00	3.262.791,71	3.605.000,00
Cota Parte do IPVA	4.827,36	5.542,05	2.554,93	851,35	13.012,00	11.015,34	20.271,96	4.371,97	9.895,68	0,00	0,00	0,00	72.342,64	160.000,00
Cota Parte do ITR	13.526,52	300.747,23	64.298,50	114.705,77	74.012,98	33.587,66	8.441,92	775,05	0,00	0,00	0,00	0,00	610.095,63	470.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	131.200,37	182.573,66	158.644,80	232.358,31	150.288,71	155.064,90	180.704,16	122.701,65	91.702,54	0,00	0,00	0,00	1.405.239,10	1.945.000,00
Outras Transferências Correntes	158.127,97	307.592,34	246.626,81	923.803,50	134.846,53	196.806,33	270.103,77	239.011,10	228.679,68	0,00	0,00	0,00	2.705.598,03	3.158.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DEDUÇÕES (II)	158.978,66	236.620,00	206.097,02	279.185,38	208.030,27	245.971,85	200.954,69	159.857,38	116.120,60	0,00	0,00	0,00	1.811.815,85	2.269.800,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	158.978,66	236.620,00	206.097,02	279.185,38	208.030,27	245.971,85	200.954,69	159.857,38	116.120,60	0,00	0,00	0,00	1.811.815,85	2.269.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	962.589,10	1.503.400,34	1.546.547,00	2.755.017,44	1.198.013,68	1.616.395,09	1.316.532,87	1.060.447,95	786.907,44	0,00	0,00	0,00	12.745.850,91	15.783.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	962.589,10	1.503.400,34	1.546.547,00	2.755.017,44	1.198.013,68	1.616.395,09	1.316.532,87	1.060.447,95	786.907,44	0,00	0,00	0,00	12.745.850,91	15.783.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	962.589,10	1.503.400,34	1.546.547,00	2.755.017,44	1.198.013,68	1.616.395,09	1.316.532,87	1.060.447,95	786.907,44	0,00	0,00	0,00	12.745.850,91	15.783.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Ago/2020
RECEITAS CORRENTES (I)	15.783.000,00	11.032.467,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	880.500,00	618.577,97
IPTU	22.000,00	6.275,30
ISS	458.000,00	174.745,39
ITBI	109.500,00	229.307,03
IRRF	224.000,00	201.380,25
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.000,00	6.870,00
Contribuições	68.000,00	29.996,51
Receita Patrimonial	131.700,00	56.868,05
Aplicações Financeiras (II)	131.700,00	56.868,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	14.682.200,00	10.304.393,56
Cota Parte do FPM	6.180.000,00	3.783.950,56
Cota Parte do ICMS	2.884.000,00	2.204.620,41
Cota Parte do IPVA	128.000,00	69.171,26
Cota Parte do ITR	376.000,00	99.271,30
Transferências da LC 87/1996	11.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	1.945.000,00	1.149.295,14
Outras Transferências Correntes	3.158.000,00	2.998.084,89
Demais Receitas Correntes	20.600,00	22.631,05
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	20.600,00	22.631,05
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	15.651.300,00	10.975.599,09
RECEITAS DE CAPITAL (V)	732.476,19	641.108,76
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	732.476,19	641.108,76
Convênios	635.476,19	622.108,76
Outras Transferências de Capital	97.000,00	19.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	732.476,19	641.108,76
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	16.383.776,19	11.616.707,85

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.449], PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.491.092,53	10.884.516,33	8.916.491,32	8.765.486,75	214.944,75	6.445,13	6.445,13
Pessoal e Encargos Sociais	6.899.140,00	4.876.880,53	4.867.944,49	4.764.415,74	95.559,67	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.591.952,53	6.007.635,80	4.048.546,83	4.001.071,01	119.385,08	6.445,13	6.445,13
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	14.491.092,53	10.884.516,33	8.916.491,32	8.765.486,75	214.944,75	6.445,13	6.445,13
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.815.325,03	4.192.379,03	1.961.989,24	1.875.737,54	352.500,00	101.275,53	101.275,53
Investimentos	4.815.325,03	4.192.379,03	1.961.989,24	1.875.737,54	352.500,00	101.275,53	101.275,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	4.815.325,03	4.192.379,03	1.961.989,24	1.875.737,54	352.500,00	101.275,53	101.275,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	19.616.417,56	15.076.895,36	10.878.480,56	10.641.224,29	567.444,75	107.720,66	107.720,66
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							300.318,15

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-222.259,58

JUROS NOMINAIS	Jan a Ago/2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	300.318,15

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.449], PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Jan a Ago/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	571.756,75	4.312,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Ago/2020
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	567.444,75
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-567.444,75
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-567.444,75

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.100.941,37
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.100.941,37
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.449], PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	11.900,00	559.856,75	567.444,75	0,00	4.312,00	0,00	130.040,82	107.720,66	107.720,66	0,00	22.320,16	26.632,16
02	PODER EXECUTIVO	11.900,00	559.856,75	567.444,75	0,00	4.312,00	0,00	130.040,82	107.720,66	107.720,66	0,00	22.320,16	26.632,16
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	13.991,85	13.991,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	14.045,69	12.955,43	0,00	1.090,26	0,00	545,13	545,13	545,13	0,00	0,00	1.090,26
0204	SECRETARIA DE OBRAS	0,00	15.762,57	13.270,33	0,00	2.492,24	0,00	60.798,33	60.798,33	60.798,33	0,00	0,00	2.492,24
0205	SECRETARIA DE EDUCACAO	0,00	43.773,85	43.773,85	0,00	0,00	0,00	49.043,36	40.477,20	40.477,20	0,00	8.566,16	8.566,16
0206	SECRETARIA DE SAUDE	11.900,00	91.271,13	103.131,13	0,00	40,00	0,00	19.654,00	5.900,00	5.900,00	0,00	13.754,00	13.794,00
0207	SECRETARIA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	23.417,61	22.728,11	0,00	689,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	689,50
0208	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	0,00	2.676,03	2.676,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0209	SEC. DE AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE	0,00	354.918,02	354.918,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	11.900,00	559.856,75	567.444,75	0,00	4.312,00	0,00	130.040,82	107.720,66	107.720,66	0,00	22.320,16	26.632,16

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.449], PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	16.000.000,00
Previsão Atualizada	16.515.476,19
Receitas Realizadas	11.673.575,90
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.100.941,37

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	16.000.000,00
Créditos Adicionais	3.616.417,56
Dotação Atualizada	19.616.417,56
Despesas Empenhadas	15.076.895,36
Despesas Liquidadas	10.878.480,56
Despesas Pagas	10.641.224,29
Superávit Orçamentário	795.095,34

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	15.076.895,36
Despesas Liquidadas	10.878.480,56

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	12.745.850,91
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	12.745.850,91
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	12.745.850,91

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	300.318,15	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha	-222.259,58	300.318,15	-135,12

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	571.756,75	0,00	567.444,75	4.312,00
Poder Executivo	571.756,75	0,00	567.444,75	4.312,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	130.040,82	0,00	107.720,66	22.320,16
Poder Executivo	130.040,82	0,00	107.720,66	22.320,16
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	701.797,57	0,00	675.165,41	26.632,16

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 2

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.724.548,23	25,00	33,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	1.078.005,67	60,00	93,76
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	4.192.379,03	622.946,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	4,06	995,94
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	1.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 053/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: CAMPOS ENGENHARIA E CONSTRUCOES EIRELI – EPP **–** CNPJ: 06.033.132/0001-04

OBJETO: "O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogação do prazo de execução dos serviços alterando os prazos previstos na cláusula Quarta do Contrato nº 053/2020."

DATA DE ASSINATURA: 19/10/2020

PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 (quinze) dias.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TÍTULO: RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO N° 137/2020

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO N° 137/2020 DA EDIÇÃO ANO XV N° 3.582 PAGINA 134 ATÉ 136 DE 9 de Outubro de 2020.

ONDE SE LÊ:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

CNPJ: 07209225000100

Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro

Telefone 06635782500

prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00137/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGA, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00508/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 88.100,60 (Oitenta e Oito Mil e Cem Reais e Sessenta Centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para Reforços de dotações e fontes de recursos já consignadas no Orçamento vigente:

02.001-Gabinete do Prefeito

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0007.2004.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		596,65
	Sub-Total:	**596,65**

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		100,00
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		8.006,88
03.001.11.331.0010.2011.3.3.9.0.47.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	
0100077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		3.646,69
	Sub-Total:	**11.753,57**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		100,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		215,30
04.001.12.361.0014.1004.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0122000000-Transferencias de Convenios - Educacao		8.755,71
04.001.12.365.0012.2022.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		964,00
	Sub-Total:	**10.035,01**

04.005-Departamento de Cultura

04.005.13.392.0017.2143.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
	Sub-Total:	**1,00**

05.001-Gabinete do Secretario

05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		840,42
05.001.10.301.0019.2059.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		980,00
	Sub-Total:	**1.820,42**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.122.0035.2152.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		90,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00137/2020

05.002.10.301.0034.2063.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		50,00
05.002.10.301.0034.2063.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		7.880,00
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.94.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		430,00
	Sub-Total:	**8.450,00**

06.001-Gabinete do Secretario

06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		50,00
06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		2.265,13
06.001.20.608.0023.2128.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		44,00
	Sub-Total:	**2.359,13**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.122.0035.2153.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		8.791,96
08.002.08.244.0027.2071.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		7.993,06
08.002.08.244.0027.2071.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0100000000-Recursos Ordinários		1.678,54
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		1,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		311,54
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		399,46
	Sub-Total:	**24.177,56**

09.001-Gabinete do Secretario

09.001.15.451.0030.1009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		11.501,20
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		180,00
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		789,76
09.001.26.782.0007.2041.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		2.500,00
	Sub-Total:	**14.970,96**

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00137/2020

09.002.15.451.0030.1090.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		4.998,70
09.002.15.452.0029.2132.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		1.050,00
09.002.25.752.0030.2049.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		5.386,60
	Sub-Total:	**11.435,30**

10.001-Gabinete do Secretario

10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		2.500,00
10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
	Sub-Total:	**2.501,00**
	Total Parcial Suplementado:	**88.100,60**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Anulação Total ou Parcial de Dotações nos termos do inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

04.003-FUNDEB 60%

Anul. Total ou Parcial de Dotação

04.003.12.365.0015.2114.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		294,14
	Sub-Total:	**294,14**

04.004-FUNDEB 40%

04.004.12.365.0015.2116.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.556,91
	Sub-Total:	**3.556,91**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0034.2063.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		84.249,55
	Sub-Total:	**84.249,55**
	Total Parcial Reduzido:	**88.100,60**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de ITANHANGA, 01, Setembro de 2020

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

Emissão: 07/10/2020 16:09:04 Page 3 de 3

Homologado

LEIA-SE

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

CNPJ: 07209225000100

Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro

Telefone 06635782500

prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00137/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGA, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00508/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 97.887,60 (Noventa e Sete Mil e Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta Centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para Reforços de dotações e fontes de recursos já consignadas no Orçamento vigente:

02.001-Gabinete do Prefeito

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0007.2004.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		596,65
	Sub-Total:	**596,65**

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		100,00
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		8.006,88
03.001.11.331.0010.2011.3.3.9.0.47.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	
0100077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		3.646,69
	Sub-Total:	**11.753,57**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		100,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		215,30
04.001.12.361.0014.1004.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0122000000-Transferencias de Convenios - Educacao		8.755,71
04.001.12.365.0012.2022.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		964,00
	Sub-Total:	**10.035,01**

04.005-Departamento de Cultura

04.005.13.392.0017.2143.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
	Sub-Total:	**1,00**

05.001-Gabinete do Secretario

05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		840,42
05.001.10.301.0019.2059.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		980,00
	Sub-Total:	**1.820,42**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.122.0035.2152.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		90,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00137/2020

05.002.10.301.0034.2063.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		50,00
05.002.10.301.0034.2063.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		7.880,00
05.002.10.302.0032.2066.3.1.9.0.94.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		430,00
	Sub-Total:	**8.450,00**

06.001-Gabinete do Secretario

06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		50,00
06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		2.265,13
06.001.20.608.0023.2128.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		44,00
	Sub-Total:	**2.359,13**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.122.0035.2153.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		15.578,96
08.002.08.244.0027.2071.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		7.993,06
08.002.08.244.0027.2071.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0100000000-Recursos Ordinários		1.678,54
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		1,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		311,54
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		399,46
	Sub-Total:	**30.964,56**

09.001-Gabinete do Secretario

09.001.15.451.0030.1009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		11.501,20
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		180,00
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		789,76
09.001.26.782.0007.2041.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		2.500,00
	Sub-Total:	**14.970,96**

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00137/2020

09.002.15.451.0030.1090.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		4.998,70
09.002.15.452.0029.2132.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		1.050,00
09.002.25.752.0030.2049.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		5.386,60
	Sub-Total:	**11.435,30**

10.001-Gabinete do Secretario

10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		2.500,00
10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		1,00
	Sub-Total:	**2.501,00**
	Total Parcial Suplementado:	**94.887,60**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Anulação Total ou Parcial de Dotações nos termos do inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

04.003-FUNDEB 60%

Anul. Total ou Parcial de Dotação

04.003.12.365.0015.2114.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		294,14
	Sub-Total:	**294,14**

04.004-FUNDEB 40%

04.004.12.365.0015.2116.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.556,91
	Sub-Total:	**3.556,91**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0034.2063.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		84.249,55
	Sub-Total:	**84.249,55**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.2072.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		6.787,00
	Sub-Total:	**6.787,00**
	Total Parcial Reduzido:	**94.887,60**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de ITANHANGA, 01, Setembro de 2020

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

Emissão: 21/10/2020 09:36:35 Page 3 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 003 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre do Exercício de 2020 do Fundo Municipal de Transporte e Habitação – FETHAB.

O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas

pela Lei Municipal nº 972, de 08 de março de 2017 e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária de 21 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO as orientações estabelecidas na Lei Estadual nº 7.263/2000, alterada pela Lei nº.10.480/2016 e demais alterações;

CONSIDERANDO o Art. 4º §1º da Lei Municipal nº 972/2017;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal do FETHAB, no dia 21 de outubro de 2020 opinando pela aprovação das contas;

RESOLVE:

Art. 1° APROVAR o Relatório de contas do Segundo Quadrimestre do Exercício de 2020 dos recursos recebidos por meio do FETHAB;

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Itiquira, 21 de outubro de 2020.

AGUINALDO FURTADO DE MORAES

Presidente do Conselho Municipal Fethab

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO DECISÃO ADMINISTRATIVA -PROC.042 - ADILVAN

Juara/MT, 21 de Outubro de 2020.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

FC/2020 Nº 042/2020

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro realizado pela empresa ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME, CNPJ nº 02.192.932/0001-09, devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 084/2019/SECAD, a qual resultou na ATA de Registro de Preços nº 066/2019/SECAD, que tem por objeto: *"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de medicamentos "Injetáveis" em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde".*

A empresa solicita reequilíbrio contratual para os itens nº 10, 41, 60, 66, 68, 106 e 120. Anexo ao Pedido de Reequilíbrio foi apresentado pelo fornecedor notas fiscais para comprovação do alegado aumento.

Para regular o direito da contratada, a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o inciso XXI, do art. 37 da Constituição, em seu art. 65, II, alínea "d" prescreve o seguinte:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências (SIC) incalculáveis, retarda dores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

Destaco ainda, que a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 65, II, "d", previu que os contratos administrativos poderão ser alterados, entre outros motivos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, no momento não refere ao presente caso.

Como se pode verificar a própria constituição prevê que devem ser mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei. **É importante deixar consignado que garantia das condições efetivas da proposta não é sinônimo de garantia de lucro à contratada.**

A empresa atua no mercado por muitos anos, o que indica que conhece ou deveria conhecer este ramo de atividade inclusive os riscos da atividade empresarial que exerce.

Ademais, para caracterizar o desequilíbrio econômico-financeiro **é necessária a comprovação de que os custos do contrato sofreram alteração de tal monta que se tornou inviável sua execução** e, ainda, que essa alteração decorreu de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando, assim, álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, para ter direitos à recomposição, a empresa deve apresentar juntamente com seu requerimento, os seguintes comprovantes e cumprir os pressupostos, a seguir:

a) Planilha ou equivalente, contendo o custo de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos;

b) Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta (neste caso, por se tratar de registro de preços, à assinatura da Ata de registro de preços);

c) Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;

d) Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível porém de conseqüência incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento, no caso concreto, a ocorrência da variação cambial, de cada um dos itens e ocorrida no caso concreto (notas fiscais, documentos de importação ...);

e) Memória de cálculo em conformidade com a variação cambial pleiteada, por item;

f) Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

Após a fase de análise desses elementos materiais, deve-se proceder a quantificação da alteração real da equação financeira, traduzindo-a em valores econômicos, para que então seja recomposto o equilíbrio, em respeito aos princípios da economicidade, continuidade dos serviços públicos e razoabilidade.

É de salientar que a Lei nº 8.666/1993 terminantemente proíbe o realinhamento contratual linear, geral, indiscriminado sobre todo o valor do contrato, sem especificar os motivos específicos ensejadores do aumento de cada item constante da Planilha de Orçamento.

Desse modo, não é permitido à Administração, no gozo dos seus poderes, alterar essa equação, pois ambas as partes contratuais devem respeitar o princípio da intangibilidade do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ademais, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é caracterizado pela inexistência de garantia de contratação dos quantitativos estimados no edital. A ata de registro de preços traduz uma espécie de contrato preliminar, por meio do qual o particular assume a obrigação de celebrar possíveis contratos futuros, que devem observar os preços e as demais condições preestabelecidas na ata.

O órgão gerenciador da ata de registro de preços, no entanto, contrata a quantidade que quiser, quando e se entender necessário. Por exemplo, o licitante deve estar preparado tanto para fornecer a totalidade do quantitativo de itens previsto na ata de registro de preços, quanto para não vender sequer um item.

Conclusão:

Por todas as razões expostas, **INDEFIRO** o Pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro por não preencher os requisitos legais.

Há de se esclarecer que não se quer, de maneira alguma, prejudicar o fornecedor abstraindo o seu lucro, entretanto, a administração pública é impulsionada, estritamente, pelos veios legais que a delimitam. Ao poder público só é permitido fazer aquilo que a lei permite, ao revés do particular. Desta forma, não preenchendo todos os requisitos que a norma preleciona – não pode a Prefeitura de Juara/MT conceder o reequilíbrio indevidamente, sob pena de responsabilização pessoal.

Determino que a empresa contratada seja cientificada da presente decisão, alertando-a a manter o cumprimento das obrigações assumidas, sob pena da incidência das sanções cabíveis e previstas no contrato.

Remeta-se cópia desta decisão à Coordenadoria da Divisão de Fiscalização de Contratos para conhecimento da presente decisão e providências necessárias.

Nada sendo requerido após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.561/2020

Decreto nº 1.561, de 21 de outubro de 2020.

Dispõe sobre a transferência da data de ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o dia do Funcionário Publico, 28 de outubro de 2020, neste ano recai em uma quarta-feira.

DECRETA:

Art. 1ºO ponto facultativo comemorativo ao Dia do Servidor Público, estabelecido no inciso XIII, do artigo 1º do Decreto nº 1.428, de 07 de janeiro de 2020, fica transferido do dia 28 de outubro (quarta-feira) para o dia 30 de outubro (sexta-feira) de 2020, no âmbito das repartições públicas municipais, com exceção daquelas cujo funcionamento for indispensável ou essencial, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Transporte, Secretaria Municipal de Cidade e seus departamentos, entre outras.

§ 1º A exceção contida *caput* se fundamenta na necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais à população e outros necessários ao bom andamento administrativos dos processos internos.

§ 2º Fica a critério de cada Secretaria Municipal definir outras atividades que, em razão de sua natureza não possam ser suspensas, disciplinando sua oferta ao público.

Art. 2º As demais disposições contidas no Decreto nº 1.428/2020, permanecem inalteradas

Art. 3º Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 21 de outubro de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROC. 062 - JR

Juara/MT, 21 de Outubro de 2020.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

FC/2020 Nº 062/2020

Trata-se de PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO do item nº 140 (EQUIPO SAMTRONIC PARA BOMBA DE INFUSÃO) realizado pela empresa JR LACERDA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI, devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2020/ADMINISTRAÇÃO, a qual resultou na ATA de Registro de Preços nº 021-D/2020/ADMINISTRAÇÃO, que tem por objeto: *"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Descartáveis de Enfermagem, em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde".*

Alega a empresa que o item foi cotado de forma equivocada, pois não são distribuidores exclusivos SAMTRONIC e que foram informados desta determinação da industria após o ato licitatório. Alega ainda que tomaram todas as providencias cabíveis no intuito de adquirir o produto, mas não obtiveram êxito.

O cerne do pleiteado pela empresa Requerente cinge-se em verificar a existência de fato superveniente, imprevisível e fortuito que justifique o acolhimento da desistência perseguida, o que restou comprovado. **Portanto, existe justo motivo para a empresa vencedora do certame, recusar-se a entregar o item registrado na ata.**

Diante do Exposto, tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível, **devidamente comprovados**, que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, **DEFIRO** o Pedido de Desclassificação e não exigência do cumprimento de entrega do item nº 140 (EQUIPO SAMTRONIC PARA BOMBA DE INFUSÃO).

Fica a empresa **ADVERTIDA** que não será admitido a informação tardia da descontinuação de eventuais produtos, devendo, assim que tomar conhecimento, sempre comunicar a Contratante com urgência, sob pena de responder por penalidades.

Cientifique a empresa contratada da presente decisão.

Remeta-se cópia desta decisão à Secretaria Municipal de Saúde, Divisão de Licitações e Contratos e à Coordenadoria de Fiscalização de Contratos para conhecimento da presente decisão e providências necessárias.

Nada sendo requerido e após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de PERMANETE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **09/11/2020**, às **09:00 horas**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **TOMADA DE PREÇO N.º 005/2020, Processo Administrativo N.º 087/2020**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação:. Contratação de empresa especializada para construção de uma quadra coberta grande, modelo projeto padrão Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, na Escola Guilherme Antônio Cortonez Crozetta, localizada no Bairro Bela Vista, Juruena – MT, conforme projeto, planilha orçamentária, memorial e cronograma anexo. a serem executados em regime de empreitada por menor preço.

Juruena - MT, 21 de outubro de 2020.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2021 DO MUNICÍPIO DE JURUENA-MT.

A Prefeita Municipal de Juruena, Senhora **Sandra Josy Lopes de Souza**, convoca a população de Juruena, e de forma especial a sociedade civil organizada para **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentar, debater, prestar esclarecimentos e recolher sugestões para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA referente ao exercício de 2021 no seguinte local:

Dia 30/10 (Sexta - feira) às 14h00min – Auditório da Câmara Municipal de Juruena/MT.

Insta informar, que para não haver a propagação da COVID-19, solicitamos que todos os presentes estejam utilizando a **máscara de proteção facial**, haja vista, que estaremos disponibilizando no local álcool em gel e demais meios de higienização pessoal.

Nesta oportunidade, esperamos contar com a valiosa presença de todos.

Juruena/MT, 19 de Outubro de 2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA N.º 018/2020.

PORTARIA N.º 018/2020.

“Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor do Sr. Clodoaldo Tiago de Queiroz”. O Diretor Executivo do LAMBARI-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Lambari D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 40, inciso “III”, parágrafos §1º e §4º, da Constituição Federal de 1988, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 47/2005, Súmula Vinculante n.º 33, de 24 de abril de 2014 e Nota Técnica n.º 02/2014/CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, de 15 de maio de 2014. Resolve, Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor do servidor Sr. Clodoaldo Tiago de Queiroz, portador do RG n.º MG-6.108.300 SSP/MG, inscrito no CPF. n.º 692.113.296-04 e da Cédula Eleitoral de n.º 121588000299, Zona 52, Seção 36, efetivo no cargo de Odontólogo, Padrão “09”, Classe “B”, lotado na Secretaria Municipal de Saúde contando com um total de 9.253 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos 04 (quatro) meses e 08 (oito) dias de serviços prestados, com os proventos calculados pela integralidade da média das 80 maiores remunerações e sem direito a paridade, conforme o processo do LAMBARI-PREVI n.º 04/2020, a partir de 08.08.2020, até posterior deliberação. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpre-se. Lambari D’Oeste/MT, 08 de agosto de 2020. _____ NÉLITON DA SILVA MOTA Diretor Executivo Homologo: _____ JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 220/2020,

20 DE OUTUBRO DE 2020

“Concede férias aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes aos períodos aquisitivos e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: CELSA MARIA DOS SANTOS PEREIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 23/07/2018 À 23/07/2019

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ERENILDO DE JESUS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 09/08/2019 À 08/08/2020

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidor: IONICE CANDIDA DE SOUZA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 17/07/2018 À 16/07/2019

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOSÉ APARECIDO LIMA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 13/10/2018 À 12/10/2019

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOSÉ DONIZETI MONTEIRO

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/07/2018 À 02/07/2019

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LUCIANA BATISTA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 06/11/2018 À 05/11/2019

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 20 (vinte)

Abono Pecuniário: 10 (dez) dias

Servidor: MARILUCI FERREIRA FRANÇA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 11/03/2019 À 10/03/2020

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 20 (vinte)

Abono Pecuniário: 10 (dez) dias

Servidora: SANDRA FERNANDES VAZ

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 18/07/2013 À 03/08/2017

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidora: SOLAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/11/2018 A 02/11/2019

Período de gozo: 03/11/2020 À 02/12/2020

Dias: 30 (trinta)

Servidora: VALDEMIR FERREIRA BARBOSA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2019 A 01/01/2020

Período de gozo: 01/11/2020 À 30/11/2020

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de outubro do ano de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 021/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 009/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 021/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 009/2020

TIPO: MENOR PREÇO

A Prefeitura Municipal de Luciara-MT, através do seu pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público aos interessados que no processo de licitação na modalidade Pregão Presencial – Tipo Menor Preço por ÍTEM, realizado no dia 21 de Outubro de 2020, às 09:00h, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E ENCASCALHAMENTO DA MT 412**, conforme especificações constantes do Edital, sagrou-se vencedora Empresa GESSE VITOR LEITE DE BRITO - EPP, inscrita no CNPJ: 28.540.624/0001-10.

Comissão de Pregão, 21 de Outubro de 2020.

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 020/2020 - TOMADA DE PREÇO 001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO 001/2020

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade TOMADA DE PREÇO 001/2020 e demais resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo e adjudico** o presente certame a vencedora a Empresa GESSE VITOR LEITE DE BRITO -EPP, inscrita no CNPJ: 28.540.624/0001-10, no Valor de R$: 298.141,73(duzentos e noventa e oito mil cento e quarenta e um reais e setenta e três centavos)para todos os efeitos previstos em lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 21 de Outubro de 2020.

_____

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA (LOP)

A Prefeitura Municipal de Luciara, CNPJ nº 03.503.620/0001-31,torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT), a Licença de Operação Provisória (LOP) referente ao projeto de instalação daárea de recebimento e armazenamento temporário de materiais originados da escavação superficial do solo e vegetação em obras de pavimentação, classificados como Classe A, no município de Luciara/MT.

ELIS REGINA CARDOSO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº 099-2020 ADICIONAL SUPLEMENTAR 06-10-2020

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00099/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de MARCELANDIA, ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01014/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 399.999,00 (Trezentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais).

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação

06.002.10.122.0050.2106.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	399.999,00
Sub-Total:	**399.999,00**
Total Parcial Suplementado:	**399.999,00**

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

06.002-Fundo Municipal de Saude

Anul. Total ou Parcial de Dotação

06.002.10.122.0050.2106.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	399.999,00
Sub-Total:	**399.999,00**
Total Parcial Reduzido:	**399.999,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 06, Outubro de 2020

ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Emissão: 21/10/2020 16:14:50 Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de cimento CP-II - 32 para serem utilizados na manutenção das atividades de diversas secretarias municipais de Marcelândia/MT**, conforme exigências constantes no **Anexo I** (Termo de Referência). **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 06/11/2020 às 9h00min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do Site www.bll.org.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: **www.bll.org.br** e no site da Prefeitura: www.marcelandia.mt.gov.br.

Marcelândia/MT, 21 de outubro de 2020.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO N° 102/2020 DATA: 20/10/2020

SUMULA: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO CURADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA ESTADO DE MATO GROSSO.

O senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e, atendendo em especial o Artigo 78, inciso 1° e 2° da Lei n° 805/2012 e,

CONSIDERANDO o falecimento do servidor Rogério Carlos Harres, vítima do COVID19;

CONSIDERANDO Ata 007/2020 referente a reunião extraordinária de 15/10/2020,

DECRETA:

Art.1° - Ficam nomeados os seguintes conselheiros para compor o Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT - PREVILÂNDIA, para o Mandato de 2019/2021.

TITULARES:

Thaís Loss Hilário – PRESIDENTE (Representante do Legislativo)

Genésio Gabriel Ramos – SECRETÁRIO (Representante dos Servidores)

Salésio Roberto de Souza – MEMBRO (Representante do Executivo (aposentados))

Ivone dos Santos Torcatti – MEMBRO (Representante dos Servidores)

SUPLENTES:

Veronisse Anselmo de S Fabrim – Representante do Executivo

Cleucir Pickler Knihs – Representante do Legislativo

Paulo Amilton Campos – Representante dos Servidores Aposentados

Angela Maria Vieira – Representante dos Servidores

Art. 2° **-** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 073/2019, de 22/10/2019.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 20 de outubro de 2020.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREVILÂNDIA
PORTARIA N° 51/2020

"Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor da Sra. Adriana Harres e para o menor Saulo Adriel Secentos Harres, dependentes do ex-servidor Sr. Rogério Carlos Harres".

A Diretora Executiva do PREVILANDIA, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 7º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 123,da Lei Complementar nº 009/2000, de 10 de Novembro de 2000, Art. 7º, inciso "I", Art. 30, inciso "II" e Art. 31, inciso "I", da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da Sra. Adriana Harres (esposa), portadora do RG n.º 1224966-1 SESP/MT, inscrita no CPF n.º 927.097.451-00 e Título Eleitoral de n.º 019832241899, Zona "023", Seção "0295" e para o menor Saulo Adriel Secentos Harres, portador do RG n.º 2727499-3 SESP/MT, inscrito no CPF n.º 061.826.111-70, dependentes do ex-servidor Sr. Rogério Carlos Harres, portador do RG n. º 1095773-1 SJI/MT, inscrito no CPF/MF n. º 921.679.501-87 e Título Eleitoral de n. º 24100981864, Zona "023", Seção "0286", efetivo no Professor de Educação Física, Nível "01", Classe "B", lotado na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e lazer, com proventos rateados da seguinte forma, 50% (cinquenta) por cento do valor dos proventos para Sra. Adriana Harres, de forma **integral e vitalícia** e 50% (cinquenta) por cento do valor dos proventos para o menor Saulo Adriel Secentos Harres, de **forma integral e temporária**, conforme o processo do PREVILANDIA n.º **2020.05.00000002**, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2020, data do óbito do servidor.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia – MT, 21 de outubro de 2020.

_____

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem **ADITAR** o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 117/2020, que tem como o objeto o seguinte: **Contratação de empresa especializada para a execução da obra de pavimentação asfáltica em ruas do Jardim Vitória, Jardim Pioneiros, Vila dos Trabalhadores, Vila Esperança, e no Cemitério Municipal na Cidade de Marcelândia/MT.**

CONTRATADA: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA ADIÇÃO: R$ 53.664,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

DATA ASSINATURA: 21/10/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 047/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 21 de outubro de 2020 na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E MONTAGEM DA DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde consagrou-se vencedor o Licitante: LIDIA JABLONSKI ME INSCRITA NO CNPJ 11.622.459/0001-43 com valor total de R$ 90.000,00. Matupá – MT, 21 de outubro de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 139/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE DERMATOLOGISTA PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 0108/2018 do respectivo Pregão Presencial nº 072/2018, conforme **LOTE 01.**

CONTRATADA: CUTANEOUS DERMATOLOGIA LTDA - EPP

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta, Oitava e Nona, que passam a vigorar com as seguintes:

Cláusula Quinta - Do Valor e Pagamento

O valor global pelos serviços citados na Cláusula Quinta, será aditado a importância de 11 (onze) parcelas no valor de **R$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais) mensais e 01 (uma) parcelas no valor de R$ 746,62 (Setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos), referente aos dias 18 a 31 de outubro de 2019 e mais 01 (uma) parcelas no valor de R$ 853,38 (Oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), referente aos dias 01 a 17 de outubro de 2020.**

Cláusula Nona– Prazo - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de seu vencimento até **18 DE OUTUBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 16/10/2020

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTINUA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E OUTROS SERVIÇOS PARA AS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, onde se contratou a Empresa ÁGUAS DE MATUPÁ LTDA, INSCRITA NO **CNPJ 04.783.534/0001-92** COM UM VALOR TOTAL ESTIMADO DE R$ 15.840,00. O processo tem Fundamento Legal no *Art. 25*, Inciso I da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 21 de outubro de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 200/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS DE PEDESTRES, ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 105/2020, TOMADA DE PREÇO 021/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI

Valor/Global: O preço global para os serviços a serem realizados, será de **R$151.037,72 (cento e cinquenta e um mil, trinta e sete reais e setenta e dois centavos).**

Assinatura: 21/10/2020

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3372 DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

DECRETO Nº 3372 DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre Designação de Ponto Facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, a Lei nº 697/2009 e que nacionalmente o Dia do Servidor Público é comemorado em vinte e oito de outubro;

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica designado ponto facultativo em Comemoração ao Dia do Servidor Público que se dá no dia 28 de outubro, para cumprimento pelos órgãos da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

§ Único: Os serviços públicos essenciais terão suas escalas definidas, objetivando o atendimento ao público.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte.

Registre-se,

Publique-se,

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

ERRATA

Título:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Texto:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Onde se lê:

SERVIÇOS E VALORES CONTRATADOS

	Descrição	Carga Horaria	Quantidade Semanal	Valor Unitário	Valor Total
01	Médico Anestesista			R$ 300,00	R$ 250,00
02	Consultas obstétricas			R$ 70,00	R$ 70,00
03	Enfermeiro(a) para acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde localizado na cidade de Cáceres-MT			R$ 75,00	R$ 75,00
04	Enfermeiro(a) para acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde localizado na cidade de Cuiabá-MT			R$ 150,00	R$ 150,00
05	Enfermeiro(a) para acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde localizado na cidade de Rondonópolis e outras cidades equivalentes dentro do estado			R$ 250,00	R$ 250,00

Leia-se

SERVIÇOS E VALORES CONTRATADOS

	Descrição	Carga Horaria	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
01	Médico Anestesista		300	R$ 300,00	R$ 90. 000,00
02	Consultas obstétricas		840	R$ 70,00	R$ 58. 800,00
03	Enfermeiro(a) para acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde localizado na cidade de Cáceres-MT		300	R$ 75,00	R$ 22. 500,00
04	Enfermeiro(a) para acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde localizado na cidade de Cuiabá-MT		150	R$ 150,00	R$ 22. 500,00
05	Enfermeiro(a) para acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde localizado na cidade de Rondonópolis e outras cidades equivalentes dentro do estado		60	R$ 250,00	R$ 15. 000,00
06	TOTAL				R$ 208. 800,00

Mirassol D´Oeste - MT 21 de outubro de 2020

KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO

PRESIDENTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

ERRATA

Título:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Texto:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Onde se lê:

Mirassol D'Oeste - MT, 06 de setembro de 2020.

Letisia Gonçalves Ferreira Baioco

Presidente da C.P.L

Leia-se

Mirassol D'Oeste - MT, 08 de outubro de 2020.

Letisia Gonçalves Ferreira Baioco

Presidente da C.P.L

Mirassol D´Oeste - MT 21 de outubro de 2020

KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PR. 42/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 42/2020. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM SEGURANÇA PÚBLICA PARA NOVE UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, sendo vencedora a empresa: **IUPPI DE OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA** o item 1, com o valor de R$ 77.706,00 (setenta e sete mil, setecentos e seis reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 77.706,00 (setenta e sete mil, setecentos e seis reais). Houve interposição de recurso, sendo o mesmo IMPROVIDO. O presente foi **HOMOLOGADO e ADJUDICADO** em **21/10/2020** pelo Prefeito Euclides da Silva Paixão – Mara Aparecida Amarante - Pregoeira - Portaria 143/2018. M. D' Oeste, **21/10/2020**.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.844 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO CONCURSO PÚBLICO 01/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pelo Inciso IV, Art. 84 da Lei Orgânica do Município de Mirassol D'Oeste, e considerando a determinação judicial referente ao Processo nº 1001360-39.2020. 8.11.0011,

RESOLVE:

Art.1º. Suspender por tempo indeterminado o Concurso Público 01/2020.

Art. 2º. Fica a Comissão do Concurso Público constituída pela Portaria n º 219/2019 de 03 de maio de 2019, alterada pela Portaria n° 266 de 05 de junho de 2019 e pela Portaria n° 370 de 01 de agosto de 2019, responsável pela emissão de edital complementar notificando a suspensão de que trata o presente Decreto.

Art. 3º.Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 20 de outubro de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

ERRATA

Título:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Texto:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Onde se lê:

3.2 O recebimento das inscrições e a entrega da documentação será na Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, localizada na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 3.563, centro, Mirassol D'Oeste - MT, ocorrerão em dias úteis no horário de expediente administrativo da Fundação a partir da data de publicação deste edital e até as 09:00 horas do dia 09 de outubro de 2020;

Leia-se

3.2 O recebimento das inscrições e a entrega da documentação será na Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, localizada na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 3.563, centro, Mirassol D'Oeste - MT, ocorrerão em dias úteis no horário de expediente administrativo da Fundação a partir da data de publicação deste edital e até as 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2020;

Mirassol D´Oeste - MT 21 de outubro de 2020

KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 261 /2020

"**Dispõe sobre a Designação do Responsável pela Gestão dos Recursos do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES – PREVI-NOBRES**".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor efetivo **AGNALDO SOARES DE CAMPOS**, portador do RG nº 0569154-0 SSP/MTe inscrito no CPF: 442.142.431-53, como **Responsável pela Gestão de Recursos** do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES – PREVI-NOBRES, atendendo o disposto na portaria do MPS nº 519 de 24/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2020**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT,16 de Outubro de 2020.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 78/2020

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quezia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 250/2020, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 78/2020**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 05/11/2020, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE URNAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00hs ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 21 de Outubro de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial/Adesão Nº 79/2020

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que a licitação modalidade **Pregão n° 79/2020/ADESAO ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 63/2019**, **da Ata de Registro de Preço n° 01/2020**, **da Policia Civil do Estado do Espírito Santo/ES**, cujo objeto visa a Futura **AQUISIÇÃO DE VIATURAS DESCARACTERIZADAS,** com abertura no dia 21/10/2020, foi Adjudicada e Homologada para a empresa **MANUPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS EIRELI, CNPJ N° 03.093.776/0001-91**, com o valor global de R$ 59.360,74 (cinquenta e nove mil trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos)**.**

Nobres, 21 de Outubro de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.588/2020

" Dispõe sobre a municipalização de estrada no município de Nobres-MT, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incorporado ao plano rodoviário municipal de Nobres-MT, em razão de notória utilidade pública e interesse social, a estrada denominada Estrada Real da Serra do Tombador, cuja descrição consta do anexo único desta Lei.

Art. 2º. Fica o poder executivo autorizado a promover a manutenção, conservação e, em sendo necessário, a reestruturação da referida estrada, usando toda a estrutura disponível do município, bem como outros instrumentos legais de contratação para execução dos serviços.

Art. 3º. É parte integrante desta Lei o anexo único, composto de memorial descritivo e mapa.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 19 de outubro de 2020.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2020.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.° 740.239 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 159.026.509-25, e do outro lado a empresa **SM GIUSTTI ARRUDA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. º 08.711.005/0001-34, estabelecida a Av. Miguel Sutil, n.º 14230, bairro: Coophamil, Telefone: (65) 3637-2577, email: stillusu@terra.com.br, cidade de Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Sr. Jamim Benedito de Arruda, portador do CIRG n.º 01432168 SSP/MT e CPF n.º 545.300.591-20 doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CAMISAS, CAMISETAS, COLETES, CALÇAS, BONES E UNIFORMES EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOBRES,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
121293	BONE EM BRIN 100 % ALGODAO, SILK PERSONALIZADO VARIAS CORES.	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	300	R$ 26,00	R$ 7. 800,00
124734	CALCA BRIM COM ELASTICO NA CINTURA, COM CORDÃO DE ELÁSTICO, CÓS COM 08 (OITO) PASSANTES COM MESMO TECIDO DA CALÇA, COSTURA REFORÇADA EM TODA CALÇA E UM REFORÇO COM COSTURA TRÍPLA NO FUNDILHO, COM 02 (DOIS) BOLSOS FRONTAIS E 01 (UM) TRASEIRO....	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	195	R$ 49,50	R$ 9. 652,50
124736	CAMISA SOCIAL MASCULINA LISA COM BOTAO EM TECIDO EM 100% ALGODAO GOLA COM BOTAO EXTERNO CLASSICO COM BOLSO FRONTAL NO LADO SUPERIOR ESQUERDO ACABAMENTO TODO EM COSTURA INDUSTRIAL, CORES DIVERSAS. COM BORDADO DO LOGOTIPO NO BOLSO ESQUERDO. MANGA CURTA	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	273	R$ 71,50	R$ 19. 519,50
124738	CAMISA SOCIAL MASCULINA LISA COM BOTAO EM TECIDO EM 100% ALGODAO GOLA COM BOTAO EXTERNO CLASSICO COM BOLSO FRONTAL NO LADO SUPERIOR ESQUERDO ACABAMENTO TODO EM COSTURA INDUSTRIAL, CORES DIVERSAS. COM BORDADO DO LOGOTIPO NO BOLSO ESQUERDO. MANGA LONGA	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	263	R$ 88,50	R$ 23. 275,50
124740	CAMISETA EM MALHA PV (COMPOSTO 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE), GOLA DE POLIÉSTER EM "V", COM ANTI-PILLING / MANGA CURTA PERSONALIZADA FRENTE E COSTA. GRAMATURA 165 G/M² . DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG - UNISSEX	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	750	R$ 11,90	R$ 8. 925,00
124746	COLETE BRIM PRETO COM LOGO MARCA NAS COSTAS, NOME DA SECRETARIA E ESCRITO "FISCAL", COM BOLSO DO LADO ESQUERDO SUPERIOR FRONTAL, COM MESMOS DIZERES CONSTANTES NAS COSTAS. TAM: P AO EXG	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	55	R$ 99,00	R$ 5. 445,00
124747	COLETE BRIM PRETO COM LOGO MARCA NAS COSTAS, NOME DA SECRETARIA E ESCRITO "VIGIA", COM BOLSO DO LADO ESQUERDO SUPERIOR FRONTAL, COM MESMOS DIZERES CONSTANTES NAS COSTAS. FAIXA REFLETIVA NAS COSTAS. TAM: P AO EXG	STILLUS UNIFORMES	UNIDADE	75	R$ 102,00	R$ 7. 650,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 82.267,50 (oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e sete mil e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de fornecimento dos produtos/serviços e de até 08 (oito) dias uteis eserão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec.Mun.Administração.....62.03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun de Fisc. Tributaria.....512-10.001.04.129.0017.2058.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....413-07.004.08.241.0025.2072.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....360-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun de Educação.....124-05.001.12.361.0013.2063.339030000000

Sec. Mun. de Turismo 543-11.001.23.695.0015.2046.33903000000

Sec. Mun. De Infraestrutura.....447-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....350-06.002.10.305.0029.2085.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....229-06.002.10.122.0029.2086.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....258-06.002.10.301.0029.2081.33903000000

Sec. Mun. De Saúde.....344-06.002.10.305.0029.2084.3390300000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS GARANTIAS

12.1 – Fica definido como garantia o conserto e/ou a reposição de peças, ou até mesmo a substituição dos uniformes e materiais que apresentarem defeito, por parte da contratada, dentro do período estipulado para cada tipo de material, conforme ANEXO I, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, salvo quando comprovado uso indevido dos mesmos, sem exclusão, no que couber, das garantias genéricas pertinentes e devidas, previstas no Código de Defesa do Consumidor;

12.7. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

12.8 Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais.

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 66/2020, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram-se esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020 a proposta da empresa **SM GIUSTTI ARRUDA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 08.711.005/0001-34, classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SM GIUSTTI ARRUDA E CIA LTDA

CNPJ n° 08.711.005/0001-34

Sr. Jamim Benedito de Arruda

CPF sob o nº 545.300.591-20

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2020.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n. ° 740.239 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 159.026.509-25, e do outro lado à empresa **ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.603.476/0001-12, e Inscrição Estadual n.º 136045782 estabelecida a Rua Rio Grande do Sul, 1376, Cidade, Rondonópolis/MT, cep: 78.705-154, fone: (66) 3423-5264, email: nfagotti@alfaiatariadeuniformes.com.br, neste ato representada pela Srta. Natally de Oliveira Fagotti, portadora do CIRG n.º 20058500 SSP/MT e CPF n.º 043.002.801-69, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CAMISAS, CAMISETAS, COLETES, CALÇAS, BONES E UNIFORMES EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOBRES,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
124731	SAIA MODELO LAPIS TECIDO TWO WAY. COMPOSICAO 96% POLIESTER 4% ELASTANO. COR PRETA. TAM 36 AO 60	ALFAIATARIA DE UNIFORMES	UNIDADE	105	R$ 68,90	R$ 7. 234,50
124733	CALÇA FEMININA TRADICIONAL, CORTE RETO, CINTURA ALTA, CÓS DE 4,0 CM DE LARGURA, FECHO C/ ZÍPER E 02 BOTÕES, DOIS BOLSOS FRONTAIS, TECIDO TWO WAY, COMPOSIÇÃO: 96% POLIÉSTER; 4% ELASTANO. COR PRETA. TAM: 36 AO 60.	ALFAIATARIA DE UNIFORMES	UNIDADE	165	R$ 89,70	R$ 14. 800,50
124735	CAMISA SOCIAL FEMININA LISA COM BOTAO EM TECIDO EM 100% ALGODAO GOLA COM BOTAO EXTERNO CLASSICO COM BOLSO FRONTAL NO LADO SUPERIOR ESQUERDO ACABAMENTO TODO EM COSTURA INDUSTRIAL, CORES DIVERSAS. COM BORDADO DO LOGOTIPO NO BOLSO ESQUERDO. MANGA CURTA.	ALFAIATARIA DE UNIFORMES	UNIDADE	325	R$ 78,00	R$ 25. 350,00
124739	CAMISETA EM MALHA PV (COMPOSTO 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE), GOLA DE POLIÉSTER REDONDA, COM ANTI-PILLING / MANGA CURTA PERSONALIZADA FRENTE E COSTA. GRAMATURA 165 G/M². DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG - UNISSEX	ALFAIATARIA DE UNIFORMES	UNIDADE	750	R$ 11,10	R$ 8. 325,00
124741	CAMISETA EM MALHA PV (COMPOSTO 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE), GOLA DE POLIÉSTER REDONDA, COM ANTI-PILLING / MANGA LONGA PERSONALIZADA FRENTE E COSTA. GRAMATURA 165 G/M². DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG - UNISSEX	ALFAIATARIA DE UNIFORMES	UNIDADE	370	R$ 14,80	R$ 5. 476,00
124744	CAMISETA MALHA PIQUET. PA COM 50% DOS FIOS DE ALGODÃO E 50% DE POLIESTER, GOLA POLO, MANGA CURTA, PERSONALIZADA FRENTE E COSTA, DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG - UNISSEX	ALFAIATARIA DE UNIFORMES	UNIDADE	500	R$ 33,95	R$ 16. 975,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 78.161,00 (setenta e oito mil, cento e sessenta e um reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de fornecimento dos produtos/serviços e de até 08 (oito) dias uteis eserão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec.Mun.Administração.....62.03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun de Fisc. Tributaria.....512-10.001.04.129.0017.2058.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....413-07.004.08.241.0025.2072.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....360-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun de Educação.....124-05.001.12.361.0013.2063.339030000000

Sec. Mun. de Turismo 543-11.001.23.695.0015.2046.33903000000

Sec. Mun. De Infraestrutura.....447-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....350-06.002.10.305.0029.2085.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....229-06.002.10.122.0029.2086.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....258-06.002.10.301.0029.2081.33903000000

Sec. Mun. De Saúde.....344-06.002.10.305.0029.2084.3390300000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS GARANTIAS

12.1 – Fica definido como garantia o conserto e/ou a reposição de peças, ou até mesmo a substituição dos uniformes e materiais que apresentarem defeito, por parte da contratada, dentro do período estipulado para cada tipo de material, conforme ANEXO I, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, salvo quando comprovado uso indevido dos mesmos, sem exclusão, no que couber, das garantias genéricas pertinentes e devidas, previstas no Código de Defesa do Consumidor;

12.7. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

12.8 Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais.

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 66/2020, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram-se esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020 a proposta da empresa **ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ n.º 23.603.476/0001-12, classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA – ME

CNPJ sob o n.º 23.603.476/0001-12

Srta. Natally de Oliveira Fagotti

CPF n.º 043.002.801-69

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2020.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n. ° 740.239 SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 159.026.509-25, e do outro lado à empresa **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCAO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.952.092.0001.11, e Inscrição Estadual n.º 133415546 estabelecida a Rua das Aroeiras, 570, Centro, Sinop/MT, cep: 78. 550-224, fone: (66) 3532-2099, email: emersonconfeccoes@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. Emerson de Oliveira Costa, portador do CIRG n.º 1537110-7 SSP/MT e CPF n.º 999.090.571-15, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CAMISAS, CAMISETAS, COLETES, CALÇAS, BONES E UNIFORMES EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOBRES,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
124737	CAMISA SOCIAL FEMININA LISA COM BOTAO EM TECIDO EM 100% ALGODAO GOLA COM BOTAO EXTERNO CLASSICO COM BOLSO FRONTAL NO LADO SUPERIOR ESQUERDO ACABAMENTO TODO EM COSTURA INDUSTRIAL, CORES DIVERSAS. COM BORDADO DO LOGOTIPO NO BOLSO ESQUERDO. MANGA LONGA.	IMPACTO	UNIDADE	305	R$ 93,00	R$ 28. 365,00
124742	CAMISETA EM MALHA PV (COMPOSTO 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE), GOLA DE POLIÉSTER EM "V", COM ANTI-PILLING / MANGA LONGA. PERSONALIZADA FRENTE E COSTA. GRAMATURA 165 G/M². DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG - UNISSEX	IMPACTO	UNIDADE	290	R$ 15,90	R$ 4. 611,00
124743	CAMISETA BABY LOOK, MALHA PIQUET. PA COM 50% DOS FIOS DE ALGODÃO E 50% DE POLIÉSTER, GOLA POLO, MANGA CURTA, PERSONALIZADA FRENTE E COSTA, DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG	IMPACTO	UNIDADE	330	R$ 39,40	R$ 13. 002,00
124745	CAMISETA MALHA PIQUET. PA COM 50% DOS FIOS DE ALGODÃO E 50% DE POLIÉSTER, GOLA POLO, MANGA LONGA, PERSONALIZADA FRENTE E COSTA, DIVERSAS CORES. TAM: P AO EXG - UNISSEX	IMPACTO	UNIDADE	140	R$ 43,00	R$ 6. 020,00
124748	CONJUNTO DE CAMISA E SHORTS EM SUBLIMACAO TOTAL DRY 100% POLIESTER. UNISSEX. E PAR DE MEIA TIPO AMADOR DE POLIAMIDAS COM ELASTICO EM CIMA E COM TORNOZELOS COM OS PES ATOALHADO, JOGO CONTENDO 03 UNIDADES. TAM: P AO EXG. CAMISA NUMERADA CONFORME	IMPACTO	UNIDADE	50	R$ 200,00	R$ 10. 000,00
124749	JALECO MANGA LONGA, TECIDO OXFORD BRANCO, COM 3 (TRÊS) BOLSOS FRONTAIS (1 SUPERIOR ESQUERDO E 2 INFERIORES), SENDO QUE NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO (LADO DE QUEM VESTE) DEVERÁ TRAZER A LOGOTIPO DA PREFEITURA E DIZERES EM SERIGRAFIA....	IMPACTO	UNIDADE	100	R$ 69,50	R$ 6. 950,00

O valor total desta ata de RP é de R$ R$ 68.948,00 (sessenta e oito mil e novecentos e quarenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de fornecimento dos produtos/serviços e de até 08 (oito) dias uteis eserão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec.Mun.Administração.....62.03.001.04.122.0004.2010.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun de Fisc. Tributaria.....512-10.001.04.129.0017.2058.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....413-07.004.08.241.0025.2072.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....360-07.001.08.244.0025.2070.339030000000

Sec. Mun de Assistencia Social.....378-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

Sec. Mun de Educação.....124-05.001.12.361.0013.2063.339030000000

Sec. Mun. de Turismo 543-11.001.23.695.0015.2046.33903000000

Sec. Mun. De Infraestrutura.....447-08.001.15.452.0032.2053.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....350-06.002.10.305.0029.2085.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....229-06.002.10.122.0029.2086.339030000000

Sec. Mun. De Saúde.....258-06.002.10.301.0029.2081.33903000000

Sec. Mun. De Saúde.....344-06.002.10.305.0029.2084.3390300000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS GARANTIAS

12.1 – Fica definido como garantia o conserto e/ou a reposição de peças, ou até mesmo a substituição dos uniformes e materiais que apresentarem defeito, por parte da contratada, dentro do período estipulado para cada tipo de material, conforme ANEXO I, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, salvo quando comprovado uso indevido dos mesmos, sem exclusão, no que couber, das garantias genéricas pertinentes e devidas, previstas no Código de Defesa do Consumidor;

12.7. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

12.8 Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais.

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 66/2020, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram-se esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2020 a proposta da empresa **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCAO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 08.952.092.0001.11, classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO

DE CONFECCAO LTDA-ME

CNPJ sob o n.º 08.952.092.0001.11

Sr. Emerson de Oliveira Costa

CPF n.º 999.090.571-15

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 263/2020

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra**. Sanea Izabel de Magalhães**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora *Sanea Izabel de Magalhães* portadora do RG nº. 777.710 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 522.292. 031-34, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar do dia 01/10/2020 a 31/ 10/2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de outubro de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SPR Nº 64/2020**, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E ITENS EM GERAL***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **HIPERDENTAL COM. E REPRES. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP,** inscrita no CNPJ n° 13.994.852/0001-93, com sede na Rua Genésio Roberto Baggio, 1204, Centro, Sorriso/MT, cep: 78.890-000, fone: 66-3544-3455, email: hiperdental2011@hotmail.com, sendo representada pela Sra. Kerli Luzia Ludwichak, portadora do CPF 017.657.779-33, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e o Decreto Municipal 12/2010, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual ***Registro De Preços, Para Futura E Eventual Aquisição De Materiais Odontológicos e Itens em Geral, para atender a Secretaria de Saúde do município de Nobres-MT***, conforme especificados no Termo de Referência do respectivo Edital de Licitação – Pregão Presencial SPR nº 64/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
124486	BROCA DE CARBONETO DE TUNGSTENIO MAXICUT PM N 1507 CORTE CRUZADO - EDENTA	AMERICAN BURS	UNIDADE	15	R$ 95,50	R$ 1.432,50
114488	BROCA DE CARBONETO DE TUNGSTENIO MAXICUT PM N 1509 CORTE CRUZADO - EDENTA	AMERICAN BURS	UNIDADE	15	R$ 95,50	R$ 1.432,50
120328	CARIOSTATICO 12%	IODONTOSUL	UNIDADE	40	R$ 17,90	R$ 716,00
121975	COLGADURA	PREVEN	UNIDADE	200	R$ 3,50	R$ 700,00
4182	COTONETES CAIXA C/100 UND	NATHY	CAIXA	500	R$ 1,70	R$ 850,00
124054	CREME DENTAL ADULTO COM FLUOR 180 GR	FREEDENT	UNIDADE	300	R$ 4,20	R$ 1.260,00
121957	CUNHA INTERDENTAL DE MADEIRA, EMBALAGEM C/ 100U	IODONTOSUL	UNIDADE	50	R$ 7,80	R$ 390,00
121795	DETERGENTE ENZIMATICO. FRASCO COM 1L	KELLDRIN	UNIDADE	350	R$ 22,90	R$ 8.015,00
36355	ESPATULA DE PLASTICO PARA IONOMERO - ODONTO	MAQUIRA	UNIDADE	80	R$ 3,50	R$ 280,00
121901	ESPATULA DE RESINA N 1	COOPERFLEX	UNIDADE	100	R$ 10,50	R$ 1.050,00
46617	ESPELHO EM FORMA DE DENTE MOLAR, INQUEBRAVEL, TAM. 13,5X23 CM.	PREVEN	UNIDADE	12	R$ 23,00	R$ 276,00
7254	GESSO PEDRA AMARELO 1Kg, DE ENDURECIMENTO RAPIDO	RIO	PACOTE	200	R$ 7,00	R$ 1.400,00
121839	PAPEL CARBONO DENTAL- USO ODONTOLOGICO DIMENSÕES 25X110 MM, NA COR PRETA, PARA DEFINIR A MORDIDA E ARTICULAÇÃO. APRESENTAÇÃO: BLOCO COM 12 FOLHAS	IODONTOSUL	UNIDADE	200	R$ 1,99	R$ 398,00
121969	PASTA DE ACABAMENTO PARA RESINA DE 50 GRAMAS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	MAUQIRA	UNIDADE	65	R$ 24,90	R$ 1.618,50
120476	PEDRA PARA AMOLAR CURETAS PERIODONTAIS	SCHELBLE	UNIDADE	20	R$ 14,50	R$ 290,00
121913	PINÇA CLINICA	COOPERFLEX	UNIDADE	200	R$ 11,40	R$ 2.280,00
121978	PINCAS HALSTEAD (MOSQUITO) RETAS	COOPERFLEX	UNIDADE	100	R$ 25,00	R$ 2.500,00
121864	SABONETE ANTISSEPTICO FRASCO C/ 1L	CINORD	UNIDADE	80	R$ 12,00	R$ 960,00
19716	SABONETE LIQUIDO 5LT	AUDAX	UNIDADE	50	R$ 29,90	R$ 1.495,00
121865	SACO DE LIXO HOSPITALAR 100 LITROS	RAVA	UNIDADE	3.600	R$ 0,51	R$ 1.836,00
116956	TESOURA COSTURA PRO 21,6 CM	FLEX	UNIDADE	18	R$ 31,86	R$ 573,48

O valor total desta Ata de RP é de R$ 29.752,98 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ata de registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3. As despesas serão efetuadas nas dotações:

Sec. Municipal de Saúde.....271-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

Sec. Municipal de Saúde.....275-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os materiais de consumo, Restauração e Anestésicos deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos medicamentos será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. ***Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis;***

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os medicamentos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos medicamentos, materiais médico-hospitalares, quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no respectivo edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. A empresa vencedora deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SPR nº 64/2020 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. Requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. Requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT, adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

HIPERDENTAL COM. E REPRES.

DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E

MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP

CNPJ n° 13.994.852/0001-93

Sra. Kerli Luzia Ludwichak

CPF 017.657.779-33

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SPR Nº 64/2020**, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E ITENS EM GERAL***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES – EIRELI ME,** inscrita no CNPJ n° 21.504.525/0001-34, com sede na Rua Anne Frank, 5241, Boqueirão, Curitiba/PR, Cep: 81730-010, fone: 41-3012-0304, email: licitacao@dentalprimecwb.com.br, sendo representada pelo Sr. Humberto Délio Donini, portador do CPF 007.710.129-42, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e o Decreto Municipal 12/2010, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual ***Registro De Preços, Para Futura E Eventual Aquisição De Materiais Odontológicos e Itens em Geral, para atender a Secretaria de Saúde do município de Nobres-MT***, conforme especificados no Termo de Referência do respectivo Edital de Licitação – Pregão Presencial SPR nº 64/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
121783	ACIDO FOSFORICO GEL 37% COM 3 UNID CADA PACOTE	ATTAQUE GEL - BIONAMICA	PACOTE	400	R$ 3,13	R$ 1.252,00
12738	AGULHA 30 G C/100 CURTA	DENCOJET - DFL	CAIXA	200	R$ 24,90	R$ 4.980,00
121954	AGULHA GENGIVAL 27G LONGA. CX C/ 100U	DENCOJET - DFL	CAIXA	200	R$ 24,90	R$ 4.980,00
121878	ALAVANCA SELDIN DIREITO N 1R DE AÇO INOX E AUTOCLAVEL	GOLGRAN	UNIDADE	50	R$ 21,36	R$ 1.068,00
121881	ALAVANCA SELDIN ESQUERDO N 1L DE AÇO INOX E AUTOCLAVEL	TRINKS	UNIDADE	40	R$ 11,74	R$ 469,60
121882	ALAVANCA SENDIL INFANTIL RETA	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 21,36	R$ 2.136,00
38632	ALVEOLEX - ODONTO 10G	ALVEOLEX - BIODINAMICA	UNIDADE	120	R$ 18,00	R$ 2.160,00
120326	ANESTESICO INJETAVEL CLODIDRATO DE MEPIVACAINA SEM VASO CONSTRITOR 3 % CX C/ 50	MEPISV-DFL	CAIXA	150	R$ 90,91	R$13.636,50
121956	ANESTESICO INJETAVEL CLORIDATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO C/50	XYLESTESIN - CRISTALIA	CAIXA	150	R$ 94,94	R$ 14.241,00
121790	ANESTESICO LIDOSTESIM 2%, 1:50.000, LIDOCAINA C/ NOREPINEFRINA, 1,8 ML, C/50	LIDOSTESIN-XLA	CAIXA	150	R$ 62,88	R$9.432,00
35809	ANESTESICO MEPIVACAINA C/ VASO 2% C/50 TUB	MEPIADRE - DFL	CAIXA	300	R$ 90,91	R$ 27.273,00
121791	ANESTESICO TOPICO BENZOTOPE	BENZOTOP - DFL	UNIDADE	200	R$ 5,97	R$ 1.194,00
32595	AVENTAL DE USO ODONTOLÓGICO, PROTEÇÃO PACIENTE, EM BORRACHA PLUMBÍFERA FLEXÍVEL C/ EQUIVALÊNCIA EM CHUMBO DE 0,25MM E 0,50MMPB, PROTEÇÃO ADICIONAL NA REGIÃO DA TIREOIDE DE 0.50 MMPB, ACABAMENTO EM NYLON LAVÁVEL FECHAMENTO EM VELCRO, DIMENSÕES 76X60CM	ODONTOLOGIC	UNIDADE	04	R$ 124,00	R$ 496,96
30227	BABADOR DESCARTAVEL - PACOTE C/100	SSPLUS	PACOTE	800	R$ 9,80	R$ 7.840,00
121792	BICARBONATO DE SODIO PO NATURAL, GRANULOMETRIA EXTRA FINA, FRASCO 500G	AIRON MAQUIRA	PACOTE	50	R$ 12,30	R$ 615,00
12385	BROCA CARBIDE 1/2	KAVO	UNIDADE	100	R$ 4,98	R$ 498,00
46602	BROCA CARBIDE CA1	KAVO	UNIDADE	80	R$ 4,98	R$ 398,40
46603	BROCA CARBIDE CA2	KAVO	UNIDADE	50	R$ 4,98	R$ 249,00
46604	BROCA CARBIDE CA3	KAVO	UNIDADE	80	R$ 4,98	R$ 398,40

46605	BROCA CARBIDE CA4	KAVO	UNIDADE	80	R$ 4,98	R$ 398,40
46606	BROCA CARBIDE CA5	KAVO	UNIDADE	80	R$ 4,98	R$ 398,40
118269	BROCA CARBIDE FG702	KAVO	UNIDADE	100	R$ 4,98	R$ 498,00
12388	BROCA CIRURGICA N§ 701 HL	KAVO	UNIDADE	150	R$ 8,00	R$ 1. 200,00
12389	BROCA CIRURGICA N§ 702 HL	KAVO	UNIDADE	150	R$ 8,00	R$ 1. 200,00
12390	BROCA CIRURGICA N§ 703	KAVO	UNIDADE	100	R$ 8,00	R$ 800,00
124485	BROCA DE CARBONETO DE TUNGSTENIO MAXICUT PM N 1251 CORTE CRUZA-DO - EDENTA	AMERICAN BURRS	UNIDADE	15	R$ 59,90	R$ 898,50
124494	BROCA DE TUNGTENIO MINICUT BASTAO ORIGINAL VERMELHA 1512	AMERICAN BURRS	UNIDADE	15	R$ 59,90	R$ 898,50
124493	BROCA DE TUNGTENIO MINICUT PERA VERMELHA 1517	AMERICAN BURRS	UNIDADE	15	R$ 59,90	R$ 898,50
26904	BROCA DIAMANTADA 2137	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 1,30	R$ 130,00
2573	BROCA DIAMANTADA 3018	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 1,30	R$ 130,00
124477	BROCA DIAMANTADA FG 1012 HASTE LONGA	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124479	BROCA DIAMANTADA FG 1014 HASTE LONGA	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
121113	BROCA DIAMANTADA FG 1015	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124481	BROCA DIAMANTADA FG 1016 HASTE LONGA	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
120459	BROCA DIAMANTADA FG 1019 HASTE LONGA	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	200	R$ 1,30	R$ 260,00
120463	BROCA DIAMANTADA FG 4138	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	100	R$ 1,30	R$ 130,00
124482	BROCA DIAMANTADA HASTE CURTA FG 1017	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	200	R$ 1,30	R$ 260,00
9869	BROCA DIAMANTADA N. 1016	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
121114	BROCA DIAMANTADA N. 3195 - ALTA ROTACAO	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	200	R$ 1,30	R$ 260,00
9865	BROCA DIAMANTADA Nr. 1011	CHAMIPON - MICRODONT	UNIDADE	400	R$ 1,30	R$ 520,00
9866	BROCA DIAMANTADA Nr. 1012	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	400	R$ 1,30	R$ 520,00
9867	BROCA DIAMANTADA Nr. 1013	CHAMPION - MICROODNT	UNIDADE	400	R$ 1,30	R$ 520,00
9868	BROCA DIAMANTADA Nr. 1014	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
9870	BROCA DIAMANTADA Nr. 1098	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
9871	BROCA DIAMANTADA Nr. 3118F	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
9873	BROCA DIAMANTADA Nr. 3168F	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124474	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA F 2135	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124475	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA F 3118	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124473	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA F 3168	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	350	R$ 1,30	R$ 455,00
124472	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA F 3195	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	400	R$ 1,30	R$ 520,00
124469	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA FF 2135	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	400	R$ 1,30	R$ 520,00
124466	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA FF 1112	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	400	R$ 1,30	R$ 520,00
124468	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA FF 1190	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124467	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA FF 3118	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124471	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA FF 3168	CHMAPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
124470	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO EM RESINA FF 3195	CHAMPION - MICRODONT	UNIDADE	300	R$ 1,30	R$ 390,00
12391	BROCA ENDO Z	MICRODONT	UNIDADE	30	R$ 16,97	R$ 509,10
121892	BROCAS CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA N 6	KAVO	UNIDADE	100	R$ 4,98	R$ 498,00
116648	CERA PERIFERICA NUMERO 7, PARA MOLDEIRA. CAIXA COM 28 BASTOES	TECHNEW	CAIXA	200	R$ 11,70	R$ 2. 340,00
47122	CERA UTILIDADE - USO ODONTOLOGICO	TECHNEW	UNIDADE	150	R$ 11,69	R$ 1. 753,50
47031	CREME DENTAL INFANTIL COM FLUOR ATIVO 50 GR	CONDOR - BAMBINOS	UNIDADE	500	R$ 4,20	R$ 2. 100,00
121958	DISCO DE LIXA DIAMOND ACOPLAGEMNO MANDRIL CX C/ 6	DIAMOND PRO - FGM	CAIXA	80	R$ 26,00	R$ 2. 080,00

36420	DISCOS SOFLEX -ODONTO	TDV	UNIDADE	60	R$ 38,90	R$ 2.334,00
33529	ENHANCE PONTAS P/ POLIMENTO DE RESINA	ENHANCE - DENTSPLY	UNIDADE	200	R$ 63,00	R$ 12.600,00
9876	ESCOVA DE ROBINSON	MICRODONT	UNIDADE	1.200	R$ 1,06	R$ 1.272,00
46607	ESCOVA DENTAL ADULTO, COM CAPA PROTETORA, MACIA, CABECA ARREDONDADA	MEDFIO	UNIDADE	6.000,00	R$ 0,48	R$ 2.880,00
46608	ESCOVA DENTAL INFANTIL, EXTRA SUAVE/ EXTRA MACIA, COM CAPA PROTETORA	MEDFIO	UNIDADE	2.500,00	R$	R$ 1.375,00
1251	ESCOVA PARA LIMPEZA BROCA	IODONTOSUL	UNIDADE	40	R$ 5,91	R$ 236,40
121902	ESPELHO BUCAL CLINICO PLANO N 5	IODONTOSUL	UNIDADE	900	R$ 2,20	R$ 1.980,00
121798	EUGENOL, USO ODONTOLOGICO, LIQUIDO	MAQUIRA	UNIDADE	100	R$ 8,80	R$ 880,00
121796	EVIDENCIADOR DE PLACA. FRASCO COM 10 ML	VISUPLAC - MAQUIRA	UNIDADE	100	R$ 3,80	R$ 380,00
121801	FILME INTRA BUCAL PERIAPICAL ADULTO, EMBALAGEM C/ 150 UNID	AGFA - KULZER	UNIDADE	200	R$ 135,45	R$ 27.090,00
9898	FIO DENTAL 50 MTS	MEDFIO	UNIDADE	1.000	R$ 0,98	R$ 980,00
121936	FIO DENTAL ROLO DE 500 METROS	MEDFIO	UNIDADE	800	R$ 6,80	R$ 5.440,00
121806	FLUOR SOLUÇÃO P/ BOCHECHO FLUORETO DE SODIO A 0,05% 200ML	FLUORSUL - IODONTOSUL	UNIDADE	1.000	R$ 8,30	R$ 8.300,00
121807	FLUOR, USO ODONTOLOGICO, TOPICO GEL, 01 MINUTO. 200 ML	FLUORSUL - IODONTOSUL	UNIDADE	500	R$ 3,20	R$ 1.600,00
120481	FORCEPES N 44	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
121909	FORCEPS ADULTO 18 L AÇO	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
121908	FORCEPS ADULTO 18 R AÇO	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
121906	FORCEPS ADULTO N 17 DE AÇO	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
121907	FORCEPS ADULTO N 65 DE AÇO	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
10219	FORCEPS ADULTO N. 150	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
10220	FORCEPS ADULTO N. 151	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
121125	FORCEPS ADULTO N. 16	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
19287	FORCEPS ADULTO N. 69	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
19288	FORCEPS INFANTIL N. 01	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
38649	FORCEPS INFANTIL Nø 2	GOLGRAN	UNIDADE	100	R$ 56,00	R$ 5.600,00
120477	GRAU DE BORRACHA PARA ESPATULACAO DE ALGINATO	MAQUIRA	UNIDADE	10	R$ 5,14	R$ 51,40
121808	HEMOSTOPICO USO ODONTOLOGICO LIQUIDO. EMBALAGEM COM 10 ML	HEMOLIQ - MAQUIRA	UNIDADE	100	R$ 12,00	R$ 1.200,00
121809	HIDRIXIDO DE CALCIO P.A. 10 GR	MAQUIRA	UNIDADE	100	R$ 3,41	R$ 341,00
120338	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR PRESA QUIMICA PO E LIQUIDO A 2	IONGLASS - MAQUIRA	UNIDADE	220	R$ 14,20	R$ 3.124,00
121964	KIT DE POLIMENTO PARA AMALGAN	MICRODONT	UNIDADE	50	R$ 28,20	R$ 1.410,00
12623	LAMINA BISTURI N. 15 C/100	SOLIDOR - LAMEDID	CAIXA	100	R$ 27,00	R$ 2.700,00
121834	MASCARA C/ ELASTICO COM 3 CAMADAS, CX C/ 50 UNID	NEVE	CAIXA	10.000	R$ 22,50	R$ 225.000,00
121835	MICROAPLICADOR REGULAR, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	CAVIBRUSH - FGM	CAIXA	600	R$ 8,20	R$ 4.920,00
1119	OCULOS DE PROTECAO (ODONTOLOGICO)	JAGUAR - EVOLUTION	UNIDADE	86	R$ 4,20	R$ 361,20
121836	OLEO PARA LUBRIFICAÇÃO DE PEÇAS DE MÃO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO	MAQUIRA	UNIDADE	200	R$ 18,00	R$ 3.600,00
6973	PASTA DE IMPRESSAO ZINCO EUGENOLICA LYZANDA	LYSANDA	UNIDADE	120	R$ 31,00	R$ 3.720,00
121849	PASTA PROFILATICA DENTAL TUBO 50 GRAMAS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	SHINE-MAQUIRA	UNIDADE	150	R$ 3,60	R$ 540,00
121851	PEDRA POMES EM PÓ PARA USO ODONTOLOGICO FRASCO 100 MG COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO , MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE	MAQUIRA	UNIDADE	60	R$ 3,48	R$ 208,80
48177	PINCA KELLY - RETA - 14 CM ACO INOXIDAVEL	GOLGRAN	UNIDADE	80	R$ 19,02	R$ 1.521,60
121911	PLACA DE VIDRO POLIDA 5MM	DMS	UNIDADE	50	R$ 4,92	R$ 246,00
121855	POTE USO ODONTOLOGICO, DE DAPPEN, DE VIDRO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE DATA DE FABRICAÇÃO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	ART VIDRO	UNIDADE	30	R$ 1,89	R$ 56,70
121866	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL, USO ODONTOLOGICO; COM 02 TUBOS DE 5 GR + SERINGA DE CONDICIONADOR ACIDO GEL COM DADOS DE IDENTIFICA-	MAX SEAL - MAQUIRA	UNIDADE	100	R$ 16,80	R$ 1.680,00

	ÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE					
30137	VERNIZ C/ FLUOR	DUOFLORID - FGM	UNIDADE	60	R$ 15,98	R$ 958,80

O valor total desta Ata de RP é de R$ 500.970,66 (quinhentos mil, novecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ata de registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3. As despesas serão efetuadas nas dotações:

Sec. Municipal de Saúde.....271-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

Sec. Municipal de Saúde.....275-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os materiais de consumo, Restauração e Anestésicos deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos medicamentos será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. ***Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis;***

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os medicamentos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos medicamentos, materiais médico-hospitalares, quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no respectivo edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. A empresa vencedora deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SPR nº 64/2020 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. Requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. Requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT, adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS

MEDICOS HOSPITALARES – EIRELI ME

CNPJ n° 21.504.525/0001-34

Sr. Humberto Délio Donini

CPF 007.710.129-42

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SPR Nº 64/2020**, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E ITENS EM GERAL***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ n° 78.688.660/0001-02, com sede na Rua Santa Catarina, n° 769, sala 01, Bairro Centro, cidade Curitiba/PR, fone: (45) 3224-6985, email: dentalfontana@uol.com.br, sendo representada pelo Sr. Moacir Fontana, portador do CPF 204.124.790-87, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e o Decreto Municipal 12/2010, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual ***Registro De Preços, Para Futura E Eventual Aquisição De Materiais Odontológicos e Itens em Geral, para atender a Secretaria de Saúde do município de Nobres-MT***, conforme especificados no Termo de Referência do respectivo Edital de Licitação – Pregão Presencial SPR nº 64/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
121785	AGUA DESTILADA (PARA AUTOCLAVE), GALÃO DE 5 LITROS, PRAZO DE VALIDADE: 75% DO PRAZO TOTAL DE VALIDADE DO PRODUTO.	2i	UNIDADE	200	R$ 11,20	R$ 2.240,00
2534	AGUA OXIGENADA 1 LITRO	FARMAX	UNIDADE	16	R$ 6,20	R$ 99,20
121786	AGULHA GENGIVAL 30 G EXTRA CURTA. CX COM 100	PROCARE	CAIXA	200	R$ 28,55	R$ 5.710,00
2543	ALCOOL 70 % - 1 LT	TUPI	UNIDADE	1.000	R$ 5,00	R$ 5.000,00
12978	ALCOOL GEL - 500ML	SAFRA	UNIDADE	500	R$ 5,24	R$ 2.620,00
33993	ALGODAO HDROFILO 500 GR	MELHOR MED	UNIDADE	50	R$ 11,95	R$ 597,50
121955	AMALGAN - DOSE LENTA - C/ 50 CAPSULAS	GS 80SDI	PACOTE	10	R$ 117,00	R$ 1.170,00
6764	BROCA CIRURGICA FG 701	KAVO	UNIDADE	150	R$ 9,55	R$ 1.432,50
38560	BROQUEIRO PERFURADO COM DIVISORIAS- ODONTO	MAQUIRA	UNIDADE	20	R$ 20,90	R$ 418,00
121794	COMPRESSA DE GAZES HIDROFILA, 100% ALGODAO, 13 FIOS, C/5OO. 7,5 X 7,5 CM	ERIMAX	PACOTE	1.000,00	R$ 16,90	R$ 16.900,00
47799	FIO RETRATOR N 00 - USO ODONTOLOGICO	AAF	UNIDADE	30	R$ 15,80	R$ 474,00
121802	FITA AUTOCLAVE	HOSPFLEX	UNIDADE	100	R$ 3,60	R$ 360,00
25843	LUVA CIRURG. EST. 7,5 DIAL	LEMGRUBER	PAR	1.000	R$ 1,59	R$ 1.590,00
121828	LUVA CIRURGICA, NUMERO 6,5, DESCARTAVAL, ESTERIL, EM LATEX NATURAL	LEMGRUBER	PAR	2.000	R$ 1,59	R$ 3.180,00
121829	LUVA CIRURGICA, NUMERO 7.0, DESCARTAVAL, ESTERIL, EM LATEX NATURAL	LEMGRUBER	UNIDADE	1.500	R$ 1,59	R$ 2.385,00
124452	LUVA DE PROCEDIMENTO NAO ESTERIL SEM TALCO TAMANHO P - CX C/ 100	DESCARPACK	CAIXA	1.000	R$ 59,00	R$ 59.000,00

124451	LUVA DE PROCEDIMENTO NAO ESTERIL SEM TALCO TAMANHO PP - CX C/ 100	DESCARPACK	CAIXA	1.000	R$ 59,00	R$ 59.000,00
121830	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA - TAMANHO M - CX C/ 100	TALGE	CAIXA	3.000	R$ 44,50	R$ 133.500,00
121831	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA - TAMANHO P - CX C/ 100	TALGE	CAIXA	8.000	R$ 44,50	R$ 356.000,00
121832	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA - TAMANHO PP - CX C/ 100	TALGE	CAIXA	8.000	R$ 44,50	R$ 356.000,00
121837	OTOSPORIM (SUSPENSÃO ODONTOLOGICA) FRASCO COM 10 ML	FQM	UNIDADE	100	R$ 11,99	R$ 1.199,00
35060	PINÇA DE HADSON SEM DENTE	ABC	UNIDADE	60	R$ 16,00	R$ 960,00
7801	SERINGA 20 ML C/AG	DESCARPACK	UNIDADE	1.000	R$ 0,45	R$ 450,00
14933	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML	FARMAX	FRASCO	300	R$ 3,75	R$ 1.125,00
11829	SORO FISIOLOGICO 250ML (FRASCO)	FARMAX	UNIDADE	1.000	R$ 2,90	R$ 2.900,00
121869	SUGADOR, USO ODONTOLOGICO, BUCAL, DESCARTAVEL, EMBALAGEM PACOTE COM 40 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	SSPLUS	PACOTE	6.000	R$ 4,90	R$ 29.400,00
121983	TESOURA CIRURGICA CURVA 15CM ODONTOLOGICA	ABC	UNIDADE	50	R$ 29,00	R$ 1.450,00
121915	TESOURA CIRURGICA RETA 15 CM ODONTOLOGICA	ABC	UNIDADE	50	R$ 29,00	R$ 1.450,00
121875	TOUCA DESCARTAVEL SANFONADA PACOTE COM 100 UNIDADES	PROTCLEAN	PACOTE	2.000	R$ 13,00	R$ 26.000,00
118271	VASELINA SOLIDA 30G BISNAGA	FARMAX	UNIDADE	100	R$ 9,00	R$ 900,00

O valor total desta Ata de RP é de R$ 1.073.510,20 (um milhão, setenta e três mil, quinhentos e dez reais e vinte centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ata de registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3. As despesas serão efetuadas nas dotações:

Sec. Municipal de Saúde.....271-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

Sec. Municipal de Saúde.....275-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os materiais de consumo, Restauração e Anestésicos deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos medicamentos será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. ***Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis;***

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os medicamentos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos medicamentos, materiais médico-hospitalares, quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no respectivo edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. A empresa vencedora deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SPR nº 64/2020 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. Requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. Requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT, adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

COMERCIAL DENTÁRIA HOSPITALAR FONTANNA LTDA

CNPJ n° 21.504.525/0001-3478.688.660/0001-02

Sr. Moacir Fontana

CPF 204.124.790-87

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SPR Nº 64/2020**, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E ITENS EM GERAL***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **ODONTOMED CANAA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ n° 07.947.536/0001-68, com sede na Rua Prudente de Moraes, n° 418, Bairro Centro, cidade Loanda/PR, fone: (67) 3365-2011, email: odontomedcanaa@hotmail.com, sendo representada pelo Sr. Flávio Casarin Moreti, portador do CPF 015.835.289-03, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e o Decreto Municipal 12/2010, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual ***Registro De Preços, Para Futura E Eventual Aquisição De Materiais Odontológicos e Itens em Geral, para atender a Secretaria de Saúde do município de Nobres-MT***, conforme especificados no Termo de Referência do respectivo Edital de Licitação – Pregão Presencial SPR nº 64/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10277	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL	iodontosul	UNIDADE	20	R$ 3,90	R$ 78,00
34014	AGULHA 13 X 4,5 C/ 100	solidor	CAIXA	10.000	R$ 8,70	R$ 87.000,00
121883	ALAVANCA APICAL ADULTO RETA N 301 AÇO INOX E AUTOCLAVEL	cassiflex	UNIDADE	100	R$ 24,40	R$ 2.440,00
121109	ALAVANCA APICAL RETA	cassiflex	UNIDADE	100	R$ 24,40	R$ 2.440,00

10226	ALAVANCA SELDIN ADULTO C/ 03	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 81,00	R$ 6.480,00
121880	ALAVANCA SELDIN RETA N2 DE AÇO INOX E AUTOCLAVEL	cassiflex	UNIDADE	100	R$ 23,90	R$ 2.390,00
2557	APLICADOR P/ HIDROXIDO DE CALCIO (DUPLEX)	cassiflex	UNIDADE	30	R$ 7,00	R$ 210,00
121887	BANDEIJA INOX AUTOCLAVAVEL 22X9X1,5CM	aconox	UNIDADE	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
124448	BANDEIJA RETANGULAR LISA INOX 22X17X1,5 CM	aconox	UNIDADE	80	R$ 26,00	R$ 2.080,00
38562	BROCA DIAMANTADA CHAMA	champion	UNIDADE	120	R$ 2,30	R$ 276,00
124476	BROCA DIAMANTADA FG 1011 HASTE LONGA	champion	UNIDADE	300	R$ 2,30	R$ 690,00
120456	BROCA DIAMANTADA FG 1013 HASTE LONGA	champion	UNIDADE	300	R$ 2,30	R$ 690,00
3208	CABO DE BISTURI	cassiflex	UNIDADE	50	R$ 9,70	R$ 485,00
121116	CABO PARA ESPELHO - ODONTO	cassiflex	UNIDADE	200	R$ 2,85	R$ 570,00
6806	CURETA DE GRACEY 05/06	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 9,80	R$ 784,00
14808	CURETA DE GRACEY 07/08	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 9,80	R$ 784,00
14809	CURETA DE GRACEY 11/12	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 9,80	R$ 784,00
121107	CURETA DE GRACEY 13/14	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 9,80	R$ 784,00
14811	CURETA DE LUCAS 85	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 8,50	R$ 680,00
121899	CURETA DE PERIODONTIA MCCALL (17/18)	cassiflex	UNIDADE	100	R$ 9,79	R$ 979,00
121940	CURETA DE PERIODONTIA NUMERO-00	cassiflex	UNIDADE	150	R$ 9,79	R$ 1.468,50
26913	DESCOLADOR DE MOLT	cassiflex	UNIDADE	100	R$ 13,00	R$ 1.300,00
19282	ESCAVADOR DE DENTINA N. 05	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 7,00	R$ 560,00
36358	ESPATULA DUPLO N1 - ODONTO	cassiflex	UNIDADE	70	R$ 9,10	R$ 637,00
38647	ESPATULA N. 7	cassiflex	UNIDADE	40	R$ 9,90	R$ 396,00
36356	ESPATULA N24 - ODONTO	cassiflex	UNIDADE	80	R$ 9,90	R$ 792,00
26909	ESTIRPA NERVOS 1ø SERIE	mklife	UNIDADE	50	R$ 28,50	R$ 1.425,00
14117	FORMOCRISOL 10ML	maquira	UNIDADE	40	R$ 3,30	R$ 132,00
124484	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO COM DISPLAY DIGITAL TIMER COM BIP SONORO INDICATIVO A CADA 5 SEG E NO FINAL DA OPERACAO CORPO CONFECCIONADO EM ABS INJETADO INTENSIDADE DE LUZ CONSTANTE INDEPENDENTE DO NIVEL DE CARGA DA BATERIA SILENCIOSO BIVOLT AUTOMATICO	bluestar	UNIDADE	20	R$ 580,00	R$ 11.600,00
11482	GAZE TIPO QUEIJO (ROLO)	clean	UNIDADE	800	R$ 3,20	R$ 2.560,00
1257	IRM PO / LIQUIDO	biodinamica	UNIDADE	100	R$ 21,50	R$ 2.150,00
121970	MANDRIL DE DISCO DE LIXA PARA CONTRA ANGULO	prevem	UNIDADE	70	R$ 2,15	R$ 150,50
121838	OXIDO DE ZINCO USO ODONTOLOGICO-EMBALAGEM:FRASCO COM 50 GRAMAS	maquira	UNIDADE	80	R$ 3,99	R$ 319,20
120474	PONTEIRA PARA ULTRASSON	dentflex	UNIDADE	30	R$ 85,00	R$ 2.550,00
37051	PORTA AGULHA 14CM, EM ACO INOXIDAVEL.	6b	UNIDADE	80	R$ 26,00	R$ 2.080,00
124436	PORTA AGULHA MATHIEU MODIFICADA	6b	UNIDADE	70	R$ 38,00	R$ 2.660,00
121981	PORTA MATRIZ, TIPO TOFFLEMEIRE, EM ACO INOXIDAVEL, ADULTO.	cassiflex	UNIDADE	30	R$ 26,50	R$ 795,00
48487	RESINA ACRILICA AUTO POLIMERIZAVEL KIT PO E LIQ DURALAY N66	tdv	UNIDADE	80	R$ 25,00	R$ 2.000,00
124882	SELADORA MANUAL 110 V SELAMAX	vh selamax	UNIDADE	10	R$ 245,00	R$ 2.450,00
7256	SERINGA CARPULE COM REFLUXO	med company	UNIDADE	100	R$ 26,40	R$ 2.640,00
6970	SINDESMOTOMO	cassiflex	UNIDADE	100	R$ 8,00	R$ 800,00
29390	SONDA EXPLORADOR nr. 05	cassiflex	UNIDADE	150	R$ 7,00	R$ 1.050,00
121098	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL C/20 UNID	maquira	PACOTE	300	R$ 15,39	R$ 4.617,00
121984	SUGADOR ENDODONTICO KIT	wa	UNIDADE	12	R$ 22,00	R$ 264,00
121871	TAÇA DE BORRACHA USO ODONTOLOGICO PARA USO EM CONTRA-ANGULO. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	prevem	UNIDADE	400	R$ 1,20	R$ 480,00
121985	TESOURA IRIS CURVA 11,5 CM	cassiflex	UNIDADE	120	R$ 16,50	R$ 1.980,00

121917	TESOURA IRIS RETA 11,5 CM	cassiflex	UNIDADE	200	R$ 16,50	R$ 3. 300,00
121873	TIRA DE LIXA EM ACABAMENTO EM RESINA USO ODONTOLOGICO EMBALAGEM: CAIXA COM 150 UNIDDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	prevem	CAIXA	150	R$ 7,50	R$ 1. 125,00
121872	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO EM AMALGAMA USO ODONTOLOGICO DE AÇO 7 MM. EMBALAGEM: CAIXA COM 12 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	prevem	CAIXA	300	R$ 6,00	R$ 1. 800,00

O valor total desta Ata de RP é de R$ 166.305,20 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e cinco reais com vinte centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ata de registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3. As despesas serão efetuadas nas dotações:

Sec. Municipal de Saúde.....271-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

Sec. Municipal de Saúde.....275-06.002.10.301.0029.2096.339030000000

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os materiais de consumo, Restauração e Anestésicos deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos medicamentos será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. ***Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis;***

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os medicamentos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos medicamentos, materiais médico-hospitalares, quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no respectivo edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. A empresa vencedora deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SPR nº 64/2020 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. Requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. Requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT, adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 21 de outubro de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ODONTOMED CANAA LTDA - ME

CNPJ n° 07.947.536/0001-68

Sr. Flávio Casarin Moreti

CPF 015.835.289-03

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 848/2020, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 08 (oito) dias consecutivos, em razão de Falecimento da mãe do servidor, conforme Lei Complementar n° 021/2005, Cap.III "Das Ausências Justificáveis" Seção I – "Das disposições Gerais" Art.113 e inciso V, b.

JOSÉ RAIMUNDO ASCARI

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a data do falecimento.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 21 dias do mês de outubro de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 21.10.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 077 2020

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 077 2020

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOJAMENTO DE FAMILIA DESABRIGADA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT E O LOCADOR ODINEI DE CAMPOS CURADO CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002127/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0094/2020 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente contrato é a Locação de imóvel situado na Rua Celestino C. de Campos, s/n.º, Morro Boa Vista– município de Nossa Senhora do Livramento/MT, com área de 120,00m², bom estado de conservação, possui 01 sala/cozinha americana, 02 quartos, 01 WC social, 01 área de serviço e área/garagem..

1.2 A LOCADORA obriga-se a seguir rigorosamente todas as condições e especificações técnicas dispostas no conforme processo administrativo nº 0002127/2020, dispensa de licitação nº 094/2020

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo será de 12 (doze) meses, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM.

3.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite no art. 57, II, da Lei n° 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o contratante.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Manutenção da Secretaria	Próprio	2022– Manut. Da Sec. Ação Social	189	33.90.36.00	100	**7.200,00**

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A LOCATARIA pagará mensalmente a locadora à importância de R$ 600,00 (Quatrocentos Reais), em 12 meses pela locação do referido imóvel, com vencimento estipulado para o 5º (quinto) dia útil de cada mês subseqüente, perfazendo um valor total de R$ 7.200,00 (Sete Mil Duzentos Reais).

Nossa Senhora do Livramento, 19 de Outubro de 2020

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

LOCADOR:

ODINEI DE CAMPOS CURADO,

RG: nº 902405 SSP/MT

CPF sob o nº 536.645.001-15

CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇO Nº 079 2020

CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇO Nº 079 2020

***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/MÃO DE OBRA NOS VEÍCULOS PATROL CAT 120K, PATROL NEW HOLLAND RG140B*, CAMINHÃO MERCEDES BENZ 2729, PLACA OAQ6884 *E PÁ CARREGADEIRA WA200, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA V.M PIRES & CIA LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001827/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 092/2020.**

DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por *Contratação de empresa para prestação de serviços/mão de obra nos veículos Patrol Cat 120k, Patrol New Holland RG140B*, Caminhão Mercedes Benz 2729, PLACA OAQ6884 *e Pá Carregadeira WA200, visando atender a Secretaria Municipal de Obras e Insfraestrutura do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT*

1.2. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 001827/2020, referente Dispensa de Licitação nº 092/2020 fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, como também faz parte integrante do processo e contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Todas as despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2020, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor(R$)
08/01	Próprio	02278 – Recuperação e Manu. E construção de Estrada Vicinais	395	3.3.90.39 outros serviço de terceiros/pessoa juridica	100	16.700,00
VALOR TOTAL R$ 16.700,00						

DA VIGÊNCIA

6.1. Este contrato terá vigência de 01 (um) mes a contar a partir da data de assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT 20 de Outubro de 2020.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA V.M PIRES & CIA LTDA

CNPJ/MF: 11.353.062/0001-34

Representado pelo Senhor Gabriel Moraes Pires

RG Nº 25524160 SSP/MT e CPF: 057.682.951-00

6º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 110/2017

***6º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 110/2017 EMPRESA ESPECIALIZADA EM* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NESTA CIDADE, OBEDECENDO RIGOROSAMENTE OS TERMOS, INSTRUÇÕES, CONDIÇÕES, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 034/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA LALUCE CONSTRUÇÕES LTDA EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3055/2017, TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017.**

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3055/2017, TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 1504/2020 de aditivação de prazo ao contrato nº 110/2017 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela empresa e pelo setor de engenharia constantes no Processo Administrativo n. 01504/2020 de aditivação de prazo no contrato nº 110/2017 sendo o objeto a *Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia para Conclusão da obra de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, nesta Cidade, obedecendo rigorosamente os termos, instruções, condições, projetos e especificações técnicas contidas neste instrumento, conforme projeto em anexo, objeto do Termo de Convênio nº034/2009 com a* Empresa Laluce Construções Ltda EPP, inscrita no CNPJ/MF: 03.621.948/0001-52, Inscrição Estadual: 13.192818-0.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 04 (quatro) meses a partir do termino da Vigência do segundo termo aditivo de prazo 19/08/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 447/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 110/2017, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 13 de Agosto de 2020.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Empresa Laluce Construções Ltda EPP

CNPJ/MF: 03.621.948/0001-52

Representada por Wener Laluce Marins

RG: 5.353.009-5 SSP/PR e CPF: 019.311.089-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 066/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 066/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL E A DEMANDA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA DO ATENDIMENTOQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA CMED DISTRIBUIDORA LTDA ME - *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.1228/2020*.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 21 de Outubro de 2020 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XV | N° 3.589 ***- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - Processo Administrativo n.1228/2020***, registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa: CMED DISTRIBUIDORA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 20.44.829/0001-90 Inscrição estadual 177/0208221 Inscrição Municipal 145985, Rua Silverio Manoel da Silva 302 municipio Cachoeirinha/RS CEP: 94.940-243, neste ato representado pela Senhora, Caroline Goulart Luchtemberg , portador da cédula de identidade nº 9108638819, inscrito no CPF nº 028.291.300-90 residente e domiciliado Rua Silverio Manoel da Silva 302 Bairro Princesa Izabel municipio Cachoeirinha/RS CEP: 94.940-243.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de **A FUTURA E EVENTUAL –** Aquisição de equipamentos odontológico visando atender o Programa de Saúde Bucal e a demanda da população que necessita do atendimento **conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA N° 011/2020 *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - Processo Administrativo n.1228/20202*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	CMED DISTRIBUIDORA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 20.44.829/0001-90 Inscrição estadual 177/0208221 Inscrição Municipal 145985
Endereço:	Rua Silverio Manoel da Silva 302 municipio Cachoeirinha/RS CEP: 94.940-243
Contatos:	(51) 3779-9687 ou 3779-97771 e mail admemed@gmail.com, financeirocmed@gmail.com
Representante:	Caroline Goulart Luchtemberg

Razão Social	CPF/CNPJ	Lote	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Qdade	Vl. Unit.	Vl. Total
CMED DISTRIBUIDORA LTDA - ME	20444829000190	4	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - PARA UM CONSULTORIO, TOTALMENTE ISENTO DE OLEO, MONTADO SOBRE RESERVATORIO VERTICAL. COM VOLUME DE AR DESLOCADO DE 160 A 180 L/MIN.TAMANHO: COMP. 690MM X ALT. 620 MM X LARG. 300 MM. PESO DE 38,5 A 40,00 KG,RESERVATORIO DE MINIMO 40L COM DRENO CONSTRUIDO CONFORME NORMA ASME,	UN	MOTOMIL	CMO 8/50	3	R$ 1.900,00	R$ 5.700,00

			COM VALVULA DE SEGURANCA NO RESERVATORIO, MANOMETRO ACOPLADO AO RESERVATORIO, VALVULA DE RETENCAO E FILTRO DE ASPIRACAO. POSSUINDO TRATAMENTO ANTI-OXIDANTE E DRENO PARA OS LIQUIDOS CONDENSADOS, O QUE AUXILIA NA PRODUCAO DE AR ISENTO DE IMPUREZAS E GARANTE VIDA UTIL AO RESERVATORIO,PRESSAO DE TRABALHO DE 116 A 120 PSI,MOTOR DE 2,0 HP,ROTACAO DO MOTOR: 1750 RPM,110 E 220 V SELECIONAVEL, 60 HZ,NIVEL DE RUIDO DE 60 A 75 DB,VALVULA REGULADORA QUE ESTABILIZA A SAIDA DE AR CONFORME NECESSIDADE DO USUARIO,PRODUZ AR TOTALMENTE ISENTO DE OLEO SEM O RISCO DE CONTAMINACOES,REGISTRO DE SAIDA DE AR QUE TRAGA PRATICIDADE, PERMITINDO FECHAR O AR SEM ESVAZIAR O TANQUE, BLOCO DO COMPRESSOR ALETADO E A						
Valor Total: R$ 5.700,00 (Cinco Mil Setecentos Reais)									

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Stefanne Carolynne Pereira Silva,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, **conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA N° 011/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - Processo Administrativo n.1228/20202***

CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 06 meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 por razão de interesse público; ou

6.10.8 a pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. Prazo para entrega do objeto: O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do envio da ordem de fornecimento.

7.2 Prazo para recebimento provisório do objeto, se houver: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para execução dos serviços: Não se aplica.

7.5. Prazo para início da execução dos serviços: Não se aplica.

7.6. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.7. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.8 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.9. Os **materiais/produtos e/ou serviços**poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 06/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 006/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Estadual	02305	363	4.4.90.52	142
Sec. de Saúde	Próprio	02305	362	4.4.90.52	100

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line

ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;* 11.3Em caso de o *objeto ser veículo, o mesmo deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;* 11.4responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.5substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; 11.6comunicar à Contratante, no prazo

máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.7manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.8indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.9 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.10 **Emitir a nota fiscal/ fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento.** 11.11 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização, conforme descrito no item 7.** 11.12 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.13 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.14 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.16 A Contratada permite-a o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade publica concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, na forma dos arts. 45 e 49 a 51, artigo 27, inciso XX Portaria Interministerial 426/2016. 11.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1**São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14**A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s).** 12.1.15Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA E ASSISTENCIA TECNICA

16.1As garantias dos itens encontram se discriminadas na tabela 2.1.1

16.1Caso seja exigida assistência técnica no decorrer do período de garantia, o gestor deve indicar em que termos deverá ser realizada tal assistência:

16.1Será exigido a assistência técnica e peças de reposição durante o período de garantia, conforme especificado na tabela 2.1.1.

16.1Será exigida a garantia dos itens de acordo com o estipulado no Código do Consumidor Lei 8.078/90.

CLAUSULA DECIMA SETIMA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT 21 de Outubro de 2020.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa: CMED DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ sob o 20.44.829/0001-90

Inscrição estadual 177/0208221

Inscrição Municipal 145985,

Representante pela Senhora Caroline Goulart Luchtemberg ,

RG: nº 9108638819, e CPF nº 028.291.300-90

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 065/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 065/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL E A DEMANDA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA DO ATENDIMENTOQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BETANIAMED COMERCIAL EIRELLI EPP - *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.1228/2020*.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 21 de Outubro de 2020 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XV | N° 3.589 **- *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - Processo Administrativo n.1228/2020***, registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa: **BETANIAMED COMERCIAL EIRELLI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.560.267/0001-08, Insc. Estadual 001.076-0035, com sede a Rua Antônio Gravata 132, Bairro Cinquentenario, CEP: 30.570-040, município Belo Horizonte/MG, neste ato representado pelo proprietário Sócio/Administrador Leonardo Antônio Rodrigues Cury , portador da cédula de identidade nº M-4.010.917 SSP/MG, inscrito no CPF nº 758.729.606-97, residente e domiciliado na Rua Inspetor Jose Aparecido, 76 Bairro São Bento, município Belo Horizonte/MG.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de **A FUTURA E EVENTUAL –** Aquisição de equipamentos odontológico visando atender o Programa de Saúde Bucal e a demanda da população que necessita do atendimento **conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA N° 011/2020 *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - Processo Administrativo n.1228/20202*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: BETANIAMED COMERCIAL EIRELLI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.560.267/0001-08, Insc. Estadual 001.076-0035
Endereço:	sede a Rua Antônio Gravata 132, Bairro Betânia, CEP: 30.570-040, município Belo Horizonte/MG
Contatos:	(31) 3374-7799 33777500 (31) 93134585 e mail betaniamed@hotmail.com, betaniamed@bol.com.br
Representante:	Leonardo Antônio Rodrigues Cury

Razao Social	Lote	Descrição	Un	Marca	Modelo	Qdade do Item	Valor do Item	Valor Total do Item
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI - EPP	01	CONJUNTO ODONTOLOGICO - CADEIRA ODONTOLÓGICA. COMPLETA (CAD. /EQUIPO/UNID. SUG./REF.) CONSULTORIOS ODONTOLÓGICOS, COMPOSTO POR: CADEIRA ODONTOLÓGICA,COM MOVIMENTOS AUTOMÁTICOS E AMBIDESTRA (ATENDE A DESTROS E CANHOTOS). ACIONAMENTO ATRAVÉS DE PEDAL DE COMANDO MULTIFUNCIONAL, QUE PROPORCIONA O ACIONAMENTO E A ALTERAÇÃO GRADUAL DE LUMINOSIDADE DO REFLETOR, A MOVIMENTAÇÃO DO ENCOSTO E ASSENTO, VOLTA À ZERO. BASE COM DESENHO ERGONÔMICO, CONSTRUÍDA EM AÇO, PROTEGIDA POR DEBRUN ANTIDERRAPANTE,ENCOSTO	UN	DENTEMED	MAGNUS PRIME FLEX+OPCIONAIS E ACESSORIOS	3	R$ 8. 500,00	R$ 25. 500,00

		DE CABEÇA ANATÔMICO, REMOVÍVEL, BI-ARTICULÁVEL E COM REGULAGEM DE ALTURA, COM MOVIMENTOS ANTERIOR, POSTERIOR E LONGITUDINAL. APOIOS DOS BRAÇOS, DIREITOS E ESQUERDO, FIXOS COM ACABAMENTOS ARREDONDADO, PROJETADO PARA FACILITAR O ACESSO DO PACIENTE E AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DO PROFISSIONAL, DISPENSA MOVIMENTAÇÃO E FACILITA A LIMPEZA E DESINFECÇÃO. ESTOFAMENTO AMPLO, COM APOIO LOMBAR, MONTADO SOBRE ESTRUTURA RÍGIDA RECOBERTA COM POLIURETANO INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIDO COM MATERIAL LAMI						
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI - EPP	02	FOTOPOLIMERIZADOR - MODELO DE MESA, RESINAS FOTOPOLIMERIZAVEIS A LUZ VISIVEL, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, SUPERFICIE LISA, DE FACIL ASSEPSIA, PEÇA DE MÃO TIPO REVOLVER OU PISTOLA ANATÔMICA, COMPACTA E LEVE, COM PONTEIRA CONDUTORA DE LUZ EM FIBRA OPTICA DE TAMANHO REDUZIDO, TERMINAL DE FIBRA OTICA GIRATORIA PERMITINDO GIRO DE 360 GRAUS, COM FILTROS OPTICO E TERMICO, SISTEMA DE SEGURANCA: SILENCIOSO, SISTEMA AUTOMATICO DE ACIONAMENTO,DISPOSITIVO ANTI-CONTAMINACAO REMOVIVEL E ESTERALIZAVEL, COM INDICADOR DE TEMPO SONORO E AJUSTAVEL EM INTERVALOS DE 10 SEGUNDOS, DESLIGAMENTO AUTOMATICO EM 80 SEGUNDOS, COM LAMPADA, COM FUSIVEL DE SEGURANCA, COMPATIVEL COM TODAS AS RESINAS FOTOPOLIMERIZAVEIS EXISTENTES NO MERCADO, REDE DE 220V-60HZ, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO PARA PECAS E SERVICOS, GARANTIA DE ASSIST.TECNICA E PECAS DE REPOSICAO POR 5 ANOS, MANUAL DE OPERACAO E MANUTENCAO, EMBALAGEM PROTETORA.	UN	DENTEMED	PRIME LED	3	R$ 310,00	R$ 930,00
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI - EPP	03	ULTRASSOM ODONTOLOGICO - JATO DE BICARBONATO INTEGRADO- MODO OPERACAO DIGITAL- CANETA/ TRANSDUTOR DO ULTRA-SOM AUTOCLAVAVEL, GARANTIA DE ASSIST.TECNICA E PECAS DE REPOSICAO ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 5 ANOS, MANUAL DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO TÉCNICA E PEÇAS DE REPOSIÇÃO.	UN	DENTEMED	PRIME	3	R$ 1. 200,00	R$ 3. 600,00
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI - EPP	05	BOMBA À VÁCUO PARA ODONTOLOGIA.	UN	DENTEMED	PRIME VACUUM PUMP	3	R$ 1. 950,00	R$ 5. 850,00
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI - EPP	06	AUTOCLAVE - HORIZONTAL DE MESA CAPACIDADE ATE 25 LITROS, CAMARA ESTERILIZACAO EM ACO INOXIDAVEL, MODO DE OPERACAO DIGITAL, GARANTIA DE ASSIST.TECNICA E PECAS DE REPOSICAO ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 5 ANOS, MANUAL DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO TÉCNICA E PEÇAS DE REPOSIÇÃO.	UN	DENTEMED	AUTOPRIME 21	3	R$ 2. 330,00	R$ 6. 990,00
VALOR R$ 42.870,00 (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Sete Reais)								

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Stefanne Carolynne Pereira Silva,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, **conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA N° 011/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - Processo Administrativo n.1228/20202***

CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 06 meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 por razão de interesse público; ou

6.10.8 a pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. Prazo para entrega do objeto: O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do envio da ordem de fornecimento.

7.2 Prazo para recebimento provisório do objeto, se houver: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para execução dos serviços: Não se aplica.

7.5. Prazo para início da execução dos serviços: Não se aplica.

7.6. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.7. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.8 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.9. Os **materiais/produtos e/ou serviços**poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 06/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 006/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Estadual	02305	363	4.4.90.52	142
Sec. de Saúde	Próprio	02305	362	4.4.90.52	100

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;* 11.3Em caso de o *objeto ser veículo, o mesmo deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;* 11.4responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.5substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; 11.6comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.7manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.8indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.9 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.10 **Emitir a nota fiscal/ fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento.** 11.11 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização, conforme descrito no item 7.** 11.12 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.13 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.14 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.16 A Contratada permite-a o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade publica concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, na forma dos arts. 45 e 49 a 51, artigo 27, inciso XX Portaria Interministerial 426/2016. 11.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1**São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14**A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão re-**

jeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA E ASSISTENCIA TECNICA

16.1As garantias dos itens encontram se discriminadas na tabela 2.1.1

16.1Caso seja exigida assistência técnica no decorrer do período de garantia, o gestor deve indicar em que termos deverá ser realizada tal assistência:

16.1Será exigido a assistência técnica e peças de reposição durante o período de garantia, conforme especificado na tabela 2.1.1.

16.1Será exigida a garantia dos itens de acordo com o estipulado no Código do Consumidor Lei 8.078/90.

CLAUSULA DECIMA SETIMA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT 21 de Outubro de 2020.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa: **BETANIAMED COMERCIAL EIRELLI EPP**,

CNPJ sob o nº 09.560.267/0001-08, Insc. Estadual 001.076-0035,

Representado pelo proprietário Sócio/Administrador

Leonardo Antônio Rodrigues Cury,

RG: nº M-4.010.917 SSP/MG, e CPF nº 758.729.606-97

11º TERMO ADITIVO ALTERAÇÃO DE VEICULO E VALOR POR QUILOMETRAGEM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 102/2017

11º TERMO ADITIVO ALTERAÇÃO DE VEICULO E VALOR POR QUILOMETRAGEM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 102/2017 DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT PARA O ANO LETIVO DE 2017, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PM DOS SANTOS ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017** Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. e 65, § II, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 1775/2020 de aditivação de **ALTERAÇÃO DE VEICULO E VALOR POR QUILOMETRAGEM** ao contrato nº 102/2017 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo nº 1775/2020 ao contrato nº 102/2017 decide celebrar este termo aditivo de alteração de veículo e valor por Quilometragem, O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração das cláusulas (a) primeira – do objeto **Rota 02 -** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO KOMBI - ROTA RETIRO – BETÃO – FAZ. BOLA – FAZ. WA- FAZ. SEDIL - EE. JOSÉ DE LIMA BARROS referente ao objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2018, por quilometragem e veículo com a **EMPRESA PM DOS SANTOS ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 17.608.180/0001-91 estabelecida Avenida Coronel Botelho, S/N município de Nossa Senhora do Livramento/MT CEP: 78170-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE VEICULO E VALOR POR QUILOMETRAGEM

Considerando a necessidade de aumento da capacidade de veículo a fim de atender aos alunos usuários do transporte escolar as partes passam a promover o seguinte aditivo conforme processo administrativo nº 1775/2020 e parecer jurídico nº 461/2020.

Item	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/ROTAS	UND	Quant. KM/DIA	PERIODO	KM A EXECUTAR	VALOR POR ROTA	VALOR TOTAL
02 – VAN	**Rota 02 -** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO KOMBI - ROTA RETIRO – BETÃO – FAZ. BOLA – FAZ. WA- FAZ. SEDIL - EE. JOSÉ DE LIMA BARROS	KM/ DIA	89,50	Matutino e Vespertino	17.900	R$ 2,72	R$ 48. 688,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 65, § II, da Lei 8.666/93, e parecer jurídico nº 461/2020.

CLÁUSULA QUARTA, – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 102/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 14 de Outubro de 2020.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESA PM DOS SANTOS

CNPJ Nº 17.608.180/0001-91

Representada por PEDRO MARQUES DOS SANTOS

RG: nº 09248528 SP/MT e CPF 802.963.431-53

6º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 086/2018

6º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 086/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAISPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos PROCESSO ADMINISTRATIVO: **Nº.** 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 02060/2020 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 086/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no processo Administrativo nº 02060/2020 de aditivação de valor ao contrato 086/2018 alterando o valor inicial e prazo referente Contratação de pessoa física para prestação de serviço de transporte de Pacientes que encontra-se em **Tratamento Fora do Domicilio (TFD)**. Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 039/2017, respectivo Termo de Referência nº062/2017, **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**, com a **Pessoa Física –** Valdevino Teodoro de Morais, portador da cédula de identidade nº 636.950 SSP/MT, inscrito no CPF nº 473.923.201-49.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhado onerando a dotação 2020.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Municipal de Saúde	PRÓPRIO	02030	236	3.3.90.36	100	R$ 13.688,00

CLÁUSULA TERCEIRA- DO CONTRATADO

3.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade do Faval e localidades próximas, passando pela Comunidade Estrela do Oriente, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento, e o posto de combustível FREE, situado à margem da BR-070. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.	72	R$ 190,00	R$ 13.680,00
VALOR TOTAL: R$ 13.680,00 (Treze Mil Seiscentos e Oitenta Reais)				

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir do termino de vigência do contrato original 09/10/2020

CLÁUSULA QUINTA– DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 462/2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 086/2018, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT 08 de Outubro 2020.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Pessoa Física – Valdevino Teodoro de Morais

RG: nº 636.950 SSP/MT

CPF nº 473.923.201-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0094/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, de um lado o **MUNICÍPIO DE** Nova Bandeirantes**, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, com sede Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova Bandeirantes **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **LUZIA DOS SANTOS SOUZA SECCO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º **34.682.465/0001-91** e Inscrição Estadual n.º *13.781.228-0* estabelecida a Rua Mato Grosso do Sul, n.º 674, Centro, cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representada pela Sra. *Luzia dos Santos Secco,* portador do CIRG n.º *8.189.401-9* SSP/PR e CPF n.º *519.304.981-87,* doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 047/2020**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX, PRATO FEITO E PRATO EXECUTIVO), E BEBIDAS (ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTE E SUCO COMPLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE Nova BANDEIRANTES/MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo:

ITEN	DECRIÇÃO	Marca	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AGUA MINERAL 497 ML	PURISSIMA OU ZEBRINHA	UNID	1365	R$ 3,00	R$ 4.095,00
2	MARMITEX COMPLETA EM VAZILHA ALUMINIZADA NÃO INFERIOR AO N°08 (PEQUENA)		UNID	2510	R$ 18,33	R$ 46.008,30
3	MARMITEX COMPLETA EM VAZILHA ALUMINIZADA NÃO INFERIOR AO N°09 (GRANDE)		UNID	4630	R$ 21,33	R$ 98.757,90
4	REFEICAO PREPARADA - ALMOCO, NORMAL PARA SERVIDOR - PRATO FEITO		UNID	1716	R$ 24,66	R$ 42.316,56
5	REFEICAO PREPARADA - DO TIPO ALMOCO, NA FORMA DE PRATO EXECUTIVO, PRATO PRINCIPAL COM OPCOES CARNE BOVINA, CARNE SUINA, PEIXE E AVES AO MODO PARMEGIANA, ACEBOLADO, MILANESA, ESTROGONOFE OU GRILL, COM 4 ACOMPANHAMENTOS ARROZ, FEIJAO, FEIJAO TROPEIRO,		UNID	300	R$ 36,66	R$ 10.998,00
6	REFRIGERANTE 2 LITROS	COCA-COLA	UNID	1306	R$ 10,66	R$ 13.921,96

		FANTA SIMBA SUKITA				
7	REFRIGERANTE LATA DE SABORES VARIADOS EMBALAGEM CONTENDO 350ML COM AROMA NATURAL SABOR SUAVE DE BOA QUALIDADE	COCA-COLA FANTA SPRITE PEPSI	UNID	600	R$ 4,00	R$ 2.400,00
8	SUCO DE FRUTAS NATURAL - SUCO NATURAL SABORES VARIADOS COPO COM 300 ML		UNID	250	R$ 5,50	R$ 1.375,00
9	SUCO NATURAL DE SABORES VARIADOS JARRA DE 700ML		UNID	150	R$ 10,00	R$ 1.500,00
						R$ 221.372,72

1.2. Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **20/10/2020** até **20/10/2021**.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Bandeirantes/MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 047/2020**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1.1 AContratada deverá prestar o serviço licitado no prazo máximo de 03 (três) horas, contados do momento em que foi realizado o pedido pelo departamento de compras.

4.1.2. Os serviços poderão ser solicitados em dias úteis, finais de semana e feriados.

4.2. As marmitas deveram ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente.

4.2.1. A Marmita deverá ser acondicionada em embalagem apropriada de forma a garantir a proteção durante o transporte.

4.3. Os serviços prestados em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso.

4.4. Quanto a problemas de qualidade, a licitante será notificada pela PREFEITURA, e deverá realizar a troca do produto.

4.5. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.5.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.6. Os produtos/serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6. Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.1.7. Fica designado através da Portaria da Licitação nº **313/2020** os servidores para fiscalizar a Ata de Registro de Preços indicado na epígrafe.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1. Executar as entregas dos produtos ou a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/serviços fornecidos;

5.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5. As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas: a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega/prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dez por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/FGV.

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2. a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1. As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ORÇAMENTO

11.1. As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 047/2020** a proposta da empresa **LUZIA DOS SANTOS SOUZA SECCO EIRELI**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nova Bandeirantes - MT, 20 de outubro de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO

_____

LUZIA DOS SANTOS SOUZA SECCO EIRELI

CNPJ: **34.682.465/0001-91**

PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno

CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

DEPTO LICITAÇÃO
COVID-19: PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 309/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA O CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como Fiscal de Contrato os servidores:

LUCIENE APARECIDA DE SOUSA, Diretora Hospitalar, portador do CPF 938.092.391-00, matricula 4377.

De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Nº 070;071 E 072/2020 firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e os fornecedores: LIVRO SUL MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA; USIPLASTIC INDUSTRIAL E SERVICOS DE MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI; ROTA SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EPIs), PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONA VIRUS (COVID-19), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL nos termos da LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 e MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E PORTARIAS 58, 368,369 E 378/2020, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como Suplente do referido contrato os servidores:

ANA PAULA LACERRA BARZON, Farmacêutica, portador do CPF 060.381.091-88, matricula 5057.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equi-

valente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 16 de outubro de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em Assinatura Nome por extenso

Suplente

Ciente em Assinatura Nome por extenso

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **050/2020,** cujo OBJETO éa **REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALISTA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMETO DE CONCRETO USINADO FCK=20 MPA, COM BRITA Nº 1 LANÇADO EM OBRA**.

SAGRARAM – SE *vencedoraas empresas:*

EDUARDO DA SILVA FERNANDES

CNPJ: 22.303.601/0001-06

Total do Fornecedor **R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).**

Segue tabela de itens que ficou deserto na licitação

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 313/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como Fiscal de Contrato os servidores:

GREICIELLI MARTINS DE ARAUJO, Chefe de gabinete do Prefeito, portador do CPF 055.060.391-31, matricula 5149.

ESTELA GARCIA ALVES, Agente Administrativo, portador do CPF 033. 861.591-17, matricula 5029.

ALESANDRO ROCHA BALANI, Professor Efetivo, portador do CPF 817. 632.041-20, matricula 1237.

LUCIENE APARECIDA DE SOUSA, Diretora Hospitalar, portador do CPF 938.092.391-00, matricula 4377.

GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, Agente Administrativo, portador do CPF 095.599.428-40, matricula 3393.

RONALDO SANDRINI FELIPES, Agente de Conservação, portador do CPF 001.067.831-06, matricula 429.

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Chefe Departamento de Patrimônio, portador do CPF 014.704.271-25, matricula 4138.

MIRILENE PEGORETTI MIGUEL, Chefe Depto de Assistência Social, portador do CPF 058.576.691-62, matricula 4977.

JADERSON ALEX DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA NUNES, Coordenador de Programas, portador do CPF 009.876.921-94, matricula 4923.

De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços Nº 039/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: LUZIA DOS SANTOS SOUZA SECCO EIRELI, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX, PRATO FEITO E PRATO EXECUTIVO), E BEBIDAS (ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTE E SUCO COMPLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE Nova BANDEIRANTES/MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como Suplente do referido contrato os servidores:

LILIANE SANDES DE LIMA, Gestor de Convênios, portador do CPF 061. 408.641-86, matricula 4948.

VIVIANE SANDES BRUNO, Agente Administrativo, portador do CPF 060. 281.821-41, matricula 5020.

ELLEN DOANE TEODORO LUIZ, Chefe Divisão de Educação, portador do CPF 054.497.481-67, matricula 4619.

ANA PAULA LACERRA BARZON, Farmacêutica, portador do CPF 060. 381.091-88, matricula 5057.

ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA, Agente Administrativo, portador do CPF 013.881.471-65, matricula 4989.

TANIA APARECIDA REIS MOURA, Chefe Depto de Tesouraria, portador do CPF 058.752.761-77, matricula 4540.

ERONIDES CAMARGO SANTANA, Chefe Departamento de Obras, portador do CPF 002.697.321-95, matricula 5032.

ANA PAULA DE SOUZA POSSAMAE, Coordenador do Cras, portador do CPF 025.207.681-85, matricula 4949.

ARISTIDES PEREIRA DE MENDONCA, Chefe Depto de Esporte e Lazer, portador do CPF 490.963.389-87, matricula 4180.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 20 de outubro de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em Assinatura Nome por extenso

Suplente

Ciente em Assinatura Nome por extenso

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 011/2020

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 011/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **CLEMIDES SOARES DE SALES- EPP**

CNPJ**: 08.979.084/0001-69**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 73 (setenta e três) dias**,** vigorando a partir de 19 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

ASSINATURA**: 16 de outubro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 050/2019.

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 050/2019.

DISTRATANTE: **Município de Nova Brasilândia - MT**

DISTRATADA: AMILSON FERREIRA SILVA ME

CNPJ: 04.848.770/0001-40

OBJETO: Distrato de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO PARA ATENDIMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO DETRAN/MT, REFORMA E AMPLIAÇÃO NECESSARIA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAL E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURA FISICA DA ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE NESTE MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT,** conformeProjeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº. 006/2019, **referente o Lote 05.**

DATA DE ASSINATURA: 19 de outubro de 2020.

FUNDAMENTO: De acordo com art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Prefeita Municipal: MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ASSESSORA JURIDICA
DECRETO N° 031 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o dia do Servidor Público;

Considerando que o dia 28 de outubro de 2020, será em uma quarta-feira;

Considerando a responsabilidade de implementar medidas de racionalização, monitoramento, contenção e contingenciamento de despesas administrativas, no âmbito do Poder Executivo Municipal, sem que isso implique em qualquer prejuízo para o atendimento aos munícipes, e também, ao andamento regular dos trabalhos imprescindíveis para o cumprimento da missão institucional;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Maringá – MT no dia 30 de outubro de 2020 - transferência do ponto facultativo do Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Ficam garantidos à população os serviços e as atividades consideradas de natureza essenciais prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras, Departamento de Agua da Secretária Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Nova Maringá - MT em 21 de outubro de 2020.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 228/2020

"Instaurar Sindicância Disciplinar nº 001/2020, para apurar supostos fatos praticados pela servidora pública Andreia de Quadro Ferreira"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a informação prestada ao Chefe do Poder Executivo Municipal pelo Secretário de Municipal de Governo de Nova Maringá/MT quanto à suposta conduta do servidor.

Considerando que, enquanto prestador de serviço público do Município de Nova Maringá/MT está sujeito aos termos da Lei Municipal nº 293/2003.

Considerando que as condutas descritas no Comunicado Interno, demonstram que o servidor supostamente deixou de cumprir com seus deveres descritos no art.113, inciso I, III, VII da Lei nº 293/2003.

Considerando, a necessidade de comprovação dos fatos e atos praticados e a garantia da ampla defesa e contraditório em observância ao art 5º, inciso LV da Constituição Federal, e

Considerando o art. 141 e seguintes da Lei nº 293/2003 e demais normas pertinentes;

R E S O LV E:

Art. 1°. INSTAURAR Sindicância Disciplinar nº 001/2020 e CONVOCAR a comissão Especial Processante Permanente, nomeada pela Portaria nº 075/2018, para apurar os fatos e atos imputados em face do servidora pú-

blica Sra. Andreia de Quadro Ferreira, portador do RG 17460654 SSP/MT e CPF nº 016.181.221-00, efetivo no cargo de ZELADOR, lotado na Secretária Obras, Viação e Serviços Públicos ,

Art. 2º. A comissão nomeada acima terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação para a conclusão do processo administrativo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

Nova Maringá/MT, 21 de outubro de 2020.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO DE NOVA MARINGÁ/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2020

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4277/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA UM PERÍODO DE 12 MESES**.

Retifica-se a DATA DE ABERTURA DO CERTAME que trata da publicação original.

ONDE SE LÊ: **DATA DE ABERTURA DO CERTAME 04/10/2020**

LEIA-SE:**DATA DE ABERTURA DO CERTAME 04/11/2020**

Nova Monte Verde-MT, 21 de Outubro de 2020.

EDUARDO ODAIR DARUI

PRESIDENTE DA CPL

DECRETO 074/2020

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
DECRETO Nº 3009 , DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

DECRETO Nº 3009 , DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE Nova Nazare, no uso de suas atribuições legais.

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 49.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020306 Departamento de Administração Geral

Ficha: 059 - 04.122.0003.1006.0000

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE..... 15.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Local: 020702 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Ficha: 196 - 10.301.0006.3018.0000

AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS..... 34.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020702 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Ficha: 370 - 10.305.0740.0740.0000

AÇÕES DE SAUDE PARA ENFRENTAMENTO DO CORONA VIRUS - COVID 19 -34.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Local: 030101 Dep. do Fundo de Prev. Municipal dos Serv. Públicos

Ficha: 344 - 04.122.0014.2007.0000

MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL-PREV NAZAR..... -15.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazare, 20 de outubro de 2020

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2019

, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT E A EMPRESA MEI-ADRIANO SOARES 82539634168.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **MEI-ADRIANO SOARES 82539634168**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.067.106/0001-61, localizada na Rua Adriano Reis de Carvalho, Setor Novo Horizonte, na cidade de Nova Nazaré- MT doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por Sr° **ADRIANO SOARES**, ocupando o cargo de representante legal, portador do RG nº 3283306 SPTC/GO e CPF nº 825.396.341-68, denominado **CONTRATADO**, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA**, conforme decidido no Processo de contratação direta, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **pregão presencial Nº 021/2019**, que tem por objetoa **prestação de serviços junto às Secretarias de Desporto e Lazer (treinador/instrutor) com presença física de 05 (cinco) dias uteis por semana** conforme o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **prorrogação da vigência** inicial do contrato pelo **prazo de 180 (cento e oitenta) dias,** ficando prorrogada até o **dia 16/04/2021,** podendo ocorrer a extinção do ajuste an-

tes do decurso desse prazo, caso a administração efetue contratação resultante de novo procedimento licitatório, **sem previa notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

3.1 - Fica **acrescido** ao contrato originário o valor total de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)** que será pago em **06 (seis) parcelas mensais**, iguais e consecutivas no valor de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**.

3.2 – Com o acréscimo a Cláusula Quarta, inciso 4.1, do contrato originário passará a ser de **R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**.

CLAUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados de satisfatoriamente e mensalmente cumpriu com todas as clausulas contratuais. Justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada e necessária, pois, são de extrema necessidade do município.

4.2 – Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula terceira, inciso 3.12** do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício e orçamento para o ano de 2.020, à partir do dia 19 de outubro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E FORO

6.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

6.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

6.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Nova Nazaré – MT, 09 de outubro de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

MEI-ADRIANO SOARES 82539634168

ADRIANO SOARES

CPF nº 825.396.341-68

CONTRATADO

_____

EDER FERREIRA DA SILVA

FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura: ..... Assinatura: .....
.....

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2019

, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT E A EMPRESA G.M.B. DA COSTA & CIA LTDA-EPP.

O **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **G.M.B. DA COSTA & CIA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06. 017.797/0001-16, estabelecida na Av. Julio Campos nº 111, Setor Industrial, CEP 78.635-000, na Cidade de ÁGUA BOA - MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **GILSON MARCIO BRAIDA DA COSTA**, ocupando o cargo de sócio proprietário, natural de Brasitania - SP, casado, RG nº 17625575 SSP/SP e CPF nº 025.951.018-11, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E ACRESCIMO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 005/2019**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente aditivo contratual o **acréscimo no fornecimento de papel A-4 (item 82) e a prorrogação da vigência do contrato,** que passam a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto e Clausula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, referente ao processo de licitatório na modalidade **pregão presencial nº 005/2019**, conforme quantidades mencionadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT LICIT.	QUANT ADIT.	R$ UNT	R$ TOTAL
82	Papel A4 – Caixa c/ 10 resmas - **MARCA: COPIMAX**	Unid	150	37	207,00	7.659,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescentada à clausula Quarta, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de R$ 7.659,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta e nove reais),passando o valor total do contrato a ser de R$ 55.565,50 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira, inciso 3.9 do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando o prazode vigência do contrato estendido até o **dia 04/05/2021,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório ou encerrem os saldos.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A administração se sentiu na obrigação de prorrogar o contrato e realizar acréscimo na quantidade constante na clausula primeira por tratar-se de fornecimento contínuos de materiais de expediente para manter as diversas secretarias na impressão de documentos, principalmente a secretaria municipal de Educação na impressão de material aos alunos da rede publica de ensino diante da pandemia do **covid-19**, justificando assim a prorrogação e o acrescimo.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º, Art. 57, inciso § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausulas do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2020, conforme a Lei Municipal e correrão por conta da seguinte das dotações orçamentárias constantes no contrato originário.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E DA RATIFICAÇÃO

5.1 - A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

5.2 - Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 038/2019 e 1º termo aditivo**.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Nova Nazaré – MT, 21 de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ **JOÃO TEODORO FILHO** PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	**G.M.B. DA COSTA & CIA LTDA-EPP** **GILSON MARCIO BRAIDA DA COSTA** CONTRATADA
EDER PEREIRA DA SILVA **Fiscal do contrato**	**LUCIENE LEITE DA SILVA** **Fiscal do contrato**
JULIANA FERREIRA DE RESENDE **Fiscal do contrato**	**DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA** **Fiscal do Contrato**

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2020/PMNO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº041/2020/PMNO PROCESSO ADM:182/2020/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ.

Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: e a **E A W SOLWTYS EIRELI,** inscrita no **CNPJ sob o Nº10.782.960/0001-04,** com sede NA AV. MATO GROSO Nº851 S BAIRRO CENTRO NOVA OLÍMPIA-MT CEP:78.370.000 TELEEFONES: (65) 3332-1056 / (65) 99613-9764 E-MAIL Edivaldo.soltys@hotmail.com, neste ato, representada pelo Sr. Edivaldo Alexandro Wielganczuk Soltys, portador da Cédula de identidade RG 1460631-3 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o Nº000.002.631-09.

Valor Total Global: **R$24.500,00 (vinte quatro mil e quinhentos reais).**

QDD	DESCRIÇÃO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
5.000	MASCARA DE PROTEÇÃO- COM CAMADAS FILTRANTES SINTETICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE PFF2, PADRAO, C/ PROTEÇAO PARA O NARIZ, PARA PROTEÇÃO CONTRA GASES, VAPORES E PARTICULAS, COM ESTRIBO PARA APOIO NO NARIZ	R$4,90	R$24.500,00

DOTAÇAO ORÇAMENTARIA FONTE DE RECURSO
06.060.0.2.10.122.0040.2317.3.3.90.30.00.00.0146074000
06.060.0.2.10.304.0021.2312.3.3.90.30.00.00.0146074000

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EPIS (MASCARAS) PARA ATENDER OS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT- OS MESMOS SERÃO UTILIZADOS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.

VIGENCIA: 21/10/2020 ATE 21/04/2021.

Nova Olímpia, 21 de outubro de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito municipal, de Nova Olímpia MT.

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

Contrato administrativo Nº 030/2019/PMNO.

O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Wilson de Almeida, nº. 259-S, Bairro: Jardim Ouro Verde, inscrito no CNPJ/MF. Nº. 03.238.920/0001-30, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal Sr. José Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, portador da CPF sob o n. 099.414.364-87, vem

NOTIFICAR a empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita o CNPJ sob o n. 09.302.764/0001-06, com sede a Av. General Melo, n. 1.455, sala 111, bloco 02, Conjunto General Center, Bairro Campo Velho, o Município de Cuiabá/MT, CEP 78.065-290, **por seus representantes legais GRAZIELA ELIAS PEREIRA BRAGA DA SILVA**, brasileira, casada, empresaria, inscrita no CPF sob o n. 969.559.881-15 e **SEBASTIÃO DIAS DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 812.087.311-49, **através do presente,** vem responder a **DEFESA CONTRA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 030/2019, recebido por e-mail datado de 8 de outubro de 2020 da lavra da BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP**, pelos Considerandos seguir expostos indefere o requerido:

Considerando o Relatório da lavra do fiscal do Contrato com a suas Justificativas, da lavra do Senhor Erison Barros Campos de 19 de agosto de 2019;

Considerando a situação de inadimplência da CONTRATADA no que tange às cláusulas do Contrato administrativo Nº 030/2019/PMNO;

Considerando que a CONTRATADA foi notificada do descumprimento das cláusulas contratuais por meio das seguintes notificações:

(i) Publicação no JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO XV, N. 3.490 que circulo em 1° de junho de 2020; (ii) Publicação em DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO n. 138, de terça-feira 21 de julho de 2020; (iii) Publicações em DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, n. 164, quarta-feira 26 de agosto de 2020, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, n. 27.823 de 26 de agosto de 2020.

Considerando que as Notificações foram para que a Contratada cumprisse integralmente as cláusulas do contrato supra nominado, bem como se defendesse do pedido de RESCISÃO do Fiscal do Contrato, ficando inadimplente.

Considerando que a Contratada não elencou motivos suficientes para modificar a DECISÃO DE **RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 030/2019;**

RESOLVE:

Art. 1°. Que operou-se a rescisão unilateralmente o Contrato administrativo Nº 030/2019/PMNO de 26 de setembro de 2019 firmado com a Empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita o CNPJ sob o n. 09.302.764/0001-06, com sede a Av. General Melo, n. 1.455, sala 111, bloco 02, Conjunto General Center, Bairro Campo Velho, o Município de Cuiabá/MT, CEP 78.065-290, **por seus representantes legais GRAZIELA ELIAS PEREIRA BRAGA DA SILVA**, brasileira, casada, empresaria, inscrita no CPF sob o n. 969.559.881-15 e **SEBASTIÃO DIAS DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 812.087.311-49, em razão do descumprimento das condições previstas no contrato administrativo em questão.

Publique-se.

Nova Olímpia, 20 de outubro, 2020.

Município de Nova Olímpia/MT

Sr. José Elpidio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

SIMPREV
PORTARIA Nº 018/2020

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor**Sr.Antônio Carlos Santana Pereira. "***

O Diretor Executivo do SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n. º 41/2003 c/c Art. 89, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 852 de 16 de julho de 2009 que rege a previdência municipal; Lei complementar 013/2008 que Dispõe sobre a Carreira dos Servidores do Poder Executivo do Município de Nova Olímpia; e Lei Complementar Municipal nº 070/2020 que dispõe sobre a concessão de Revisão Geral Anual ao vencimento dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** ao Senhor **Antônio Carlos Santana Pereira**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1037134-6 SSP/MT e CPF nº 278.609.145-49, servidor efetivo no cargo de **VIGIA** atualmente enquadrado na Classe "D", Nível "08", matriculado sob nº 248, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, **contando com 35 (trinta e cinco) anos, 08 (oito) meses e 26 (vinte e seis) dias de tempo de contribuição**; com proventos integrais com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme o processo administrativo do **SIMPREV**, nº **2020.04.00026P,** a partir da data de **02/10/2020** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **02 de Outubro de 2020**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Olímpia/MT, 21 de outubro de 2020.

CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA

DIRETOR EXECUTIVO DO SIMPREV

Homologo:

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA 051/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2020

OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CANOS, PARA ATENDER A NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÀGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENAMT.**

VALOR GLOBAL: R$ 5.576,90 (Cinco mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93

EMPRESA CONTRATADA: **SUPERTEC COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ: 01.184.625/0001-13.**

HOMOLOGO e ADJUDICO.

Nova Santa Helena – MT, 21 de Outubro de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: N° 035/2020– ATA DE PREÇOS Nº 061/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

VIGÊNCIA: 29/09/2020 até 29/09/2021.

CONTRATADA: J.V. COMERCIO DE TINTAS E MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º **04.975.429/0002-36.**

BJETO 1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT, sendo na oportunidade registrados os seguinte itens, quantidades e valores:

Item	Cód.	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	238928	ABRACADEIRA - DE NYLON,360MM X 5,0MM	UNIDADE	285,00	9,70	2.764,50
2	238926	ABRACADEIRA PARA MANGOTE - METAL, ABRACADEIRA FIXACAO, VW KOMBI 1998, 14 MM	UNIDADE	330,00	5,55	1.831,50
3	239038	ADAPTADOR - DE PVC, REDUZIDO, DEFOFO, DN 150MM X DN 75MM, PBA.	UNIDADE	46,00	24,98	1.149,08
4	239039	ADAPTADOR - EM PVC, BOLSA PBA X PONTA DEFOFO, DN 50 X 50MM.	UNIDADE	61,00	5,24	319,64
5	238945	ADAPTADOR - SOLDAVEL COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO PARA CAIXAD'AGUA 25MM X 3/4¨	UNIDADE	213,00	6,40	1.363,20
6	238937	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, ROSCA COM DIAMETRO DE 1 POLEGADA	UNIDADE	295,00	1,38	407,10
7	237846	ANCINHO - EM FERRO, COM TAMANHO DE 12 DENTES	UNIDADE	80,00	19,50	1.560,00
8	238958		UNIDADE	80,00	10,49	839,20
9	238983	ANDEJA PARA PINTURA - EM PLASTICO,TAMANHO MEDIO, TIPO CACAMBA,MEDINDO 20,00 X 26,00CM, COM CAPACIDADE PARA 1,5 L	UNIDADE	35,00	7,95	278,25
10	238965	ARAME - DE ACO RECOZIDO, NUMERO 18	UNIDADE	254,00	12,50	3.175,00
11	238962	ARAME - GALVANIZADO LISO,NUMERO 14	UNIDADE	254,00	17,30	4.394,20
12	1716	ARAME, DE ACO RECOZIDO N 18	KILO	120,00	12,70	1.524,00
13	238967	AREIA - FINA	METRO	1.560,00	81,09	126.500,40
14	237871	AREIA - GROSSA LAVADA	METRO CUB	10,00	78,51	785,10
15	238968		METRO	1.672,00	77,78	130.048,16
16	10227	AREIA - TIPO MEDIA LAVADA	METRO CUB	180,00	77,78	14.000,40
17	238964	ARMARIO PARA BANHEIRO - MADEIRA, TIPO SOBREPOR, MEDINDO (2215 X 330 X 18)CM PARTE INFERIOR E PARTE SUPERIOR (2240 X 820 X 18)CM, ACABAMENTO EM MELAMINICO NA COR BRANCA	UNIDADE	71,00	72,48	5.146,08
18	238972	ARRUELAS - DE EM FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/2	UNIDADE	80,00	6,75	540,00
19	238973	ARRUELAS - EM BRONZE,DO TIPO LISA,3/8 POLEGADAS	UNIDADE	250,00	0,24	60,00
20	238975	ASSENTO PARA VASO SANITARIO - TIPO:EM MADEIRA MDF,NA COR: BRANCA	UNIDADE	187,00	55,31	10.342,97
21	238976	ASSENTO SANITARIO DEFICIENTE - DE PLASTICO, NA BRANCA, COM TAMPA, COM REGULAVEL, COM,SEM COM APOIO	UNIDADE	143,00	61,65	8.815,95
22	238980	BACIA SANITARIA - DE LOUCA CONVENCIONAL,TIPO INFANTIL,COM SAIDA DE ESGOTO VERTICAL,NO FORMATO OVAL,NA COR BRANCA,COM DIMENSOES PADRAO	UNIDADE	74,00	192,40	14.237,60
23	238984	BARRA DE APOIO SIMPLES - EM TUBO DE ACO INOX AISI 304 CROMADO, MEDINDO 90CM DE COMPRIMENTO,CAPACIDADE DE CARGA: ATE 100 KG,UTILIZADA COMO APOIO LATERAL, ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXACAO	UNIDADE	63,00	97,50	6.142,50
24	237852	BARRA DE FERRO - BARRA DE ROSCA POLIDA MODELO NC 1	UNIDADE	130,00	34,00	4.420,00
25	237853	BARRA DE FERRO - BARRA DE ROSCA POLIDA MODELO NC 3/8	UNIDADE	100,00	5,95	595,00
26	237855	BARRA DE FERRO - BARRA DE ROSCA POLIDA MODELO NC 5/16	UNIDADE	215,00	5,95	1.279,25
27	239115	BLOCO - DE COMPENSADO, COM LARGURA DE 1,60M, COM COMPRIMENTO DE 2,20M, COM ESPESSURA DE 15MM	UNIDADE	142,00	97,45	13.837,90
28	238992	BOIA PLASTICA - DE PLASTICA, PARA SER UTILIZADA EM CAIXA TIPO ACOPLADA, DEVENDO SER ENTREGUE VARAO DE PLASTICO, PARA ATENDER TORNEIRA BOIA DE BITOLA 3/4 POLEGADA.	UNIDADE	28,00	32,90	921,20
29	238994	BOMBA COSTAL - PULVERIZADOR COSTAL,COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS	UNIDADE	27,00	125,00	3.375,00
30	237918	BRITA - 1, GROSSA	METRO CUB	80,00	138,30	11.064,00
31	237858	BROCA - DE ACO RAPIDO, COM DIAMETRO 1/4 DE POLEGADA	UNIDADE	35,00	7,70	269,50
32	237859	BROCA - DE ACO RAPIDO, COM DIAMETRO DE 7/16¨, PARA FERRO	UNIDADE	55,00	19,81	1.089,55
33	237860	BROCA - DE ACO RAPIDO, COM DIAMETRO DE 7/16¨, PARA MADEIRA	UNIDADE	50,00	12,78	639,00
34	239163	BUCHA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL LONGA - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 110 MM, COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 75 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	UNIDADE	55,00	25,26	1.389,30
35	237861	BUCHA PARA ARRUELA - DE ALUMINIO GALVANIZADO, COM BITOLA DE 3/4¨	UNIDADE	50,00	0,16	8,00

36	239008	BUCHA PARA TETO FALSO - DE NYLON,PARA SER UTILIZADA EM TETO DE GESSO,COM BITOLA DE 8MM	UNIDADE	385,00	0,36	138,60
37	239016	CABO DE ACO - POLIDO, 1/2	METRO	250,00	16,16	4.040,00
38	239030	CABO ELETRICO - COBRE, 25MM, TIPO FLEXIVEL SINTENAX, 450/750V	METRO	1.065,00	13,19	14.047,35
39	239031	CABO ELETRICO - COBRE, 35MM, TIPO FLEXIVEL SINTENAX, 600/1000V	METRO	365,00	19,80	7.227,00
40	26102	CABO ELETRICO - COBRE, FLEXIVEL (PARA SER UTILIZADO EM FLASH), 1,5MM, PLASTICO, 12 VOLTS, METAL FLEXIVEL, PRETA, 01(UM)	METRO	15,00	1,12	16,80
41	239029	CABO ELETRICO - DE COBRE,10 MM2,0,6/ 1KV,FLEXIVEL	METRO	514,00	5,99	3.078,86
42	239022	CABO PARA FERRAMENTA - COM ROSCA AJUSTAVEL, EXTENSOR/PROLONGADOR, MEDINDO 3 M	UNIDADE	37,00	29,90	1.106,30
43	239045	CABO PARA SONORIZACAO - CABO PP 3X2,5MM	METRO	273,00	12,29	3.355,17
44	239048	CADEADO - DE 20MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO, EM CAIXA, COM PORTA CADEADO	UNIDADE	52,00	12,90	670,80
45	239047	CADEADO - DE 25MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO, EM CAIXA, COM PORTA CADEADO	UNIDADE	52,00	14,99	779,48
46	237865	CAIXA D'AGUA - EM POLIPROPILENO, DE 2.000 LITROS, COM TAMPA	UNIDADE	20,00	859,20	17.184,00
47	237863	CAIXA DE DESCARGA - EM PLASTICO RIGIDO PVC, NO FORMATO RETANGULAR, COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, NA COR BRANCA, DEVENDO O MATERIAL VIR COMPLETO	UNIDADE	86,00	90,00	7.740,00
48	239053	CAIXA DE LUZ - EM PVC, ANTICHAMA, NA COR BEGE, MEDINDO 4¨ X 2¨, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL	UNIDADE	45,00	4,99	224,55
49	239060	CAL - COMPOSTO DE CALCAREO, TIPO HIDRATADO, PARA PINTURA, DE ACORDO NBR 7175S	UNIDADE	990,00	13,90	13.761,00
50	237869	CAL - COMPOSTO DE CALCAREO, TIPO HIDRATADO, PARA REBOCO, ACONDICIONADO EM SACO DE 20 QUILOS	UNIDADE	70,00	20,98	1.468,60
51	237867	CAL - COMPOSTO DE CALCITA, PARA PINTURA, ACONDICIONADO EM SACO COM 10KG	UNIDADE	136,00	14,50	1.972,00
52	237868	CAL P/ PINTURA - COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO, EMBALAGEM COM 8 KGS, CONFORME NBRS 7175,9205,9206	UNIDADE	64,00	14,50	928,00
53	239071	CARRINHO - CARRINHO DE MAO COMPLETO, REFORCADO, COM CAPACIDADE DE 65 LITROS, EM ACO, COM LUVA PARA PROTECAO DE MAO, COM RODA E PNEU 3,25X8. FABRICADO CONFORME ABNT NBR 16269/14	UNIDADE	53,00	179,00	9.487,00
54	237872	CARRO DE MAO - DO TPO CARRIOLA BALEIA CACAMBA POLIETILENO 200L, COM UMA RODA E UM PNEU	UNIDADE	15,00	362,40	5.436,00
55	239058	CARTUCHO PARA MASCARA - BORRACHA, AERODISPERSOIDES SOLIDAS E TOXICAS, REF. 7502	UNIDADE	70,00	22,48	1.573,60
56	239065		UNIDADE	30,00	25,03	750,90
57	237881	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 24 MM	UNIDADE	34,00	22,90	778,60
58	239081	CHAVE DE FENDA - ACO CARBONO, NIQUELADA, MEDINDO 6 X 1/4	UNIDADE	7,00	6,70	46,90
59	239080	CHAVE DE FENDA - EM ACO, TIPO PONTA CHATA, MEDINDO NOS TAMANHOS: 1/4 X 3¨, 4¨, 5¨, 6¨, 7¨ E 8¨ (JOGO COM 6 PECAS)	UNIDADE	17,00	23,98	407,66
60	239086	CHAVE DE FENDA - PHILLIPS, HASTES DE LIGA DE ACO,NIQUELADO RESISTENTE A OXIDACAO,MEDINDO 1/8 X 5 POL	UNIDADE	9,00	10,40	93,60
61	239090	CHUMBADOR - PARABOLT, DE 1/4X2 POLEGADA, (PARAFUSO, ARRUELA LISA, JAQUETA E CONE)	UNIDADE	113,00	2,99	337,87
62	237874	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II-Z,COM RESISTENCIA DE 32MPA,CONFORME NORMA NBR-11578, EB-208, MB-1153,SACO COM 50 KG	KILO	180,00	34,59	6.226,20
63	239094	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-E) - COMPOSTO DE ESCORIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 40 MPA, FAIXA DE PORCENT. EM PESO DE CLINQUER+ SULF.CALCIO 94-56%, E FAIXA DE PORCENTAGEM EM PESO DE ESCORIA DE 6-34%, C/ FAIXA DE PORCENTAGEM DE MAT	UNIDADE	1.283,00	34,59	44.378,97
64	239075	COLAR DE TOMADA - DE FF, PARA PVC PBA 140/160MM X 3/4´´ ROSCA COMPLETO , CONFORME NBR 10930	UNIDADE	45,00	26,28	1.182,60
65	239116	COMPENSADO - DE MADEIRIT, COM ESPESSURA DE 4MM, NO TAMANHO (1,60 X 2,20)M	UNIDADE	192,00	69,60	13.363,20
66	237876	CONDUITE - ELETRODUTO FLEXIVEL EM PVC REFORCADO, NA COR AMARELA, 3/4 POL, SANFONADO, ROLO COM 50M, PAREDE COM ESPESSURA DE 2MM	METRO	32,00	25,78	824,96
67	239128	CORANTE PARA TINTA - PARA ADICAO EM ACRILICA OU LATEX, NA COR EM CORES VARIADAS, ACONDICIONADO EM FORNECIDO EM BISNAGA, COM CAPACIDADE DA EMBALAGEM DE COM CAPACIDADE DE 50ML	UNIDADE	87,00	3,99	347,13
68	239131	CORDA - CORDA DE SEDA POLIESTER TRANCADA 12MM	METRO	267,00	9,40	2.509,80
69	239130	CORDA - DE NYLON, COLORIDO, 6MM, COM 10 METROS, TRANCADA	METRO	335,00	18,40	6.164,00
70	239129	CORDA - DE SEDA,ESPESSURA 4MM	METRO	296,00	9,00	2.664,00
71	237883	CURVA - CURVA DE TRANSPOSICAO, PVC, SOLDAVEL, 20MM	UNIDADE	30,00	0,67	20,10
72	237882	CURVA - CURVA DE TRANSPOSICAO, PVC, SOLDAVEL, 25MM	UNIDADE	24,00	2,16	51,84
73	239143	CURVA - DE PVC 90 GRAUS, SERIE R, DN 100MM, PARA ESGOTO PREDIAL.	UNIDADE	249,00	22,00	5.478,00
74	237884	CURVA 45 GR - EM PVC SOLDAVEL DE 50MM PARA IRRIGACAO	UNIDADE	44,00	8,41	370,04
75	237887	CURVA 45 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/7, DIAMETRO NOMINAL: 100MM,COR: BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES DE ESGOTO PREDIAL	UNIDADE	40,00	16,59	663,60
76	237886	CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50MM,NA COR BRANCA,PARA SE USADA EM INSTALACOES DE ESGOTO PREDIAL	UNIDADE	54,00	4,60	248,40
77	239079	CURVA 90 GR EM PVC - EM PVC, LONGA,60MM,SOLDAVEL	UNIDADE	60,00	15,66	939,60
78	237885	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACAO DE ESGOTO PREDIAL	UNIDADE	44,00	4,38	192,72
79	239146	DESEMPENADEIRA - DE ACO,, COM DENTADA, COM CABO, MEDINDO 30 X 12 CM, PARA COLOCACAO DE ARGAMASSA NO ASSENTAMENTO DE PISO CERAMICO	UNIDADE	45,00	19,00	855,00

80	239149	DESENTUPIDOR - MANUAL PARA DE PIA, BOCAL DE BORRACHA, LISO, MEDINDO DIAMETRO 10CM, CABO DE MADEIRA, MEDINDO MEDIDA DO CABO 15CM	UNIDADE	34,00	52,00	1.768,00
81	239154	DISJUNTOR - DIN BIFASICO 40/70/90 AMP.	UNIDADE	52,00	43,00	2.236,00
82	239153	DISJUNTOR - DR, BIFASICO, 20A	UNIDADE	67,00	36,46	2.442,82
83	239158	DISJUNTOR - DR, MONOFASICO, 50A	UNIDADE	65,00	18,00	1.170,00
84	239162	DISJUNTOR - TRIPOLAR TIPO DIN, 125A	UNIDADE	55,00	137,60	7.568,00
85	239165	DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO - DE PLASTICO ABS, MEDINDO REF. PH 3000 P/ROLAO 300/600 METROS, NA COR BRANCA, NO FORMATO REDONDO	UNIDADE	108,00	43,00	4.644,00
86	239169	DOBRADICA - DE FERRO, MEDINDO 4¨X 2¨, DEVENDO A DOBRADICA SER ENTREGUE GALVANIZADA ,TIPO LEME	UNIDADE	179,00	7,99	1.430,21
87	239238	ENCERADO - EM LONA, DE ALTA QUALIDADE,MEDINDO (2,0 X 3,0)M,NAS CORES BRANCA E PRETA (LONA SIMULANDO FAIXA DE PEDESTRE)	UNIDADE	58,00	48,40	2.807,20
88	239175	ESCADA - DE ALUMINIO, COM COMPRIMENTO DE 7 DEGRAUS, DO TIPO TESOURA	UNIDADE	28,00	319,00	8.932,00
89	237891	FECHADURA - DE ACO CROMADA, ELETROMECANICA, PARA USO EM PORTA DE MADEIRA	UNIDADE	95,00	49,93	4.743,35
90	239179	FECHADURA - DE SOBREPOR 80MM COM PARAFUSOS	UNIDADE	86,00	47,00	4.042,00
91	237894	FIO ELETRICO - DE COBRE, SOLIDO, 12 MM2, CAPA DE AMIANTO, PARA ALTA TEMPERATURA	METRO	275,00	11,07	3.044,25
92	237893	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 6,0 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	METRO	265,00	4,55	1.205,75
93	239134	FIO ELETRICO - FIO CORDAO PARALELO 2 X 1MM, CONDUTOR: COBRE CAPA: COMPOSTO DE PVC, COMPOSICAO: COBRE E PVC, CORDAO FLEXIVEL PARALELO 300V, ANTICHAMA (BWF-B), NORMATIZADO: NBR NM-247-5, INMETRO	METRO	540,00	3,28	1.771,20
94	239185	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (50 X 25)MM	UNIDADE	110,00	6,99	768,90
95	239183	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (50MMX50M), NA COR BRANCA	UNIDADE	210,00	7,99	1.677,90
96	239194	FITA ADESIVA - NA COR AMARELA PARA DEMARCACAO DE PISO,COM 6 CM DE LARGURA,ROLO COM 100M DE COMPRIMENTO	UNIDADE	92,00	50,85	4.678,20
97	239196	FITA ADESIVA - NA COR VERMELHA PARA DEMARCACAO DE PISO,COM 6CM DE LARGURA,ROLO COM 100M DE COMPRIMENTO	UNIDADE	76,00	50,80	3.860,80
98	239187	FITA ADESIVA - TRANSPARENTE, DUPLA FACE,MEDINDO 19MM DE LARGURA,COM 2,00M DE COMPRIMENTO	UNIDADE	150,00	7,49	1.123,50
99	239191	FITA ISOLANTE - EMBORRACHADA, DUPLA FACE, MEDINDO 10M	UNIDADE	225,00	12,45	2.801,25
100	237901	FORRO - DE PVC, MEDINDO 6,5 METROS, 10MM X 20 CM, NA COR BRANCA/ NEVE/ GELO.	M2	190,00	25,60	4.864,00
101	237900	FORRO - DE PVC, MEDINDO COMP. 6M X 20CM DE LARG., NA COR BRANCA	M2	310,00	22,94	7.111,40
102	239197	FORRO - DE PVC,EM REGUA DE 100MM,NA COR BRANCA	METRO	800,00	23,17	18.536,00
103	239199	FURADEIRA - DE ACO CARBONO,DO TIPO FURADEIRA DE IMPACTO PROFESSIONAL,MANDRIL DE 1/2 - 13MM,650W,ROTAÇÃO S/CARGA 2.100 / 2.600 MIN 1, C/CARGA 1050/ 1450, IMPACTO S/CARGA 41600,ALIMENTAÇÃO ELETRICA 220/230 V,2,3 KG,CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: CONCRETO 19	UNIDADE	19,00	345,00	6.555,00
104	239201	GARRAFA - GARRAFA TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, IN-TERNA E EXTERNAMENTE., ALCA E TORNEIRA, 6L	UNIDADE	53,00	36,00	1.908,00
105	2482	GROSA PARA CASCO - EM GROSAS EM ACO,, TIPO CHATA, MEDINDO GRANA GROSSA PARA MADEIRA	UNIDADE	10,00	75,00	750,00
106	239203	iMPERMEABILIZANTE - COMPOSTO DE SAIS MINERAIS E SILICATOS INORGANICOS, PARA SER USADO EM ARGAMASSA, NA COR BRANCA, EMBALADA EM LATA DE 18 LITROS	UNIDADE	40,00	79,00	3.160,00
107	239218	JOELHO - DE JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM 90º, COM DN 25MM	UNIDADE	143,00	0,34	48,62
108	239214	JOELHO - EM PVC SOLDAVEL,COM 45°,COM 100MM	UNIDADE	173,00	49,00	8.477,00
109	239219	JOELHO 45 GR - PVC SOLDAVEL,DN 25MM,..	UNIDADE	237,00	0,85	201,45
110	239217	JOELHO 45 GR DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NORMA ....., COM DIAMETRO NOMINAL DE 50MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADO NAS INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	UNIDADE	143,00	4,50	643,50
111	239220	JOELHO 45 GR DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NORMA NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 50 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADO NAS AGUA FRIA	UNIDADE	120,00	4,50	540,00
112	239221	JOELHO 90 GR - DE PVC, COM BITOLA DE 50 MM, COM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL, PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	UNIDADE	125,00	2,99	373,75
113	239215	JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	UNIDADE	143,00	3,61	516,23
114	239216		UNIDADE	143,00	3,60	514,80
115	239211	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO SOLDAVEL C/BUCHA METAL. - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,COM DIAMETRO DE 25 MM X 3/4 POL,COM BUCHA SOLDAVEL DE LATAO,NA COR AZUL,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	UNIDADE	177,00	3,68	651,36
116	239223	JOGO DE CHAVE - ALLEN, DE ACO, NIQUELADA E CROMADA, COM ESCALA DE < 2 A 10 > MM, COM 10 PECAS	UNIDADE	17,00	90,00	1.530,00
117	239085	JOGO DE CHAVE - DO TIPO GRIFO PROFISSIONAL,EM ACO VANADIUM,COM CABO PINTADO,DE 8, 12, 14, 18, 24 E 32 POL,CONTENDO 06 PECAS	UNIDADE	34,00	237,43	8.072,62
118	239077	JOGO DE CHAVE - TIPO BIELA EM ¨L¨,EM ACO,ACABAMENTO CROMADO,MEDINDO 8 A 19MM,CONTENDO 12 PECAS	UNIDADE	13,00	249,00	3.237,00
119	239224	JOGO DE CHAVE - TIPO COMBINADA, DE ACO, CROMADA, ESCALA DE < 6 A 32 > MM, CONTENDO 15 PECAS	UNIDADE	17,00	299,00	5.083,00
120	239227	JOGO DE SERRA COPO - COM 05 PECAS, EM ACO RAPIDO, ACOMPANHA SUPORTES COMPLETO	UNIDADE	22,00	164,20	3.612,40
121	239228	KIT PARA BANHEIRO - DE INOX, DE CONVENCIONAL COM BACIA, PIA, COLUNA E TORNEIRA, NO HORIZONTAL, NA DIVERSAS	UNIDADE	41,00	335,00	13.735,00
122	239167	KIT PARA BANHEIRO - DE PLASTICO,CONVENCIONAL PARA BANHEIRO CONTENDO: DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO, DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHEADO, DIS-	UNIDADE	59,00	52,65	3.106,35

		PENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO,FORMATO VARIADO,COM CORES VARIADAS				
123	239237	LIXA - DE OXIDO DE FERRO, PARA FERRO, GRAO 220, EM FOLHA, MEDINDO 280X230MM, PARA ACABAMENTO	UNIDADE	140,00	2,49	348,60
124	237903	LONA PLASTICA - EM PLASTICO, EM ROLO, PRETA, EM INFILTRACOES DE AGUA,4,00 X 4,00M	UNIDADE	115,00	6,46	742,90
125	239240	LONA PLASTICA - LONA REFORCADA DE POLIETILENO. MEDIDAS 12 MT X 08 MT ESPESSURA MINIMA APROXIMADA DE 200 MICRA	UNIDADE	166,00	125,49	20.831,34
126	239125	LUVA - CONFECCIONADO EM GALVANIZADA, COM DIAMETRO DE DE REDUÇÃO 3/4¨ X 1 1/2¨, COM ENCAIXE TIPO DE ROSCA	UNIDADE	20,00	5,99	119,80
127	239251	LUVA - CONFECCIONADO EM LUVA DE PVC SOLDAVEL, COM DIAMETRO DE 25MM X 3/4 POLEGADA, COM ENCAIXE TIPO COM BUCHA DE LATAO	UNIDADE	105,00	3,70	388,50
128	239249	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 50MM, COM ENCAIXE TIPO DE CORRER SOLDAVEL	UNIDADE	136,00	16,62	2.260,32
129	239108	LUVA - DE PVC,COM DIAMETRO DE 110MM,COM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL	UNIDADE	80,00	34,16	2.732,80
130	239244	LUVA - EM PVC SERIE 'R' DE ALTA RESISTENCIA,COM DIAMETRO NOMINAL DE 100MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL, PARA UTILIZACAO EM INSTALACOES HIDRAULICA DE ESGOTO AGUA QUENTE.	UNIDADE	76,00	12,70	965,20
131	239117	LUVA - TIPO LUVA DE CORRER PVC COM ANEL 60MM	UNIDADE	316,00	19,60	6.193,60
132	239123	LUVA DE CORRER PVC C/ BOLSAS JE - LUVA DE CORRER DEFOFO MPVC JEI BITOLA 150 MM	UNIDADE	33,00	99,70	3.290,10
133	239138	LUVA DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	UNIDADE	29,00	2,49	72,21
134	239135	LUVA DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	UNIDADE	24,00	2,65	63,60
135	239243	LUVA SIMPLES DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, SERIE REFORCADA, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACAO DE ESGOTO	UNIDADE	116,00	2,99	346,84
136	239145	MANGUEIRA - DE POLIETILENO PEAD COM COMPRIMENTO DE 50M, COM DIAMETRO DE 20MM	UNIDADE	164,00	179,00	29.356,00
137	239257	MANGUEIRA - PLASTICA PRETA SEMI RIGIDA, DIMENSÃO:1,5MM ESPESSURA (PAREDE) X 3/4" (BITOLA) X 100M (COMPRIMENTO)	METRO	86,00	99,00	8.514,00
138	239255	MANGUEIRA - SILICONE,COM 100 METROS,DIAMETRO NOMINAL DE 06MM INTERNO,PARA SER UTILIZADA EM SISTEMA DE IMERSÃO	METRO	115,00	150,00	17.250,00
139	237910	MARTELO - DE PEDREIRO, PESANDO 500 G, MEDINDO 127 MM, CABECA EM ACO FORJADO POLIDO, COM CABO DE MADEIRA	UNIDADE	21,00	39,00	819,00
140	239263	MARTELO - MARTELO DE UNHA, PESANDO 500 G, MEDINDO 29 MM, EM ACO POLIDO E CABO PINTADO	UNIDADE	32,00	31,00	992,00
141	239273	MASSA ACRILICA - RESINA ACRILICA, ADITIVOS, REVESTIMENTO,PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TIPO TEXTURA, NA COR BRANCA,.,.	UNIDADE	115,00	67,00	7.705,00
142	239279	MASSA CORRIDA - BASE ACRILICA, NA COR BRANCA	UNIDADE	183,00	56,00	10.248,00
143	239287	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	UNIDADE	180,00	0,54	97,20
144	239286	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2 POL, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	UNIDADE	130,00	0,48	62,40
145	237909	NIVEL DE MAO - EM ALUMINIO, MEDINDO 60 CM	UNIDADE	10,00	39,00	390,00
146	239122	ONECTOR - CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE CDP - 95, CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE CDP - 06/7,0 PROJETADO PARA CONEXOES DE DERIVACAO POR PERFURACAO DO ISOLANTE EM REDES E RAMAIS AEREOS DE BAIXA TENSAO ATE 1.000 V, PARA CONDUTORES ISOLADOS DE ALUMINIO	UNIDADE	136,00	14,32	1.947,52
147	239292	PA - EM ACO ESPECIAL, COM TAMANHO NR 4, COM CABO, COM PONTA DE BICO	UNIDADE	38,00	30,00	1.140,00
148	237913	PA - EM FERRO, COM TAMANHO NUMERO 3, COM PONTA DE BICO	UNIDADE	24,00	30,00	720,00
149	239005	PARAFUSO - REDONDO C/ FENDA E BUCHA, 10MM, PAREDE	UNIDADE	395,00	0,65	256,75
150	239006	PARAFUSO - REDONDO C/ FENDA E BUCHA, 12MM, PAREDE	UNIDADE	395,00	0,82	323,90
151	237912	PARAFUSO COM PORCA - FERRO ZINCADO, FENDA COM PORCA,BITOLA 1/4X2.1/2POL	UNIDADE	160,00	1,05	168,00
152	239301	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO COM ROSCA SOBERBA CABECA CHATA, NAS DIMENSOES 4/5 X 30 MM	UNIDADE	460,00	0,30	138,00
153	239302	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO COM ROSCA SOBERBA CABECA CHATA, NAS DIMENSOES 4/8 X 50 MM	UNIDADE	400,00	0,37	148,00
154	239300	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO FENDA CABECA CHATA ROSCA SOBERBA, NAS DIMENSOES 3,8 X 25	UNIDADE	455,00	0,17	77,35
155	239299	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO,DO TIPO FENDA CABECA CHATA ROSCA SOBERBA, ZINCADO,NAS DIMENSOES 3,5 X 12	UNIDADE	470,00	0,40	188,00
156	238936	PECA DE REPOSICAO PARA VALVULA DE DESCARGA - DO TIPO ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA TAPA VALVULA DESCARGA , 1.1/2", 1.1/4", ACABAMENTO CROMADO BINIQUE	UNIDADE	187,00	75,00	14.025,00
157	239304	PEDRA BRITADA - CAMADA DRENANTE DE BRITA, PARA SER UTILIZADA NA CONSTRUCAO DE FOSSAS SEPTICAS,NUMERO 38	METRO	340,00	133,85	45.509,00
158	239303	PEDRISCO - CAMADA DRENANTE DE BRITA, DO TIPO LIMPO, PROVENIENTE DO BRITAMENTO DE PEDRA, PARA SER UTILIZADO EM CONSTRUCAO	METRO	280,00	141,80	39.704,00
159	237919		METRO CUB	115,00	141,20	16.238,00
160	237914	PIA PARA COZINHA - DE INOX, COM CUBA, MEDINDO 1,00M	UNIDADE	35,00	144,00	5.040,00
161	239307	PINCEL - DE CRINA, DE MADEIRA, 1/2¨	UNIDADE	95,00	3,99	379,05
162	239305	PINCEL - DE CRINA, DE MADEIRA, 1¨	UNIDADE	66,00	5,20	343,20
163	237921	PINCEL - DE PELO SINTETICO, DE PLASTICO, 1 1/2¨	UNIDADE	55,00	7,30	401,50
164	237922	PINCEL - DE PELO SINTETICO, DE PLASTICO, 3/4¨	UNIDADE	55,00	4,99	274,45
165	239306	PINCEL - DE SINTETICO, DE MADEIRA, 3¨v	UNIDADE	54,00	9,90	534,60

166	237923	PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM AMBIENTE INTERNO, MEDINDO (30X30)CM, NA COR CREME, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELA	METRO	85,00	22,90	1.946,50
167	239308	PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM LOCAL INTERNO (PEI5),MEDINDO (30 X 30)CM COM VARIACAO DE ATE 4%,NA COR BRANCA NEVE ESMALTADA,VARIACAO DE TONALIDA-DE V1 (UNIFORME) CLASSE II,COM COF DE 0,40 A 0,74,BRILHANTE E LISO,COEFICIENTE DE ATRITO: ND,EMBALAD	UNIDADE	510,00	23,39	11.928,90
168	239319	PISO CERAMICO - PORCELANATO TIPO ¨A", PEI-6, COF 1, MEDINDO 60,00CM X 60,00CM,10MM, APRESENTACAO DO SELO INMETRO.	METRO	500,00	42,08	21.040,00
169	239316	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/2¨	UNIDADE	60,00	0,91	54,60
170	237930		UNIDADE	10,00	0,52	5,20
171	239317	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 3/8¨	UNIDADE	30,00	0,25	7,50
172	239318	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 5/16¨	UNIDADE	30,00	0,17	5,10
173	237929	PORCA QUADRADA - COMPATIVEL 5/16	UNIDADE	18,00	0,20	3,60
174	237927	PORTA DE MADEIRA - TIPO SEMI-OCA, FOLHA LISA PARA PINTURA, MEDINDO 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM	UNIDADE	39,00	91,00	3.549,00
175	239323	PORTAL - DE MADEIRA,MEDINDO 2,10 X 0,80 X 0,12M,COM ACABAMENTO RETO	UNIDADE	85,00	94,00	7.990,00
176	238989	PORTAS DE MADEIRA - EM PINHO, COM ALTURA DE 2,10CM, LARGURA DE 0,90CM., ESPES-SURA DE 3,5CM, LISA, SEM ACABAMENTO, COM BATENTE	UNIDADE	70,00	246,60	17.262,00
177	239331	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, CABECA CHATA, MEDINDO 22 X 42	UNIDADE	62,00	13,16	815,92
178	239325	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 13 X 15	UNIDADE	84,00	17,10	1.436,40
179	239326	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 15 X 15	UNIDADE	70,00	14,75	1.032,50
180	237934	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 22X48	PACOTE	60,00	12,54	752,40
181	239329	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, MEDINDO 17 X 27	UNIDADE	90,00	14,18	1.276,20
182	25569	PREGO COM CABECA - EM ALUMINIO, TIPO TELHEIRO, COM BORRACHA DE VEDACAO, ME-DINDO18X27 MM	PACOTE	68,00	17,04	1.158,72
183	239328	PREGO COM CABECA - EM DE ACO POLIDO, MEDINDO 16 X 24	UNIDADE	60,00	14,39	863,40
184	237931	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X27	PACOTE	60,00	14,27	856,20
185	239330	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 19 X 36	UNIDADE	75,00	13,13	984,75
186	25566	PREGO DE FERRO 15 X 15 COM CABECA	PACOTE	10,00	16,46	164,60
187	237939	REBITE - EM FERRO,, DE NUMERO 04,, NO FORMATO CILINDRICO	UNIDADE	40,00	0,20	8,00
188	239159	REDUCAO - DE PONTA BOLSA,EM PVC, DN 100MM X DN 50MM, PVC PBA.	UNIDADE	70,00	28,90	2.023,00
189	239200	REDUCAO - EM PVC, JE PB PBA DN 85 X 60 MM.	UNIDADE	29,00	61,29	1.777,41
190	239195	REDUCAO - EM PVC, PBA, MEDINDO 110MM X 60MM.	UNIDADE	105,00	65,00	6.825,00
191	239173	REDUCAO - PARA SER UTILIZADO EM INTALACOES HIDRAULICAS,EM FERRO GALVANIZA-DO, ROSQUEAVEL,DIAMETRO NOMINAL DE 3¨,DIAMETRO DE REDUCAO DE 2¨	UNIDADE	40,00	10,99	439,60
192	239176	REDUCAO - PARA UTILIZACAO EM INSTALACAO HIDRAULICA,EM FERRO GALVANIZADO, ROSQUEAVEL,DIAMETRO NOMINAL DE 4¨,DIAMETRO DE REDUCAO DE 3¨	UNIDADE	45,00	11,99	539,55
193	239335	REFLETOR - HOLOFOTE SUPER LED TIPO RGB 16 CORES SELECIONAVEIS, CORPO EM ALUMINIO, USO EXTERNO,NO FORMATO RETANGULAR,HASTE DE FIXACAO E CONTROLE REMOTO INFRAVERMELHO,50W, TENSAO 90V - 250VAC, 60HZ	UNIDADE	110,00	88,00	9.680,00
194	239184	REGISTRO DE ESFERA - DE ACO, COM ROSCA DE DIAMETRO 3 POLEGADAS, PARA SER UTILIZADA EM AGUA FRIA.	UNIDADE	54,00	514,40	27.777,60
195	239182	REGISTRO DE ESFERA - DE FERRO, COM 2 POLEGADAS.	UNIDADE	63,00	141,20	8.895,60
196	239186	REGISTRO DE ESFERA - DE FERRO, COM 4 POLEGADAS.	UNIDADE	47,00	685,00	32.195,00
197	239337	REGUA PARA CONSTRUCAO CIVIL - EM ALUMINIO, MEDINDO 3 METROS COMP. 3¨ LARG. X 1.1/2¨ ESP.	UNIDADE	65,00	53,00	3.445,00
198	239338	REJUNTE - REJUNTE FLEXIVEL, PARA MOSAICO, AZULEJOS, PISOS CERAMICOS E PEDRAS ORNAMENTAIS, 1 KG	UNIDADE	175,00	5,99	1.048,25
199	238955	REMOVEDOR - DO TIPO SOLVENTE DE COMPOSICAO QUIMICA: AGUA MINERAL 70/90% - AGUA RAZ CITRICA DE 10% E MAX. DE 30% - SOLVENTE HIDROCARBONATO ALIFATICO, DE APRESENTACAO LIQUIDA, PARA USO EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APRO-PRIADA	UNIDADE	322,00	11,99	3.860,78
200	238969	REVESTIMENTO DE PAREDE - CERMICA 5X10CM, TIPO A, ASSENTADAS COM ARGAMASSA COLANTE AC III E REJUNTADAS COM ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO FLEXIVEL, INCLUSI-VE FORNECIMENTO.	UNIDADE	810,00	27,99	22.671,90
201	239339	REVESTIMENTO DE PISO - INSTALACAO DE PISO CERAMICO	UNIDADE	170,00	12,99	2.208,30
202	238970	REVESTIMENTO DE PISO - PORCELANATO 62,5X62,5CM, BIANCO POLIDO, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III, REJUNTADO COM ARGAMASSA FLEXIVEL, INCLUSIVE FORNECIMENTO.	UNIDADE	860,00	38,99	33.531,40
203	237940	SIFAO - DUPLO SANFONADO, PARA CUBA E TANQUE DUPLOS, EM PVC RESISTE A ALTAS TEMPERATURAS, PARA BITOLA ROSCAVEL 7/8",1.1,2",1. 1/4. COM SAIDA UNIVERSAL PARA TUBOS 38/40/48/50 MM, UNIDADE.	UNIDADE	35,00	14,70	514,50
204	237936	SIFAO - SIMPLES N 36 COM VALVULA, PARA PIA, DE PLASTICO, DIAMETRO 1 1/4¨ X 1 1/2¨	UNIDADE	62,00	5,66	350,92
205	237935	SIFAO - SIMPLES, PARA PIA, INOX, 1¨	UNIDADE	45,00	5,66	254,70
206	239202	TABELA SEDUC - 19.07.575, FORNECIMENTO E INSTALACAO DE TORNEIRA DE BOIA DIAME-TRO 2 POLEGADAS	UNIDADE	68,00	114,40	7.779,20
207	239189	TE - DE REDUCAO DEFOFO, EM PVC, PBA, MEDINDO 150 MM X 110 MM, COM ANEL.	UNIDADE	83,00	119,20	9.893,60
208	239166	TE - DE REDUCAO DEFOFO, EM PVC, PBA, MEDINDO 200 MM X 110 MM, COM ANEL.	UNIDADE	53,00	154,30	8.177,90
209	239198	TE - EM PVC,COM DIAMETRO DE REDUCAO DE 75 X 32MM	UNIDADE	20,00	61,05	1.221,00
210	237944	TE - PVC 45º ESGOTO, PARA SER UTILIZADO EM PARA INSTALACOES HIDRAULICAS, COM BITOLA DE 40MM	UNIDADE	25,00	1,69	42,25
211	239192	TE DE REDUCAO - PVC PBA, BBB, JE, DN 100 X 75 / DE 110 X 85 MM, PARA REDE AGUA (NBR 10351)	UNIDADE	315,00	53,90	16.978,50

212	237943	TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM), NBR 5640,5639,8055	UNIDADE	20,00	4,19	83,80
213	237942	TELHA - DE FIBROCIMENTO,ONDULADA,MEDINDO 2,50X0,50M	UNIDADE	1.370,00	28,00	38.360,00
214	237941	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO(2,44MX1,10MX5MM), NBR5640, 5639, 8055	UNIDADE	30,00	55,80	1.674,00
215	239272	TESOURA - MANUAL, DE PODA BAIXA, UTILIZADA PARA PODAR GALHOS FINOS E RAMAS	UNIDADE	30,00	24,00	720,00
216	239275	TIJOLO - DE CERAMICO MACICO, MEDINDO 5X10X20 CM	UNIDADE	14.640,00	0,58	8.491,20
217	239274	TIJOLO - DE CERAMICO, MEDINDO 10 X 17 X 25 CM, DO TIPO BAIANAO, COM 06 FUROS	UNIDADE	18.540,00	0,65	12.051,00
218	239293	TINTA - ACRILICA FOSCO (SHERWIN WILLIAMS), NA COR AMARELO	UNIDADE	125,00	386,00	48.250,00
219	239285	TINTA ACRILICA - BRANCA, PARA DEMARCACAO DE PISO	UNIDADE	220,00	179,00	39.380,00
220	237950	TINTA ACRILICA - TINTA ACRILICA NA COR DE REFERENCIA 9744	LITRO	135,00	459,00	61.965,00
221	237949	TINTA ESMALTE - SINTETICO	LITRO	130,00	45,00	5.850,00
222	239276	TINTA ESMALTE - TINTA ESMALTE SINTETICO, PARA MÓVEIS DE AÇO, NA COR CINZA BRILHANTE	UNIDADE	285,00	77,00	21.945,00
223	237948	TINTA LATEX - TINTA LATEX, NA COR CERAMICA,PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS	LITRO	105,00	271,00	28.455,00
224	239342	TORNEIRA - DE METAL CROMADA COM FILTRO PARA PAREDE, MEDIDA 1/2, UNIDADE.	UNIDADE	56,00	155,00	8.680,00
225	238993	TORNEIRA BOIA - PARA SER UTILIZADO EM PARA CAIXA D`AGUA, DE PVC, COM BITOLA DE 1/2¨, COM CONEXAO TIPO COM ROSCA	UNIDADE	41,00	8,39	343,99
226	237959	TRELICA - DE FERRO, MEDINDO 4,2 MILIMETRO DE ESPESSURA E 6 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	55,00	44,00	2.420,00
227	237958	TRENA - DE FIBRA DE VIDRO, SIMPLES, DE 20 M, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA	UNIDADE	25,00	24,00	600,00
228	237957	TRENA - EM FIBRA DE VIDRO, TIPO SIMPLES, MEDINDO 50M	UNIDADE	20,00	44,00	880,00
229	239252	TUBO - EM PVC, PBA, COM DIAMETRO DE 85 MM.	UNIDADE	40,00	134,50	5.380,00
230	239204	TUBO - PVC DEFOFO - LF - PN80, DN 150MM, 6M, PB	UNIDADE	50,00	307,50	15.375,00
231	239239	TUBO - PVC PBA, CLASSE 12, DIMENSOES 110MM X 6M, COR MARROM	UNIDADE	60,00	185,49	11.129,40
232	239242	TUBO - PVC PBA, CLASSE 12, DIMENSOES 200MM X 6M, COR MARROM	UNIDADE	50,00	477,20	23.860,00
233	237961	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	UNIDADE	10,00	14,16	141,60
234	237963	TUBO - PVC, 40MM, 6 METROS	UNIDADE	60,00	29,70	1.782,00
235	237964	TUBO PVC 50MM - "BARRA DE 6M" TUBO - TUBO EM PVC PARA ESGOTO, 50MM, 6 METROS	UNIDADE	270,00	49,00	13.230,00
236	239261	UNIAO PP P/ TUBO PEAD - EM POLIPROPILENO (PP), DE JUNTA MECANICA, CONFORME ESPECIFICADO NA NBR 9798, COM DIAMETRO EXTERNO DE 20 MM (1/2 POL)	UNIDADE	2.710,00	8,49	23.007,90
237	239056	UNIDADE DE DISTRIBUICAO DE FORCA - CAIXA PADRAO POLIFASICA BARRAMENTO DERIVACAO	UNIDADE	30,00	293,30	8.799,00
238	237965	VERGALHAO - DE FERRO GALVANIZADO, DO TIPO COM ROSCA, COM DIMENSOES 1/4 X 12M, DEVENDO SER ENTREGUE SEM ACESSORIOS	UNIDADE	40,00	20,41	816,40
239	237966	VERGALHAO - DE FERRO GALVANIZADO, DO TIPO COM ROSCA, COM DIMENSOES 3/8¨ X 12M, DEVENDO SER ENTREGUE SEM ACESSORIOS	UNIDADE	50,00	46,25	2.312,50
			Total	**Fornecedor**		**R$:1.616.787,11**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.982, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020.

DECRETO N.º 3.982, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020.

Declara de utilidade pública o imóvel que menciona e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de implantação de uma faixa de servidão de passagem de redes públicas de águas pluviais – obras de drenagem, conforme memorial descritivo e mapa, em anexo; **Decreta:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para o uso pelo Município de Nova Xavantina, mediante instituição de servidão administrativa a seu favor, amigável e onerosa, parte do imóvel, conforme com Relatório Técnico – Dep. Engenharia, em anexo, localizado na Rua Pires do Rio, setor Nova Brasília, nesta cidade, locado sob o n.º 5 (cinco) da quadra 1 (um), devidamente matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Nova Xavantina, sob o n.º 21.177, necessário para implantação de uma faixa de servidão para passagem de rede públicas de águas pluviais.

Parágrafo único. Integra o presente decreto, memorial(is) descritivo(s) e especificações técnicas – Projeto de Drenagem Urbana, Relatório Técnico – Dep. de Engenharia da lavra do engenheiro civil Thiago Soares Caetano.

Art. 2º A área de que trata o artigo 1º deste Decreto, é de propriedade de **Maria da Salete Bezerra**, brasileira, separada judicialmente, do lar, portadora do CI/RG n.º 0260591-0-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 827.851.551-46, residente e domiciliada em Nova Xavantina - MT.

Art. 3º A área de que trata o art. 1º desta Decreto, declarada de utilidade pública, para o uso pelo município de Nova Xavantina, mediante instituição de servidão administrativa a seu favor, amigável e onerosa de parte do imóvel, foi avaliada em R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

§ 1º O valor da avaliação de que trata o caput deste artigo, será pago pelo município à proprietária do imóvel, em até 5 (cinco) dias uteis após a assinatura do Termo de Acordo de Instituição de Servidão Administrativa.

§ 2º Fica fazendo parte integrante deste Decreto, Laudo de Avaliação e projeto da obra de drenagem da área de que trata o artigo 1º.

Art. 4º Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa em favor do município de Nova Xavantina (MT), para fins indicado, a qual compreende o direito atribuído do município de praticar todos os atos de construção, operação e manutenção, bem como sua possível

alteração e reconstrução, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área de servidão sempre que necessário, podendo, inclusive, autorizar tais atos aos seus delegados e concessionários de serviços públicos.

Art. 5º Eventuais alterações ocorridas na área de servidão, em razão de atos praticados pelo município ou por seus delegados/concessionários, em face da manutenção das redes de águas pluviais, serão refeitas pelo proprietário da área, às suas próprias expensas, sem direito de ressarcimento.

Art. 6º A instituição da servidão administrativa será de forma amigável e onerosa, mediante escritura pública, sendo que todas as despesas decorrentes da formalização desta escritura e seu registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, inclusive eventuais impostos, correrão por conta do município de Nova Xavantina – MT.

Art. 7º A proprietária da área atingida pelo ônus da servidão administrativa se limitará ao uso e gozo da mesma no que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da pratica dentro da referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma, incluídos entre eles os de edificar construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas e transitar com veículos pesados.

Art. 8º Além de outros requisitos legais, fica a emissão do "habite-se" do empreendimento imobiliário denominado "obras de drenagem", condicionado à formalização da implantação da faixa de servidão de passagem em questão.

Art. 9º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 10. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 15 de outubro de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

TERMO DE DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 63/2020

TERMO DE DISTRATO

REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 63/2020

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso**,** representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509.151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, residente e domiciliado a Rua Santarém, 250, Centro, Nesta, aqui denominado **DISTRATANTE**, e do outro lado a pessoa física do (a) Sr.(a**). SIMONE RODRIGUES BEZERRA,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº 25244728 SSP/**MT** e CPF 048.063.581.18, **matrícula funcional 4467,** na qualidade de TECNICO (A) DE ENFERMAGEM - 40 HORAS, residente e domiciliado (a) nesta cidade, neste ato denominado (a) DISTRATADO (**A**), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA I

Fica distratado A PEDIDO (a) o **Contrato de trabalho por tempo determinado** de número **63/2020,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de **16 de setembro de 2020**.

CLÁUSULA II

Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o(a) **DISTRATADO**(**A**), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

Nova Xavantina MT, 05 de outubro de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

SIMONE RODRIGUES BEZERRA

Distratado(a)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
COVID-19: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2.020

COVID19 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pelo Assessor Jurídico do Município, adjudica e homologa o Processo de Dispensa de Licitação nº 010/2.020, objetivando a CONTRATACAO DE SERVICO DE LOCACAO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO ANALISADOR DE GASES SANGUINEO (GASOMETRIA) PARA PRESTACAO CONTINUADA. Contratada/locadora A & C LABOR COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.098.450/0001-08

Nova Xavantina – MT, 22 de outubro de 2.020

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº253/2020

O Prefeito Municipal Em Exercício de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **ROSANGELA DO NASCIMENTO,** brasileira, maior, casada, portadora do RG. Nº 001433425 SSP/MS e do CPF Nº. 006.152.591.03, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a partir do dia 19/10/2020 á 17/11/2020, com retorno no dia 18/11/2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 21 de Outubro de 2020.

JOSÉ NILTON DE BRITO

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 252/2020

O Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º – Elevar de Nível II para Nível III conforme prevê no PCCS, com certidão de conclusão de curso Superior ou mais de 360 (TREZENTOS E SESSENTA HORAS) de curso, servidora **ROSELI MORENO,** brasileira, maior, portadora do RG nº 5.310.284-0 SSP/PR e do CPF nº 755.843. 959-00, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Outubro de 2020.

JOSÉ NILTON DE BRITO

Prefeito Em Exercício

DECRETO Nº 066 DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais)."

JOSÉ NILTON DE BRITO , Prefeito em Exercício do município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 1.281/2019, de 13 de Dezembro de 2019;

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

0006 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

0003 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0022 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

0150 – 01.50.000000 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2101 - ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

3.1.90.01.00.00.00 – APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS....R$ 80.000,00

0003 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

0150 – 01.50.000000 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA....R$ 20.000,00

TOTAL..... .....R$ 100.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0006 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO

0003 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0150 – 01.50.000000 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00.00.00 00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... ..... R$ 100.000,00

TOTAL..... .....R$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Novo Horizonte do Norte - MT, 14 de outubro de 2020.

JOSÉ NILTON DE BRITO

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

PROCESSO Nº 058/2020

TIPO: Menor Preço Global

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados o resultado da **Tomada de Preços nº 04/2020**, cuja abertura ocorreu às 14h00min do dia **19 de Outubro de 2020**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA ESCOLA RURAL ANTÔNIO LOUZEIRO DE FREITAS NO DISTRITO DE VILA TRINDADE NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME PLANO DE TRABALHO** Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
HERCON CONSTRUTORA EIRELI	14.020.137/0001-12	R$: 499.567,14

VALOR TOTAL (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

Os autos do Processo Licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **21 de Outubro de 2020.**

GILVAN VIEIRA LUZ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2020

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: CONSTRUTORA REZENDE LTDA

CNPJ: 04.290.884/0001-17

VALOR GLOBAL R$: 328.500,00. (TREZENTOS E VINTE OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MEIO FIO E SARJETA, DESCIDA D'ÁGUA E BOCA DE BUEIRO TUBULAR SIMPLES EM RUAS NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.

VIGÊNCIA: 20/10/2020 A 20/02/2021.

Novo Santo Antônio – MT, em 20 de Outubro de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO: PROCESSO CPPASF Nº 23/2020

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, em uma das Salas da Estratégia da Saude

da Família ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal 23/2020,** referente ao estabelecimento MERCADO SANTANA do (a) responsável/proprietário JOSE ALVES SANTANA, cujo o CNPJ 07.359.575/0001-44, situado na Rua Presidente Castelo Branco, 270, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, onde consta nos autos que o (a) Responsável teve ciência. **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o (a) responsável pelo estabelecimento **APRESENTOU** defesa. Para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga/MT, 21/10/2020.

Adriana Alves de Oliveira Salazar-Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO: PROCESSO CPPASF Nº 22/2020

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, em uma das Salas da Estratégia da Saude da Família ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal 22/2020,** referente ao estabelecimento DESTAK SUPERMERCADO do (a) responsável/proprietário LUCAS REZENDE SANTEIRO-ME, cujo o CNPJ 26.521.467/0001-70, situado na Av. bandeirantes, nº 1436, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, onde consta nos autos que o (a) Responsável teve ciência. **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o (a) responsável pelo estabelecimento **NÃO APRESENTOU** defesa.

Para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga/MT, 21/10/2020.

Adriana Alves de Oliveira Salazar-Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 22/2020

PARECER: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 22/2020

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, em uma das Salas da Estratégia da Saúde da Família-ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para deliberarem sobre o Processo Administrativo Sanitário Fiscal 22/2020 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT apresentados a esta Comissão pela equipe de Fiscalização da Vigilância Sanitária, formada pelas servidoras Marli T. Silva, Elenita Celant Marcon, Leticia S. Vaz de Souza, Sonilse Regina Ramos e Marlene Schaefer em desfavor ao estabelecimento referente ao estabelecimento DESTAK SUPERMERCADO do (a) responsável/proprietário LUCAS REZENDE SANTEIRO-ME, cujo o CNPJ 26.521.467/0001-70, situado na Av. bandeirantes, nº 1436, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, aplicar a punição ou multa cabível nos termos e determinações das leis municipais 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, lei 1068/2013, lei 1069/2014, o Código Tributário do Município Lei 098/2004 e o Código de Postura do Município, Lei 1063/2013, Decretos municipais referentes a pandemia do novo coronavirus e Decreto Federal 70.235 de 6 de março de 1972 que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e da outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de defesa do Consumidor: Oficio da VISA/0165/2020 de 14/08/2020, recebido em 14/08/2020; Termo de Notificação n° 1286 de 13/08/2020; Termo de Infração n° 1287 de 13/08/2020; Termo de Apreensão nº 0504 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT;

Conclui-se que:

A Comissão processante opina pela aplicação da penalidade de **Multa** ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a lei municipal 003/2002 capitulo XVI, sessão I, II e III; e Lei 1069/2013, ficando assim, determinado MULTA DE **300 UPF/UPM- Paranatinga-MT**. Com relação aos órgãos que se faz necessário ter conhecimento, será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA- Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e Secretaria Municipal de Saúde. Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá com o arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Para constar, lavrou-se a presente.

Paranatinga/MT, 21 de outubro de 2020.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

VIVIAN MICAELLI STACKE-Secretária

BENVINDA RODRIGUES GALDINO-Membro

LICITAÇÃO
COVID-19: ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 63/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 63/2020**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para fins de **Aquisição de Combustível - GASOLINA COMUM, para subsidiar medida de prevenção e controle do novo Coronavírus (Covid-19),** em atendimento a Secretaria de Assistência Social do Município de Paranatinga/MT, conforme Portaria MC nº 369/2020 e 278/2020, com fulcro disposto no artigo 4º da Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020. Em 21 de outubro de 2020.

LICITAÇÃO
COVID-19: HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 63/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 63/2020**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para fins de **Aquisição de Combustível - GASOLINA COMUM, para subsidiar medida de prevenção e controle do novo Coronavírus (Covid-19),** em atendimento a Secretaria de Assistência Social do Município de Paranatinga/MT, conforme Portaria MC nº 369/2020 e 278/2020, com fulcro disposto no artigo 4º da Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020. Empresa: POSTO DE SERVICOS DE COMBUSTIVEIS TOP - EIRELI. CNPJ: 20.978.400/0001-83. R$:49.999,98.Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 21 de outubro de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 23/2020

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, em uma das Salas da Estratégia da Saude da Família-ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para deliberarem sobre o Processo Administrativo Sanitário Fiscal 23/2020 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT apresentados a esta Comissão pela equipe de Fiscalização da Vigilância Sanitária, formada pelas servidoras Marli T. Silva, Elenita Celant Marcon e Marlene Schaefer em desfavor ao estabelecimento referente ao estabelecimento MERCADO SANTANA do (a) responsável/proprietário JOSE ALVES SANTANA, cujo o CNPJ 07.359.575/0001-44, situado na Rua Presidente Castelo Branco, 270, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, aplicar a punição ou multa cabível nos termos e determinações das leis municipais 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, lei 1068/2013, lei 1069/2014, o Código Tributário do Município Lei 098/2004 e o Código de Postura do Município, Lei 1063/2013, Decretos municipais referentes a pandemia do novo coronavirus e Decreto Federal 70.235 de 6 de março de 1972 que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e da outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de defesa do Consumidor: Oficio da VISA/0171/2020 de 20/08/2020, recebido em 20/08/2020; Termo de Notificação n° 1291 de 19/08/2020; Termo de Infração n° 1292 de 19/08/2020; Termo de Apreensão nº 0505 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT;

Conclui-se que:

A Comissão processante opina pela aplicação da penalidade de **Multa** ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a lei municipal 003/2002 capitulo XVI, sessão I, II e III; e Lei 1069/2013, ficando assim, determinado MULTA DE **100 UPF/UPM- Paranatinga-MT**. Com relação aos órgãos que se faz necessário ter conhecimento, será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA- Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e Secretaria Municipal de Saúde. Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá com o arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Para constar, lavrou-se a presente.

Paranatinga/MT, 21 de outubro de 2020.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

VIVIAN MICAELLI STACKE-Secretária

BENVINDA RODRIGUES GALDINO-Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO: PROCESSO CPPASF Nº 21/2020

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, em uma das Salas da Estratégia da Saude da Família ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal 21/2020,** referente ao estabelecimento SUPERMERCADO KENIAN do (a) responsável/proprietário MILIANA AP.ª S. TARTARI, cujo o CNPJ 17.082.782/0002-39, situado na Av. bandeirantes, nº 855, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, onde consta nos autos que o (a) Responsável teve ciência. **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o (a) responsável pelo estabelecimento **NÃO APRESENTOU** defesa. Para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga/MT, 21/10/2020.

Adriana Alves de Oliveira Salazar

Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Sanitário Fiscal - Portaria 090/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 21/2020

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, em uma das Salas da Estratégia da Saúde da Família-ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/nº, centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 090 de março de 2019, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Vivian Micaelli Stacke: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para deliberarem sobre o Processo Administrativo Sanitário Fiscal 21/2020 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT apresentados a esta Comissão pela equipe de Fiscalização da Vigilância Sanitária, formada pelas servidoras Marli T. Silva, Elenita Celant Marcon, Leticia S. Vaz de Souza, Sonilse Regina Ramos e Marlene Schaefer em desfavor ao estabelecimento referente ao estabelecimento SUPERMERCADO KENIAN do (a) responsável/proprietário MILIANA AP.ª S. TARTARI, cujo o CNPJ 17.082.782/0002-39, situado na Av. bandeirantes, nº 855, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, aplicar a punição ou multa cabível nos termos e determinações das leis municipais 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, lei 1068/2013, lei 1069/2014, o Código Tributário do Município Lei 098/2004 e o Código de Postura do Município, Lei 1063/2013, Decretos municipais referentes a pandemia do novo coronavirus e Decreto Federal 70.235 de 6 de março de 1972 que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e da outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de defesa do Consumidor: Oficio da VISA/0163/2020 de 12/08/2020, recebido em 13/08/2020; Termo de Notificação n° 1284 de 12/08/2020; Termo de Infração n° 1285 de 12/08/2020; Termo de Apreensão nº 0501 e 0503 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT;

Conclusão:

A Comissão processante opina pela aplicação da penalidade de **Multa** ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a lei municipal 003/2002 capitulo XVI, sessão I, II e III; e Lei 1069/2013, ficando assim, determinado MULTA DE **400 UPF/UPM- Paranatinga-MT**. Com relação aos órgãos que se faz necessário ter conhecimento, será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA- Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e Secretaria Municipal de Saúde. Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá com o arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Para constar, lavrou-se a presente.

Paranatinga/MT, 21 de outubro de 2020.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

VIVIAN MICAELLI STACKE-Secretária

BENVINDA RODRIGUES GALDINO-Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 195/2020 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DE 21 de OUTUBRO de 2020.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de até R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.001.04.000.0000.0.000. Administração

04.001.04.129.0000.0.000. Administração de Receitas

04.001.04.129.0007.0.000. CONTROLE FINANCEIRO

04.001.04.129.0007.2.017. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

89 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 50.000,00

JURÍDICA

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

05.001.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

05.001.15.451.0009.0.000. MALHA VIARIA URBANA

05.001.15.451.0009.1.015. PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE VIAS PUBLICAS

137 -4.4.90.51.00.00 1 OBRAS E INSTALAÇÕES 200.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei servirá como recurso o proveniente da anulação de Dotações Orçamentárias conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

05.001.15.452.0000.0.000. Serviços Urbanos

05.001.15.452.0045.0.000. CIDADE LIMPA

05.001.15.452.0045.2.188. LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO

163 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 200.000,00

JURÍDICA

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.073. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

430 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.073. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

431 - 3.3.90.36.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

433 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

435 - 3.3.90.36.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

ATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020

ATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020

OBJETO:

Aquisição de Materiais de Consumo e Permanente para a Implantação da Unidade de Referencia Tecnológica da Cadeia Produtiva do Leite do Município de Pedra Preta – MT. De acordo com o Convênio 0625/2017 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar e Regularização Fundiária – SEAF. Conforme quantidades e especificações em anexo a este Edital – Termo de Referencia.

PREÂMBULO:

No dia 21 de outubro de 2020, às 13:00 horas, reuniram-se nesta PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA , situado na AV. FERNANDO CORREA DA COSTA - 940, CENTRO, o Pregoeiro, Senhor ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA, e a Equipe de Apoio, constituída pelos Senhores, VAGMAR PEREIRA DA COSTA E ANDREIA MARIA NEGRI, comapareceu também a Srª RAQUEL DE MATTOS CAZONATO, assistiu a sessão como representante da EMPAER, do Processo em epígrafe, para a Sessão Pública do Pregão Presencial em epígrafe, regido pela Lei Federal 10.520/02, pelo Decreto Federal nº 7.892/13 e subsidiariamente no que for cabível pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Porém após o Sr. Pregoeiro e a Equipe de Apoio terem aguardado pelo tempo regimental não houveram fornecedores presentes, o Pregoeiro então no uso de suas atribuições declarou este Pregão Presencial 037/2020 como **DESERTO**.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e pelos presentes.

Pedra Preta/MT, 21 de outubro de 2020.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

PREGOEIRO

VAGMAR PEREIRA DA COSTA

EQUIPE DE APOIO

ANDREIA MARIA NEGRI

EQUIPE DE APOIO

RAQUEL DE MATTOS CAZONATO

Representante EMPAER

LEI N° 1.225/2020 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de até R$ 1.010. 502,12 (Um milhão e dez mil, quinhentos e dois reais e doze centavos)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0002.0.000. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03.001.04.122.0002.2.004. MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

11 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 10.000,00

JURÍDICA

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

571 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.659,19

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

606 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 12.552,59

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

613 - 3.3.90.39.00.00 3 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 409.770,00

JURÍDICA

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

622 - 3.1.90.04.00.00 3 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 156.626,74

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

623 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 272.130,63

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

624 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 45.917,79

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

625 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 4.914,35

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

637 - 3.1.90.04.00.00 14610 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 28.503,52

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.143. NUCLEO DE APOIO A FAMILIA - NASF

693 - 3.1.90.11.00.00 14610 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.362,75

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

737 - 3.1.90.11.00.00 14617 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 2.081,97

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

794 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 4.679,98

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

795 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.385,95

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

834 - 3.1.90.11.00.00 14615 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 44.583,33

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

836 - 3.1.90.13.00.00 14615 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 13.333,33

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei servirá como recurso o proveniente da anulação de Dotações Orçamentárias conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0002.0.000. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03.001.04.122.0002.2.004. MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

9 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 11.044,83

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

06.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

06.001.20.000.0000.0.000. Agricultura

06.001.20.122.0000.0.000. Administração Geral

06.001.20.122.0037.0.000. DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

06.001.20.122.0037.2.088. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS

197 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.000.0000.0.000. Educação

07.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

07.001.12.361.0013.0.000. MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

07.001.12.361.0013.1.028. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

253 - 4.4.90.51.00.00 2 OBRAS E INSTALAÇÕES 160.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.000.0000.0.000. Educação

07.001.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

07.001.12.365.0014.0.000. MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.034. MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

310 - 3.3.90.39.00.00 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 40.000,00

JURÍDICA

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.000.0000.0.000. Educação

07.001.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

07.001.12.365.0014.0.000. MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.035. REFORMA E MANUT.DE UNID DE ENSINO INFANTIL

313 - 3.3.90.39.00.00 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 20.000,00

JURÍDICA

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.243.0000.0.000. Assistência à Criança a ao Adolescente

08.001.08.243.0026.0.000. ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

08.001.08.243.0026.2.064. MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE

400 - 3.3.90.08.00.00 1 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 3.000,00

E DO MILITAR

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.243.0000.0.000. Assistência à Criança a ao Adolescente

08.001.08.243.0026.0.000. ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

08.001.08.243.0026.2.064. MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE

402 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.073. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

428 - 3.3.90.08.00.00 1 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 9.000,00

E DO MILITAR

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

433 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

435 - 3.3.90.36.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

436 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 5.000,00

JURÍDICA

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer

09.001.27.122.0000.0.000. Administração Geral

09.001.27.122.0036.0.000. GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER

09.001.27.122.0036.2.085. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

530 - 3.3.90.14.00.00 1 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer

09.001.27.812.0000.0.000. Desporto Comunitário

09.001.27.812.0035.0.000. DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

09.001.27.812.0035.2.083. MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO E DE EVENTOS

557 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 20.000,00

JURÍDICA

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer

09.001.27.812.0000.0.000. Desporto Comunitário

09.001.27.812.0035.0.000. DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

09.001.27.812.0035.2.084. REFORMA E CONSERVAÇÃO DE QUADRAS E MINI CAMPOS

560 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 50.000,00

JURÍDICA

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

572 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 9.157,43

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

573 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 10.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

574 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 5.000,00

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

605 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 421.516,77

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

607 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 9.405,07

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

608 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 13.745,86

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

626 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 43.977,77

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

641 - 3.1.90.11.00.00 14610 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 2.116,63

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

642 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.556,67

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

646 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.045,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

649 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 162,90

E DO MILITAR

651 - 3.3.90.08.00.00 14608 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 2.230,00

E DO MILITAR

652 - 3.3.90.08.00.00 14610 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 3.560,38

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

658 - 3.3.90.93.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 104,50

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

661 - 3.1.90.11.00.00 14610 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 14.991,19

CIVIL

662 - 3.1.90.11.00.00 14611 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.000,00

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

663 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.220,00

664 - 3.1.90.13.00.00 14610 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.021,24

665 - 3.1.90.13.00.00 14611 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 210,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

666 - 3.1.90.94.00.00 14611 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 104,50

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

667 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

668 - 3.3.90.08.00.00 14610 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

669 - 3.3.90.08.00.00 14611 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.143. NUCLEO DE APOIO A FAMILIA - NASF

691 - 3.1.90.04.00.00 14610 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 100,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.143. NUCLEO DE APOIO A FAMILIA - NASF

698 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

699 - 3.3.90.08.00.00 14610 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

718 - 3.1.90.04.00.00 72 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 4.000,00

719 - 3.1.90.04.00.00 14612 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 1.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

723 - 3.1.90.13.00.00 72 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 840,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

725 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.045,00

726 - 3.1.90.94.00.00 14612 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

727 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

728 - 3.3.90.08.00.00 72 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 160,00

E DO MILITAR

729 - 3.3.90.08.00.00 14612 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

738 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 58.750,00

739 - 3.1.90.13.00.00 14617 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.751,40

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

740 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 3.689,69

741 - 3.1.90.94.00.00 14617 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 100,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

742 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

743 - 3.3.90.08.00.00 14617 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

796 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 2.292,91

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

797 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 481,56

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.254. MANTER O LABORATORIO MUNICIPAL

816 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 860,18

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

838 - 3.1.90.94.00.00 14615 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 968,74

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

839 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

840 - 3.3.90.08.00.00 14615 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 194/2020 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DE 20 de OUTUBRO de 2020.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de até R$ 1.010.502,12 (Um milhão e dez mil, quinhentos e dois reais e doze centavos)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0002.0.000. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03.001.04.122.0002.2.004. MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

11 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 10.000,00

JURÍDICA

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

571 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.659,19

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

606 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 12.552,59

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

613 - 3.3.90.39.00.00 3 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 409.770,00

JURÍDICA

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

622 - 3.1.90.04.00.00 3 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 156.626,74

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

623 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 272.130,63

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

624 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 45.917,79

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

625 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 4.914,35

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

637 - 3.1.90.04.00.00 14610 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 28.503,52

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.143. NUCLEO DE APOIO A FAMILIA - NASF

693 - 3.1.90.11.00.00 14610 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.362,75

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

737 - 3.1.90.11.00.00 14617 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 2.081,97

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

794 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 4.679,98

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

795 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.385,95

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

834 - 3.1.90.11.00.00 14615 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 44.583,33

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

836 - 3.1.90.13.00.00 14615 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 13.333,33

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei servirá como recurso o proveniente da anulação de Dotações Orçamentárias conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

03.001.04.122.0002.0.000. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03.001.04.122.0002.2.004. MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

9 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 11.044,83

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

06.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

06.001.20.000.0000.0.000. Agricultura

06.001.20.122.0000.0.000. Administração Geral

06.001.20.122.0037.0.000. DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

06.001.20.122.0037.2.088. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS

197 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.000.0000.0.000. Educação

07.001.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental

07.001.12.361.0013.0.000. MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

07.001.12.361.0013.1.028. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

253 - 4.4.90.51.00.00 2 OBRAS E INSTALAÇÕES 160.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.000.0000.0.000. Educação

07.001.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

07.001.12.365.0014.0.000. MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.034. MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

310 - 3.3.90.39.00.00 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 40.000,00

JURÍDICA

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.000.0000.0.000. Educação

07.001.12.365.0000.0.000. Educação Infantil

07.001.12.365.0014.0.000. MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.035. REFORMA E MANUT.DE UNID DE ENSINO INFANTIL

313 - 3.3.90.39.00.00 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 20.000,00

JURÍDICA

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.243.0000.0.000. Assistência à Criança a ao Adolescente

08.001.08.243.0026.0.000. ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

08.001.08.243.0026.2.064. MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE

400 - 3.3.90.08.00.00 1 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 3.000,00

E DO MILITAR

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.243.0000.0.000. Assistência à Criança a ao Adolescente

08.001.08.243.0026.0.000. ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

08.001.08.243.0026.2.064. MANUT. DO CONSELHO TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE

402 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.073. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

428 - 3.3.90.08.00.00 1 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 9.000,00

E DO MILITAR

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

433 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

435 - 3.3.90.36.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

436 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 5.000,00

JURÍDICA

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer

09.001.27.122.0000.0.000. Administração Geral

09.001.27.122.0036.0.000. GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER

09.001.27.122.0036.2.085. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

530 - 3.3.90.14.00.00 1 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer

09.001.27.812.0000.0.000. Desporto Comunitário

09.001.27.812.0035.0.000. DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

09.001.27.812.0035.2.083. MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO E DE EVENTOS

557 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 20.000,00

JURÍDICA

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer

09.001.27.812.0000.0.000. Desporto Comunitário

09.001.27.812.0035.0.000. DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

09.001.27.812.0035.2.084. REFORMA E CONSERVAÇÃO DE QUADRAS E MINI CAMPOS

560 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 50.000,00

JURÍDICA

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

572 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 9.157,43

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

573 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 10.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.001.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.001.10.122.0024.2.059. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

574 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 5.000,00

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

605 - 3.1.90.11.00.00 3 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 421.516,77

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

607 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 9.405,07

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.000.0000.0.000. Saúde

11.001.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.001.10.302.0020.0.000. ASSISTENCIA AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

11.001.10.302.0020.2.050. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

608 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 13.745,86

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

11.002.10.122.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.122.0024.2.062. MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

626 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 43.977,77

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

641 - 3.1.90.11.00.00 14610 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 2.116,63

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

642 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.556,67

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

646 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.045,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

649 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 162,90

E DO MILITAR

651 - 3.3.90.08.00.00 14608 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 2.230,00

E DO MILITAR

652 - 3.3.90.08.00.00 14610 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 3.560,38

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.048. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA

658 - 3.3.90.93.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 104,50

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

661 - 3.1.90.11.00.00 14610 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 14.991,19

CIVIL

662 - 3.1.90.11.00.00 14611 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.000,00

CIVIL

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

663 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.220,00

664 - 3.1.90.13.00.00 14610 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.021,24

665 - 3.1.90.13.00.00 14611 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 210,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

666 - 3.1.90.94.00.00 14611 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 104,50

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.049. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL

667 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

668 - 3.3.90.08.00.00 14610 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

669 - 3.3.90.08.00.00 14611 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.143. NUCLEO DE APOIO A FAMILIA - NASF

691 - 3.1.90.04.00.00 14610 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 100,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

11.002.10.301.0019.0.000. SAUDE DA FAMILIA

11.002.10.301.0019.2.143. NUCLEO DE APOIO A FAMILIA - NASF

698 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

699 - 3.3.90.08.00.00 14610 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

718 - 3.1.90.04.00.00 72 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 4.000,00

719 - 3.1.90.04.00.00 14612 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 1.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

723 - 3.1.90.13.00.00 72 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 840,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

725 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.045,00

726 - 3.1.90.94.00.00 14612 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.046. MANUTENÇÃO DO PACS-FEDERAL

727 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

728 - 3.3.90.08.00.00 72 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 160,00

E DO MILITAR

729 - 3.3.90.08.00.00 14612 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

738 - 3.1.90.13.00.00 3 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 58.750,00

739 - 3.1.90.13.00.00 14617 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.751,40

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

740 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 3.689,69

741 - 3.1.90.94.00.00 14617 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 100,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0018.0.000. ATENÇÃO BASICA A SAUDE

11.002.10.302.0018.2.165. MANUTENÇÃO DO CAPS

742 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

743 - 3.3.90.08.00.00 14617 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

796 - 3.1.90.94.00.00 3 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 2.292,91

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.210. MANTER CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO REABILITAÇÃO

797 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 481,56

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.302.0000.0.000. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

11.002.10.302.0024.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE SAUDE

11.002.10.302.0024.2.254. MANTER O LABORATORIO MUNICIPAL

816 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 860,18

E DO MILITAR

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

838 - 3.1.90.94.00.00 14615 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 968,74

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.002.10.000.0000.0.000. Saúde

11.002.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária

11.002.10.304.0021.0.000. VIGILANCIA SANITARIA

11.002.10.304.0021.2.246. PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE

839 - 3.3.90.08.00.00 3 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

840 - 3.3.90.08.00.00 14615 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 662,90

E DO MILITAR

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

AVISO DE CONVOCAÇÃO – CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020.

AVISO DE CONVOCAÇÃO – CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020.

CONVOCAÇÃO – ABERTURA DA (S) PROPOSTA (S) COMERCIAL (IS) E DEMAIS ATOS PERTINENTES AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020 Objeto. "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA ESPORTE E LAZER. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Pregoeiro oficial da Prefeitura de Pedra Preta **CONVOCA** o(s) interessado(s) para participar(em) da sessão de abertura da(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) credenciada(s) e descrita(s) abaixo, a se realizar no **dia 04/11/2020** (quatro de novembro de dois mil e vinte), quarta-feira, **às 09hrs00min** (nove horas), na Sala de Licitação (Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, Pedra Preta/MT), referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020**.

EMPRESAS CREDENCIADAS E APTAS A CONTINUAREM PARA A PROXIMA FASE DO CERTAME:

MARCIO BORGES DA SILVA DOMINGOS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI LEIDE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI –ME ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA COMERCIAL FORS LTDA – EPP

Pedra Preta – MT, 21 de outubro de 2020.

_____

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

PREGOEIRO

DECISÃO DO PREGOEIRO APÓS DILIGÊNCIA - SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020.

DECISÃO DO PREGOEIRO APÓS DILIGÊNCIA - SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020.

ASSUNTO: DECISÃO DO PREGOEIRO APÓS DILIGÊNCIA - SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA REFERENTE AO QUESTIONAMENTO LEVANTADO PELA EMPRESA **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA** QUANTO A LEGALIDADE NA PARTCIPAÇÃO DAS EMPRESAS EMPRESAS **LEIDE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI E DOMINGOS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI,** TEM COMO PROCURADORA A SRª PRISCILA CONSSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA, A QUAL SUBSTABELECEU PODERES AOS SENHORES MESSIAS DE OLIVEIRA JUNIOR E RONAN TEIXEIRA DE ABREU.

1 - DO FUNDAMENTO LEGAL PARA A SUSPENSÃO:

Nos termos da Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações, estabelecendo o seguinte comando:

"É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Nesse contexto, assim consta no item 19.1 do Edital:

"**19.1. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.**."

Assim, este Pregoeiro, em 06/10/2020, suspendeu a sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020, com o objetivo de buscar esclarecimentos junto aos orgãos consultivos .

Expediu oficio a Procuradoria Juridica deste Municipio, bem como para a CGM – Controladoria Geral do Municipio no dia 07/10/2020 afim buscar esclarecimentos e de sanar a duvida sobre o questionamento levantado.

Neste sentido, segue a resposta do pregoeiro após a diligência:

2 – DA DECISÃO APÓS A DILIGÊNCIA:

CONSIDERANDO queaberta a sessão, procedeu-se o exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos do licitante, neste momento foi levantado por parte do representante legal da empresa **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA** a duvida sobre a legalidade do fato que narro seguir:

CONSIDERANDO que em analise foi verificado que as empresas **LEIDE INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI E DOMINGOS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI,** tem como procuradora a pessoa física da SRª PRISCILA CONSSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA, a qual substabeleceu poderes aos senhores MESSIAS DE OLIVEIRA JUNIOR E RONAN TEIXEIRA DE ABREU respectivamente.

CONSIDERANDO que esse pregoeiro preza pelos princípios da legalidade e transparência em suas decisões e utilizando-se do Art. 43. § 3o da lei de licitações e também com base no Item **19.1** do Ato Convocatório e sendo esse um assunto de critério que exige conhecimento técnico, optou por suspender o certame para solicitar esclarecimento referente ao questionamento.

Pois bem, após o recebimento dos parecer tecnico por parte da PJM –Procuradoria Juridica do Municipio referente a esta problematica, onde o mesmo diz que:

" (…) o fato da autorga de credenciamento ter sido efetuada pela mesma pessoa, Priscila, em favor de Messias e Ronan, por se tratarem de de pessoas juridicas distintas, NÂO se confundem e não pode por si só eivar de nulidade a representatividade de ambos, devendo ser credenciados a representa-los durante o certame, caso os documentos se adequem as demais disposições editalicias.".

A CGM – Controladoria Geral do Municipio tem o mesmo entendimento:

"Neste contexto, sem maiores digressões, o fato narrado, isoladamente, ao nosso ver, não caracteriza, por si so, a ocorrencia de fraude e/ou qualquer fato impeditivo que impeça a participação das empresas (…)."

Portanto, considerando as frutiferas respostas por parte dos orgãos consultivos, decido por **CREDENCIAR** as empresas **LEIDE INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI E DOMINGOS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI** tendo como seus representantes legais os senhores **MESSIAS DE OLIVEIRA JUNIOR** e **RONAN TEIXEIRA DE ABREU** respectivamente.

Doravante, estão credenciados e aptos para a proxima fase do certame as empresas:

MARCIO BORGES DA SILVA DOMINGOS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI LEIDE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI –ME ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA COMERCIAL FORS LTDA – EPP As mesmas serão **CONVOCADAS** e **COMUNICADAS** sobre a data e horario para continuidade da sessão.

Esta, pois, a decisão ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2020** após diligência.

Prossegue-se o feito, nos termos legais.

Pedra Preta , 21 de outubro de 2020.

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

Pregoeiro

PORTARIA Nº 684/2020 - LICENÇA MATERNIDADE ELYNARA SILVA CAMARGO

21 DE OUTUBRO DE 2020.

Concede LICENÇA MATERNIDADE a Servidora Pública Municipale dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do atestado médico, apresentado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora ELYNARA SILVA CAMARGO, ocupante do cargo de Auxiliar/Cuidadora, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída pelo período de 120 dias, do dia 21/10/2020 à 17/02/2021, conforme atestado à gestante.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/10/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

LEI N° 1.226/2020 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e proceder à alteração do PPA, LDO e LOA do Exercício de 2020 e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de até R$ 250. 000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)no Orçamento Vigente e consequentemente proceder à alteração do PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2020, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.001.04.000.0000.0.000. Administração

04.001.04.129.0000.0.000. Administração de Receitas

04.001.04.129.0007.0.000. CONTROLE FINANCEIRO

04.001.04.129.0007.2.017. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

89 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 50.000,00

JURÍDICA

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

05.001.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana

05.001.15.451.0009.0.000. MALHA VIARIA URBANA

05.001.15.451.0009.1.015. PAVIMENTAÇAO E DRENAGEM DE VIAS PUBLICAS

137 -4.4.90.51.00.00 1 OBRAS E INSTALAÇÕES 200.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei servirá como recurso o proveniente da anulação de Dotações Orçamentárias conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.000.0000.0.000. Urbanismo

05.001.15.452.0000.0.000. Serviços Urbanos

05.001.15.452.0045.0.000. CIDADE LIMPA

05.001.15.452.0045.2.188. LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO

163 - 3.3.90.39.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 200.000,00

JURÍDICA

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.073. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

430 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.073. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

431 - 3.3.90.36.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

433 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

435 - 3.3.90.36.00.00 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.000.0000.0.000. Assistência Social

08.001.08.244.0000.0.000. Assistência Comunitária

08.001.08.244.0030.0.000. GESTÃO DE SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.08.244.0030.2.075. MANUTENÇÃO DA CASA TRANSITORIA

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 4 BIMESTRE - 2020 - PEIXOTO DE AZEVEDO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	187.448.120,00	188.760.380,00	23.329.307,76	12,36	72.510.475,43	38,41	116.249.904,57
RECEITAS CORRENTES	169.328.120,00	170.640.380,00	22.436.431,10	13,15	69.401.003,53	40,67	101.239.376,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.521.300,00	13.521.300,00	1.743.069,87	12,89	5.410.301,29	40,01	8.110.998,71
Impostos	11.895.700,00	11.895.700,00	1.561.300,29	13,12	4.610.213,69	38,76	7.285.486,31
Taxas	1.622.600,00	1.622.600,00	181.769,58	11,20	800.087,60	49,31	822.512,40
Contribuição de Melhoria	3.000,00	3.000,00		0,00		0,00	3.000,00
CONTRIBUIÇÕES	5.985.000,00	5.985.000,00	490.423,18	8,19	2.051.896,80	34,28	3.933.103,20
Contribuições Sociais	2.985.000,00	2.985.000,00	281.104,07	9,42	1.356.237,76	45,44	1.628.762,24
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.000.000,00	3.000.000,00	209.319,11	6,98	695.659,04	23,19	2.304.340,96
RECEITA PATRIMONIAL	972.000,00	972.000,00	7.413,14	0,76	64.019,38	6,59	907.980,62
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	972.000,00	972.000,00	7.413,14	0,76	64.019,38	6,59	907.980,62
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	2.200,00	2.200,00		0,00		0,00	2.200,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.200,00	2.200,00		0,00		0,00	2.200,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	148.141.500,00	149.453.760,00	20.182.312,48	13,50	61.798.945,32	41,35	87.654.814,68
Transferências da União e de suas Entidades	75.237.500,00	76.549.760,00	14.564.953,61	19,03	37.560.114,30	49,07	38.989.645,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	33.904.000,00	33.904.000,00	2.770.601,74	8,17	12.607.469,96	37,19	21.296.530,04
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	39.000.000,00	39.000.000,00	2.846.757,13	7,30	11.631.361,06	29,82	27.368.638,94
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	706.120,00	706.120,00	13.212,43	1,87	75.840,74	10,74	630.279,26
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.000,00	2.000,00	5.027,11	251,36	13.254,60	662,73	-11.254,60
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	302.000,00	302.000,00	4.798,55	1,59	15.285,64	5,06	286.714,36
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	402.120,00	402.120,00	3.386,77	0,84	47.300,50	11,76	354.819,50

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	18.120.000,00	18.120.000,00	892.876,66	4,93	3.109.471,90	17,16	15.010.528,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.000,00	400.000,00		0,00	0,00	0,00	400.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	400.000,00	400.000,00		0,00		0,00	400.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	600.000,00	600.000,00		0,00		0,00	600.000,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis	600.000,00	600.000,00		0,00		0,00	600.000,00
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.120.000,00	17.120.000,00	892.876,66	5,22	3.109.471,90	18,16	14.010.528,10
Transferências da União e de suas Entidades	9.680.000,00	9.680.000,00	892.876,66	9,22	3.109.471,90	32,12	6.570.528,10
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.440.000,00	7.440.000,00		0,00		0,00	7.440.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.001.880,00	6.001.880,00	586.819,52	9,78	4.012.169,36	66,85	1.989.710,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	193.450.000,00	194.762.260,00	23.916.127,28	12,28	76.522.644,79	39,29	118.239.615,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	193.450.000,00	194.762.260,00	23.916.127,28	12,28	76.522.644,79	39,29	118.239.615,21
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	193.450.000,00	194.762.260,00	23.916.127,28	12,28	76.522.644,79	39,29	118.239.615,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	178.721.720,00	180.087.066,30	15.342.520,89	71.306.675,29	108.780.391,01	17.909.875,23	62.478.052,91	117.609.013,39	59.603.117,90	
DESPESAS CORRENTES	158.816.042,38	160.625.107,04	13.392.210,99	65.307.204,24	95.317.902,80	16.295.689,43	57.777.972,99	102.847.134,05	56.094.811,27	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	89.136.212,04	85.040.402,07	8.244.894,15	32.380.190,66	52.660.211,41	8.244.893,59	32.380.189,10	52.660.212,97	32.268.137,10	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	600.000,00	98.269,91	290.255,16	309.744,84	98.269,91	290.255,16	309.744,84	257.207,57	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.079.830,34	74.984.704,97	5.049.046,93	32.636.758,42	42.347.946,55	7.952.525,93	25.107.528,73	49.877.176,24	23.569.466,60	
DESPESAS DE CAPITAL	17.176.457,62	16.732.739,26	1.950.309,90	5.999.471,05	10.733.268,21	1.614.185,80	4.700.079,92	12.032.659,34	3.508.306,63	
INVESTIMENTOS	16.776.457,62	16.332.739,26	1.902.392,00	5.856.181,35	10.476.557,91	1.566.267,90	4.556.790,22	11.775.949,04	3.381.050,18	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	400.000,00	47.917,90	143.289,70	256.710,30	47.917,90	143.289,70	256.710,30	127.256,45	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.729.220,00	2.729.220,00			2.729.220,00			2.729.220,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	11.184.080,00	11.130.993,70	1.077.834,71	4.165.320,90	6.965.672,80	1.079.822,68	4.165.319,95	6.965.673,75	3.631.059,73	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	189.905.800,00	191.218.060,00	16.420.355,60	75.471.996,19	115.746.063,81	18.989.697,91	66.643.372,86	124.574.687,14	63.234.177,63	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	189.905.800,00	191.218.060,00	16.420.355,60	75.471.996,19	115.746.063,81	18.989.697,91	66.643.372,86	124.574.687,14	63.234.177,63	
SUPERÁVIT (XIII)				1.050.648,60			9.879.271,93		13.288.467,16	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	189.905.800,00	191.218.060,00	16.420.355,60	76.522.644,79		18.989.697,91	76.522.644,79		76.522.644,79	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.001.880,00	6.001.880,00	586.819,52	9,78	4.012.169,36	66,85	1.989.710,64
RECEITAS CORRENTES	6.001.880,00	6.001.880,00	586.819,52	9,78	4.012.169,36	66,85	1.989.710,64
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	6.001.880,00	6.001.880,00	586.819,52	9,78	4.012.169,36	66,85	1.989.710,64
Contribuições Sociais	6.001.880,00	6.001.880,00	586.819,52	9,78	4.012.169,36	66,85	1.989.710,64
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	11.184.080,00	11.130.993,70	1.077.834,71	4.165.320,90	6.965.672,80	1.079.822,68	4.165.319,95	6.965.673,75	3.631.059,73	
DESPESAS CORRENTES	11.184.080,00	11.130.993,70	1.077.834,71	4.165.320,90	6.965.672,80	1.079.822,68	4.165.319,95	6.965.673,75	3.631.059,73	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.175.080,00	11.118.993,70	1.079.821,71	4.164.786,98	6.954.206,72	1.079.822,68	4.164.786,03	6.954.207,67	3.630.525,81	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000,00	12.000,00	-1.987,00	533,92	11.466,08		533,92	11.466,08	533,92	
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 03238631000131
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	179.025.920,00	180.391.266,30	15.342.520,89	71.306.970,29	94,48	109.084.296,01	17.909.875,23	62.478.347,91	93,75	117.912.918,39	
Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	457.357,21	1.836.804,31	2,43	1.263.195,69	462.097,02	1.762.552,40	2,64	1.337.447,60	
Ação Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	457.357,21	1.836.804,31	2,43	1.263.195,69	462.097,02	1.762.552,40	2,64	1.337.447,60	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	1.318.000,00	1.288.600,00	108.103,14	466.230,82	0,62	822.369,18	108.103,14	466.230,82	0,70	822.369,18	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções	1.318.000,00	1.288.600,00	108.103,14	466.230,82	0,62	822.369,18	108.103,14	466.230,82	0,70	822.369,18	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	33.464.860,00	36.512.759,92	3.715.207,22	16.851.603,91	22,33	19.661.156,01	5.218.983,86	14.534.257,61	21,81	21.978.502,31	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	29.144.860,00	32.643.167,74	3.371.404,57	15.460.590,16	20,49	17.182.577,58	4.874.426,49	13.277.176,81	19,92	19.365.990,93	
Administração Financeira	4.256.000,00	3.827.392,18	343.802,65	1.391.013,75	1,84	2.436.378,43	344.557,37	1.257.080,80	1,89	2.570.311,38	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização	64.000,00	42.200,00				42.200,00				42.200,00	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	4.079.140,62	4.204.994,26	269.325,06	1.271.619,10	1,68	2.933.375,16	271.945,29	1.066.781,11	1,60	3.138.213,15	
Assistência ao Idoso	22.336,52	20.110,61				20.110,61				20.110,61	
Assistência ao Portador de Deficiência	31.178,52	31.178,52	0,00	14.400,00	0,02	16.778,52	2.400,00	9.600,00	0,01	21.578,52	
Assistência à Criança e ao Adolescente	981.248,28	1.032.387,38	52.789,30	300.001,16	0,40	732.386,22	71.816,47	252.133,32	0,38	780.254,06	
Assistência Comunitária	2.744.377,30	2.938.767,75	216.535,76	937.042,94	1,24	2.001.724,81	197.728,82	784.872,79	1,18	2.153.894,96	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	300.000,00	182.550,00	0,00	20.175,00	0,03	162.375,00	0,00	20.175,00	0,03	162.375,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	6.718.700,00	6.715.800,00	297.973,27	2.462.941,90	3,26	4.252.858,10	337.387,24	2.333.300,79	3,50	4.382.499,21	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	6.718.700,00	6.715.800,00	297.973,27	2.462.941,90	3,26	4.252.858,10	337.387,24	2.333.300,79	3,50	4.382.499,21	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	54.156.155,10	54.759.447,78	4.745.878,09	21.962.209,20	29,10	32.797.238,58	5.323.125,14	19.520.279,24	29,29	35.239.168,54	
Atenção Básica	14.145.318,60	15.061.928,09	1.631.811,14	5.997.955,37	7,95	9.063.972,72	1.320.616,30	5.229.374,10	7,85	9.832.553,99	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	28.012.367,00	26.012.896,54	1.299.210,33	9.342.093,46	12,38	16.670.803,08	2.048.339,84	8.781.447,47	13,18	17.231.449,07	
Suporte Profilático e Terapêutico	2.600.000,00	2.221.970,00	138.092,78	834.385,82	1,11	1.387.584,18	182.006,04	631.266,27	0,95	1.590.703,73	
Vigilância Sanitária	600.469,50	716.105,40	108.623,95	371.120,80	0,49	344.984,60	104.972,96	367.469,80	0,55	348.635,60	
Vigilância Epidemiológica	1.594.000,00	2.381.616,75	506.766,73	1.489.000,99	1,97	892.615,76	549.406,86	1.224.358,50	1,84	1.157.258,25	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	7.204.000,00	8.364.931,00	1.061.373,16	3.927.652,76	5,20	4.437.278,24	1.117.783,14	3.286.363,10	4,93	5.078.567,90	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	49.880.208,28	48.229.806,82	4.227.363,45	18.197.076,46	24,11	30.032.730,36	4.185.826,28	15.566.938,06	23,36	32.662.868,76	
Ensino Fundamental	34.569.256,68	34.461.546,83	3.251.888,76	13.482.701,30	17,86	20.978.845,53	3.084.709,33	11.190.709,95	16,79	23.270.836,88	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	760.000,00	408.600,00				408.600,00				408.600,00	
Educação Infantil	10.203.490,00	9.401.640,00	872.026,73	3.424.775,91	4,54	5.976.864,09	879.801,73	3.409.185,91	5,12	5.992.454,09	
Educação de Jovens e Adultos	363.519,60	414.864,03	50.043,59	156.244,43	0,21	258.619,60	50.043,59	156.244,43	0,23	258.619,60	
Educação Especial	394.000,00	398.000,00	0,00	156.300,00	0,21	241.700,00	18.756,00	96.906,00	0,15	301.094,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.581.000,00	1.566.613,01	23.751,22	609.593,77	0,81	957.019,24	74.547,68	346.430,72	0,52	1.220.182,29	
FU12 - Demais Subfunções	2.008.942,00	1.578.542,95	29.653,15	367.461,05	0,49	1.211.081,90	77.967,95	367.461,05	0,55	1.211.081,90	
Cultura	1.212.736,00	1.122.628,82	31.341,97	160.119,18	0,21	962.509,64	31.341,97	100.119,18	0,15	1.022.509,64	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.212.736,00	1.122.628,82	31.341,97	160.119,18	0,21	962.509,64	31.341,97	100.119,18	0,15	1.022.509,64	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	6.826.600,00	5.101.646,66	543.477,11	1.262.481,60	1,67	3.839.165,06	573.125,43	1.059.568,10	1,59	4.042.078,56	
Infra-Estrutura Urbana	6.826.600,00	5.101.646,66	543.477,11	1.262.481,60	1,67	3.839.165,06	573.125,43	1.059.568,10	1,59	4.042.078,56	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	221.000,00	141.700,00				141.700,00				141.700,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	221.000,00	141.700,00				141.700,00				141.700,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	1.003.800,00	659.778,21				659.778,21				659.778,21	
Preservação e Conservação Ambiental	907.000,00	594.300,00				594.300,00				594.300,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	96.800,00	65.478,21				65.478,21				65.478,21	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	1.194.000,00	939.200,00	0,00	208.856,00	0,28	730.344,00	35.830,00	98.021,00	0,15	841.179,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	1.194.000,00	939.200,00	0,00	208.856,00	0,28	730.344,00	35.830,00	98.021,00	0,15	841.179,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	60.500,00	60.500,00				60.500,00				60.500,00	
Promoção Industrial	60.500,00	60.500,00				60.500,00				60.500,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	590.000,00	400.250,00				400.250,00				400.250,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	590.000,00	400.250,00				400.250,00				400.250,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	626.000,00	1.165.830,00	291.682,21	783.719,05	1,04	382.110,95	309.538,21	742.836,05	1,11	422.993,95	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	626.000,00	1.165.830,00	291.682,21	783.719,05	1,04	382.110,95	309.538,21	742.836,05	1,11	422.993,95	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	5.859.000,00	7.247.877,83	335.241,46	3.753.205,76	4,97	3.494.672,07	651.606,06	3.199.961,36	4,80	4.047.916,47	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	5.333.000,00	5.751.377,83	439.328,50	2.625.212,80	3,48	3.126.165,03	599.693,10	2.090.048,40	3,14	3.661.329,43	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	526.000,00	1.496.500,00	-104.087,04	1.127.992,96	1,49	368.507,04	51.912,96	1.109.912,96	1,67	386.587,04	
Desporto e Lazer	2.526.000,00	2.751.226,00	124.489,17	1.060.682,12	1,41	1.690.543,88	111.228,93	1.012.930,10	1,52	1.738.295,90	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	2.526.000,00	2.751.226,00	124.489,17	1.060.682,12	1,41	1.690.543,88	111.228,93	1.012.930,10	1,52	1.738.295,90	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	3.460.000,00	3.260.000,00	195.081,53	1.029.420,88	1,36	2.230.579,12	289.736,66	1.014.572,09	1,52	2.245.427,91	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1.000.000,00	1.000.000,00	146.187,81	433.544,86	0,57	566.455,14	146.187,81	433.544,86	0,65	566.455,14	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	2.460.000,00	2.260.000,00	48.893,72	595.876,02	0,79	1.664.123,98	143.548,85	581.027,23	0,87	1.678.972,77	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	2.729.220,00	2.729.220,00				2.729.220,00				2.729.220,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.184.080,00	11.130.993,70	1.077.834,71	4.165.320,90	5,52	6.965.672,80	1.079.822,68	4.165.319,95	6,25	6.965.673,75	
TOTAL (III) = (I + II)	190.210.000,00	191.522.260,00	16.420.355,60	75.472.291,19	100,00	116.049.968,81	18.989.697,91	66.643.667,86	100,00	124.878.592,14	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.184.080,00	11.130.993,70	1.077.834,71	4.165.320,90	5,52	6.965.672,80	1.079.822,68	4.165.319,95	6,25	6.965.673,75	
Legislativa	140.000,00	140.000,00	24.171,95	88.720,82	0,12	51.279,18	24.171,95	88.720,82	0,13	51.279,18	
Ação Legislativa	140.000,00	140.000,00	24.171,95	88.720,82	0,12	51.279,18	24.171,95	88.720,82	0,13	51.279,18	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	182.000,00	182.000,00	17.030,24	75.367,63	0,10	106.632,37	17.030,24	75.367,63	0,11	106.632,37	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções	182.000,00	182.000,00	17.030,24	75.367,63	0,10	106.632,37	17.030,24	75.367,63	0,11	106.632,37	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	2.144.000,00	2.127.500,00	197.389,86	751.758,90	1,00	1.375.741,10	199.376,86	751.758,90	1,13	1.375.741,10	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	1.904.000,00	1.887.500,00	178.550,22	677.353,22	0,90	1.210.146,78	180.537,22	677.353,22	1,02	1.210.146,78	
Administração Financeira	240.000,00	240.000,00	18.839,64	74.405,68	0,10	165.594,32	18.839,64	74.405,68	0,11	165.594,32	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	166.400,00	168.387,99	16.781,06	63.668,98	0,08	104.719,01	16.781,06	63.668,98	0,10	104.719,01	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.200,00	5.200,00		59,50	0,00	5.140,50		59,50	0,00	5.140,50	
Assistência Comunitária	161.200,00	163.187,99	16.781,06	63.609,48	0,08	99.578,51	16.781,06	63.609,48	0,10	99.578,51	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	32.080,00	34.980,00	360,31	2.470,34	0,00	32.509,66	360,31	2.470,34	0,00	32.509,66	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	32.080,00	34.980,00	360,31	2.470,34	0,00	32.509,66	360,31	2.470,34	0,00	32.509,66	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.573.600,00	3.516.806,62	342.655,60	1.317.572,46	1,75	2.199.234,16	342.656,57	1.317.571,51	1,98	2.199.235,11	
Atenção Básica	1.436.000,00	1.410.603,21	154.801,41	589.411,07	0,78	821.192,14	154.802,38	589.410,12	0,88	821.193,09	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.207.600,00	1.087.600,00	85.438,66	326.309,20	0,43	761.290,80	85.438,66	326.309,20	0,49	761.290,80	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	70.000,00	91.519,41	13.051,48	46.466,68	0,06	45.052,73	13.051,48	46.466,68	0,07	45.052,73	
Vigilância Epidemiológica	220.000,00	287.084,00	25.682,51	107.075,07	0,14	180.008,93	25.682,51	107.075,07	0,16	180.008,93	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	640.000,00	640.000,00	63.681,54	248.310,44	0,33	391.689,56	63.681,54	248.310,44	0,37	391.689,56	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	4.794.000,00	4.818.216,86	473.900,29	1.845.640,00	2,45	2.972.576,86	473.900,29	1.845.640,00	2,77	2.972.576,86	
Ensino Fundamental	3.425.000,00	3.425.000,00	334.963,58	1.312.552,85	1,74	2.112.447,15	334.963,58	1.312.552,85	1,97	2.112.447,15	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.305.000,00	1.305.000,00	132.838,54	510.281,94	0,68	794.718,06	132.838,54	510.281,94	0,77	794.718,06	
Educação de Jovens e Adultos	52.000,00	76.216,86	6.098,17	22.805,21	0,03	53.411,65	6.098,17	22.805,21	0,03	53.411,65	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	12.000,00	12.000,00				12.000,00				12.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	60.000,00	60.000,00	1.734,12	5.812,80	0,01	54.187,20	1.734,12	5.812,80	0,01	54.187,20	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	1.734,12	5.812,80	0,01	54.187,20	1.734,12	5.812,80	0,01	54.187,20	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	36.000,00	27.102,23				27.102,23				27.102,23	
Preservação e Conservação Ambiental	36.000,00	27.102,23				27.102,23				27.102,23	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	56.000,00	56.000,00	3.811,28	14.308,97	0,02	41.691,03	3.811,28	14.308,97	0,02	41.691,03	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	56.000,00	56.000,00	3.811,28	14.308,97	0,02	41.691,03	3.811,28	14.308,97	0,02	41.691,03	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 03238631000131
	Exercício: 2020
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
RREO - 2 - BIMESTRE - 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.448.120,00	95.448.120,00	17.654.802,10	18,50	33.175.419,41	34,76	62.272.700,59
RECEITAS CORRENTES	86.388.120,00	86.388.120,00	16.954.802,10	19,63	31.012.919,41	35,90	55.375.200,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.760.650,00	6.760.650,00	1.203.061,19	17,80	2.047.016,29	30,28	4.713.633,71
Impostos	5.947.850,00	5.947.850,00	1.037.019,62	17,44	1.767.250,96	29,71	4.180.599,04
Taxas	811.300,00	811.300,00	166.041,57	20,47	279.765,33	34,48	531.534,67
Contribuição de Melhoria	1.500,00	1.500,00		0,00		0,00	1.500,00
CONTRIBUIÇÕES	4.485.000,00	4.485.000,00	313.810,82	7,00	983.495,04	21,93	3.501.504,96
Contribuições Sociais	2.985.000,00	2.985.000,00	250.663,36	8,40	742.821,83	24,89	2.242.178,17
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.500.000,00	1.500.000,00	63.147,46	4,21	240.673,21	16,04	1.259.326,79
RECEITA PATRIMONIAL	716.000,00	716.000,00	18.470,66	2,58	42.882,25	5,99	673.117,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	716.000,00	716.000,00	18.470,66	2,58	42.882,25	5,99	673.117,75
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.100,00	1.100,00		0,00		0,00	1.100,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.100,00	1.100,00		0,00		0,00	1.100,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.070.750,00	74.070.750,00	15.392.874,13	20,78	27.905.509,13	37,67	46.165.240,87
Transferências da União e de suas Entidades	37.618.750,00	37.618.750,00	7.542.472,55	20,05	14.354.689,83	38,16	23.264.060,17
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.952.000,00	16.952.000,00	4.776.866,26	28,18	7.395.146,84	43,62	9.556.853,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	19.500.000,00	19.500.000,00	3.073.535,32	15,76	6.155.672,46	31,57	13.344.327,54
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	354.620,00	354.620,00	26.585,30	7,50	34.016,70	9,59	320.603,30
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.000,00	6.493,96	649,40	6.493,96	649,40	-5.493,96
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	151.500,00	151.500,00	4.431,48	2,93	5.950,70	3,93	145.549,30
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	202.120,00	202.120,00	15.659,86	7,75	21.572,04	10,67	180.547,96

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.060.000,00	9.060.000,00	700.000,00	7,73	2.162.500,00	23,87	6.897.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00		0,00	0,00	0,00	200.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	200.000,00	200.000,00		0,00		0,00	200.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	300.000,00	300.000,00		0,00		0,00	300.000,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00		0,00		0,00	300.000,00
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.560.000,00	8.560.000,00	700.000,00	8,18	2.162.500,00	25,26	6.397.500,00
Transferências da União e de suas Entidades	4.840.000,00	4.840.000,00	700.000,00	14,46	2.162.500,00	44,68	2.677.500,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.720.000,00	3.720.000,00		0,00		0,00	3.720.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.001.880,00	6.001.880,00	1.030.643,72	17,17	2.041.293,48	34,01	3.960.586,52
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	101.450.000,00	101.450.000,00	18.685.445,82	18,42	35.216.712,89	34,71	66.233.287,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	101.450.000,00	101.450.000,00	18.685.445,82	18,42	35.216.712,89	34,71	66.233.287,11
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	101.450.000,00	101.450.000,00	18.685.445,82	18,42	35.216.712,89	34,71	66.233.287,11
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	95.467.720,00	95.344.917,37	14.996.196,99	33.246.939,16	62.097.978,21	15.263.334,32	26.979.621,40	68.365.295,97	24.157.663,16	
DESPESAS CORRENTES	84.092.771,19	83.928.828,11	13.689.638,04	30.861.451,80	53.067.376,31	14.689.597,04	25.692.178,98	58.236.649,13	23.129.063,74	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.379.106,02	48.927.819,78	8.125.078,00	15.760.654,99	33.167.164,79	8.125.917,76	15.760.654,48	33.167.165,30	15.626.408,67	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	64.011,42	127.463,68	172.536,32	64.011,42	127.463,68	172.536,32	127.463,68	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.413.665,17	34.701.008,33	5.500.548,62	14.973.333,13	19.727.675,20	6.499.667,86	9.804.060,82	24.896.947,51	7.375.191,39	
DESPESAS DE CAPITAL	8.660.728,81	8.701.869,26	1.306.558,95	2.385.487,36	6.316.381,90	573.737,28	1.287.442,42	7.414.426,84	1.028.599,42	
INVESTIMENTOS	8.460.728,81	8.501.869,26	1.274.675,55	2.322.062,24	6.179.807,02	541.853,88	1.224.017,30	7.277.851,96	965.174,30	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	31.883,40	63.425,12	136.574,88	31.883,40	63.425,12	136.574,88	63.425,12	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.714.220,00	2.714.220,00			2.714.220,00			2.714.220,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.678.080,00	5.800.882,63	1.062.636,33	2.029.531,22	3.771.351,41	1.060.648,81	2.027.543,20	3.773.339,43	1.244.815,05	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	101.145.800,00	101.145.800,00	16.058.833,32	35.276.470,38	65.869.329,62	16.323.983,13	29.007.164,60	72.138.635,40	25.402.478,21	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	101.145.800,00	101.145.800,00	16.058.833,32	35.276.470,38	65.869.329,62	16.323.983,13	29.007.164,60	72.138.635,40	25.402.478,21	
SUPERÁVIT (XIII)							6.209.548,29		9.814.234,68	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	101.145.800,00	101.145.800,00	16.058.833,32	35.276.470,38		16.323.983,13	35.216.712,89		35.216.712,89	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.001.880,00	6.001.880,00	1.030.643,72	17,17	2.041.293,48	34,01	3.960.586,52
RECEITAS CORRENTES	6.001.880,00	6.001.880,00	1.030.643,72	17,17	2.041.293,48	34,01	3.960.586,52
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	6.001.880,00	6.001.880,00	1.030.643,72	17,17	2.041.293,48	34,01	3.960.586,52
Contribuições Sociais	6.001.880,00	6.001.880,00	1.030.643,72	17,17	2.041.293,48	34,01	3.960.586,52
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro						
Resgate de Títulos do Tesouro						
Demais Receitas de Capital						

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.678.080,00	5.800.882,63	1.062.636,33	2.029.531,22	3.771.351,41	1.060.648,81	2.027.543,20	3.773.339,43	1.244.815,05	
DESPESAS CORRENTES	5.678.080,00	5.800.882,63	1.062.636,33	2.029.531,22	3.771.351,41	1.060.648,81	2.027.543,20	3.773.339,43	1.244.815,05	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.673.580,00	5.795.382,63	1.060.649,33	2.027.544,22	3.767.838,41	1.060.648,81	2.027.543,20	3.767.839,43	1.244.815,05	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500,00	5.500,00	1.987,00	1.987,00	3.513,00			5.500,00		
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 03238631000131
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.771.920,00	95.649.117,37	14.996.196,99	33.246.939,16	94,25	62.402.178,21	15.263.334,32	26.979.621,40	93,01	68.669.495,97	
Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	391.327,61	995.969,88	2,82	2.104.030,12	456.674,05	885.486,36	3,05	2.214.513,64	
Ação Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	391.327,61	995.969,88	2,82	2.104.030,12	456.674,05	885.486,36	3,05	2.214.513,64	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	659.000,00	657.000,00	135.735,06	249.638,03	0,71	407.361,97	135.735,06	249.638,03	0,86	407.361,97	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções	659.000,00	657.000,00	135.735,06	249.638,03	0,71	407.361,97	135.735,06	249.638,03	0,86	407.361,97	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	16.732.430,00	17.773.952,09	3.885.256,40	8.413.228,87	23,85	9.360.723,22	3.607.926,00	5.954.953,32	20,53	11.818.998,77	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	14.572.430,00	15.591.352,09	3.615.607,58	7.746.422,92	21,96	7.844.929,17	3.298.853,45	5.374.821,36	18,53	10.216.530,73	
Administração Financeira	2.128.000,00	2.150.600,00	269.648,82	666.805,95	1,89	1.483.794,05	309.072,55	580.131,96	2,00	1.570.468,04	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização	32.000,00	32.000,00				32.000,00				32.000,00	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	2.039.570,31	2.154.308,78	348.514,74	660.106,93	1,87	1.494.201,85	262.055,04	491.127,57	1,69	1.663.181,21	
Assistência ao Idoso	11.168,26	8.942,35				8.942,35				8.942,35	
Assistência ao Portador de Deficiência	15.589,26	15.589,26	14.400,00	14.400,00	0,04	1.189,26	4.800,00	4.800,00	0,02	10.789,26	
Assistência à Criança e ao Adolescente	490.624,14	544.593,24	60.152,99	120.474,78	0,34	424.118,46	53.768,88	111.423,29	0,38	433.169,95	
Assistência Comunitária	1.372.188,65	1.413.183,93	273.961,75	525.232,15	1,49	887.951,78	203.486,16	374.904,28	1,29	1.038.279,65	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	150.000,00	172.000,00				172.000,00				172.000,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	6.718.700,00	6.715.800,00	636.921,97	1.449.862,30	4,11	5.265.937,70	627.378,26	1.236.367,85	4,26	5.479.432,15	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	6.718.700,00	6.715.800,00	636.921,97	1.449.862,30	4,11	5.265.937,70	627.378,26	1.236.367,85	4,26	5.479.432,15	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	27.078.077,55	26.827.554,22	3.523.142,96	9.993.607,17	28,33	16.833.947,05	4.933.690,92	8.927.135,36	30,78	17.900.418,86	
Atenção Básica	7.072.659,30	7.550.472,68	1.196.024,03	2.832.636,47	8,03	4.717.836,21	1.308.305,96	2.585.839,28	8,91	4.964.633,40	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.006.183,50	12.972.611,93	1.403.373,45	4.582.815,27	12,99	8.389.796,66	2.352.238,75	4.111.627,09	14,17	8.860.984,84	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.300.000,00	789.700,00	134.459,06	450.255,81	1,28	339.444,19	294.038,74	294.038,74	1,01	495.661,26	
Vigilância Sanitária	300.234,75	413.998,61	87.429,32	164.663,38	0,47	249.335,23	87.429,32	164.663,38	0,57	249.335,23	
Vigilância Epidemiológica	797.000,00	1.077.000,00	169.687,93	329.542,83	0,93	747.457,17	169.238,93	329.048,83	1,13	747.951,17	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	3.602.000,00	4.023.771,00	532.169,17	1.633.693,41	4,63	2.390.077,59	722.439,22	1.441.918,04	4,97	2.581.852,96	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	24.940.104,14	25.046.808,24	4.199.216,57	8.482.873,78	24,05	16.563.934,46	4.385.694,14	7.435.841,81	25,63	17.610.966,43	
Ensino Fundamental	17.284.628,34	17.842.336,49	2.787.104,16	6.104.903,43	17,31	11.737.433,06	3.157.921,79	5.299.480,38	18,27	12.542.856,11	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	380.000,00	355.000,00				355.000,00				355.000,00	
Educação Infantil	5.101.745,00	4.974.345,00	893.581,04	1.653.943,47	4,69	3.320.401,53	893.581,04	1.653.943,47	5,70	3.320.401,53	
Educação de Jovens e Adultos	181.759,80	226.854,80	35.364,78	72.595,95	0,21	154.258,85	35.364,78	72.595,95	0,25	154.258,85	
Educação Especial	197.000,00	221.000,00	156.300,00	156.300,00	0,44	64.700,00	52.100,00	52.100,00	0,18	168.900,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	790.500,00	807.800,00	208.387,51	327.105,18	0,93	480.694,82	168.824,52	235.527,28	0,81	572.272,72	
FU12 - Demais Subfunções	1.004.471,00	619.471,95	118.479,08	168.025,75	0,48	451.446,20	77.902,01	122.194,73	0,42	497.277,22	
Cultura	606.368,00	536.368,00	83.324,76	106.152,93	0,30	430.215,07	23.324,76	46.152,93	0,16	490.215,07	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	606.368,00	536.368,00	83.324,76	106.152,93	0,30	430.215,07	23.324,76	46.152,93	0,16	490.215,07	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	3.413.300,00	2.547.060,00	90.468,45	250.122,49	0,71	2.296.937,51	90.468,45	250.122,49	0,86	2.296.937,51	
Infra-Estrutura Urbana	3.413.300,00	2.547.060,00	90.468,45	250.122,49	0,71	2.296.937,51	90.468,45	250.122,49	0,86	2.296.937,51	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	110.500,00	65.200,00				65.200,00				65.200,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	110.500,00	65.200,00				65.200,00				65.200,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	501.900,00	460.578,21				460.578,21				460.578,21	
Preservação e Conservação Ambiental	453.500,00	443.500,00				443.500,00				443.500,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	48.400,00	17.078,21				17.078,21				17.078,21	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	597.000,00	597.000,00	208.856,00	208.856,00	0,59	388.144,00				597.000,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	597.000,00	597.000,00	208.856,00	208.856,00	0,59	388.144,00				597.000,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	30.250,00	30.250,00				30.250,00				30.250,00	
Promoção Industrial	30.250,00	30.250,00				30.250,00				30.250,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	295.000,00	295.000,00				295.000,00				295.000,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	295.000,00	295.000,00				295.000,00				295.000,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	313.000,00	450.100,00	113.325,00	310.566,00	0,88	139.534,00	2.670,00	153.882,00	0,53	296.218,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	313.000,00	450.100,00	113.325,00	310.566,00	0,88	139.534,00	2.670,00	153.882,00	0,53	296.218,00	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	2.929.500,00	2.564.917,83	1.040.952,47	1.040.952,47	2,95	1.523.965,36	291.673,80	291.673,80	1,01	2.273.244,03	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.666.500,00	1.871.417,83	677.485,80	677.485,80	1,92	1.193.932,03	291.673,80	291.673,80	1,01	1.579.744,03	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	263.000,00	693.500,00	363.466,67	363.466,67	1,03	330.033,33				693.500,00	
Desporto e Lazer	1.263.000,00	1.383.000,00	219.255,15	627.139,33	1,78	755.860,67	207.028,07	606.999,03	2,09	776.000,97	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.263.000,00	1.383.000,00	219.255,15	627.139,33	1,78	755.860,67	207.028,07	606.999,03	2,09	776.000,97	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.730.000,00	1.730.000,00	119.899,85	457.862,98	1,30	1.272.137,02	239.015,77	450.240,85	1,55	1.279.759,15	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	500.000,00	500.000,00	95.894,82	190.888,80	0,54	309.111,20	95.894,82	190.888,80	0,66	309.111,20	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	1.230.000,00	1.230.000,00	24.005,03	266.974,18	0,76	963.025,82	143.120,95	259.352,05	0,89	970.647,95	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	2.714.220,00	2.714.220,00				2.714.220,00				2.714.220,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.678.080,00	5.800.882,63	1.062.636,33	2.029.531,22	5,75	3.771.351,41	1.060.648,81	2.027.543,20	6,99	3.773.339,43	
TOTAL (III) = (I + II)	101.450.000,00	101.450.000,00	16.058.833,32	35.276.470,38	100,00	66.173.529,62	16.323.983,13	29.007.164,60	100,00	72.442.835,40	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.678.080,00	5.800.882,63	1.062.636,33	2.029.531,22	5,75	3.771.351,41	1.060.648,81	2.027.543,20	6,99	3.773.339,43	
Legislativa	140.000,00	140.000,00	21.227,26	43.198,97	0,12	96.801,03	21.227,26	43.198,97	0,15	96.801,03	
Ação Legislativa	140.000,00	140.000,00	21.227,26	43.198,97	0,12	96.801,03	21.227,26	43.198,97	0,15	96.801,03	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	91.000,00	91.000,00	22.952,44	41.307,14	0,12	49.692,86	22.952,44	41.307,14	0,14	49.692,86	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções	91.000,00	91.000,00	22.952,44	41.307,14	0,12	49.692,86	22.952,44	41.307,14	0,14	49.692,86	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	1.072.000,00	1.073.500,00	181.811,01	365.004,82	1,03	708.495,18	179.824,01	363.017,82	1,25	710.482,18	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	952.000,00	953.500,00	164.159,13	328.308,56	0,93	625.191,44	162.172,13	326.321,56	1,12	627.178,44	
Administração Financeira	120.000,00	120.000,00	17.651,88	36.696,26	0,10	83.303,74	17.651,88	36.696,26	0,13	83.303,74	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	83.200,00	139.707,34	15.909,51	30.911,12	0,09	108.796,22	15.909,51	30.911,12	0,11	108.796,22	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.600,00	2.600,00				2.600,00				2.600,00	
Assistência Comunitária	80.600,00	137.107,34	15.909,51	30.911,12	0,09	106.196,22	15.909,51	30.911,12	0,11	106.196,22	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	32.080,00	34.980,00	703,34	1.758,36	0,00	33.221,64	703,34	1.758,36	0,01	33.221,64	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	32.080,00	34.980,00	703,34	1.758,36	0,00	33.221,64	703,34	1.758,36	0,01	33.221,64	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.786.800,00	1.833.376,20	330.081,03	633.275,36	1,80	1.200.100,84	330.080,51	633.274,34	2,18	1.200.101,86	
Atenção Básica	718.000,00	718.000,00	144.887,15	279.506,00	0,79	438.494,00	144.886,63	279.504,98	0,96	438.495,02	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	603.800,00	603.800,00	83.643,03	157.416,97	0,45	446.383,03	83.643,03	157.416,97	0,54	446.383,03	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	35.000,00	37.300,58	11.696,87	21.916,63	0,06	15.383,95	11.696,87	21.916,63	0,08	15.383,95	
Vigilância Epidemiológica	110.000,00	154.275,62	27.416,81	53.204,67	0,15	101.070,95	27.416,81	53.204,67	0,18	101.070,95	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	320.000,00	320.000,00	62.437,17	121.231,09	0,34	198.768,91	62.437,17	121.231,09	0,42	198.768,91	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	2.397.000,00	2.421.216,86	485.047,55	904.514,03	2,56	1.516.702,83	485.047,55	904.514,03	3,12	1.516.702,83	
Ensino Fundamental	1.712.500,00	1.712.500,00	343.758,07	645.729,05	1,83	1.066.770,95	343.758,07	645.729,05	2,23	1.066.770,95	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	652.500,00	652.500,00	135.665,14	247.309,22	0,70	405.190,78	135.665,14	247.309,22	0,85	405.190,78	
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	50.216,86	5.624,34	11.475,76	0,03	38.741,10	5.624,34	11.475,76	0,04	38.741,10	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	6.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	30.000,00	30.000,00	1.282,08	2.554,27	0,01	27.445,73	1.282,08	2.554,27	0,01	27.445,73	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	1.282,08	2.554,27	0,01	27.445,73	1.282,08	2.554,27	0,01	27.445,73	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	18.000,00	9.102,23				9.102,23				9.102,23	
Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	9.102,23				9.102,23				9.102,23	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	28.000,00	28.000,00	3.622,11	7.007,15	0,02	20.992,85	3.622,11	7.007,15	0,02	20.992,85	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	28.000,00	28.000,00	3.622,11	7.007,15	0,02	20.992,85	3.622,11	7.007,15	0,02	20.992,85	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 03238631000131
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 1 - BIMESTRE - 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.448.120,00	95.448.120,00	15.520.617,31	16,26	15.520.617,31	16,26	79.927.502,69
RECEITAS CORRENTES	86.388.120,00	86.388.120,00	14.058.117,31	16,27	14.058.117,31	16,27	72.330.002,69
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.760.650,00	6.760.650,00	843.955,10	12,48	843.955,10	12,48	5.916.694,90
Impostos	5.947.850,00	5.947.850,00	730.231,34	12,28	730.231,34	12,28	5.217.618,66
Taxas	811.300,00	811.300,00	113.723,76	14,02	113.723,76	14,02	697.576,24
Contribuição de Melhoria	1.500,00	1.500,00		0,00		0,00	1.500,00
CONTRIBUIÇÕES	4.485.000,00	4.485.000,00	669.684,22	14,93	669.684,22	14,93	3.815.315,78
Contribuições Sociais	2.985.000,00	2.985.000,00	492.158,47	16,49	492.158,47	16,49	2.492.841,53
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.500.000,00	1.500.000,00	177.525,75	11,84	177.525,75	11,84	1.322.474,25
RECEITA PATRIMONIAL	716.000,00	716.000,00	24.411,59	3,41	24.411,59	3,41	691.588,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	716.000,00	716.000,00	24.411,59	3,41	24.411,59	3,41	691.588,41
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.100,00	1.100,00		0,00		0,00	1.100,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.100,00	1.100,00		0,00		0,00	1.100,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.070.750,00	74.070.750,00	12.512.635,00	16,89	12.512.635,00	16,89	61.558.115,00
Transferências da União e de suas Entidades	37.618.750,00	37.618.750,00	6.812.217,28	18,11	6.812.217,28	18,11	30.806.532,72
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.952.000,00	16.952.000,00	2.618.280,58	15,45	2.618.280,58	15,45	14.333.719,42
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	19.500.000,00	19.500.000,00	3.082.137,14	15,81	3.082.137,14	15,81	16.417.862,86
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	354.620,00	354.620,00	7.431,40	2,10	7.431,40	2,10	347.188,60
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	151.500,00	151.500,00	1.519,22	1,00	1.519,22	1,00	149.980,78
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	202.120,00	202.120,00	5.912,18	2,93	5.912,18	2,93	196.207,82

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.060.000,00	9.060.000,00	1.462.500,00	16,14	1.462.500,00	16,14	7.597.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00		0,00	0,00	0,00	200.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	200.000,00	200.000,00		0,00		0,00	200.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	300.000,00	300.000,00		0,00		0,00	300.000,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00		0,00		0,00	300.000,00
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.560.000,00	8.560.000,00	1.462.500,00	17,09	1.462.500,00	17,09	7.097.500,00
Transferências da União e de suas Entidades	4.840.000,00	4.840.000,00	1.462.500,00	30,22	1.462.500,00	30,22	3.377.500,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.720.000,00	3.720.000,00		0,00		0,00	3.720.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.001.880,00	6.001.880,00	1.010.649,76	16,84	1.010.649,76	16,84	4.991.230,24
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	101.450.000,00	101.450.000,00	16.531.267,07	16,29	16.531.267,07	16,29	84.918.732,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	101.450.000,00	101.450.000,00	16.531.267,07	16,29	16.531.267,07	16,29	84.918.732,93
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	101.450.000,00	101.450.000,00	16.531.267,07	16,29	16.531.267,07	16,29	84.918.732,93
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	95.467.720,00	95.438.022,45	18.250.742,17	18.250.742,17	77.187.280,28	11.716.287,08	11.716.287,08	83.721.735,37	7.120.313,68	
DESPESAS CORRENTES	84.092.771,19	83.670.554,55	17.171.813,76	17.171.813,76	66.498.740,79	11.002.581,94	11.002.581,94	72.667.972,61	6.922.489,61	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.379.106,02	48.423.302,67	7.635.576,99	7.635.576,99	40.787.725,68	7.634.736,72	7.634.736,72	40.788.565,95	4.388.002,27	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	63.452,26	63.452,26	236.547,74	63.452,26	63.452,26	236.547,74	63.452,26	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.413.665,17	34.947.251,88	9.472.784,51	9.472.784,51	25.474.467,37	3.304.392,96	3.304.392,96	31.642.858,92	2.471.035,08	
DESPESAS DE CAPITAL	8.660.728,81	9.053.247,90	1.078.928,41	1.078.928,41	7.974.319,49	713.705,14	713.705,14	8.339.542,76	197.824,07	
INVESTIMENTOS	8.460.728,81	8.853.247,90	1.047.386,69	1.047.386,69	7.805.861,21	682.163,42	682.163,42	8.171.084,48	166.282,35	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	31.541,72	31.541,72	168.458,28	31.541,72	31.541,72	168.458,28	31.541,72	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.714.220,00	2.714.220,00			2.714.220,00			2.714.220,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.678.080,00	5.707.777,55	966.894,89	966.894,89	4.740.882,66	966.894,39	966.894,39	4.740.883,16	501.381,86	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	101.145.800,00	101.145.800,00	19.217.637,06	19.217.637,06	81.928.162,94	12.683.181,47	12.683.181,47	88.462.618,53	7.621.695,54	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	101.145.800,00	101.145.800,00	19.217.637,06	19.217.637,06	81.928.162,94	12.683.181,47	12.683.181,47	88.462.618,53	7.621.695,54	
SUPERÁVIT (XIII)							3.848.085,60		8.909.571,53	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	101.145.800,00	101.145.800,00	19.217.637,06	19.217.637,06		12.683.181,47	16.531.267,07		16.531.267,07	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.001.880,00	6.001.880,00	1.010.649,76	16,84	1.010.649,76	16,84	4.991.230,24
RECEITAS CORRENTES	6.001.880,00	6.001.880,00	1.010.649,76	16,84	1.010.649,76	16,84	4.991.230,24
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	6.001.880,00	6.001.880,00	1.010.649,76	16,84	1.010.649,76	16,84	4.991.230,24
Contribuições Sociais	6.001.880,00	6.001.880,00	1.010.649,76	16,84	1.010.649,76	16,84	4.991.230,24
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.678.080,00	5.707.777,55	966.894,89	966.894,89	4.740.882,66	966.894,39	966.894,39	4.740.883,16	501.381,86	
DESPESAS CORRENTES	5.678.080,00	5.707.777,55	966.894,89	966.894,89	4.740.882,66	966.894,39	966.894,39	4.740.883,16	501.381,86	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.673.580,00	5.702.277,55	966.894,89	966.894,89	4.735.382,66	966.894,39	966.894,39	4.735.383,16	501.381,86	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500,00	5.500,00			5.500,00			5.500,00		
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 03238631000131
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.771.920,00	95.742.222,45	18.250.742,17	18.250.742,17	94,97	77.491.480,28	11.716.287,08	11.716.287,08	92,38	84.025.935,37	
Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	604.642,27	604.642,27	3,15	2.495.357,73	428.812,31	428.812,31	3,38	2.671.187,69	
Ação Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	604.642,27	604.642,27	3,15	2.495.357,73	428.812,31	428.812,31	3,38	2.671.187,69	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	659.000,00	659.000,00	113.902,97	113.902,97	0,59	545.097,03	113.902,97	113.902,97	0,90	545.097,03	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções	659.000,00	659.000,00	113.902,97	113.902,97	0,59	545.097,03	113.902,97	113.902,97	0,90	545.097,03	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	16.732.430,00	17.043.505,46	4.527.972,47	4.527.972,47	23,56	12.515.532,99	2.347.027,32	2.347.027,32	18,51	14.696.478,14	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	14.572.430,00	14.883.505,46	4.130.815,34	4.130.815,34	21,49	10.752.690,12	2.075.967,91	2.075.967,91	16,37	12.807.537,55	
Administração Financeira	2.128.000,00	2.128.000,00	397.157,13	397.157,13	2,07	1.730.842,87	271.059,41	271.059,41	2,14	1.856.940,59	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização	32.000,00	32.000,00				32.000,00				32.000,00	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	2.039.570,31	2.058.397,30	311.592,19	311.592,19	1,62	1.746.805,11	229.072,53	229.072,53	1,81	1.829.324,77	
Assistência ao Idoso	11.168,26	8.942,35				8.942,35				8.942,35	
Assistência ao Portador de Deficiência	15.589,26	15.589,26				15.589,26				15.589,26	
Assistência à Criança e ao Adolescente	490.624,14	496.500,44	60.321,79	60.321,79	0,31	436.178,65	57.654,41	57.654,41	0,45	438.846,03	
Assistência Comunitária	1.372.188,65	1.387.365,25	251.270,40	251.270,40	1,31	1.136.094,85	171.418,12	171.418,12	1,35	1.215.947,13	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	150.000,00	150.000,00				150.000,00				150.000,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	6.718.700,00	6.718.700,00	812.940,33	812.940,33	4,23	5.905.759,67	608.989,59	608.989,59	4,80	6.109.710,41	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	6.718.700,00	6.718.700,00	812.940,33	812.940,33	4,23	5.905.759,67	608.989,59	608.989,59	4,80	6.109.710,41	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	27.078.077,55	27.043.177,55	6.470.464,21	6.470.464,21	33,67	20.572.713,34	3.993.444,44	3.993.444,44	31,49	23.049.733,11	
Atenção Básica	7.072.659,30	7.384.604,30	1.636.612,44	1.636.612,44	8,52	5.747.991,86	1.277.533,32	1.277.533,32	10,07	6.107.070,98	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.006.183,50	13.674.478,50	3.179.441,82	3.179.441,82	16,54	10.495.036,68	1.759.388,34	1.759.388,34	13,87	11.915.090,16	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.300.000,00	1.222.400,00	315.796,75	315.796,75	1,64	906.603,25				1.222.400,00	
Vigilância Sanitária	300.234,75	300.234,75	77.234,06	77.234,06	0,40	223.000,69	77.234,06	77.234,06	0,61	223.000,69	
Vigilância Epidemiológica	797.000,00	797.000,00	159.854,90	159.854,90	0,83	637.145,10	159.809,90	159.809,90	1,26	637.190,10	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	3.602.000,00	3.664.460,00	1.101.524,24	1.101.524,24	5,73	2.562.935,76	719.478,82	719.478,82	5,67	2.944.981,18	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	24.940.104,14	24.931.804,14	4.283.657,21	4.283.657,21	22,29	20.648.146,93	3.050.147,67	3.050.147,67	24,05	21.881.656,47	
Ensino Fundamental	17.284.628,34	17.282.928,34	3.317.799,27	3.317.799,27	17,26	13.965.129,07	2.141.558,59	2.141.558,59	16,89	15.141.369,75	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	380.000,00	380.000,00				380.000,00				380.000,00	
Educação Infantil	5.101.745,00	5.101.745,00	760.362,43	760.362,43	3,96	4.341.382,57	760.362,43	760.362,43	6,00	4.341.382,57	
Educação de Jovens e Adultos	181.759,80	175.159,80	37.231,17	37.231,17	0,19	137.928,63	37.231,17	37.231,17	0,29	137.928,63	
Educação Especial	197.000,00	197.000,00				197.000,00				197.000,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	790.500,00	790.500,00	118.717,67	118.717,67	0,62	671.782,33	66.702,76	66.702,76	0,53	723.797,24	
FU12 - Demais Subfunções	1.004.471,00	1.004.471,00	49.546,67	49.546,67	0,26	954.924,33	44.292,72	44.292,72	0,35	960.178,28	
Cultura	606.368,00	606.368,00	22.828,17	22.828,17	0,12	583.539,83	22.828,17	22.828,17	0,18	583.539,83	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	606.368,00	606.368,00	22.828,17	22.828,17	0,12	583.539,83	22.828,17	22.828,17	0,18	583.539,83	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	3.413.300,00	3.072.200,00	159.654,04	159.654,04	0,83	2.912.545,96	159.654,04	159.654,04	1,26	2.912.545,96	
Infra-Estrutura Urbana	3.413.300,00	3.072.200,00	159.654,04	159.654,04	0,83	2.912.545,96	159.654,04	159.654,04	1,26	2.912.545,96	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	110.500,00	110.500,00				110.500,00				110.500,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	110.500,00	110.500,00				110.500,00				110.500,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	501.900,00	501.900,00				501.900,00				501.900,00	
Preservação e Conservação Ambiental	453.500,00	453.500,00				453.500,00				453.500,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	48.400,00	48.400,00				48.400,00				48.400,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	597.000,00	597.000,00				597.000,00				597.000,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	597.000,00	597.000,00				597.000,00				597.000,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	30.250,00	30.250,00				30.250,00				30.250,00	
Promoção Industrial	30.250,00	30.250,00				30.250,00				30.250,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	295.000,00	295.000,00				295.000,00				295.000,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	295.000,00	295.000,00				295.000,00				295.000,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	313.000,00	337.700,00	197.241,00	197.241,00	1,03	140.459,00	151.212,00	151.212,00	1,19	186.488,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	313.000,00	337.700,00	197.241,00	197.241,00	1,03	140.459,00	151.212,00	151.212,00	1,19	186.488,00	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	2.929.500,00	2.929.500,00				2.929.500,00				2.929.500,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.666.500,00	2.666.500,00				2.666.500,00				2.666.500,00	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	263.000,00	263.000,00				263.000,00				263.000,00	
Desporto e Lazer	1.263.000,00	1.263.000,00	407.884,18	407.884,18	2,12	855.115,82	399.970,96	399.970,96	3,15	863.029,04	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.263.000,00	1.263.000,00	407.884,18	407.884,18	2,12	855.115,82	399.970,96	399.970,96	3,15	863.029,04	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.730.000,00	1.730.000,00	337.963,13	337.963,13	1,76	1.392.036,87	211.225,08	211.225,08	1,67	1.518.774,92	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	500.000,00	500.000,00	94.993,98	94.993,98	0,49	405.006,02	94.993,98	94.993,98	0,75	405.006,02	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	1.230.000,00	1.230.000,00	242.969,15	242.969,15	1,26	987.030,85	116.231,10	116.231,10	0,92	1.113.768,90	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	2.714.220,00	2.714.220,00				2.714.220,00				2.714.220,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.678.080,00	5.707.777,55	966.894,89	966.894,89	5,03	4.740.882,66	966.894,39	966.894,39	7,62	4.740.883,16	
TOTAL (III) = (I + II)	101.450.000,00	101.450.000,00	19.217.637,06	19.217.637,06	100,00	82.232.362,94	12.683.181,47	12.683.181,47	100,00	88.766.818,53	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.678.080,00	5.707.777,55	966.894,89	966.894,89	5,03	4.740.882,66	966.894,39	966.894,39	7,62	4.740.883,16	
Legislativa	140.000,00	140.000,00	21.971,71	21.971,71	0,11	118.028,29	21.971,71	21.971,71	0,17	118.028,29	
Ação Legislativa	140.000,00	140.000,00	21.971,71	21.971,71	0,11	118.028,29	21.971,71	21.971,71	0,17	118.028,29	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	91.000,00	91.000,00	18.354,70	18.354,70	0,10	72.645,30	18.354,70	18.354,70	0,14	72.645,30	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções	91.000,00	91.000,00	18.354,70	18.354,70	0,10	72.645,30	18.354,70	18.354,70	0,14	72.645,30	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	1.072.000,00	1.073.500,00	183.193,81	183.193,81	0,95	890.306,19	183.193,81	183.193,81	1,44	890.306,19	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	952.000,00	953.500,00	164.149,43	164.149,43	0,85	789.350,57	164.149,43	164.149,43	1,29	789.350,57	
Administração Financeira	120.000,00	120.000,00	19.044,38	19.044,38	0,10	100.955,62	19.044,38	19.044,38	0,15	100.955,62	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	83.200,00	106.543,85	15.001,61	15.001,61	0,08	91.542,24	15.001,61	15.001,61	0,12	91.542,24	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.600,00	2.600,00				2.600,00				2.600,00	
Assistência Comunitária	80.600,00	103.943,85	15.001,61	15.001,61	0,08	88.942,24	15.001,61	15.001,61	0,12	88.942,24	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	32.080,00	32.080,00	1.055,02	1.055,02	0,01	31.024,98	1.055,02	1.055,02	0,01	31.024,98	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	32.080,00	32.080,00	1.055,02	1.055,02	0,01	31.024,98	1.055,02	1.055,02	0,01	31.024,98	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.786.800,00	1.786.800,00	303.194,33	303.194,33	1,58	1.483.605,67	303.193,83	303.193,83	2,39	1.483.606,17	
Atenção Básica	718.000,00	718.000,00	134.618,85	134.618,85	0,70	583.381,15	134.618,35	134.618,35	1,06	583.381,65	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	603.800,00	603.800,00	73.773,94	73.773,94	0,38	530.026,06	73.773,94	73.773,94	0,58	530.026,06	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	35.000,00	35.000,00	10.219,76	10.219,76	0,05	24.780,24	10.219,76	10.219,76	0,08	24.780,24	
Vigilância Epidemiológica	110.000,00	110.000,00	25.787,86	25.787,86	0,13	84.212,14	25.787,86	25.787,86	0,20	84.212,14	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	320.000,00	320.000,00	58.793,92	58.793,92	0,31	261.206,08	58.793,92	58.793,92	0,46	261.206,08	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	2.397.000,00	2.401.853,70	419.466,48	419.466,48	2,18	1.982.387,22	419.466,48	419.466,48	3,31	1.982.387,22	
Ensino Fundamental	1.712.500,00	1.712.500,00	301.970,98	301.970,98	1,57	1.410.529,02	301.970,98	301.970,98	2,38	1.410.529,02	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	652.500,00	652.500,00	111.644,08	111.644,08	0,58	540.855,92	111.644,08	111.644,08	0,88	540.855,92	
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	30.853,70	5.851,42	5.851,42	0,03	25.002,28	5.851,42	5.851,42	0,05	25.002,28	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	6.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	30.000,00	30.000,00	1.272,19	1.272,19	0,01	28.727,81	1.272,19	1.272,19	0,01	28.727,81	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	1.272,19	1.272,19	0,01	28.727,81	1.272,19	1.272,19	0,01	28.727,81	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	18.000,00	18.000,00				18.000,00				18.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	18.000,00				18.000,00				18.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	28.000,00	28.000,00	3.385,04	3.385,04	0,02	24.614,96	3.385,04	3.385,04	0,03	24.614,96	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03238631000131
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	28.000,00	28.000,00	3.385,04	3.385,04	0,02	24.614,96	3.385,04	3.385,04	0,03	24.614,96	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 03238631000131
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
ADILSON POLEGATO DE FREITAS	006.372.702-15	9129 /00004/2020
PANTHERA BRASIL	20.949.546/ 0001-09	9129 /00008/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: GIORDANO PAOLO PROENÇA CAMPOS Matrícula: 00343402 Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2362020 Assinatura:

Data de afixação:19/10/2020

Data de desafixação:03/11/2020

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2020

CONTRATO N.º 075/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **BKP CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ/MF: 16.939.495/ 0001-59**

Objeto: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO “PIPA” PARA AUXILIO AO CORPO DE BOMBEIROS E BRIGADISTAS, NO COMBATE AOS INCENDIOS FLORESTAIS QUE VEM OCORRENDO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

11.001.18.541.0022.2113.3.3.90.30.0.1.24.000000 – Red 627

Valor Global: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Período: 30 dias

Poconé, 20 de outubro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
WILSON DA SILVA MAIA	041.602. 311-87	9129/00013/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: GIORDANO PAOLO PROENÇA CAMPOS Matrícula: 00343402 Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2362020 Assinatura:

Data de afixação:19/10/2020

Data de desafixação:03/

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2020

O Município de Poconé, através do pregoeiro e equipe de apoio, no exercício das atribuições que lhes confere a Portaria n° 004/2020, torna público que em razão da desistência da empresa primeira colocada, **CONVOCA**a licitante remanescente, na ordem de classificação, a empresa **MARCOS S BIUDES EIRELI – CNPJ: 08.257.279/0001-03, classificada em segundo lugar,** para negociação e assinatura da ata de registro de preços em sessão pública que será realizada no dia **22/10/2020 as 10h** no setor de licitação desta prefeitura.

A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, conforme art. 64, § 2° da lei 8. 666/93.

Caso não aceite, será convocado o terceiro classificado se houver, até que seja efetiva a contratação, ou que seja, decidida pela revogação da licitação.

Poconé-MT, 21 de Outubro de 2020.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2020

CONTRATO N.º 074/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **ALIANÇA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME, CNPJ/MF: 17.982.134/0001-58**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA 2ª ETAPA DAS RUAS DO BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS NO MUNICIPIO DE POCONÉ/MT

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA:

12.003.15.451.0023.1123.4.4.90.51.0.1.00.077000 – RED 677

Valor Global: R$ 318.627,81 (trezentos e dezoito mil reais seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos).

Período: 180 dias

Poconé, 20 de outubro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2020

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 5/2020, de 07/01/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CARGA/RECARGA EM EXTINTOR DE INCENDIO. são

META EXTINTORES LTDA	**05.621.915/0001-38**

POCONÉ, 20 de Outubro de 2020

Erasmo Paulo de Lima

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - POCONE - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MARIA MAGNA ALMEIDA DA SILVA	828.918.181-72	9129/00021/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: GIORDANO PAOLO PROENÇA CAMPOS Matrícula: 00343402 Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 2362020 Assinatura

Data de afixação: 19/10/2020

Data de desafixação:03/11/2020

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2020

CONTRATO N.º 076/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **ABR CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI, CNPJ/MF: 16.939.495/0001-59**

Objeto: CONTRATO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA AUXILIAR AS EQUIPES DE COMBATE AOS INCENDIOS FLORESTAIS NO PANTANAL DE POCONÉ-MT EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

11.001.18.541.0022.2113.3.3.90.30.0.1.24.000000 – Red 627

Valor Global: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Período: 30 dias

Poconé, 21 de outubro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 047/2020

O Município de Poconé, através do pregoeiro, nomeado pela portaria n° 004/2020 torna publico que em razão da impugnação ao edital apresentada nos autos do pregão presencial n° 47/2020, que tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ-MT***, resolver acatar parcialmente as razões impugnatórias, e por conseguinte **RETIFICAR O ITEM 9 – " IV – QUALIFICIAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURIDICA"** para incluir a exigência apresentadas nas alíneas "c" e "d"**,**passando a vigorar com as seguintes alterações:

c) Apresentar Alvará de Segurança Contra Incêndio e Pânico (ASCIP) expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso;

d) Apresentar Declaração da Conformidade do Fornecedor para os Fornecedores de Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio fornecida pelo Inmetro.

Fica prorrogada a realização da sessão pública para o dia 04/11/2020 as 08h00min.

Todas as cláusulas e demais condições do edital permanecerão inalteradas.

Poconé-MT, 21 de Outubro de 2020.

ERASMO PAULO DE LIMA PREGOEIRO

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2020

CONTRATO N.º 077/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **KG ENGENHARIA ME,CNPJ/MF: 35.524.123/0001-87**

Objeto:CONTRATO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS PARA AUXILIAR AS EQUIPES DE COMBATE AOS INCENDIOS FLORESTAIS NO PANTANAL DE POCONÉ-MT EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

11.001.18.541.0022.2113.3.3.90.30.0.1.24.000000 – Red 627

Valor Global: R$ 139.200,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos reais).

Período: 30 dias

Poconé, 21 de outubro de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA – MT.

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de material elétrico para manutenção da rede de iluminação pública destinado a secretaria municipal de obras de infraestrutura e urbanismo do município de Ponte Branca-MT. **As propostas** e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 05/11/2020, às 08h30min (Horário de Brasília)**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 21 de Outubro de 2020.

Stuart Nogueira da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL N° 121/2020 - QUE AUTORIZA O PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE UM LOTE DE TERRENO URBANO.

"QUE AUTORIZA O PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE UM LOTE DE TERRENO URBANO, LOCALIZADO NA AV. JOSE ANTONIO DE FARIAS, NESTA CIDADE DE PORTO ESTRELA-MT"

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela-MT, no uso de suas atribuições que são feridos por Lei.

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizado o projeto de desmembramento de um terreno urbano localizado na AV, José Antonio de Farias, **objeto da Matrícula n° 32750 do Livro N° 2 do Registro Geral 1° Oficio da Comarca de Barra do Bugres-MT,** com uma área total 1269,25 m², de propriedade do Sr.ª Olga Santos de Oliveira, inscrito no CPF 461.011.601-49, tendo como resultante as áreas abaixo, conforme projeto e memorial descritivo que passa a fazer parte e integrar o presente Decreto.

Área 01: 397,51m²

Lote 08-B: 871,74m²

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela-MT, 21 de outubro de 2020

_____

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2020 DISPENSA Nº 012/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AVENTAL DESCARTÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E TODA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: YANAGUI & LOPES SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ/MF nº 08.300.805/0001-62.

VALOR GLOBAL: R$ 10.500,00 (DEZ MIL E QUINHENTOS REAIS)

VIGENCIA: 60 (SESSENTA) DIAS

BASE LEGAL IV DO ART. 24 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E ART. 4º DA LEI 13.979/2020

POXORÉU-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2020

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.089, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

LEI N.º 2.089/2020 Poxoréu/MT, 21 de outubro de 2020.

Altera a Tabela de Complementação constante na Lei Municipal n.º 1.923, de 07 de junho de 2018, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito do Município de Poxoréu, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI – no que tange ao procedimento, e art. 5.º, incisos I e II, 202 e 203 – no que tange à saúde, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º A **TABELA DE VALORES DO SUS POR PROFISSIONAL COM COMPLEMENTAÇÃO**, constante na Lei Municipal n.º 1.923, de 05 de outubro de 2020, passa a viger com a redação trazida pelo ANEXO ÚNICO desta Lei.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2032 - Média e Alta Complexidade – MAC

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 21/10/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VALORES DO SUS POR PROFISSIONAL COM COMPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	PROCEDIMENTOS	HOSPITAL	COMPLEM	CIRURG.	COMPLEM	AUXIL.	COMPLEM	ANEST.	COMPLEM	TOTAL	TOTAL S/ AIH
04.04.01.001-6	ADENOIDECTOMIA	R$ 169,13	R$ 600,00	R$ 96,42	R$ 503,58	R$ 28,92	R$ 371,08	R$ 53,71	R$ 376,29	**R$ 2.199,13**	**R$ 1.850,95**
04.04.01.002-4	AMIGDALECTOMIA	R$ 148,92	R$ 600,00	R$ 84,90	R$ 515,10	R$ 25,46	R$ 374,54	R$ 47,29	R$ 382,71	**R$ 2.178,92**	**R$ 1.872,35**
04.04.01.003-2	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	R$ 153,31	R$ 600,00	R$ 99,04	R$ 500,96	R$ 29,70	R$ 370,30	R$ 55,17	R$ 374,83	**R$ 2.183,31**	**R$ 1.846,09**
04.08.06.004-2	AMPUTAÇÃO / DESARTICULAÇÃO DE DEDO	R$ 228,23	R$ 600,00	R$ 59,13	R$ 440,87	R$ 17,73	R$ 482,27	R$ 32,94	R$ 394,06	**R$ 2.255,23**	**R$ 1.917,20**
04.08.05.001-2	AMPUTAÇÃO / DESARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	R$ 665,00	R$ 600,00	R$ 122,64	R$ 377,36	R$ 36,78	R$ 463,22	R$ 68,32	R$ 361,68	**R$ 2.695,00**	**R$ 1.802,26**
04.07.02.003-9	APENDICECTOMIA	R$ 253,59	R$ 600,00	R$ 86,72	R$ 413,28	R$ 26,01	R$ 473,99	R$ 48,30	R$ 381,70	**R$ 2.283,59**	**R$ 1.868,97**
04.09.01.009-0	CISTOSTOMIA	R$ 464,69	R$ 600,00	R$ 75,17	R$ 424,83	R$ 22,55	R$ 477,50	R$ 41,88	R$ 388,12	**R$ 2.494,74**	**R$ 1.890,45**
04.09.01.006-5	CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA	R$ 389,66	R$ 600,00	R$ 112,05	R$ 387,95	-	-	R$ 48,01	R$ 381,99	**R$ 1.919,66**	**R$ 1.369,94**
04.07.03.002-6	COLECISTECTOMIA	R$ 447,16	R$ 600,00	R$ 133,87	R$ 366,13	R$ 40,16	R$ 459,84	R$ 74,58	R$ 355,42	**R$ 2.477,16**	**R$ 1.781,39**
04.09.07.005-0	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	R$ 298,12	R$ 600,00	R$ 93,87	R$ 406,13	R$ 28,15	R$ 471,85	R$ 52,29	R$ 377,71	**R$ 2.328,12**	**R$ 1.855,69**
04.11.02.001-3	CURETAGEM POS-ABORTAMENTO / PUERPERAL	R$ 109,21	R$ 600,00	R$ 37,92	R$ 462,08	R$ 11,37	R$ 488,63	R$ 21,12	R$ 408,88	**R$ 2.139,21**	**R$ 1.959,59**
04.09.06.004-6	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO COLO UTERO	R$ 110,23	R$ 600,00	R$ 30,80	R$ 469,20	R$ 9,24	R$ 490,76	R$ 17,15	R$ 482,85	**R$ 2.210,23**	**R$ 2.042,81**
04.15.04.002-7	DEBRIDAMENTO DE FASCEITE NECROTIZANTE	R$ 351,66	R$ 600,00	R$ 91,60	R$ 408,40	R$ 27,48	R$ 472,52	R$ 51,03	R$ 378,97	**R$ 2.381,66**	**R$ 1.859,89**
04.15.04.003-5	DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS	R$ 327,17	R$ 600,00	R$ 116,27	R$ 383,73	R$ 34,87	R$ 465,13	R$ 64,77	R$ 365,23	**R$ 2.357,17**	**R$ 1.814,09**
04.07.02.013-6	DRENAGEM DE ABSCESSO ANU-RETAL	R$ 108,53	R$ 600,00	R$ 27,26	R$ 472,74	R$ 9,07	R$ 490,93	R$ 15,18	R$ 414,82	**R$ 2.138,53**	**R$ 1.978,49**
04.10.01.001-4	DRENAGEM DE ABSCESSO DE MAMA	R$ 122,58	R$ 600,00	R$ 26,35	R$ 473,65	R$ 7,91	R$ 492,09	R$ 14,67	R$ 415,33	**R$ 2.152,58**	**R$ 1.981,07**
04.07.04.003-0	DRENAGEM DE HEMATOMA / ABSCESSO PRE PERITONEAL	R$ 321,68	R$ 600,00	R$ 81,31	R$ 437,46	-	-	R$ 34,84	R$ 395,16	**R$ 1.870,45**	**R$ 1.432,62**
04.09.04.007-0	EXERESE DE CISTO DE EPIDIDIMO	R$ 102,06	R$ 600,00	R$ 77,03	R$ 422,97	-	-	R$ 33,00	R$ 397,00	**R$ 1.632,06**	**R$ 1.419,97**
04.01.02.008-8	EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	R$ 88,43	R$ 600,00	R$ 29,78	R$ 470,22	R$ 8,93	R$ 491,07	R$ 16,58	R$ 413,42	**R$ 2.118,43**	**R$ 1.974,71**
04.09.07.014-9	EXERESE DE CISTO VAGINAL	R$ 225,89	R$ 600,00	R$ 78,97	R$ 421,03	R$ 23,69	R$ 476,31	R$ 43,99	R$ 386,01	**R$ 2.255,89**	**R$ 1.883,35**
04.09.07.015-7	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE	R$ 161,83	R$ 600,00	R$ 33,85	R$ 466,15	R$ 10,15	R$ 489,85	R$ 18,85	R$ 411,15	**R$ 2.191,83**	**R$ 1.967,15**
04.07.02.022-5	EXCISAO DE LESÃO TUMOR ANU RETAL	R$ 237,91	R$ 600,00	R$ 52,46	R$ 447,54	R$ 15,74	R$ 484,26	R$ 29,23	R$ 400,77	**R$ 2.267,91**	**R$ 1.932,57**
04.01.02.004-5	EXCISAO E ENXERTO DE PELE	R$ 250,26	R$ 600,00	R$ 57,37	R$ 442,63	R$ 17,21	R$ 482,79	R$ 31,96	R$ 398,04	**R$ 2.280,26**	**R$ 1.923,46**
04.09.06.003-8	EXCISAO TIPO 3 DO COLO UTERINO	R$ 305,20	R$ 600,00	R$ 74,56	R$ 425,44	R$ 22,36	R$ 477,64	R$ 41,54	R$ 388,46	**R$ 2.335,20**	**R$ 1.891,54**
04.0904.009-6	EXLORAÇÃO CIRURGICA DA BOLSA ESCROTAL	R$ 115,88	R$ 600,00	R$ 76,99	R$ 423,01	-	-	R$ 32,99	R$ 397,01	**R$ 1.645,88**	**R$ 1.420,02**
04.07.02.026-8	FECHAMENTO DE FISTULA DE RETO	R$ 227,45	R$ 600,00	R$ 79,00	R$ 421,00	R$ 23,69	R$ 476,31	R$ 44,00	R$ 386,00	**R$ 2.257,45**	**R$ 1.883,31**
04.07.02.027-6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	R$ 173,47	R$ 600,00	R$ 43,43	R$ 456,57	R$ 13,03	R$ 486,97	R$ 24,19	R$ 405,81	**R$ 2.203,47**	**R$ 1.949,35**
04.07.02.028-4	HEMORROIDECTOMIA	R$ 191,10	R$ 600,00	R$ 67,23	R$ 432,77	R$ 20,16	R$ 479,84	R$ 37,45	R$ 392,55	**R$ 2.221,10**	**R$ 1.905,16**
04.07.04.006-4	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	R$ 409,79	R$ 600,00	R$ 80,81	R$ 419,19	R$ 24,24	R$ 475,76	R$ 45,02	R$ 384,95	**R$ 2.439,76**	**R$ 1.879,90**
04.07.04.008-0	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	R$ 392,23	R$ 600,00	R$ 79,54	R$ 420,46	R$ 23,85	R$ 476,15	R$ 44,30	R$ 385,70	**R$ 2.422,23**	**R$ 1.882,31**
04.07.04.009-9	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	R$ 279,03	R$ 600,00	R$ 79,16	R$ 420,84	R$ 23,74	R$ 476,26	R$ 44,09	R$ 385,91	**R$ 2.309,03**	**R$ 1.883,01**
04.07.04.010-2	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	R$ 298,55	R$ 600,00	R$ 79,14	R$ 420,86	R$ 23,74	R$ 476,26	R$ 44,08	R$ 385,92	**R$ 2.328,55**	**R$ 1.883,04**

04.07.04.012-9	HERNIOPLASTIA UMBELICAL	R$ 298,55	R$ 600,00	R$ 73,46	R$ 426,54	R$ 22,04	R$ 477,96	R$ 40,93	R$ 389,07	**R$ 2. 328,55**	**R$ 1. 893,57**
04.09.06.012-7	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	R$ 355,10	R$ 600,00	R$ 102,82	R$ 397,18	R$ 30,84	R$ 469,16	R$ 57,28	R$ 372,72	**R$ 2. 385,10**	**R$ 1. 839,06**
04.09.06.013-5	HISTERECTOMIA TOTAL	R$ 412,32	R$ 600,00	R$ 119,39	R$ 380,61	R$ 35,81	R$ 464,19	R$ 66,51	R$ 363,49	**R$ 2. 442,32**	**R$ 1. 808,29**
04.07.04.016-1	LAPAROTOMIA EXPLORADORA	R$ 497,20	R$ 600,00	R$ 75,39	R$ 424,61	R$ 22,61	R$ 477,39	R$ 41,99	R$ 388,01	**R$ 2. 527,20**	**R$ 1. 890,01**
04.09.06.018-6	LAQUEADURA TUBÁRIA	R$ 200,05	R$ 600,00	R$ 74,83	R$ 425,16	R$ 22,44	R$ 477,56	R$ 41,69	R$ 388,31	**R$ 2. 230,04**	**R$ 1. 891,03**
04.07.04.018-8	LIBERAÇÃO DE ADERENCIAS INTESTINAIS	R$ 683,84	R$ 600,00	R$ 78,20	R$ 420,64	R$ 23,46	R$ 476,20	R$ 43,56	R$ 387,94	**R$ 2. 713,84**	**R$ 1. 884,78**
04.09.06.021-6	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	R$ 358,00	R$ 600,00	R$ 87,78	R$ 412,22	R$ 24,53	R$ 475,47	R$ 45,55	R$ 384,45	**R$ 2. 388,00**	**R$ 1. 872,14**
04.11.01.003-4	PARTO CESARIANO	R$ 395,68	R$ 600,00	R$ 115,43	R$ 384,57	R$ 34,62	R$ 465,38	R$ 61,18	R$ 368,82	**R$ 2. 425,68**	**R$ 1. 818,77**
04.11.01.004-2	PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBÁRIA	R$ 395,68	R$ 600,00	R$ 115,43	R$ 484,57	R$ 34,62	R$ 565,38	R$ 61,18	R$ 368,82	**R$ 2. 625,68**	**R$ 2. 018,77**
03.10.01.003-9	PARTO NORMAL	R$ 267,60	R$ 600,00	R$ 175,80	R$ 324,20	-	-	R$ 48,30	-	**R$ 1. 415,90**	**R$ 924,20**
04.09.05.008-3	POSTECTOMIA	R$ 97,72	R$ 600,00	R$ 65,37	R$ 434,63	R$ 19,61	R$ 480,39	R$ 36,42	R$ 393,58	**R$ 2. 127,72**	**R$ 1. 908,60**
04.09.06.023-2	SALPINGECTOMIA UNI / BILATERAL	R$ 312,72	R$ 600,00	R$ 82,32	R$ 417,68	R$ 24,69	R$ 475,31	R$ 45,86	R$ 384,14	**R$ 2. 342,72**	**R$ 1. 877,13**
04.08.06.048-4	TENORRAFIA ÚNICA EM TUNEL OSTEOFIBROSO	R$ 265,09	R$ 600,00	R$ 84,11	R$ 415,89	R$ 25,23	R$ 474,77	R$ 46,86	R$ 453,14	**R$ 2. 365,09**	**R$ 1. 943,80**
04.12.04.016-6	TORACOSTOMIA COM DRENAGEM PLEURAL FECHADA	R$ 625,16	R$ 600,00	R$ 310,99	R$ 189,01	R$ 93,29	R$ 406,71	-	-	**R$ 2. 225,16**	**R$ 1. 195,72**
04.09.04.021-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	R$ 181,85	R$ 600,00	R$ 44,46	R$ 455,54	R$ 12,13	R$ 487,87	R$ 22,53	R$ 407,47	**R$ 2. 211,85**	**R$ 1. 950,88**
04.09.04.023-1	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	R$ 173,24	R$ 600,00	R$ 45,40	R$ 454,60	R$ 13,62	R$ 486,38	R$ 25,29	R$ 404,71	**R$ 2. 203,24**	**R$ 1. 945,69**
04.09.07.025-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO - VAGINAL	R$ 843,82	R$ 600,00	R$ 160,70	R$ 339,30	R$ 48,21	R$ 451,79	R$ 89,52	R$ 340,48	**R$ 2. 873,82**	**R$ 1. 731,57**
04.09.04.024-0	VASECTOMIA	R$ 133,32	R$ 600,00	R$ 133,20	R$ 366,80	R$ 39,95	R$ 460,05	-	-	**R$ 1. 733,32**	**R$ 1. 426,85**

CÓDIGO	PROCEDIMENTOS	PEDIAT.	COMPL	TOTAL
03.10.01.002-0	ATENDIMENTO AO RECÉM-NASCIDO NO MOMENTO DO NASCIMENTO	R$ 55,20	R$ 94,80	**R$ 150,00**
03.01.01.014-5	PRIMEIRA CONSULTA DE PEDIATRA AO RECEM-NASCIDO	R$ 10,00	R$ 140,00	**R$ 150,00**

	PEQUENA CIRURGIA EM CENTRO CIRURGICO
HOSPITAL	OBS.: SERÁ COBRADA A TAXA DE UTILIZAÇÃO DE SALA E EQUIPAMENTO, MATERIAL E MEDICAMENTO QUE O PACIENTE UTILIZAR
CIRURGIÃO	VALOR DE R$ 500,00 REAIS

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 042/2020

REGISTRO DE PREÇOS 041/2020

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 042/2020, Registro de Preço n° 041/2020**, tendo como objetopor **Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** cuja a abertura ocorreu as sete horas e trinta minutos do dia 20 de outubro de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagraram-se vencedoras da presente licitação as seguintes Empresas:

1 - FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME, CNPJ n° 03.250.803/0001-92, vencedora de **116 (cento e dezesseis)** Itens, no valor global de **R$ 860.002,19** (oitocentos e sessenta mil e dois reais e dezenove centavos); **2 - LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME,** CNPJ n° 19.391.064/0001-99, vencedora de **60 (sessenta)** Itens, no valor global de **R$ 511.908,55 (quinhentos e onze mil e novecentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**; **3 - LEITE E RIBEIRO LTDA-ME,** CNPJ n° 18.849.143/0001-38, vencedora de **26 (vinte e seis)** Itens, no valor global de **R$ 88.038,60 (oitenta e oito mil e trinta e oito reais e sessenta centavos); 4 - HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MÉDICOS HOSPITALAR LTDA-EPP,** CNPJ n° 13.994.852/0001-93, vencedora de **85 (oitenta e cinco)** Itens, no valor global de **R$ 232.112,20 (duzentos e trinta e dois mil e cento e doze reais e vinte centavos)** e **5 - CBA FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,** CNPJ n° 07.944.844/0001-30**,** vencedora de **03 (três)** Itens, no valor global de **R$ 18.964,00 (dezoito mil e novecentos e sessenta e quatro reais).** Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 21 de outubro de 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.088, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

LEI N.º 2.088/2020 Poxoréu/MT, 21 de outubro de 2020.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de Poxoréu para o exercício de 2021, compreendendo:

I - As metas e prioridades da Administração Municipal;

II - A estrutura e organização do orçamento;

III - As diretrizes gerais para a elaboração e execução orçamentária.

Parágrafo único. Integram, ainda, esta lei, o Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I), o Anexo de Metas Fiscais (Anexo II) e o Anexo de Riscos Fiscais (Anexo III), em conformidade com o que dispõem os §§ 1.º, 2.º e 3.º, do Art. 4.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/ 2000.

Capítulo I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2.º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2021 estão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro, integrante desta Lei, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual e suas readequações para o exercício financeiro de 2021 e obedecerão aos seguintes pressupostos:

I - Promover o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - Promover o desenvolvimento econômico e social integral do Município;

III - Contribuir para a consolidação de uma consciência de gestão fiscal responsável e permanente;

IV - Evidenciar a manutenção das atividades primárias da administração municipal.

Parágrafo único. A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, de conformidade com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos fiscais.

Art. 3.º A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Capítulo II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4.º A LOA – Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 5.º O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - Pessoal e encargos sociais;

2 - Juros e encargos da dívida;

3 - Outras despesas correntes;

4 - Investimentos;

5 - Inversões financeiras;

6 - Amortização da dívida;

7 - Outras despesas de capital.

Art. 6.º A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do orçamento fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 7.º O Projeto da Lei Orçamentária Anual será constituído de:

I - Mensagem;

II - Texto da Lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios.

Parágrafo único. Integrarão a Lei Orçamentária Anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei n.º 4.320/64;

II - Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo II da Lei n.º 4.320/64;

III - Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das Dotações por Órgãos do Governo e da administração, Anexo VI da Lei n.º 4.320/64;

IV - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo VII da Lei n.º 4.320/64;

V - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo VIII da Lei n.º 4.320/64;

VI - Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX da Lei n.º 4.320/64;

VII - Quadro Demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, art. 22, III, da Lei n.º 4.320/64;

IX - Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação;

X - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesas.

Capítulo III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 8.º A lei orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa.

Art. 9.º A lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção dos riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 10. A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei Complementar n.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - Prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - Modernização da ação governamental;

III - Equilíbrio entre receitas e despesas;

IV - Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 12. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente em até 1% (um cento) da Receita Corrente Liquida (RCL), prevista para a Administração Direta do Poder Executivo, e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 13. No projeto de lei orçamentária para 2021, receitas e despesas serão orçadas a preços correntes de 2020.

Seção I

DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA

Art. 14. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar n.º 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o art. 3.º desta Lei.

§ 1.º Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - Atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - Atualização da planta genérica de valores;

III - A expansão do número de contribuintes.

§ 2.º As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 15. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o excesso de despesa, o Executivo Municipal promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1.º A limitação do empenho, nos termos do caput deste artigo, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2.º Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3.º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 16. Não serão objetos de limitações de despesas:

I - Das obrigações constitucionais e legais do ente (despesas com pessoal e fundos);

II - Destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III - Assinaladas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 17. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 18. O Poder Executivo disponibilizará para a Câmara de Vereadores, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculo das receitas para o exercício subsequente.

Art. 19. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021 o Poder Executivo Municipal desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, de modo a atender ao disposto no art. 13, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 20. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21. O Poder Executivo poderá conceder descontos, anistias, isenções e alternativas para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição de Melhoria e Taxas, como forma de incremento da arrecadação e redução da sonegação, na forma da legislação específica, bem como a concessão de incentivos fiscais na forma da Lei.

Seção II

DA GERAÇÃO DE DESPESA

Art. 22. Na execução da despesa, nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros.

Art. 23. A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares e, mediante lei específica, poderão ser realizadas transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

Parágrafo único. Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, ou justificada a prioridade, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 24. O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2.º e 212, da Constituição Federal.

Art. 25. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8.º, III, da Lei n.º 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 26. As despesas de aperfeiçoamento de ação governamental deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único. Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n.º 8.666/93, e irrelevantes, aquelas que não ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

Art. 27. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito nos limites e condições estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital, assim como operações de crédito por antecipação de receita na forma da Lei.

Art. 28. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar n.º 101, de 2000:

I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 29. É vedada a concessão de subvenções, auxílios ou contribuições para pessoas físicas e entidades privadas, ressalvadas entidades sem fins lucrativos, através de convênios, bem como às pessoas físicas que sejam atendidas por programas sociais e pela saúde.

I - De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino, esporte e cultura ou representativas da comunidade escolar;

II - Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - Voltadas para as ações de assistência social;

IV - Consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos que participem da execução de programas nacionais, estaduais ou regionais;

V - Instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VI - Instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município;

VII - Instituições de caráter cultural, social, religiosa, de apoio ao menor e ao idoso, de atendimento ao deficiente físico, de apoio a dependentes químicos;

VIII - Instituição de Caráter assistencial ao menor e ao adolescente - Conselho Tutelar conforme art.131 da Lei 8.069/90- ECA;

IX - Outras instituições assim reconhecidas, por Lei Municipal ou Estadual, de utilidade pública.

Parágrafo único. As entidades sem fins lucrativos beneficiadas deverão cumprir o disposto no art. 26, da Lei Complementar n.º 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n.º 001/97-STN, e alterações posteriores, atendendo-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência Estado de Mato Grosso, quando no interesse do Município, nos termos e limites do art. 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 31. As despesas de publicidade da Administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação publicidade e marketing, até o limite de 1% do orçamento do município, no exercício de 2021.

§ 1.º Entende-se como publicidade às ações relativas à divulgação do trabalho do órgão, ou seja, propaganda ou marketing.

§ 2.º As despesas referentes à publicidade legal, ou seja, publicação de licitações, portarias, atos, prestações de contas e demais atos administrativos, classificar-se-ão na atividade de custeio.

Art. 32. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, compreendendo o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento das ações de governo, da gestão do patrimônio municipal e dos recursos públicos, através do controle de custos e da avaliação dos resultados dos programas instituídos será realizado na forma regulamentada em normatização específica.

Art. 33. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos programas, bem como, dos respectivos projetos e atividades, conforme determina o art. 4.º, I, "e" da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício de modo a atender o disposto no art. 4.º, I, "e" da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 34. Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar n.º 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - As despesas serão calculadas com base no quadro de servidores;

II - As despesas com treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso, farão parte das despesas de custeio e manutenção dos órgãos da administração municipal;

§ 1.º Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas e títulos visando ao preenchimento dos cargos e funções e também poderá, mediante autorização legislativa, realizar processo seletivo simplificado para contratações temporárias, promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura, extinguindo, transformando ou criando novos cargos.

§ 2.º No exercício financeiro de 2021, os Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar cargos, empregos e funções, e admitir pessoal, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar n.º 101/2000, de 04/05/2000.

§ 3.º Na execução orçamentária de 2021, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município:

I - Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - Contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores da educação e da saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 35. Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, combinado com o art. 20, § 5.º da LRF, a entrega dos recursos financeiros correspondente a despesas total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, a seguir discriminados:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo no prazo estipulado na Lei Orgânica do Município ou em legislação especial, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 37. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1.º O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, os demais anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2.º O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3.º Até o final dos meses de julho de 2021, e de janeiro de 2022, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, em audiência pública na Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 38. A transparência da gestão fiscal será assegurada mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA.

Art. 39. As contas apresentadas pelo Prefeito Municipal ficarão disponíveis, durante todo o exercício na Câmara de Vereadores e na Prefeitura, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Art. 40. Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 41. O Município fica autorizado a buscar junto à União e Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A assistência técnica referida neste artigo consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Art. 42. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para a recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

Art. 43. O Projeto de Lei Orçamentária anual será enviado ao Poder Legislativo para aprovação e devolvido ao Poder Executivo para sanção, nos prazos estabelecidos na Lei orgânica do Município.

Parágrafo único. Na hipótese do projeto de lei orçamentária anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2020, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara de Vereadores, nos seguintes limites:

I - No montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 44. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 21/10/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Correntes	54.989.635,80	61.996.839,85	62.988.840,00	63.935.500,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.870.674,16	5.962.170,42	6.921.500,00	7.023.000,00	0,00	0,00
Contribuições	2.405.301,68	2.680.887,60	2.639.000,00	2.969.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.144.544,15	43.964,93	1.499.000,00	1.546.500,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	984.744,99	1.415.667,51	1.000.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	44.440.783,26	50.613.066,63	50.767.340,00	50.654.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	143.587,56	1.281.082,76	162.000,00	443.000,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	1.818.495,59	265.573,03	36.000,00	1.290.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.818.495,59	265.573,03	26.000,00	1.280.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	2.498.748,48	2.395.157,57	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	2.498.748,48	2.395.157,57	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	-5.494.830,83	-5.940.803,87	-6.073.200,00	-6.424.120,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-5.494.830,83	-5.940.803,87	-6.073.200,00	-6.424.120,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**53.812.049,04**	**58.716.766,58**	**59.431.640,00**	**61.281.380,00**	**0,00**	**0,00**

Comentários

-

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	54.989.635,80	
2019	61.996.839,85	112,74
2020	62.988.840,00	101,60
2021	63.935.500,00	101,50
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	5.870.674,16	
2019	5.962.170,42	101,56
2020	6.921.500,00	116,09
2021	7.023.000,00	101,47
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	2.405.301,68	
2019	2.680.887,60	111,46
2020	2.639.000,00	98,44
2021	2.969.000,00	112,50
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	1.144.544,15	
2019	43.964,93	3,84
2020	1.499.000,00	3.409,54
2021	1.546.500,00	103,17
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

Aplicações Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	139.866,15	
2019	43.964,93	31,43
2020	99.000,00	225,18
2021	146.500,00	147,98
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Outras Receitas Patrimoniais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	1.004.678,00	
2019	0,00	0,00
2020	1.400.000,00	0,00
2021	1.400.000,00	100,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	984.744,99	
2019	1.415.667,51	143,76
2020	1.000.000,00	70,64
2021	1.300.000,00	130,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	44.440.783,26	
2019	50.613.066,63	113,89
2020	50.767.340,00	100,30
2021	50.654.000,00	99,78
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

Demais Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	143.587,56	
2019	1.281.082,76	892,20
2020	162.000,00	12,65
2021	443.000,00	273,46
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Receitas Correntes Restantes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	143.587,56	
2019	1.281.082,76	892,20
2020	162.000,00	12,65
2021	443.000,00	273,46
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	1.818.495,59	
2019	265.573,03	14,60
2020	36.000,00	13,56
2021	1.290.000,00	3.583,33
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Alienação de Bens		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	0,00	
2019	0,00	0,00
2020	10.000,00	0,00
2021	10.000,00	100,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	1.818.495,59	
2019	265.573,03	14,60
2020	26.000,00	9,79
2021	1.280.000,00	4.923,08
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Receitas Correntes - IntraOrçamentária		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	2.498.748,48	
2019	2.395.157,57	95,85
2020	2.480.000,00	103,54
2021	2.480.000,00	100,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	2.498.748,48	
2019	2.395.157,57	95,85
2020	2.480.000,00	103,54
2021	2.480.000,00	100,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Deduções da Receita		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	-5.494.830,83	
2019	-5.940.803,87	0,00
2020	-6.073.200,00	0,00
2021	-6.424.120,00	0,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

Dedução da Receita para a formação do FUNDEB		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2018	-5.494.830,83	
2019	-5.940.803,87	0,00
2020	-6.073.200,00	0,00
2021	-6.424.120,00	0,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

POXOREU 19 de outubro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2021
Consolidado

R$

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)	47.762.497,87	52.805.440,41	52.966.090,00	52.055.480,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	27.400.061,30	29.721.135,14	25.801.890,00	25.143.800,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	373,06	0,00	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.362.063,51	23.084.305,27	27.154.200,00	26.909.680,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.581.819,17	4.518.702,99	6.077.050,00	8.904.400,00	0,00	0,00
Investimentos	3.078.701,89	2.986.610,23	4.427.050,00	7.304.400,00	0,00	0,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.503.117,28	1.532.092,76	1.650.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	200.000,00	321.500,00	0,00	0,00
TOTAL(IV=(I+II+III)	**52.344.317,04**	**57.324.143,40**	**59.243.140,00**	**61.281.380,00**	**0,00**	**0,00**

POXOREU 19 de outubro de 2020

Comentários

-

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2021 R$
Consolidado

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	54.989.635,80	61.996.839,85	62.988.840,00	63.935.500,00	0,00	0,00
Receita Tributária	5.870.674,16	5.962.170,42	6.921.500,00	7.023.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	2.405.301,68	2.680.887,60	2.639.000,00	2.969.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.144.544,15	43.964,93	1.499.000,00	1.546.500,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	139.866,15	43.964,93	99.000,00	146.500,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.004.678,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	984.744,99	1.415.667,51	1.000.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	44.440.783,26	50.613.066,63	50.767.340,00	50.654.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	143.587,56	1.281.082,76	162.000,00	443.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	143.587,56	1.281.082,76	162.000,00	443.000,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	54.849.769,65	61.952.874,92	62.889.840,00	63.789.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.818.495,59	265.573,03	36.000,00	1.290.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.818.495,59	265.573,03	26.000,00	1.280.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.818.495,59	265.573,03	26.000,00	1.280.000,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-5.494.830,83	-5.940.803,87	-6.073.200,00	-6.424.120,00	0,00	0,00
Renúncia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-5.494.830,83	-5.940.803,87	-6.073.200,00	-6.424.120,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (XI) = (IV+IX-X)	**51.173.434,41**	**56.277.644,08**	**56.842.640,00**	**58.644.880,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS CORRENTES (XII)	47.762.497,87	52.805.440,41	52.966.090,00	52.055.480,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	27.400.061,30	29.721.135,14	25.801.890,00	25.143.800,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	373,06	0,00	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.362.063,51	23.084.305,27	27.154.200,00	26.909.680,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	47.762.124,81	52.805.440,41	52.956.090,00	52.053.480,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	4.581.819,17	4.518.702,99	6.077.050,00	8.904.400,00	0,00	0,00
Investimentos	3.078.701,89	2.986.610,23	4.427.050,00	7.304.400,00	0,00	0,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	1.503.117,28	1.532.092,76	1.650.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	3.078.701,89	2.986.610,23	4.427.050,00	7.304.400,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	200.000,00	321.500,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**50.840.826,70**	**55.792.050,64**	**57.583.140,00**	**59.679.380,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESA TOTAL	**52.344.317,04**	**57.324.143,40**	**59.243.140,00**	**61.281.380,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**332.607,71**	**485.593,44**	**-740.500,00**	**-1.034.500,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**472.100,80**	**529.558,37**	**-651.500,00**	**-890.000,00**	**0,00**	**0,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU, emitido em 19/out/2020 as 12h e 22m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2021
Consolidado

R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	49.494.804,97	56.056.035,98	56.915.640,00	58.066.380,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.870.674,16	5.962.170,42	6.921.500,00	7.966.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	2.405.301,68	2.680.887,60	2.639.000,00	2.604.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	887.342,44	43.964,93	1.499.000,00	1.546.500,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	139.866,15	43.964,93	99.000,00	146.500,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	747.476,29	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	984.744,99	1.415.667,51	1.000.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	39.203.154,14	44.672.262,76	44.694.140,00	44.206.880,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	143.587,56	1.281.082,76	162.000,00	443.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	143.587,56	1.281.082,76	162.000,00	443.000,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	49.354.938,82	56.012.071,05	56.816.640,00	57.919.880,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.818.495,59	265.573,03	36.000,00	1.290.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.818.495,59	265.573,03	26.000,00	1.280.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.818.495,59	265.573,03	26.000,00	1.280.000,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (IV + IX)	**51.173.434,41**	**56.277.644,08**	**56.842.640,00**	**59.199.880,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA TOTAL (I + V)	**51.313.300,56**	**56.321.609,01**	**56.951.640,00**	**59.356.380,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS CORRENTES (XII)	47.762.497,87	52.805.440,41	52.966.090,00	52.055.480,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	27.400.061,30	29.721.135,14	25.801.890,00	25.143.800,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	373,06	0,00	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.362.063,51	23.084.305,27	27.154.200,00	26.909.680,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	47.762.124,81	52.805.440,41	52.956.090,00	52.053.480,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	4.581.819,17	4.518.702,99	6.077.050,00	8.904.400,00	0,00	0,00
Investimentos	3.078.701,89	2.986.610,23	4.427.050,00	7.304.400,00	0,00	0,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	1.503.117,28	1.532.092,76	1.650.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	3.078.701,89	2.986.610,23	4.427.050,00	7.304.400,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	200.000,00	321.500,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**50.840.826,70**	**55.792.050,64**	**57.583.140,00**	**59.679.380,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESA TOTAL	**52.344.317,04**	**57.324.143,40**	**59.243.140,00**	**61.281.380,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XII - XIX)	**332.607,71**	**485.593,44**	**-740.500,00**	**-479.500,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**2.150.730,24**	**751.166,47**	**-714.500,00**	**808.500,00**	**0,00**	**0,00**

Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de ()

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU, emitido em 19/out/2020 as 12h e 22m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021
Consolidado

ARF (LRF, art 4o, § 3o) R$ 1,00

Identificação dos Riscos	Valor	Providência	Valor
Passivos Contingentes			
Outros Riscos Fiscais	200.000,00	AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO PARA MELHORAR A ARRECADAÇÃO	200.000,00
SUB-TOTAL	**200.000,00**	**SUB-TOTAL**	**200.000,00**
TOTAL	**200.000,00**	**TOTAL**	**200.000,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU, emitido em 19/out/2020 as 12h e 00m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021
Consolidado

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I Metas Previstas 2019 (a)	% PI	% RCL	I Metas Realizadas 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	55.557.800,00		197,83	58.716.766,58		209,08	3.158.966,58	5,69
Receitas Primárias (I)	53.186.340,00		189,39	56.321.609,01		200,55	3.135.269,01	5,89
Despesa Total	55.557.800,00		197,83	57.324.143,40		204,12	1.766.343,40	3,18
Despesas Primárias (II)	53.997.800,00		192,28	55.792.050,64		198,67	1.794.250,64	3,32
Resultado Primário (III) = (I-II)	-811.460,00		-2,89	529.558,37		1,89	1.341.018,37	-165,26
Resultado Nominal	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU, emitido em 19/out/2020 as 12h e 24m.

Nota:

PIB EStadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Etadual para 2019	
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019	

POXOREU 19 de outubro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL
Unidade : 001 Camara Municipal

Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 031 Ação Legislativa
Programa : 0001 PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo :

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**	

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1001	AMPLIACAO E REFORMA DO PREDIO DA CAMARA			0	25.600,00

Descrição: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA CAMARA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1002	AQUISICAO DE VEICULOS, MOV. MAQ. E EQUIPAMENT(			1	19.200,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MOVEIS E MAQUINAS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2001	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DA CAMARA MUNICI			1	32.000,00

Descrição: CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA CAMARA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2002	MANUTENÇÃO E ENC. COM A CAMARA			1	2.480.640,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CAMARA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2116	CONCURSO PÚBLICO			1	2.560,00

Descrição: CONCURSO PUBLICO

Produto :

Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade : 001 Gabinete da Prefeito

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2003	MANUTENCAO E ENCARGOS COM GABINETE DA PRE	Unidade		1	1.051.200,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM GABINETE DA PREFEITO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2004	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A ASSESSORIA JUR			1	178.500,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM A ASSESSORIA JURIDICA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2005	CAMPANHAS DE MARKETING E PUBLICIDADE			1	30.000,00

Descrição: CAMPANHAS DE MARKETING E PUBLICIDADE

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1104	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	Unidade		0	200.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEICULOS

Produto : Veículos

Órgão : 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Administracao

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1003	REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL			1	400.000,00

Descrição: REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2007	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE A			1	1.501.000,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

2008	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES			1	10.000,00

Descrição: CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1210	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS			0	50.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE IMOVEIS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2092	REFORMA E INSTALACAO DO ARQUIVO PUBLICO			1	60.000,00

Descrição: REFORMA E INSTALACAO DO ARQUIVO PUBLICO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1219	AMPLIAÇÃO REFORMA DO POXOREU PREVI			1	553.000,00

Descrição: AMPLIAÇÃO REFORMA DO POXOREU PREVI

Produto :

Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO. ESPORTE E LAZER

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Educacão. Esporte e Lazer

Função: 12 Educação

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2039	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	Unidade		1	1.386.500,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1021	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PREDIOS	Pessoas		1	106.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PREDIOS

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO. ESPORTE E LAZER

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Educacão. Esporte e Lazer

Função: 12 Educação

Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição

Programa : 0128 ALIMENTACAO E NUTRICAO

Objetivo : ALIMENTACAO E NUTRICAO

Gerente :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2038	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ES			1	283.000,00

Descrição: MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR

Produto :

Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO. ESPORTE E LAZER

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Educacão. Esporte e Lazer

---

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0040 EXPANSAO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : EXPANSAO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1022	AQUISICAO DE VEICULOS E ONIBUS ESCOLAR			1	400.000,00

Descrição: AQUISICAO DE VEICULOS E ONIBUS ESCOLAR

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1023	CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			1	258.000,00

Descrição: CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2040	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE REPASSE FINANCE	Pessoas		1	170.000,00

Descrição: MANUTENCAO DO PROGRAMA DE REPASSE FINANCEIRO AS ESCOLAS

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2042	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESC	Pessoas		1	2.442.960,00

Descrição: MANUTENCAO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2043	MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO			1	140.000,00

Descrição: MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

2044	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	Pessoas	1	10.040,00

Descrição: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Produto : Servidores Atendidos
Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO. ESPORTE E LAZER
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Educacão. Esporte e Lazer

Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa : 0039 EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

Objetivo : EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2106	CONVÊNIO COM ENTIDADE PÚBICOS PRIVADO SEM FI	Pessoas		1	45.000,00

Descrição: CONVÊNIO COM ENTIDADE PÚBICOS PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS - PARTILHAR

Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO. ESPORTE E LAZER
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Educacão. Esporte e Lazer

Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa : 0044 INCENTIVO AO DESPORTO ARMADOR E LAZER

Objetivo : INCENTIVO AO DESPORTO ARMADOR E LAZER

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : INCENTIVO AO DESPORTO ARMADOR E LAZER

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
	01/01/2018	31/12/2021		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2117	CONVENIO COM A LIGA ESPORTIVA DE POXORÉU	Pessoas		1	31.000,00

Descrição: CONVENIO COM A LIGA ESPORTIVA DE POXORÉU

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2045	PROGRAMA BOLSA ATLETA	Pessoas		1	15.000,00

Descrição: PROGRAMA BOLSA ATLETA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

2041	MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LA	Unidade	1	248.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2126	APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS			1	44.000,00

Descrição: APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS

Produto :

Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO, ESPORTE E LAZER

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Educacão, Esporte e Lazer

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 Desporto Comunitário

Programa : 0085 INCENTIVO AOS ESPORTES E LAZER

Objetivo : INCENTIVO AOS ESPORTES E LAZER

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1028	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO GINASIO DE ES	Unidade		1	0,00

Descrição: MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO GINASIO DE ESPORTE

Produto : Edificação Construída

Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO, ESPORTE E LAZER

Unidade : 002 Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0040 EXPANSAO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : EXPANSAO E MELHORIA ENSINO FUNDAMENTAL

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2047	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENT			1	3.576.100,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB - 60%

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

2048	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENT	1	2.682.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB - 40%

Produto :
Órgão : 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO, ESPORTE E LAZER
Unidade : 002 Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB

Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa : 0039 EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

Objetivo : EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2049	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - F	Pessoas		1	1.081.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2050	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - F	Pessoas		1	757.700,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%

Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2020	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE S			1	7.396.330,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

Produto :
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0092 CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE

Objetivo : CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1013	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE	Metros Q		1	0,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE

Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1218	COMBATE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS			1	112.500,00

Descrição: COMBATE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS

Produto :
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa : 0078 ATENÇÃO BÁSICA

Objetivo : ATENÇÃO BÁSICA

Gerente :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2022	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	Pessoas		1	973.500,00

Descrição: PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2026	PISO DE ATENÇÃO BASICA - PAB	Pessoas		1	10.000,00

Descrição: PISO DE ATENÇÃO BASICA - PAB

Produto : Pacientes Atendidos

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa : 0079 SAUDE

Objetivo : SAUDE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES	Metros Q		1	200.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE SAUDE

Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2028	SAÚDE BUCAL - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - P	Pessoas		1	7.000,00

Descrição: SAÚDE BUCAL - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF ODONTO

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2030	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AGENTE COMUNIT			1	5.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAUDE

Produto :

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0097 ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo : ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2032	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	Pessoas		1	4.385.150,00

Descrição: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2023	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MICROREGIONALIZAÇ	Pessoas		1	34.800,00

Descrição: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MICROREGIONALIZAÇÃO

Produto : Pacientes Atendidos

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 303 Suporte Profilático e Terapêutico

Programa : 0094 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO

Objetivo : SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2035	FARMÁCIA BÁSICA	Unidade		1	567.000,00

Descrição: FARMÁCIA BÁSICA

Produto : Pacientes Atendidos

Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária

Programa : 0098 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Objetivo : VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Gerente :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2036	VIGILANCIA SANITARIA	Pessoas		1	20.000,00

Descrição: VIGILANCIA SANITARIA

Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade : 002 Fundo Municipal de Saude

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica
Programa : 0095 VIGILANCIA EM SAUDE

Objetivo : VIGILANCIA EM SAUDE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2083	MANUTENCAO E ENCARGOS COM PROGRAMA - PAS			1	3.000,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM PROGRAMA - PASCAR

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2024	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Pessoas		1	55.000,00

Descrição: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1102	AQUISICAO DE 01 VEÍCULO			1	190.000,00

Descrição: AQUISICAO DE 01 VEÍCULO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2058	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA			1	1.187.800,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2059	INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS			1	16.000,00

Descrição: INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2101	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PAEFI			1	162.400,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PAEFI

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2102	BENEFICIOS EVENTUAIS - FEAS	Unidade		1	74.800,00

Descrição: BENEFICIOS EVENTUAIS - FEAS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1065	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS			1	200.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS

Produto :

Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso

Programa : 0081 ASSISTENCIA

Objetivo : ASSISTENCIA

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

2115	CASA LAR ABRIGO DOS IDOSOS	1	43.000,00

Descrição: CASA LAR ABRIGO DOS IDOSOS

Produto :
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente
Programa : 0091 ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE

Objetivo : ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2061	MANUTENCAO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTAL			1	289.000,00

Descrição: MANUTENCAO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS

Produto :
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente
Programa : 0093 ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE

Objetivo : ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2006	MANUTENCAO E ENCARGOS COM CONSELHO TUTEL			1	170.000,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR

Produto :
Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 Secretaria Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Programa : 0090 ASSISTENCIA SOCIAL EM GERAL

Objetivo : ASSISTENCIA SOCIAL EM GERAL

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**	

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2060	INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF			1	37.000,00

Descrição: INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2062	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - CRIANÇA/ADOLECENT			1	45.000,00

Descrição: PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - CRIANÇA/ADOLECENTE

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2064	PISO BÁSICO FIXO			1	144.000,00

Descrição: PISO BÁSICO FIXO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2104	PISO BÁSICO VARIÁVEL			1	72.000,00

Descrição: PISO BÁSICO VARIÁVEL

Produto :

Órgão : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade : 002 FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente

Programa : 0093 ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE

Objetivo : ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**	

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2128	Fundo da Criança e do Adolescente			1	200.000,00

Descrição: FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1064	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS P			1	68.440,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PREDIOS PÚBLICOS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA			1	3.311.700,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2056	CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE D			1	31.000,00

Descrição: CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2054	MANUTENCAO DE VEICULOS, CAMINHÕES E MAQUIN			1	576.000,00

Descrição: MANUTENCAO DE VEICULOS, CAMINHÕES E MAQUINAS

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS
Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

Função: 04 Administração
Sub-Função: 813 Lazer
Programa : 0073 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Objetivo : APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1034	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE BALNEAR			1	1.936.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE BALNEARIO

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

---

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana

Programa : 0060 URBANISMO

Objetivo : URBANISMO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**	

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1068	ARBORIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDA			1	19.500,00

Descrição: ARBORIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1078	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ILUMINAC			1	152.500,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ILUMINACAO PUBLICA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2071	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			1	223.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

---

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana

Programa : 0133 MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA

Objetivo : MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1035	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	Metros	Q	1	550.000,00

Descrição: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

Produto : Pavimentação de Vias

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1088	CONSTRUÇAO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS			0	0,00

Descrição: CONSTRUÇAO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

---

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 452 Serviços Urbanos

Programa : 0060 URBANISMO

Objetivo : URBANISMO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2085	MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, CALÇADAS, MEIO			1	94.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, CALÇADAS, MEIO FIOS E BUEIROS

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

---

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa : 0061 TRANSPORTE

Objetivo : TRANSPORTE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1036	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PONTES			1	235.810,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PONTES

Produto :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1105	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E VEÍCULC			1	350.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E VEÍCULOS

Produto :

Órgão : 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

Unidade : 001 Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa : 0133 MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA

Objetivo : MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2057	MANUTENÇÃO DO FETHAB	Unidade		1	2.520.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO FETHAB

Produto : Outros Produtos

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO. AGRICULTURA E

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambient

Função: 18 Gestão Ambiental

Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental

Programa : 0077 PROTECAO AO MEIO AMBIENTE

Objetivo : PROTECAO AO MEIO AMBIENTE

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2019	RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES			1	41.400,00

Descrição: RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1011	DESASSOREAMENTO DE RIOS E AREAS DEGRADAS			1	113.600,00

Descrição: DESASSOREAMENTO DE RIOS E AREAS DEGRADAS

Produto :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1010	CONSTRUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO ATERRO SANIT			1	0,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

Produto :

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO. AGRICULTURA E

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Agricultura e Meio Ambient

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2017	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA			1	747.100,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1108	AQUISIÇÃO DE VEICULOS			1	200.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEICULOS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1214	MANUTENÇÃO DE VEICULOS			1	20.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE VEICULOS

Produto :

Órgão : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO. AGRICULTURA E

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Agricultura e Meio Ambient

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 605 Abastecimento

Programa : 0017 AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo : AGRICULTURA FAMILIAR

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2012	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DA AGRICULTU			1	63.900,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Produto :

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Cultural

Programa : 0046 DIFUSAO CULTURAL

Objetivo : DIFUSAO CULTURAL

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2046	APOIO E REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS CULTUR/			1	17.300,00

Descrição: APOIO E REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS CULTURAIS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2074	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA			1	230.200,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2077	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL			1	22.000,00

Descrição: BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1007	CONSTRUCAO DE UM CENTRO DE ARTES			1	0,00

Descrição: CONSTRUCAO DE UM CENTRO DE ARTES

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2066	CONSELHO, PLANO E FUNDO DA CULTURA	Pessoas		1	15.000,00

Descrição: CONSELHO, PLANO E FUNDO DA CULTURA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1112	AQUISIÇÃO DE VEICULOS			1	180.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEICULOS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1215	ESTRUTURAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL			1	30.000,00

Descrição: ESTRUTURAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL

Produto :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1216	REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL			1	22.000,00

Descrição: REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

Produto :

Órgão : 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Função: 23 Comércio e Serviços

Sub-Função: 695 Turismo

Programa : 0073 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Objetivo : APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2075	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO			1	36.600,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2122	ESTRUTURAÇÃO E EXECUCAO DE ATIVIDADES TURIS			1	100.000,00

Descrição: ESTRUTURAÇÃO E EXECUCAO DE ATIVIDADES TURISTICAS

Produto :

Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas

Função: 04 Administração

Sub-Função: 129 Administração de Receitas

Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2110	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	Unidade		1	2.503.100,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA

Produto : Apoio Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2013	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP			1	550.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP

Produto :

Órgão : 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas

Função: 04 Administração

Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna

Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1004	AMORTIZACAO DE DIVIDAS - I.N.S.S	Unidade		1	200.000,00

Descrição: AMORTIZACAO DE DIVIDAS - I.N.S.S

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1005	AMORTIZACAO DA DIVIDA DO POXOREU PREVI			1	1.150.000,00

Descrição: AMORTIZACAO DA DIVIDA DO POXOREU PREVI

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1057	AMORTIZAÇÃO DE DIVIDAS - ENERGISA	Unidade		1	230.000,00

Descrição: AMORTIZAÇÃO DE DIVIDAS - ENERGISA

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Unidade : 001 Secretaria Municipal de Planejamento

Função: 04 Administração

Sub-Função: 129 Administração de Receitas

Programa : 0003 ADMINISTRACAO GERAL

Objetivo : ADMINISTRACAO GERAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRACAO GERAL

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2067	MANUTENCAO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE PL	Unidade		1	402.900,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 12 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU
Unidade : 001 DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU

Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa : 0019 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Objetivo : ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Gerente :

Público Alvo :

Justificativa :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2065	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DAE			1	1.441.550,00

Descrição: MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DAE

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
1114	AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTC			1	180.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Produto :
Órgão : 14 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE I
Unidade : 001 POXORÉU-PREVI

Função: 09 Previdência Social
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário
Programa : 0082 PREVIDENCIA

Objetivo : Manter as atividades da Poxoreu-Previ

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Manter as atividades essencias e necessarias do Poxoreu-Previ

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2021**

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2074	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O POXORÉU-PREVI			1	558.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM POXOREU PREVI

Produto :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: **2021**

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2077	MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSÕES E O			1	5.238.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO COM APOSENTADORIAS, PENSOES E OUTROS

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2078	RESERVA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCI			1	121.500,00

Descrição: RESERVA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2079	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP			1	62.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2080	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO POXORÉU PREVI			1	200.000,00

Descrição: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO POXOREU PREVI

Produto :

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
2081	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O POXORÉ			1	20.000,00

Descrição: REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO

Produto :

Órgão : 99 RESERVAR DE CONTINGENCIA

Unidade : 999 RESERVAR DE CONTINGENCIA

Função: 99 Reserva de Contingência

Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral

Programa : 9999 RESERVAR DE CONTINGENCIA

Objetivo : RESERVAR DE CONTINGENCIA

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : RESERVAR DE CONTINGENCIA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação	Descrição	Un.Med.	Tipo	Meta	2021
9999	RESERVAR DE CONTINGENCIA			1	200.000,00

Descrição: RESERVAR DE CONTINGENCIA

Produto :

Total Geral : **61.836.380,01**

Comentários

-

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
Estado do Mato Grosso

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

ASSESSORIA JURÍDICA
NOTIFICAÇÃO CONJUNTA - PROCESSOS LICITATÓRIOS N.º 073/2017 E 074/2017

NOTIFICAÇÃO CONJUNTA

Processo Licitatório n.º 073/2017 **Tomada de Preços n.º 005/2017** **Contrato Administrativo n.º 027/2017** **Objeto:** ampliação e reestruturação do Balneário Lagoa - 1.ª Etapa	**Processo Licitatório n.º 074/2017** **Tomada de Preços n.º 006/2017** **Contrato Administrativo n.º 028/2017** **Objeto:** ampliação e reestruturação do Balneário Lagoa - 2.ª Etapa

Ao Representante Legal da empresa:

MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME

CNPJ/MF n.º 09.666.823/0001-25

Sr. Sandro Oliveira da Mata

CPF n.º 848.983.721-04 / RG n.º 1200339-5 SSP/MT

Referência:

Informação sobre liberação de pagamento das 13.ª e 15.ª medições, referentes aos Contratos Administrativos n.º 028/2017 e 027/2017, respectivamente, e convocação para recebimento dos valores com a devida apresentação das certidões que demonstrem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

Ilmo. Sr.;

Venho, por intermédio da presente NOTIFICAÇÃO, cientificá-lo que há aporte financeiro para o pagamento da 13.ª e da 15.ª medições apresentadas por esta empresa e atestadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT nos valores respectivos de R$ 89.413,31 (oitenta e nove mil, quatrocentos e treze reais e trinta e um centavos) e R$ 35. 751,50 (trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), totalizando o montante de **R$ 125.164,81 (cento e vinte e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos)**.

Dito isto, com apreço aos princípios da transparência, legalidade e boa-fé, tão caros à nossa administração, **COVOCO** Vossa Senhoria a se dirigir à Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Poxoréu/MT, munido com as certidões negativas aptas a demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista da empresa para que seja efetuado o pagamento.

Ressalte-se que a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da empresa é requisito indispensável durante TODA a execução contratual, consoante inteligência do artigo 29, incisos III, IV e V, bem como artigo 55, inciso XIII, todos da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Junte-se à determinação expressa na legislação vigente o entendimento pacificado no TCE/MT, conforme transcrito abaixo:

Resolução de Consulta n.º 6/2015-TP (DOC, 30/06/2015). Licitação. Contrato. Regularidade fiscal e trabalhista. Rescisão contratual. Retenção de pagamentos.

1. A regularidade fiscal e trabalhista é exigida para quaisquer das formas de contratação previstas na Lei nº 8.666/1993, incluídas as compras diretas, sendo condição a ser mantida durante toda a execução contratual e **verificada para cada pagamento realizado ao contratado** (conforme inteligência dos arts. 27 e 29, c/c art. 55, XIII, todos da Lei de Licitações), observada a faculdade prevista no § 1º, do seu art. 32, bem como a obrigatoriedade imposta pela Resolução de Consulta n.º 39/2008 deste Tribunal.

2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado na constância da execução contratual é motivo para a rescisão administrativa do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos dos arts. 78, I, II, parágrafo único, e 79, da Lei n.º 8.666/1993. Nesse caso, os créditos do contratado decorrentes da efetiva execução do objeto contratual devem ser pagos, ressalvada a possibilidade de retenção dos créditos até o limite de eventuais prejuízos suportados pela Administração, conforme previsão do art. 80, IV, da Lei nº 8.666/1993.

3. É possível à Administração, antes de adotar as medidas necessárias para a rescisão administrativa do contrato, conceder um prazo para que o contratado regularize suas obrigações fiscais ou trabalhistas, quando não identificar má-fé ou constatar a capacidade do contratado de corrigir a situação irregular.

4. Na hipótese de rescisão contratual em face da irregularidade fiscal ou trabalhista do contratado, a Administração deve analisar o custo/benefício da rescisão, ou seja, deve avaliar e formalmente justificar, sob a ótica da economicidade e da eficiência, o que melhor satisfaz o interesse público nessa situação, levando em conta:

a. o estágio de evolução do cumprimento do contrato; os custos inerentes a uma nova contratação; e,

b. a suficiência das garantias contratuais e dos créditos do contratado para indenizar eventual prejuízo ao erário decorrente da rescisão administrativa.

5. Não é possível a retenção de créditos devidos a contratados por motivo exclusivo de não comprovação de regularidade fiscal ou trabalhista – desde que não existam quaisquer outras pendências decorrentes da relação contratual que possam eventualmente causar prejuízos ao erário – tendo em vista a inexistência de previsão legal que autorize a retenção e que tal prática importaria em enriquecimento sem causa da Administração.

Com base em tudo o que fora exposto acima, **NOTIFICO** a empresa acima qualificada do seguinte:

I. Os valores correspondentes à 13.ª medição vinculada ao Contrato Administrativo n.º 028/2017 e 15.ª medição vinculada ao contrato Administrativo n.º 027/2017 estão disponíveis à empresa que deverá encaminhar representante legal à Secretaria de Finanças para recebimento dos mesmos, munido com as certidões negativas que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa até a data de **20/11/2020**.

II. Após a data fixada acima [suficiente para a regularização de eventual pendência] o pagamento será realizado, independentemente da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa, visando garantir que não haja enriquecimento sem causa da Administração.

III. Caso realizado o pagamento sem a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do inciso anterior, fica a empresa, DESDE JÁ cientificado de que proceder-se-á à rescisão contratual, nos termos dos arts. 78, I, II, parágrafo único, e 79, da Lei n.º 8.666/1993, **garantido à empresa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do efetivo pagamento a interposição de recurso contra a rescisão**, argumentando o que entender conveniente e juntando a documentação que interpretar necessária.

IV. Fica a empresa cientificada, por derradeiro, que, havendo a necessidade de pagamento sem a devida comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, do valor a ser pago, poderão ser compensadas eventuais multas por inadimplemento contratual já previstas nos C. A. n.º 027/2017 e 028/2017, dentre elas pela não manutenção dos requisitos de habilitação durante a execução contratual.

É a NOTIFICAÇÃO.

Tente-se a intimação pessoal do Representante Legal da empresa, não sendo possível, certifique-se e faça-se a intimação por e-mail, por WhatsApp e/ou via Diário Oficial - AMM.

Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE DILIGÊNCIA

Eu, **MARIA LUÍZA PIO DOS REIS, servidora pública municipal, registrada sob a matrícula n.º 22, CERTIFICO que, na data de ontem, 20/10/2020, me dirigi até o escritório da empresa MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME, inscrita no CNPJ/MF n.º 09.666.823/0001-25, na Av. Mato Grosso, Centro, s/n.º, Poxoréu/MT, e, por volta das 13:30 horas, cientifiquei o representante legal da mesma, sr. Sandro Oliveira da Mata, de todo o teor da NOTIFICAÇÃO CONJUNTA expedida também na data de ontem e vinculada aos Processos Licitatórios n.º 073 e 074/2017 da Prefeitura de Poxoréu/MT.**

CERTIFICO, ainda, que o representante legal da empresa Notificada se recusou receber a Notificação por escrito, porém, permaneceu com cópia integral da mesma, estando, portanto, ciente de seu conteúdo.

Por ser verdade, firmo o presente.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 21/10/2020.

_____

Maria Luíza Pio dos Reis

Servidora Pública Municipal

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2020 DISPENSA Nº 013/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E TODA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ/MF Nº 22.684.331/0001-20

VALOR GLOBAL: R$ 18.950,00 (DEZOITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

VIGENCIA: 60 (SESSENTA) DIAS

BASE LEGAL IV DO ART. 24 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E ART. 4º DA LEI 13.979/2020

POXORÉU-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2020

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2020

REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2020

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal n° 018/2018 de 25/05/2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de preço para **REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NÃO REALIZADOS PELO LABORATÓRIO CENTRAL DO MUNICIPIO ,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 06/11/2020, A PARTIR DAS 7h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível** nomesmo site acima mencionado**.**

Considerando as medidas de proteção através das recomendações, orientações e determinações pela Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, para reduzir avanço do Covide-19: TODAS as licitantes que participarão do referente certame DEVERÃO **USAR MÁSCARAS** e uso de **CANETA PESSOAL** sem compartilhamento das mesmas.

Poxoréu-MT, 21 de outubro de 2020.

WILILAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PORTARIA DE N.º 107/2020, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

"ALTERA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO MUNICIPAL, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇA-MT."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Alterar e nomear uma nova Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, cujas atribuições encerrarão em 31 de Dezembro de 2020, composta pelos seguintes servidores:

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente

MAISA TONIOLO CARVALHO ZEULI DE SOUZA

Membro

JUSCILENE GOMES TIZZO

Membro

DAIANA LUDMILA COELHO RADOS

Membro

SUPLENTES:

1° DENI PEREIRA DE OLIVEIRA

2º REGIANE LUCAS DOS REIS

3º ALINE NAYARA DE SOUZA

Art. 2º - Nomeia como Pregoeiro (a) Municipal o Sr. UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA cujas atribuições encerrarão em 31 de Dezembro de 2020.

Art. 3º - Os membros da comissão acima indicada servirão também como equipe de apoio para modalidade Pregão.

Art. 4º - **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 16 de outubro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 174/ GP/2020 EM, 04 DE MAIO DE 2020.

Portaria nº. 174/ GP/2020 Em, 04 de Maio de 2020.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Servidora GENESIA CRISTINA DE SOUZA NEVES e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 028/2007, artigo 12, inciso III, alínea "a", que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

R E S O L V E:

Art.1 º - Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Servidora GENESIA CRISTINA DE SOUZA NEVES, brasileira, viúva, portador da Cédula de Identidade nº. 430.698 SJ/MT e CPF 442.101.241-68, efetiva no cargo de Agente de Serviços Gerais, Classe A, Nível 09, matricula 39, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme Processo Administrativo do PREVI-RIBE nº. 2020.05.00000001, até posterior deliberação.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

Registre – se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 207/ GP/2019 EM, 01 DE JUNHO DE 2019.

Portaria nº. 207/ GP/2019 Em, 01 de Junho de 2019.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Servidora MARILU NOGUEIRA MARTINS DE FIGUEIREDO e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 028/2007, artigo 12, inciso III, alínea "a", que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

R E S O L V E:

Art.1 º - Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Servidora MARILU NOGUEIRA MARTINS DE FIGUEIREDO, brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade nº. 03258572 SSP/MT e CPF 266.185.321-91, efetiva no cargo de MONITOR DE ASSISTENCIA SOCIAL, Classe D, Nível 06, matricula 116-1, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com proventos integrais, conforme Processo Administrativo do PREVI-RIBE nº. 2019.06.00000001, até posterior deliberação.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e Dezenove.

Registre – se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS DE PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS COM RECAPAGENS**, utilizados nas Secretarias Municipais de acordo com as especificações constantes TERMO DE REFERENCIA – Especificação dos Produtos. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua São João, no dia 06/11/2020 às 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo email licitacaorbz@gmail.com e pelo telefone (66) 3415 1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 21 de outubro de 2020.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DECRETO Nº 87 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020 "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DE 28 DE OUTUBRO PARA 30 OUTUBRO DE 2020"

DECRETO Nº 87 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DE 28 DE OUTUBRO PARA 30 OUTUBRO DE 2020"

Considerando; que o dia do Funcionário Público, 28 de outubro de 2020, neste ano recai em uma "quarta-feira".

Considerando: que o tribunal de contas resolveu transferir excepcionalmente o feriado do dia 28 de outubro para dia 30 de outubro haja vista o interesse público relevante.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Transferir, em caráter excepcional, para o dia 30 de outubro (**sexta-feira)** do ano em curso, a comemoração o dia do Funcionário Público no âmbito das repartições públicas Municipais.

§1º- caberá aos dirigentes e secretários dos Órgãos Municipais a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos ás respectivas áreas de competência.

Artigo 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Rio Branco - MT, 21 de outubro de 2020.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4206-2020 –EXONERA-ALCIONE MARIA BEZERRA

PORTARIA Nº. 4206/GP/PMR/20

DE 21 DE outubro DE 2020

Exonera- ALCIONE MARIA BEZERRA do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL I ,Cds-13.

DIONES MIRANDA CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar – ALCIONE MARIA BEZERRA *do cargo em comissão de* ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL I CDS-13 ,de junto do Gabinete Do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

DIONES MIRANDA CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4207-2020 –NOMEIA-ALCIONE MARIA BEZERRA

PORTARIA Nº. 4207/GP/PMR/20

DE 21 DE outubro DE 2020

Nomeia- ALCIONE MARIA BEZERRA no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL I ,Cds-3.

DIONES MIRANDA CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia – ALCIONE MARIA BEZERRA *no cargo em comissão de* ASSESSOR NÍVEL I CDS-3 , junto do Gabinete Do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

DIONES MIRANDA CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4207-2020 –NOMEIA-ALCIONE MARIA BEZERRA

PORTARIA Nº. 4207/GP/PMR/20

DE 21 DE outubro DE 2020

Nomeia- ALCIONE MARIA BEZERRA no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL I ,Cds-3.

DIONES MIRANDA CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia – ALCIONE MARIA BEZERRA *no cargo em comissão de* ASSESSOR NÍVEL I CDS-3 , junto do Gabinete Do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

DIONES MIRANDA CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4208-2020 –EXONERA-MARCOS RAMOS SOARES

PORTARIA Nº. 4208/GP/PMR/20

DE 21 DE outubro DE 2020

*Exonera- **Marcos Ramos Soares** do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS,CDS-6.*

DIONES MIRANDA CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar– ***Marcos Ramos Soares*** *docargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS CDS-6, de junto da SECRETARIA DE OBRAS*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

DIONES MIRANDA CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4209-2020 –NOMEIA-MARCOS RAMOS SOARES

PORTARIA Nº. 4209/GP/PMR/20

DE 21 DE outubro DE 2020

*Nomeia- **Marcos Ramos Soares** NO cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL I ,Cds-13.*

.

DIONES MIRANDA CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear– ***Marcos Ramos Soares*** *NOcargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL I, CDS-13, junto Do GABINETE DO PREFEITO.*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

DIONES MIRANDA CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4210-2020 –DESTITUI-JOSE NILTON ALVES PENA

PORTARIA Nº. 4210/GP/PMR/20

DE 21 DE outubro DE 2020

Destitui- JOSE NILTON ALVES PENA do cargo em comissão de Diretor De Departamento Especial de Obras, CDS-06.

.

DIONES MIRANDA CARVALHO, Prefeito Municipal Em Exercício de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir– ***JOSE NILTON ALVES PENA*** *docargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE OBRAS CDS-6, de junto Da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

DIONES MIRANDA CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 1.808 - NOMEIA SANDRA NEVES DOS SANTOS

DECRETO No 1.808/GAB/PMR, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

PODER EXECUTIVO

Nomeia SANDRA NEVES DOS SANTOS no cargo de Secretária de Meio Ambiente.

DIONES MIRANDA CARVALHO, prefeito em exercício do Município de Rondolândia, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pelo inc. II do Artigo 70 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. *Nomeia SANDRA NEVES DOS SANTOSno cargo* de Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 21 de outubro de 2020

_____

Diones Miranda Carvalho

Prefeito em exercício

Rondolândia/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 051/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 1.726/GAB/PMR de 30 de março de 2020, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 051/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 118/2020, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **"Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de consumo, expediente e permanente para suprir as necessidades das Secretarias Municipais".**

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital;

Do encerramento do recebimento das propostas: 05/11/2020 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF); **Data de abertura das propostas**: 05/11/2020, às 09:01 horas (Horário de Brasília - DF);

Início da disputa: 05/11/2020, às 09:20 horas (Horário de Brasília - DF);

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

A integra deste edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br; http://rondolandia.mt.gov.br/ em portal transparência: www.e-gov.betha.com.br, licitações ou através do endereço de e-mail pregoeiro@rondolandia.mt.gov.br, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 21 de Outubro de 2020.

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

Decret. Nº 1.726/GAB/PMR/2020

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 130/2020.

Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Dispensa de Licitação de nº 061/2020 embasada no Inc.XVII do Art. 24 da Lei 8.666/93.

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Revisão Obrigatória para com a Manutenção Preventiva e Corretiva, durante o Período de Garantia de Fábrica de 40.000 Km do Veículo Uno Drive, Oficial Cor Prata 1.0, Placa QCI5753, Chassi 9BD195B4NK0856037, incluindo o fornecimento de peças, acessórios de reposição, genuínos e lubrificantes, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: XVII – Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: ***Comercial PSV LTDA, CNPJ: 01.489.352/0001-15, Endereço: Av. Castelo Branco, nº 16. 411, Bairro; Santo Antônio, Cep: 76.967-239, Cacoal/RO.***

Item	Quant.	Especificação	Valor Total
01	01	Aquisição de peças, troca de óleos para a realização da revisão de 40.000 Km do Veículo Uno Drive, Oficial Cor Prata 1.0, Placa QCI5753, Chassi 9BD195B4NK0856037, conforme orçamento de Fls. 07/09	R$ 4. 518,73
02	01	Prestação de Serviços para a realização da revisão de 40.000 Km do Veículo Uno Drive, Oficial Cor Prata 1.0, Placa QCI5753, Chassi 9BD195B4NK0856037, conforme orçamento de Fls.07/09	R$ 1. 600,00

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 130/2020, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 6.118,73 (Seis mil cento e dezoito reais e setenta e três centavos).

Rondolândia – MT, 21 de Outubro de 2020.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

II AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

TOMADA DE PREÇO N.º 68/2020

O Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com sede situada à Avenida Duque de Caxias, n.º1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados**,** que a licitação em epígrafe foi declarada **DESERTA**, pela ausência de interessados no presente certame licitatório, o qual se destinava a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALI-**

ZADA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO, LOCALIZADO NO DISTRITO DE BOA VISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE EDITAL"

Publique-se, no átrio desta Prefeitura, e no Diário Oficial do Município, para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 21 de outubro de 2020.

Alfredo Vinícius Amoroso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 104/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 104/2020**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújo que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE EXECUÇÃO DO CANAL DE DRENAGEM, LOCALIZADO NA VILA BOA ESPERANÇA NA INTERSECÇÃO COM A FUTURA AVENIDA BEIRA RIO, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 245.300,74 (duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos reais e setenta e quatro centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 20 de outubro de 2020.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INSCRIÇÕES DEFERIDAS E RESULTADO PRELIMINAR DE CREDENCIAMENTO PROCESSO SELETIVO DO PROJETO CULTURAL – LEI ALDIR BLANC Nº 14.017/2020 – EDITAL MUNICIPAL Nº 002/2020

Ord	Nome	Categoria Artística
01	Alice Nunes	Artesanato
02	Cassia Aline	Artesanato
03	Cacilda Nonato	Artesanato
04	Cleide Amaral	Artesanato
05	Edinalva N. P. Müller	Artesanato
06	Euzimar Batista	Artesanato
07	Elaine Pereira Leite	Artesanato
08	Fabiene Lemes	Artesanato
09	Jorge Francisco do Prado	Artesanato
10	Joanita Teodosia Malheiros	Artesanato
11	João Natalino	Artesanato
12	Marinalva Maria de Souza Paula	Artesanato
13	Urbano Pires de Camargo	Banda Musical
14	Valdiley Catarino do espirito Santo	Banda Musical
15	Valdeci jesuino de almeida	Banda Musical
16	Loange Sâmela Costa alves	Cantora/ Solo
17	Sebastião de M. Filho	Cantora/ Solo
18	Herython Amiki	Cantora/ Solo
19	José Maaria da Silva	Cantora/ Solo
20	Euller Franco Flexa da Fonseca	DJ
21	Manoel Santana	DJ
22	Márcio José de Oliveira	DJ
23	Wandercleison Tércio	DJ
24	Benedito Camargo	Dupla ou trio de Cantores
25	Diogenes Luiz de Oliveira	Dupla ou trio de Cantores
26	Jhonatan e Adam	Dupla ou trio de Cantores
27	Renato Augusto Monteiro Batista	Dupla ou trio de Cantores
28	Antonio Alexandrino Siqueira	Fotografia
29	Elton Marciano	Fotografia
30	Kaique Rafael ferreira Rodrigues	Fotografia
31	Adriane Márcia Cardoso da Silva	Gastronomia
32	Camilo Flexa da Fonseca Filho	Gastronomia
33	Evanilda de Almeida	Gastronomia
34	Evanil de Almeida	Gastronomia
35	Isabelly Linhares Viana	Gastronomia
36	Izana de Souza Linhares	Gastronomia
37	Jucimara Cristine	Gastronomia
38	Jessica Quirina	Gastronomia
39	Marluce Souza Ladislau	Gastronomia
40	Luciana Silva	Grupo de Dança
41	Kessie Jhones Lemes Cruz	Grupo de Dança
42	Fabieno Lemes Prado	Palestra
43	Izoraide Lemes	Palestra

Rosário Oeste, 21/10/2020

Gilson da Silva Ireno Lemes Pedro Mailson Rich Alves

Presid. da FUNCULTUR Sec. De Governo Diretor de Cultura

Ireno Lemes Pedro

Sec. De Governo

Mailson Rich Alves

Diretor de Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR DECISÃO JUDICIAL

EXTRATO DA RESCISÃO POR DECISÃO JUDICIAL Nº 1000076-2020.8.11.0052, REFERENTE AO CONTRATO Nº 050/2019 – O presente tem por objeto celebrar a RESCISÃO POR DECISÃO JUDICIAL,cujo objeto do contrato é a **"**Contratação de 01 (um) Clínico Geral; para **prestar Serviços Unidade de Saúde (PSF II E EVENTUAL PLANTÕES NO HOSPITAL) no Município de Salto do Céu – MT",** por um período de 12 (doze) meses; Cumprindo uma carga horária de 40 horas semanais. Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 050/2019, à partir de **01/12/2019** como determina a Decisão Judicial nº 1000076-2020.8.11.0052, para todos os efeitos de direito,relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido. DOS FUNDAMENTOS: art. 79, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. ASSINAM**:** FERNANDA CHAVES MELO CPF: 001.067.302-40 CRM/MT: 10771– Distratada e WEMERSON ADÃO PRATA – Prefeito de Salto do Céu-MT.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020

OBJETO:***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A SUBSTITUIÇÃO DE PISOS DO BLOCO I DA ESCOLA TRÊS DE NOVEMBRO, CONFORME PLANI-***

LHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITO E PROJETO.

Contratada:**BRANDOES CONSTRUTORA LTDA – CNPJ Nº. 36.573.565/0001-05**

VALOR GLOBAL:**R$ 20.853,43 (vinte mil oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos)**

VIGENCIA: até **31 de Dezembro de 2020.**

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Outubro de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 006/2020

OBJETO:***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO NO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE E QUADRA POLIESPORTIVA PACOVAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITO E PROJETO.***

Contratada:**BRANDOES CONSTRUTORA LTDA – CNPJ Nº. 36.573.565/0001-05**

VALOR GLOBAL:**R$ 40.466,56 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)**

VIGENCIA; até **31 de Dezembro de 2020.**

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Outubro de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

FINANÇAS
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00085/2020

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00085/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EGON HOEPERS, Prefeito(a) Municipal de SANTA RITA DO TRIVELATO, estado do Mato Grosso, no u atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 00660/2019 , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar em conformidade com o Parágrafo 1º, inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64 no valor de R$1.318.946,07 (um milhão e trezentos e dezoito mil novecentos e quarenta e seis reais e sete centavos) para reforço de dotacões já consignadas no Orcamento vigente:

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0022.2002.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS

0100000000-Recursos Ordinarios 2.000,00

Sub-Total: 2.000,00

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.2003.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS

0100000000-Recursos Ordinarios

5.075,82

03.001.04.122.0022.2003.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA

0100000000-Recursos Ordinarios

2.000,00

03.001.04.122.0022.2003.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO

0100000000-Recursos Ordinarios

1.600,00

Sub-Total: 8.675,82

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.30.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios

MATERIAL DE CONSUMO

105.500,00

05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.39.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

7.696,00

05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios OBRAS E INSTALACOES

91.290,00

05.001.15.452.0008.2007.3.1.9.1.13.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS

15.000,00

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.30.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios MATERIAL DE CONSUMO

64.892,14

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA

0100077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui 110.000,00

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0100000000-Recursos Ordinarios

42.000,00

Sub-Total: 436.378,14

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 30.000,00 06.002.10.122.0036.2084.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 60.000,00

06.002.10.122.0036.2084.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO

0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 92.000,00 06.002.10.122.0036.2084.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 19.783,71

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00085/2020

06.002.10.301.0004.1008.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 1.169,52 06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 45.637,68

06.002.10.301.0004.2011.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 500,00 06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 15.752,43

06.002.10.302.0005.2016.4.4.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude 11.026,29

Sub-Total: 275.869,63

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0033.1022.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 569.000,00

Sub-Total: 569.000,00

07.004-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40

07.004.12.361.0029.2020.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL

0119000000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras despesas da Educacao Basica) 16.300,00

Sub-Total: 16.300,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.122.0032.2028.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA

0100000000-Recursos Ordinarios

5.500,00

08.002.08.122.0032.2028.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0100000000-Recursos Ordinarios

2.222,48

Sub-Total: 7.722,48

11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

11.001.27.812.0028.2035.3.3.9.0.37.00.00.00 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA

0100000000-Recursos Ordinarios

3.000,00

Sub-Total: 3.000,00

Total Parcial Suplementado: 1.318.946,07

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serao utilizados recursos provenientes de Anulação Total ou Parcial de dotações em conformidade com o Parágrafo 1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0022.1003.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

0100000000-Recursos Ordinarios 30.000,00

Sub-Total: 30.000,00

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.2003.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO

0100000000-Recursos Ordinarios 1.000,00

Sub-Total: 1.000,00

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00085/2020

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0100000000-Recursos Ordinarios 100.000,00

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM

0100000000-Recursos Ordinarios 1.000,00

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0100000000-Recursos Ordinarios 30.000,00

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIO

0100000000-Recursos Ordinarios 1.000,00

Sub-Total: 132.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.25.752.0008.1007.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0100000000-Recursos Ordinarios 5.000,00

05.001.25.752.0008.2061.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0117000000-Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP 4.000,00 05.001.25.752.0008.2061.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0100000000-Recursos Ordinarios 16.000,00

05.001.25.752.0008.2061.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0117000000-Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP 4.000,00 05.001.25.752.0008.2061.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0100000000-Recursos Ordinarios 16.000,00

Sub-Total: 45.000,00

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 196.000,00

Sub-Total: 196.000,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.306.0019.2042.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0100000000-Recursos Ordinarios 50.000,00

07.002.12.361.0029.2078.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00 07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 300.000,00

07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 300.000,00 07.002.12.365.0029.2050.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00

07.002.12.365.0029.2050.3.1.9.0.11.00.00.00 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 500,00 07.002.12.365.0029.2050.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00

07.002.12.365.0029.2050.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00 07.002.12.365.0029.2050.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS -RPPS

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00

07.002.13.392.0012.2027.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

0100000000-Recursos Ordinarios 10.000,00

Sub-Total: 665.500,00

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00085/2020

07.004-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40

07.004.12.361.0029.2020.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS

0119000000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras despesas da Educacao Basica) 29.000,00 07.004.12.361.0029.2020.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00

07.004.12.365.0029.2021.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00 07.004.12.365.0029.2021.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA

0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao 1.000,00

Sub-Total: 32.000,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.122.0032.2028.4.4.9.0.30.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios MATERIAL DE CONSUMO

5.000,00

08.002.08.243.0015.2029.3.1.9.0.11.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL

30.000,00

08.002.08.243.0015.2029.3.3.9.0.33.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOM

1.000,00

08.002.08.243.0015.2029.3.3.9.0.36.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA

1.000,00

08.002.08.243.0015.2082.3.1.9.0.11.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL

69.000,00

08.002.08.243.0015.2082.3.3.9.0.30.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios MATERIAL DE CONSUMO

10.000,00

08.002.08.243.0015.2082.3.3.9.0.40.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO

1.000,00

08.002.08.243.0015.2082.4.4.9.0.52.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

446,07

08.002.08.244.0015.1031.4.4.9.0.52.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5.000,00

08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.11.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL

50.000,00

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.34.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO

30.000,00

Sub-Total: 202.446,07

11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

11.001.27.812.0028.2034.4.4.9.0.52.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5.000,00

11.001.27.812.0028.2053.3.3.5.0.41.00.00.00

0100000000-Recursos Ordinarios CONTRIBUICOES

10.000,00

Sub-Total: 15.000,00

Total Parcial Reduzido: 1.318.946,07

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de SANTA RITA DO TRIVELATO, 03, Setembro de 2020

EGON HOEPERS

Prefeito(a)

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0473/2020. DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA ELIZANGELA MARIA DA SILVA SANTANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º - Fica concedido a licença saúde da servidora **ELIZANGELA MARIA DA SILVA SANTANA,** portadora do RG nº: 10562494 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 808.254.191-15 servidora efetiva no cargo de PROFESSOR 30 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, sendo assim fica afastada no período de: 14/10/2020 a 13/11/2020.

Art. 2º- Os efeitos da presente portaria retroagem à data 14 de Outubro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0472/2020. DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA ANGELITA APARECIDA LEITE DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º - Fica concedido a licença saúde da servidora **ANGELITA APARECIDA LEITE DA SILVA,** portadora do RG nº: 917320 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 003.752.951-00 servidora efetiva no cargo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO REDE EDUACIONAL-MERENDEIRA 40 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, sendo assim fica afastada no período de: 09/10/2020 a 08/11/2020

Art. 2º- Os efeitos da presente portaria retroagem à data 09 de Outubro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0474/2020 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0124/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **MARIVANIA DE SOUZA SILVA**, inscrita no CPF nº 010.351.951-35, para **Fiscalização do CONTRATO nº 0124/2020**, cujo objeto é: **AQUISIÇÃODE TABELA DE BASQUETE MÓVEL EM ACRÍLICO, PARA ATENDER A ACADEMIA DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.** Processo de Dispensa de Licitação nº 078/2020**.** Contratada: ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inscrito no CNPJ n° 35.942.214/0001-61.

Art. 2º. Esta portaria *entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 023/2019

7º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 023/2019, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 11.487.619/0001-99, situada na Avenida Universitária, n° 960W, Apto 10, Parque das Emas, em Lucas do Rio Verde - MT, neste ato representada pela Sra. **JANAINA FERREIRA DOS SANTOS,** portador do RG n° 2033410-9, inscrito no CPF nº 025.428.451-58,denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato 023/2019, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 – O objeto do presente Contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, conforme Tomada de Preços nº 002/2019.

1.2 - Tem como finalidade o presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de execução das obras e serviços, bem como do prazo de vigência contratual.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1 – Fica prorrogado o prazo de execução das obras e serviço, referente ao **Contrato nº 023/2019**, acima descrito, em mais **60 (sessenta) dias.**

2.2 – Fica prorrogado o prazo de vigência do **Contrato nº 023/2019**, acima descrito, em mais **90 (noventa) dias.**

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, § 1°, II e § 2º, da Lei nº 8.666/93, e se faz necessário para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

4.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Mutum - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 15 de outubro de 2020.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

JANAINA FERREIRA DOS SANTOS

CONTRATADA

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0475/2020 DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **OTONIEL RODRIGUES DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 217.974.028-03 para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 003/2020 Pregão Presencial nº 017/2020 do Município de Itaguatins – TO, OBJETO: **AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO TIPO PICK-UP 4X4, ZERO KM, TENDO EM VISTA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2020 - PROCESSO DE DISPENSA Nº 075/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO – HIPOCLORITO DE SÓDIO PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

Contratada:INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, inscrito no CNPJ° **10.717.170/0009-00**

VALOR GLOBAL: 10.080,00(dez mil e oitenta reais)

VIGENCIA 14/10/2020 A 14/10/2021

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de Outubro de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO.

DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 013/2020

RECONHEÇO a contratação por meio de Dispensa de Licitação, considerando a orientação exposta no Parecer do Procurador Jurídico do Município nos autos que está fundamentado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO: 013/2020

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 50 A 80 MBPS.

FAVORECIDO: F.A. DA MOTA- ME

CNPJ: 12.461.440/0001-25

VALOR: R$ 22.500,00 (VINTE E DOIS MIL, E QUINHENTOS REAIS), que serão pagos em 03 (três) meses, sendo o valor mensal de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).**

Santa Terezinha – MT, 21 de Outubro de 2020.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Ratifico a Dispensa de Licitação n.º 013/2020, do certame licitatório em consonância com a JUSTIFICATIVA apresentada, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Santa Terezinha – MT, 21 de Outubro de 2020.

Euclesio Jose Ferretto

PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 123/2020

EMENTA: RECOMPÕE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E,

Art. 1º - Ficam recompostos os membros do Conselho Municipal do Idoso de Santo Afonso, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras, consultivas e informativas composto pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes, a saber:

Representantes Do Poder Público

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Roseane Dias da Silva	CPF:050.186.941-73 RG:2304510-8 SSP/MT	Beatriz Sanches Merejoli	CPF: 286.073.648-47 RG:27334995-8 SSP/MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Ana Carolina Fonseca Meira	CPF:049.622.291-09 RG: 2507566-7 SSP/MT	Leiliane Silva Alves Rocha	CPF: 027.928.631-70 RG: 2031079-0 SSP/MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Adejaine Caldeira de Souza	CPF: 018.890.041-11 RG: 18384471 SSP/MT	Elisângela Moura Dos Santos	CPF: 018.890.041-11 RG: 1858174-9 SSP/MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Flavia Aparecida Ribeiro da Silva	CPF:042.560.311-38 RG: 23958707 SSP/MT	Claudia Josefa de Carvalho	CPF:063.663.101-06 RG: 27792587 SSP/MT
REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO			
CÂMARA MUNIPAL DE VEREADORES			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Leusidene Aparecida Souto	CPF:629.458.151-68 RG: 10489681 SSP/MT	Ellen Cristina Moura de Lima	CPF:039.411.361-60 RG:2304515-9 SSP/MT
REPRESENTANTE DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO			
TITULAR SUPLENTE			
Geraldo Raimundo Vieira	CPF:277.423.931-15 RG: 158351 SSP/GO	Florentina Maria Vieira	CPF: 01.747.311-90 RG: 958761 SSP/MT
REPRESENTANTE DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Rosilda M.Ferreira	CPF:893.135.561-68 RG: 379949 SSP/MT	Geralda Glória Barbosa	CPF: 535.222.811-87 RG: 20082223 SSP/MT
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS			
TITULAR		**SUPLENTE**	
José Aparecido de Souza	CPF:206.390.821-49 RG: 606882 SSP/MT	Angelo Rogério Gomes Barbosa	CPF: 915.187.441-34 RG: 13642839 SSP/MT
REPRESENTANTE DO GRUPO DE IDOSOS REVIVER			
TITULAR		**SUPLENTE**	
Maria Terezinha de Lima	CPF:351.658.396-72 RG: 752797SSP/MT	Francisca de Araujo Ramos	CPF: 8267.722.211-68 RG: 02701022 SSP/MT
Nivaldo Francisco da Silva	CPF:362.072.761-91 RG: 503034 SSP/MT	Arminda Moreira Betoldo	CPF: 411.817.191-00 RG:

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal do Idoso, de que trata esta Portaria, serão responsáveis pela fiscalização, transparência e justiça na funcionalidade e execução das tarefas dentre este Conselho, no Município de Santo Afonso – MT. E deverá cumprir com os princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas em lei normativas e decretos pertinentes.

Art. 3º - O Presidente, Vice-Presidente e Secretária do Conselho Municipal do Idoso foram eleitos entre seus membros, ficando assim definido:

Presidente: Roseane Dias da Silva

Vice-Presidente: Ellen Cristina Moura de Lima

Secretariando para este conselho: Beatriz Sanches Merejolii

Art. 4º - Os membros do Conselho Municipal do Idoso de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º - O prazo de vigência do presente conselho será de 03 (três) anos a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 21 DE OUTUBRO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 012/2020

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034. 369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste

CONTRATADA: PRENCON INCORPORADORA E IMOBILIARIA EIRELI, inscrito no CNPJ sob o n.º **28.846.888/0001-05**, com sede na Rua A, nº 3390, Bairro Distrito Industrial II, situado na cidade de Primavera do Leste/ MT – CEP: 78.850-000, neste ato representado por sua proprietária a Sra. Dulceleia Braga Bragagnolo, brasileira, portadora do RG n.º 4.486.301-4 – SSP/PR e do CPF n.º 604.264.461-00, doravante contratada .

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2020 de 21/02/2020 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 012/2020, à CLÁUSULA QUINTA ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUINTA – Do valor – **fica acrescentado no LOTE 1- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO, o valor de R$ 16.903,56(dezesseis mil novecentos e três reais e cinquenta e seis centavos) ao contrato inicial.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Novembro de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de setembro de 2020.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNTTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

PRENCON INCORPORADORA E IMOBILIARIA EIRELI

CNPJ: 28.846.888/0001-05

T E S T E M U N H A S

1ª _____

Nome:

RG:

2ª _____

Nome:

R.G.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 431/2020.

DE: 21 DE OUTUBRO DE 2020.

TRANSFERE O (A) SERVIDOR (A) PÚBLICO DE SECRETARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - TRANSFERIR a servidora pública efetiva **ELAINE DE FATIMA MORS,** da Secretaria Municipal de Saúde, para prestar seus serviços no Gabinete do Prefeito deste município.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 05/10/2020.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 21 DE OUTUBRO DE 2020.

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

GERSON JANUÁRIO DE AMORIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado 005/2020, através da Portaria nº 422/2020 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar que houve recurso sobre a divulgação do Resultado Preliminar da Análise Curricular, e que o mesmo foi indeferido pela Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado 005/2020.

II. Divulgar o Resultado Final em definitivo no Anexo I deste Edital.

III. O presente Edital com a as alterações estão disponíveis no endereço eletrônico: https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br, afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Santo Antônio do Leste/MT, 21 de Outubro de 2020.

Gerson Januário de Amorim

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Cynthia Flavia Morais Carrijo

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Cilsa Aparecida de Sousa Crecencio

Secretária da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Sonia Nívia Brunetta Muhlbeier

Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

ANEXO I

Nº INSCRIÇÃO	NOMES	EXPERIÊNCIA COMO FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO NO SETOR PÚBLICO	EXPERIÊNCIA COMO FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO NO SETOR PRIVADO	ESPECIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA ÁREA DA SAÚDE HUMANA	DEMAIS EXPERIÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE	TOTAL DE PONTOS
03	ELENISE XAVIER MANOEL	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00
06	RAQUEL DA SILVA FERREIRA	0,00	0,00	3,00	0,00	3,00
02	KEROLAYNE LUDIMILA MARCIEL DE ARRUDA	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
01	MARIA BORGES MARIM	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
07	ALEX DONAIRE DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04	QUEREM HAPUQUE NASCIMENTO VIEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05	RÚDIA TAYLLA DOS SANTOS FERNANDES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	BRUNO TADEU FERREIRA **(INSCRIÇÃO ENVIADA FORA DO PRAZO DETERMINADO NO EDITAL)**	-	-	-	-	DESCLASSIFICADO

LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 049/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020

CONTRATO N.º 049/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020

"QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT E DE OUTRO, A EMPRESA A S CONSTRUTORA LTDA, NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES."

01- DAS PARTES

1.1-MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE;

1.2 – **A S CONSTRUTORA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.618.893/0001-76, com sede na Rua Manoel Pereira Brito, s/nº, quadra 37, lote 12, Setor Cristino Cortes, situado na cidade de Barra do Garças, neste ato representado por seu sócio proprietário o Sr. Aloisio Alves de Souza, brasileiro, portador da CNH n.º 00275726726 – DETRAN/MT e do CPF n.º 284.2241.071-87, denominada simplesmente CONTRATADA.

02- DO SUPORTE LEGAL

2.1- Este Contrato de Prestação de Serviço se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e ainda Lei Complementar n.º 123/2006 e Licitação TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2020 do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, sob a forma de execução indireta, em regime de EMPREITA POR PREÇO GLOBAL, Processo Administrativo n.º 077/2020 e convenções estabelecidas neste Instrumento, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação do Prefeito no dito certame, datada de 19/10/2020.

03- DO OBJETO

3.1- **Contratação de empresa especializada para conclusão da execução de obra de iluminação e urbanização de canteiro central à ser realizado na Av. Goiás, localizada neste Município,** constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO N.°008/2020;

3.2- Para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, deverá a CONTRATADA obedecer.

Às instruções e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Ministério da Saúde.

04- DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1- Os serviços serão executados de conformidade com os termos da Licitação, TOMADA DE PREÇO N.° 008/2020, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos estatuídos pelo Artigo 6°, Inciso VIII, alínea "e" da Lei Federal n.º 8.666/93.

05- DO FATO GERADOR CONTRATUAL

5.1- O presente Instrumento Contratual foi firmado em decorrência do Despacho Homologatório e Adjudicatório pelo Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste -MT, em 19/10/2020, concernente à Licitação instaurada na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2020, Processo Administrativo n.º 077/2020 e de conformidade com os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

06- DO VALOR

6.1- O menor preço para a execução dos serviços objeto deste Contrato corresponde ao valor de R$ 732.073,10(setecentos e trinta e dois mil, setenta e três reais e dez centavos).

LOTE 01 - Iluminação do canteiro central da Av. Goiás

R$ 322.382,73 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos).

LOTE 02 - Urbanização do canteiro central da Av. Goiás

R$ 409.690,37 (quatrocentos e nove mil, seiscentos e noventa reais e trinta e sete centavos).

07- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1- As despesas decorrentes deste procedimento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação Obras e serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.1104	Revitalização, Urbanização e Iluminação de Vias Urbanas
Ficha	704	
Despesa	4.4.90.51	Obras e Instalações
fonte	0,3,00,0	

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação Obras e serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.1104	Revitalização, Urbanização e Iluminação de Vias Urbanas
Ficha	599	
Despesa	4.4.90.51	Obras e Instalações
fonte	0,1,00,0	

7.2- Se for o caso, nos exercícios subsequentes, as despesas, em referência, poderá correr à mesma conta ou àquela correspondente que for destinada a custear este tipo de despesa pela CONTRATANTE.

08- DO PRAZO

8.1- O prazo de vigência do Contrato será de **270 (duzentos e setenta)** dias, sendo que a execução do serviço de urbanização será de **120 (cento e vinte)** dias e o serviço de iluminação de **90 (noventa)** dias, conforme cronograma físico - financeiro, podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

8.2- O prazo para início dos serviços será de no máximo até 10 (dez) dias úteis após a data da emissão da respectiva Ordem de Serviço;

8.3- Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantida às demais Cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) Alteração do projeto executivo dos serviços ou especificações, pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

09- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Os pagamentos das medições ficarão condicionados à disponibilidade financeira de conta bancária.

9.2- Os pagamentos serão efetuados conforme medições, em até 14 (catorze) dias contados da data de emissão da nota fiscal/fatura, condicionados a Ordem de Serviços, aos repasses financeiros, medições devidamente atestadas pelo Departamento de Engenharia desta Prefeitura e comprovação dos seguintes pagamentos/regularidades:

a) Certidão Negativa da Previdência Social e FGTS.

b) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, sede do Município onde será executado os serviços;

c) Comprovante de pagamento de todos os encargos trabalhistas dos funcionários alocados na execução dos serviços;

d) Cópia do Diário de Registro de Serviços devidamente atualizado;

10- DO REAJUSTAMENTO

10.1- Os preços para a prestação dos serviços em referência serão fixos e não sofrerão reajuste durante a vigência deste Contrato, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, ressalvados os casos estipulados neste contrato e se houver desequilíbrio econômico – financeiro do contrato devidamente justificado;

10.2- No caso de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviço, só poderá haver reajuste, se existir acordo entre as partes, nunca contrariando, qualquer que for algum índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.

11- DAS PENALIDADES

11.1 - Pelainexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto a ser contratado**,** a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Licitante Vencedora, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência, por escrito;

a) No caso de 2º advertência, por razão de medição, mediante prévia e ampla defesa, aplicar-se-á, multa no importe de 5% (cinco por cento) da respectiva medição.

b) Em caso de reincidência da advertência, com aplicação da multa do inciso anterior, poderá ser aplicado a penalidade nos termos do artigo 78, VIII da Lei n.º 8.666/93.

II – Multa;

a) No caso de desistência da proposta, após a fase de habilitação, sem motivo justo aceito pela Comissão de Licitação ou do gestor do contrato, aplicar-se-á multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.1.1 - Será aplicada multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão a multa pecuniária prevista no subitem 14.1.2 infra, sem prejuízo da aplicação das penas previstas nos incisos III e IV da cláusula 14.1.

11.1.2 - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinqüenta por cento)

do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no subitem 14.1.1 supra.

11.2 - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT**, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

11.2.1 - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

11.3 - No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

11.4 -Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

11.5 - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA, decorrentes das infrações cometidas.

12- DA RESCISÃO

12.1- Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94;

12.2. - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerado nos Incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

13- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1- O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial nos casos abaixo:

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;

13.2- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.3- Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

13.4- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93;

13.5- As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93.

14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1.1 Executar os serviços objeto deste contrato seguindo rigorosamente os projetos e suas especificações e demais condições estipuladas, em observância à melhor técnica vigente, enquadrando-se dentro dos preceitos normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com zelo e diligência;

14.1.2 Manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

14.1.3 Providenciar as liberações provisórias, definitivas e necessárias nas concessionárias, bem como no Corpo de Bombeiros, no CREA/CAU e em todos os demais órgãos fiscalizadores, arcando com todas as despesas decorrentes;

14.1.3.1 Realizar o serviço de acordo com o projeto básico e cronograma físico financeiro e normas da concessionária de energia elétrica.

14.1.4 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços;

14.1.5 Fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e Projetos Básico e/ou Executivo, assumindo as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, devendo os materiais empregados serem de primeira qualidade, não sendo aceitos complementos com outras características;

14.1.6 Responsabilizar-se por todas as demolições e remoções necessárias, recomposições de pavimentos, revestimentos, deslocamento de tubulações e outros, porventura foram executados fora das especificações, com vícios e/ou defeitos;

14.1.7 Garantir qualidade, correção e segurança dos serviços executados, contados a partir da data da entrega do Termo de Recebimento Definitivo;

14.1.8 Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e os de seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço;

14.1.9 Executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, alojamentos, refeitórios, banheiros, almoxarifado, depósitos, escritório para fiscalização e escritório para administração e todas as ligações provisórias (luz, água, esgoto, telefone e etc.), destinados ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços;

14.1.10 Providenciar no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do presente instrumento, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/CAU/MT, bem como o competente registro no INSS, podendo a **CONTRATANTE** solicitar, a seu critério e a qualquer tempo, as respectivas comprovações;

14.1.11 Entregar, se houver Termo de Garantia dos equipamentos fornecidos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, a contar da data do respectivo Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão de serviços e substituição de peças ou materiais, transporte e hospedagem, desde que não fique caracterizado o uso inadequado por parte do usuário;

14.1.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em con-

sequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimentos contratados;

14.1.13 Providenciar a aprovação nos órgãos competentes de todas as alterações que possam vir a ser feitas no projeto original, arcando com os custos correspondentes;

14.1.14 Responsabilizar-se por qualquer dano ou destruição que os serviços executados venham a sofrer até a definitiva aceitação pela **CONTRATANTE**, bem como por indenizações que possam ser devidas a terceiros, por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados mesmo que ocorridos na via pública;

14.1.15 Arcar se necessário for, com os custos de vigilância noturna e/ou diurna dos equipamentos, produtos e materiais postos em depósito para execução dos serviços, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade sobre perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer;

14.1.16 Manter no local de execução dos serviços, "**DIÁRIO DE REGISTRO DE SERVIÇOS**", com folhas triplas, devidamente numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, tais como, indicações técnicas, início e término das etapas dos serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, eventuais irregularidades, etc.

14.1.17 Depois de concluído cada **DIÁRIO DE REGISTRO DE SERVIÇOS**, uma via será entregue à fiscalização, outra à empresa contratada e o original deverá ser entregue à Supervisão Administrativa para conhecimento e posterior arquivamento, com vistas a compor o processo e servir como documento-base para dirimir dúvidas e quaisquer reivindicações futuras;

14.1.18 Promover o afastamento, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após o recebimento da notificação, de quaisquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da Fiscalização;

14.1.19 Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, inclusive previdenciária, e à capacidade técnica e operativa;

14.1.20 Assumir os encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços objeto do presente contrato, assim como por tudo mais quanto às leis sociais e trabalhistas lhes assegurem, inclusive 13º salário, aviso prévio, indenizações etc.

14.1.21 Fornecer sempre que solicitado pela **CONTRATANTE,** comprovante de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste contrato;

14.1.22 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

14.1.23 Não **CAUCIONAR** ou utilizar, sob pena de rescisão contratual, o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

14.1.24 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, falta ao serviço, greve e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o Município de Santo Antônio do Leste - MT, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época devida, ficando ciente o contratado de que a falta de registro de seus empregados será causa suficiente para rescisão unilateral do contrato;

14.1.25 Se for o caso, arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos;

14.1.26 Consultar a Fiscalização, a qual caberá parecer definitivo, em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações ou desenhos;

14.1.27 Comunicar à Fiscalização os serviços concluídos para aprovação, e, ainda, a ocorrência de qualquer irregularidade imprevista detectada, bem como as providências a serem tomadas;

14.1.28 Providenciar autorização junto ao órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, sempre que for necessário a realização dos serviços que possam interromper ou perturbar o livre trânsito de veículos e/ou pedestres ou que possam oferecer perigo à segurança pública;

14.1.29 Manter, permanentemente, no canteiro de serviços um engenheiro, pertencente ao quadro da empresa, responsável pela execução dos serviços contratados, o qual será o elemento de contato entre a CONTRATADA e a Fiscalização da CONTRATANTE. Em sua ausência, a CONTRATADA deverá indicar outro engenheiro, que passará a responder pelos serviços, desde que aprovado pela fiscalização;

14.1.30 Arcar com o ônus das adaptações, em caso de possíveis incorreções, indefinições, omissões, vícios e/ou defeitos, resultantes dos Projetos fornecidos, uma vez que será considerada altamente especializada nos serviços em questão, devendo incluir no valor global da proposta, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos Projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos;

14.1.31 Arcar com os custos de testes necessários a comprovação da qualidade de materiais postos nos serviços, bem como dos serviços prestados pela **CONTRATADA** ou se for o caso pela empresa subcontratada.

14.1.32 Providenciar a correção das possíveis falhas do Projeto com o seu executor;

14.1.33 Submeter para análise e aprovação prévia da Administração, quaisquer substituições do (s) profissional (is) responsável (eis) técnico (s) pelos Serviços.

14.1.**34 Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

14.1.3.5 Manter atualizado o endereço, e-mail, e telefone, tanto do Preposto indicado pela empresa, quanto do profissional responsável pela execução da obra;

14.1.35.1 Manter o Diário de Registro de Serviços devidamente atualizado;

14.1.36 O entulho gerado com a execução dos serviços deverá ser retirado pela empresa, e seu custo deverá estar contido na planilha de orçamento;

14.1.37. Será de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material etc.

14.1.38. Acatar as determinações do Fiscal da Contratante;

14.1.39. Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em Lei;

14.1.40. A empresa deverá verificar com a Administração do Município o local para caçamba de "bota-fora" e outro material de grande volume que for necessário estocar;

Parágrafo Único: A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos prédios.

14.1.41. Para fins de emissão da ordem de serviço a contratada será convocada, e terá o prazo de 05 (cinco) dias para participar da **Reunião de Início de Obra** na sede da prefeitura, devendo a empresa estar representada pelo representante legal e o profissional responsável pela execução

da obra, participará também desta reunião o Fiscal do Contrato, e será elaborada a ata da reunião.

16-DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

16.2.1 Efetuar os pagamentos decorrentes deste contrato nos termos e condições avençadas;

16.2.2 Fiscalizar, através de pessoa previamente designada, a execução do Contrato;

16.2.3 Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste Contrato;

16.2.4 Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

16.2.5 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

16.2.6 Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa ao local dos trabalhos;

16.2.7 Responsabilizar-se pelas licenças necessárias.

17- DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização deste Contrato servidor(a) designado pela Prefeitura, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

18- DA VINCULAÇÃO

18.1- O presente Contrato de Prestação de Serviço vincula-se ao Processo Administrativo n.º 077/2020, TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2020 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, pelos vencedores do certame.

19- DO DOMICÍLIO E FORO

19.1- As partes elegem como domicílio legal, o Foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

20- DA ASSINATURA

20.1- E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes que aceitam as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato n.º 049/2020 em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste– MT, 20 de outubro de 2020.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

A S CONSTRUTORA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF Nº:

_____

NOME:

CPF N°:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **04/2020**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: VILMA L. N. MUSSUIA, CNPJ nº30.430.943/0001-15, no valor POR TOTAL DOS ITEM de R$ 21.576,00 (Vinte e Um Mil, Quinhentos e Setenta e Seis Reais)**.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 21 de Outubro 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 49/2020

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **5/2020**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Física 1ª vencedora: VALDIR JULIO DA SILVA, CPF nº 933.447.161-15, no valor GLOBAL de R$ 3. 135,00 (Três Mil, e Cento e Trinta e Cinco Reais.)**.

Objeto: Solicito locação de Imóvel para instalação da unidade de apoio da família, Fisioterapia e Psicologia.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 21 de Outubro de 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020.

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – GABINETE DO PREFEITO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (PAPELARIA) E PEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL. Em análise aos autos, venho **REVOGAR** a presente licitação, pois o presente pregão presencial encontra-se suspenso. No entanto, o mesmo objeto desta licitação foi dado andamento em uma nova licitação na modalidade Pregão Presencial, processo licitatório n.º 031/2020. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal diretamente na sala da C.P.L. no horário de 08h00min às 12h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – **licita.serranova@hotmail.com**.

Em Serra Nova Dourada - MT, em 21 de Outubro de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR.

PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RESOLUÇÃO Nº 004 /2020/CMAS

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO 2019 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal da Assistência Social de Tabaporã MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 721/2009 e conforme aprovado na reunião plenária Extraordinária de 08 de Abril de 2020;

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar O Demonstrativo Sintético Da Execução Físico Financeira Do Exercício 2019 da Assistência Social.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tabaporã-MT; 21 de Outubro de 2020.

Jeferson Camargo Cordeiro

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 042/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO** do tipo **Menor Preço por item,** objetivando a FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA CÂMARAS DE AR EM GERAL A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TABAPORÃ/MT,** conforme o **Termo de Referencia – ANEXO I** do Edital.

Repartições interessadas:.....GABINETE DO PREFEITO;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

ALTAIR ZANIN - PNEUS - ME
CNPJ Sob n° 09.329.896/0001-21
Venceu os Itens: 02, 03, 04, 05, 07, 08, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 68 e 70
Valor Total dos Itens: R$ 1.722.254,00 (Um milhão, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).
D.P. DE SOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHAS - EPP
CNPJ Sob n° 21.711.134/0001-90
Venceu os Itens: (10)
Valor Total dos Itens: R$ 31.350,00 (Trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais).
PNEUS BARBOSA LTDA - ME
CNPJ Sob n° 14.481.695/0001-85
Venceu os Itens: 01, 06, 09, 11, 17, 20, 21, 25, 28, 32, 39, 41, 48, 54, 55, 59, 60 e 65
Valor Total dos Itens: R$ 547.116,30 (Quinhentos e quarenta e sete mil, cento e dezesseis reais e trinta centavos).

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 21 de Outubro de 2020.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 042/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO** do tipo **Menor Preço por item,** objetivando a FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA CÂMARAS DE AR EM GERAL A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TABAPORÃ/MT,** conforme o **Termo de Referencia – ANEXO I** do Edital.

Repartições interessadas:.....GABINETE DO PREFEITO;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;

.....SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor

Sirineu Moleta, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

ALTAIR ZANIN - PNEUS - ME
CNPJ Sob n° 09.329.896/0001-21
Venceu os Itens: 02, 03, 04, 05, 07, 08, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 68 e 70
Valor Total dos Itens: R$ 1.722.254,00 (Um milhão, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).
D.P. DE SOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHAS - EPP
CNPJ Sob n° 21.711.134/0001-90
Venceu os Itens: (10)
Valor Total dos Itens: R$ 31.350,00 (Trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais).
PNEUS BARBOSA LTDA - ME
CNPJ Sob n° 14.481.695/0001-85
Venceu os Itens: 01, 06, 09, 11, 17, 20, 21, 25, 28, 32, 39, 41, 48, 54, 55, 59, 60 e 65
Valor Total dos Itens: R$ 547.116,30 (Quinhentos e quarenta e sete mil, cento e dezesseis reais e trinta centavos).

>>> Valor Total Homologado: R$: 2.300.720,30 (Dois milhões, trezentos mil, setecentos e vinte reais e trinta centavos)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 21 de Outubro de 2020.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 79/2020

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 79/2020-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual, AQUISIÇÃO DE KITS DE CESTA BÁSICA E KITS DE HIGIENE, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos **Realização: 05 DE NOVEMBRO de 2020 às 09:00 hs horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **22 de Outubro de 2020,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-311-4809.Tangará da Serra-MT, 21 de Outubro de 2020. Maria Alves de Souza- Chefe Departamento de Licitação-Portaria nº 484/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 78/2020-

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 78/2020-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **Registro de Preço** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CORTINAS E PERSIANAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS Á CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 06 DE NOVEMBRO de 2020 às 09:00 hs horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **22 de Outubro de 2020,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-311-4809.Tangará da Serra-MT, 21 de Outubro de 2020. Maria Alves de Souza- Chefe Departamento de Licitação-Portaria nº 484/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO 02/2020

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001-00, sediado na Av. Clóves Felício Vettorato, nº 101, centro em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado por Rafael Souza Barros, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, inscrito sob CPF Nº 019.400.851.79 e RG Nº 10961860.

NOTIFICADO(A): V. TEIXEIRA - ME, devidamente **inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.428.978/0001-51 e Inscrição Estadual nº. 51.201.344.523, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 78, Setor Leste, Bairro Centro, CEP 78.500-000, Colíder - MT.**

O notificante, supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, pela via Extra Judicial, vem apresentar a presente:

NOTIFICAÇÃO

A Empresa notificada foi vitoriosa no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2020 e Pregão Presencial 31/2020, a fim de fornecer GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme especificações e condições constantes no termo de referência.

Objeto: Supressão parcial do Contrato nº Nº 73/2020 no valor de R$ 50.958,20 (cinquenta mil novecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), e contrato Nº 254/2020 no valor de R$ 31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais), tendo em vista que o fornecimento dos produtos deixaram de ser parcialmente realizados, causados pela paralização das aulas presenciais, em decorrência da Pandemia de COVID-19.

Conforme tentativa de contato pelo setor responsável via e-mail e telefone com o responsável pela empresa, foi informado sobre a necessidade de supressão no contrato ora pactuado, devido ao momento de pandemia em que o mundo passa, impactando assim diretamente nos gastos públicos. A empresa CONTRATADA não manifestou resposta alguma à convocação por parte da CONTRATANTE.

Assim, considerando o mencionado, devidamente certificado, NOTIFICAMOS a CONTRATADA para manifestação favorável ou contrária, **no prazo improrrogável de 03 (três) dias.**

A não manifestação por parte da CONTRATADA será considerado aceite à supressão ora proposta.

Terra Nova do Norte - MT, 21 de Outubro de 2020.

Rafael Souza Barros Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 406/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: AVANTE ENGENHARIA EIRELI

*OBJETO***:** CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NA AVENIDA MANOEL RAMOS, QUADRA 006 LOTE 06, NO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, CONFORME PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO 241/2020/SINFRA.

VIGÊNCIA: 19/10/2020 A 16/02/2021

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DO IV-TERMO ADITIVO DO CONT.15-2017

Extrato de Termo Aditivo

IV-Termo Aditivo ao Contrato N.º **15/2017**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tesouro

Contratado: MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Nova Vigência: de **22/10/2020 a 22/02/2021**

Valor do Aditivo: R$: **24.800,00**

Data de Assinatura: 13/10/2020

EXTRATO DO IV- TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 06-2017

Extrato de Termo Aditivo

IV-Termo Aditivo ao Contrato N.º **06/2017**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tesouro

Contratado: MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Nova Vigência: de **30/09/2020 a 30/01/2021**

Valor do Aditivo: R$: **58.000,00**

Data de Assinatura: 21/10/2020

EXTRATO DO IV-TERMO ADITIVO DO CONT.16-2017

Extrato de Termo Aditivo

IV-Termo Aditivo ao Contrato N.º **16/2017**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tesouro

Contratado: S. DE C. E SILVA & CIA LTDA -ME

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo e alteração de valores

Nova Vigência: de **22/10/2020 a 22/02/2021**

Valor do Aditivo: R$: **54.265,00**

Data de Assinatura: 13/10/2020

EXTRATO DO III-TERMO ADITIVO DO CONT.14-2020

Extrato de Termo Aditivo

III-Termo Aditivo ao Contrato N.º **04/2020**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tesouro

Contratado:ILTEMAR FERREIRA DE QUEIROZ EIRELI-ME

Motivo de Aditamento: Prorrogação de prazo

Vigência: de **14/07/2020 a 26/10/2020**

Data de Assinatura: 06/07/2020

EXTRATO DE RETIFIC. DO VALOR DO II ADITIVO AO CONT.60-2018

Extrato de Retificação do valor II-Aditivo ao Cont. 60/2018
Contratantes: Prefeitura Municipal de Tesouro
Contratada: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICO LTDA
Objeto.:. Prorrogação de Prazo
ONDE SE LÊ: Valor Global - R$: 22.553,33
LEIA-SE: Valor Global -R$: 16.362,20
Data da Assinatura: 09/10/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 051/2020.

PORTARIA Nº 051/2020

“Dispõe sobre retorno de licença maternidade e dá outras providências”

INÊS MORAES MESQUITA COELHO, Prefeita Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Retornar da **LICENÇA MATERNIDADE,** a Servidora **ELIANE OLIVEIRA VAZ BATISTA, COORDENADORA DA COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, aos 19 de outubro de 2020.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 748, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO, DIREITOS, ATRIBUIÇÕES E EVOLUÇÃO FUNCIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

CAPÍTULO I

DA FORMA DE PROVIMENTO, DIREITOS E ATRIBUIÇÕES, EVOLUÇÃO FUNCIONAL NA CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS AGENTES ACS E ACE

Seção I

Da Forma de Provimento e dos Direitos

Art. 1º. Esta Lei estabelece a forma de provimento, os direitos e atribuições, a evolução funcional na carreira e a avaliação de desempenho dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias - ACE, no âmbito do Município de União do Sul, nos termos da Emenda Constitucional nº 51/2006 e Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações posteriores.

Art. 2º. A contratação de Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, somente se dará mediante aprovação em Processo Seletivo Público de Provas ou Provas e Títulos, e com a celebração de Contrato por Tempo Indeterminado, conforme modelo do Anexo III desta lei, e assinatura de termo de posse.

Parágrafo único. Compete ao Secretário Municipal de Saúde a definição do número de vagas para a realização do processo seletivo público visando à contratação de Agentes ACS e ACE.

Art. 3º. Por determinação do art. 9º da Lei federal nº 11.350/2006, que impôs o processo seletivo público, afastando o concurso público, o processo seletivo simplificado e a contratação terceirizada, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias:

I - n**ão serão considerados servidores efetivos**; e

II - não alcançarão a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O processo seletivo público, em conformidade com Edital publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, será de provas ou provas e títulos, devendo ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º. Na forma do Art. 9º-G da Lei federal nº 11.350/2006, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias fazem jus a Plano de Carreira com as seguintes diretrizes:

I - remuneração paritária dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

II - definição de metas dos serviços e das equipes;

III - estabelecimento de critérios de progressão e promoção;

IV - adoção de modelos e instrumentos de avaliação que atendam à natureza das atividades, assegurados os seguintes princípios:

a) transparência do processo de avaliação, assegurando-se ao avaliado o conhecimento sobre todas as etapas do processo e sobre o seu resultado final;

b) periodicidade da avaliação;

c) contribuição do servidor para a consecução dos objetivos do serviço;

d) adequação aos conteúdos ocupacionais e às condições reais de trabalho, de forma que eventuais condições precárias ou adversas de trabalho não prejudiquem a avaliação;

e) direito de recurso às instâncias hierárquicas superiores.

Parágrafo único. A cada 02 (dois) anos, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias frequentarão cursos de aperfeiçoamento.

Art. 5º. O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado em Lei Federal (lei nº 11.350/2006, atualizada pela lei nº 13.708/2018) e consta dos Anexos I, IX, X e XIII da Lei municipal nº 724, de 25 de setembro de 2019, atualizada pela Lei municipal nº 740 de 21 de maio de 2020.

§ 1º. O piso salarial de que trata o *caput* deste artigo já está previamente fixado para o ano de 2021, no valor de R$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme art. 1º da Lei nº 13.708, de 14/08/2018.

§ 2º. O piso salarial de que trata o *caput* deste artigo será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022. (§5º, art. 9º-A, Lei 11.350/2006).

Art. 6º. Os requisitos necessários às contratações e demais exigências de dedicação, são as definidas no Anexo II desta Lei, bem como no Anexo X da Lei nº 724, de 25 de setembro de 2019.

Art. 7º.Além do piso salarial previsto no artigo 5º desta lei, os agentes ACS e ACE farão jus a:

I - gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias, observados os mesmos requisitos e condições de concessão para os servidores públicos municipais;

II - pagamento de gratificação natalina, correspondente a um mês de remuneração, no mês de dezembro, à razão de 1/12 (um doze avos) a cada mês efetivamente trabalhado, ou fração superior a 15 (quinze) dias;

III – licença-prêmio por assiduidade;

IV -Incentivo financeiro fixado em decreto federal, para o fortalecimento de políticas afetas à atuação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Parágrafo único. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias, para o exercício de suas atividades, têm direito, quando necessário, à locomoção fornecida ou custeada pelo órgão a que estiver vinculado.

Seção II

Das Atribuições

Art. 8º. As atribuições do Agente Comunitário de Saúde - ACS e do Agente de Combate às Endemias - ACE são aquelas descritas no anexo I desta Lei, bem como no Anexo X da Lei Municipal nº 724 de 25 de setembro de 2019, em consonância com a Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações.

Parágrafo único. É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

Seção III

Da Evolução Funcional

Art. 9º. A evolução na Carreira, enquanto viger os contratos dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE, dar-se-á em duas modalidades:

I - Promoção horizontal: por nova titulação profissional;

II - Progressão vertical: por tempo de serviço e merecimento.

§ 1º. Os processos de evolução funcional horizontal ocorrerão em intervalos regulares de 48 (quarenta e oito) meses, beneficiando os Agentes ACS e ACE habilitados na forma desta Lei, mediante promoção através de Ato Normativo emitido pelo chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Os processos de evolução funcional vertical ocorrerão em intervalos regulares de 36 (trinta e seis) meses, beneficiando os Agentes ACS e ACE habilitados na forma desta Lei, mediante progressão de nível obtido em avaliação de desempenho e tempo de serviço.

§ 3º. O ingresso do Agente ACS e ACE dar-se-á na classe e nível inicial da carreira para a qual foi contratado, obedecidos os demais critérios e interstícios de tempo para efeito de promoção e progressão, observando os parágrafos anteriores.

§ 4º. O afastamento do agente por pedido de vacância não obsta a progressão vertical, uma vez que a contagem do tempo de serviço não é interrompida durante a vacância.

§ 5º. Somente poderá concorrer à ascensão funcional de que trata o presente artigo, o Agente ACS e ACE que estiver no efetivo exercício de seu cargo.

Seção IV

Das condições e Impedimentos de Movimentação do Agente na Carreira

Art. 10. O Agente ACS ou ACE, quando suspenso ou interrompido, terá o direito à Evolução na Carreira, se durante o interstício previsto para cada modalidade de ascensão funcional, houver:

§ 1º. São causas de suspensão, enquanto não cessar a causa, sem a perda da contagem do tempo anterior à suspensão:

I - Gozo de cedência ou de convênio, fora da estrutura administrativa direta e indireta do Poder Executivo do Município de União do Sul;

II - Gozo de licença de saúde, por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou não, retornando a contagem do prazo de progressão vertical a partir do primeiro dia efetivamente laborado, após o término da licença.

III - Gozo de licença para acompanhamento em pessoa da família doente, por mais de 90 (noventa) dias, retornando a contagem do prazo de progressão vertical a partir do primeiro dia efetivamente laborado, após o término da licença.

§ 2º. São causas de interrupção, enquanto não cessar a causa, com a perda do tempo anterior à interrupção:

I - Ter faltado ao serviço sem justificativa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não no período de um ano, recomeçando o prazo de progressão vertical a partir do primeiro dia efetivamente laborado, posterior à última falta.

II - Sofrido pena disciplinar, de suspensão, recomeçando o prazo de progressão vertical a partir do primeiro dia efetivamente laborado, posterior ao término da suspensão.

III - Gozo de licença para acompanhamento do cônjuge ou companheira;

IV - Servidor em afastamento para qualificação ou capacitação profissional.

§ 3º. No caso do desvio de função devido à readaptação decorrente de inspeção médica, mantém-se a progressão vertical, suspendendo a promoção horizontal enquanto o agente permanecer afastado das atribuições do seu cargo de origem.

§ 4º. Não configura desvio de função para fins de promoção horizontal e progressão vertical quando se tratar de designação para cargo em comissão ou para função de confiança, do Agente ACS e ACE que continuar percebendo o valor de seus avanços funcionais calculados sobre o piso salarial inicial do cargo efetivo de que for titular.

§ 5º. Nas hipóteses indicadas no § 1º deste artigo, será retomada a contagem de tempo para fins de ascensão funcional, quando cessar a causa da suspensão.

§ 6º. Nas hipóteses indicadas no § 2º deste artigo, começará nova contagem de tempo para fins de ascensão funcional, iniciando o decurso de novo período do interstício mínimo quando o Agente ACS e ACE, após o implemento de condição prevista neste artigo, retornar ao trabalho.

§ 7º. Os agentes que trata o parágrafo anterior poderão ser beneficiados após três anos da progressão indeferida ou quatro anos quando se tratar de promoção, iniciando novo período aquisitivo.

Art. 11. Para os fins de progressão vertical e promoção horizontal, será computado todo o tempo de serviço efetivo prestado ao Município.

Subseção I

Da Promoção Horizontal

Art. 12. A promoção horizontal por titulação profissional é a passagem do Agente Comunitário de Saúde - ACS e do Agente de Combate às Endemias - ACE, de uma classe para outra no mesmo cargo, em virtude de comprovação da habilitação e/ou certificação de aperfeiçoamento, e/ou qualificação, e/ou capacitação profissional.

Art. 13. A promoção dos Agentes ACS e ACE dar-se-á em virtude de nova habilitação específica, devidamente comprovada, observado o desempenho eficaz de suas atribuições.

Art. 14. Observar-se-á o cumprimento do interstício mínimo de 04 (quatro) anos para o avanço de classe.

§ 1º. As Classes compreendem as perspectivas da Promoção Horizontal e são representadas pelas letras A, B, C, D.

§ 2º. Cada Classe desdobra-se em 12 (doze) níveis, que constituem a linha vertical de progressão.

§ 3º. As titulações apresentadas, analisadas e homologadas pela autoridade competente até o dia 30 de agosto do ano corrente, serão concedidas no mês seguinte à conclusão do processo administrativo desde que atendidos os pressupostos do artigo anterior.

§ 4º. As titulações apresentadas após a data prevista no parágrafo anterior serão consignadas no orçamento do ano seguinte, concedidas a partir do mês de janeiro do próximo exercício.

§ 5º. Os cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional, serão conferidos e/ou reconhecidos por uma comissão constituída por Ato Normativo do Chefe do Poder Executivo ou autoridade designada para este fim e deverão obedecer, dentre outros, os seguintes requisitos à sua pontuação:

I - Carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas;

II - Serão computados apenas os cursos concluídos de qualificação profissional em capacitação, aperfeiçoamento, treinamento e atualização por meio de cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, capacitações em serviços, extensão, oficinas, fóruns e similares na área de atuação, de abrangência do SUS e/ou correlatas, com prazo da conclusão de até 05 (cinco) anos a partir da data de publicação da Lei nº 724 de 25 de setembro de 2019.

III - Os títulos de pós-graduação “Lato Sensu” ou “Stricto Sensu” deverão estar de acordo com o perfil profissional do cargo ou relacionados com a área de atuação ou correlatos com a abrangência do SUS.

IV - Todos os certificados dos cursos deverão ser oficialmente reconhecidos pelo Órgão competente e somente serão aceitos, desde que os mesmos tenham sido concluídos após o ingresso no cargo de carreira.

V - Os títulos de ensino médio, graduação ou pós-graduação, deverão estar oficialmente reconhecidos pelo Órgão Competente.

§ 6º. A evolução através da carga horária de cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação profissional será contada uma única vez para posicionamento na Classe não sendo possível utilizar este requisito para efeito de nova Promoção Horizontal.

§ 7º. As demais normas da avaliação processual referida neste artigo, incluindo instrumentos, critérios e mecanismos de ascensão, são as previstas no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, no Estatuto do Servidor Municipal e Regulamento específico.

§ 8º. A qualificação é o esforço pessoal em busca de maiores níveis de educação formal dos agentes abrangidos por esta lei, visando o seu crescimento funcional e à sua permanência no serviço público, sendo que serão estimulados mediante a concessão do incentivo à titulação.

§ 9º. A concessão da ascensão funcional prevista no caput deste artigo depende, além dos critérios e requisitos disciplinados nesta lei, de disponibilidade orçamentária na forma da legislação vigente.

§ 10. Para fins do disposto neste artigo, o incentivo não poderá ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite prudencial para gastos com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade e Gestão Fiscal, considerando-se como limite prudencial 95% do percentual de 54% do total da despesa de pessoal, calculada sobre a Receita Corrente Líquida do Município.

§ 11. Caso não haja limite, a concessão do disposto neste artigo o agente deverá aguardar, até que haja disponibilidade no ano corrente dentro do limite previsto no parágrafo anterior.

§ 12. Havendo a disponibilidade dentro do percentual previsto no § 10, serão concedidas as promoções horizontais, que suportarem até o limite prudencial, seguindo a ordem:

I - Agente com maior pontuação na última avaliação de desempenho realizada;

II - Agente com mais tempo de efetivo exercício, como servidor público da Administração Pública Municipal;

III - O de maior idade.

§ 13. As promoções deverão seguir rigorosamente o escalonamento de classes, ou seja, nenhum agente poderá avançar mais de uma classe de uma só vez.

§ 14. Cada modalidade de titulação poderá ser utilizada uma única vez para elevação de classe, mesmo que a titulação esteja prevista na classe seguinte.

Art. 15. Os percentuais do incentivo de titulação, previstos no Anexo III da Lei nº 724 de 25 de setembro de 2019, não serão acumuláveis entre si.

Subseção II

Da Progressão Vertical

Art. 16. A progressão vertical por tempo de serviço, a cada três anos, é a passagem do agente ocupante de um dos cargos definidos nesta lei, de um nível para outro subsequente da mesma classe, com aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) na avaliação de desempenho.

§ 1º. Os agentes ACS e ACE não serão submetidos a estágio probatório por não adquirirem estabilidade.

§ 2º. Decorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo, se o órgão não realizar processo de avaliação de desempenho, a progressão vertical dar-se-á automaticamente no mês subsequente a implementação do direito.

§ 3º. Os coeficientes para os reajustes salariais de um nível para o subsequente ficam estabelecidos de acordo com o Anexo III da Lei nº 724 de 25 de setembro de 2019.

§ 4º. Os níveis serão representados por números de 1 (um) a 12 (doze), dentro de cada classe que compõem a progressão horizontal, sendo este último referente ao final de carreira.

§ 5º. Os interstícios para o desenvolvimento na carreira e o número de Níveis de Desempenho serão estabelecidos de forma que seja possível ao trabalhador que nela ingresse, alcançar o último padrão de vencimento da classe do seu cargo.

§ 6º. A relação entre o primeiro e o último nível de desempenho da carreira será fixado visando assegurar a valorização social do trabalho e o fortalecimento das equipes.

Seção V

Da Avaliação de Desempenho

Art. 17. A avaliação continuada de desempenho dos Agentes ACS e ACE far-se-á unicamente para efeito de progressão de nível, já que esses agentes não poderão ser submetidos a estágio probatório para fins de estabilidade.

Art. 18. As normas sobre o processo contínuo e específico de avaliação do desempenho dos agentes, incluindo seus instrumentos, critérios e periodicidade da avaliação, terão regulamento próprio aprovado por ato normativo expedido pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. A avaliação de desempenho se dará ainda em observância da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

§ 2º. O processo de avaliação será transparente, assegurando-se ao avaliado o conhecimento sobre todas as etapas do processo e sobre o seu resultado final, e garantindo o direito de recurso às instâncias hierárquicas superiores.

CAPÍTULO II

DA RESCISÃO CONTRATUAL

Art. 19. A Administração somente poderá rescindir unilateralmente o vínculo com os Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias - ACE, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

II - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

III - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

§ 1º. No caso do Agente Comunitário de Saúde - ACS, o vínculo também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não mais residir na área geográfica da comunidade em que atuar, ou em decorrência de apresentação de declaração falsa de residência.

§ 2º. Caso o Agente Comunitário de Saúde adquira casa própria fora da área geográfica de sua atuação, será excepcionado o disposto no § 1ºdeste artigo e mantida sua vinculação à mesma equipe de saúde da família em que esteja atuando, podendo ainda ser remanejado para equipe atuante na área onde está localizada a casa adquirida. (incluído pela Lei nº 13.595, de 2018).

§ 3º. A área geográfica a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo será alterada quando houver risco à integridade física do Agente Comunitário de Saúde ou de membro de sua família, decorrente de ameaça por parte de membro da comunidade onde reside e atua. (incluído pela Lei nº 13.595, de 2018).

§ 4º - Em qualquer das formas de extinção do contrato somente será devido ao contratado a remuneração prevista no Art. 5º e as verbas dos incisos I e II do Art. 7º da presente Lei.

CAPÍTULO III

DO REGIME JURÍDICO DOS AGENTES

Art. 20. O regime jurídico dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dos Agentes de Combate às Endemias - ACE é o Estatutário, regido pelo direito administrativo, devendo ser observado, no que couber e for aplicável, o estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 029, de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de União do Sul.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. É vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos epidêmicos, na forma da lei aplicável. (redação da Lei nº 12.994, de 2014).

Art. 22. Fica garantido aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e aos Agentes de Combate às Endemias – ACE, com tempo de atuação no Município de União do Sul anterior a vigência da presente lei, o direito ao enquadramento de sua remuneração por progressão de nível e/ou promoção de classe.

Art. 23. Também, fica garantido aos Agentes ACS e ACE o direito à concessão de licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 158 a 161 da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Parágrafo Único. A contagem do período aquisitivo (quinquênio) para efeito de concessão de licença-prêmio deverá obedecer a vedação do inciso IX, do art. 8º, da Lei Complementar federal nº 173 de 27 de maio de 2020, que interrompeu a contagem do tempo de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 24. O planejamento, coordenação, supervisão e controle dos Agentes ACS e ACE ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, sob a responsabilidade superior do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde.

Art. 25. As tabelas de promoção e progressão funcional dos Agentes ACS e ACE, com valores atuais, estão dispostas no Anexo IV da presente Lei.

Art. 26. As dotações para cobertura orçamentária das despesas decorrentes desta Lei são aquelas consignadas no orçamento vigente, destinadas especificamente para cobertura das despesas com pessoal, provenientes dos recursos específicos do Ministério da Saúde para custear o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde) e o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) para custear as despesas com a contratação de Agentes de Combates às Endemias.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Fica revogada a Lei nº 613, de 12 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 21 de outubro de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei nº 748, de 21/10/2020)

I - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS:

I – o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do Gestor Municipal;

II - na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência;

III - na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

a) a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;

b) o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

c) a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;

d) - a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

d.1) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;

d.2) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;

d.3) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;

d.4) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

d.5) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;

d.6) da pessoa em sofrimento psíquico;

d.7) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;

d.8) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;

d.9) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

d.10) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

IV - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento:

a) de situações de risco à família;

b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;

c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

V - o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

VI - na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do agente ACS, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:

a) a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

b) a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

c) a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

d) a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

e) a verificação antropométrica.

VII - na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação:

a) a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico;

b) a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

c) a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;

d) a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;

e) a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde;

f) o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde;

g) o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.

II - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE:

I - O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do Gestor Municipal.

II - São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação:

a) desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

b) realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a Equipe de Atenção Básica;

c) identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável;

d) divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

e) realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;

f) cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;

g) execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;

h) execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;

i) registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;

j) identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

k) mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

III - é considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica, a participação:

a) no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

b) na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município;

c) na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

d) na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;

e) na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

IV - O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.

III – ATIVIDADES DE FORMA INTEGRADA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

E DO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS:

I - O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

a) na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

b) no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

c) na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;

d) na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

ANEXO II

(Lei nº 748, de 21/10/2020)

REQUISITOS NECESSÁRIOS ÀS CONTRATAÇÕES:

I - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS

a) residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

b) ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;

c) ter concluído o ensino médio;

d) idade mínima de 18 anos, salvo emancipação nos termos do Código Civil;

e) exercer jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

f) ter disponibilidade para jornadas excepcionais extraordinárias à noite, sábados, domingos e feriados.

Observação: Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto na *alínea "c"* acima (*ter concluído o ensino médio*), poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

II - AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE

a) ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;

b) ter concluído o ensino médio.

c) idade mínima de 18 anos, salvo emancipação nos termos do Código Civil;

d) exercer jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

e) ter disponibilidade para jornadas excepcionais extraordinárias à noite, sábados, domingos e feriados.

Observação: Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto na *alínea "b"* acima (*ter concluído o ensino médio*), poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

ANEXO III

(Lei nº 748, de 21/10/2020)

MINUTA DE CONTRATO DE AGENTES ACS E ACE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR POR PRAZO INDETERMINADO, DECORRENTE DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SOB O REGIME ESTATUTÁRIO

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, com sede à Av. Avenida Curitiba, nº 94, centro, nesta cidade de União do Sul - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____, adiante subscrito, na qualidade de **CONTRATANTE** e o(a) Sr(a) _____, brasileiro(a), maior, portador(a) do RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) neste Município de União do Sul - MT, na qualidade de **CONTRATADO(A)**, de comum acordo celebram o presente **Contrato Administrativo de Servidor Por Prazo Indeterminado, Decorrente de Processo Seletivo Público sob o Regime Estatutário**, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. DO OBJETO:

O objetivo da presente contratação, com base no artigo 2º, da Lei Municipal nº ____, de ___ de _____de 2020, é a prestação de serviços, no cargo/função de _____, a ser desempenhado junto _____, subordinado(a) à Secretaria Municipal de Saúde.

2. DA VIGÊNCIA:

Este contrato de servidor por tempo indeterminado tem sua vigência condicionada à duração dos seguintes Programas do Ministério da Saúde, ou dos programas que porventura os venham a substituir:

a) Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde, ou,

b) Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS).

3. DO PISO SALARIAL E FORMA DE PAGAMENTO:

O valor do piso salarial profissional do(a) Agente CONTRATADO(A) é de R$ _____ (.....) por mês, a ser pago mensalmente nas datas e forma utilizadas para pagamento dos demais servidores públicos municipais.

4. DO REAJUSTE:

4.1 – O(A) CONTRATADO(A) faz jus às fixações ou reajustes do piso salarial profissional definidos pela legislação federal;

4.2 - Em caso de haver reajuste dos vencimentos dos demais servidores municipais poderá, se houver disponibilidade financeira, ser aplicado o mesmo índice de reajuste ao piso salarial estipulado no presente contrato.

5. DO ENQUADRAMENTO REMUNERATÓRIO:

O CONTRATADO, ao longo de seu vínculo laboral, fará jus ao enquadramento de sua remuneração por progressão de nível e promoção de classe, na forma do art. 9º, incisos I e II, art. 12 e art. 16 da Lei nº ____ de _____ de 2020.

6. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO:

O(A) CONTRATADO(A) por este instrumento está vinculado(a) ao Regime Geral de Previdência Social e dele(a) será descontado(a) mensalmente contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

7. DO VÍNCULO LEGAL:

O presente contrato tem como suporte legal, por derivação da Lei Federal Nº 11.350/2006 e alterações posteriores, a Lei Municipal nº _____, de ___ de _____ de 2020, que dispõe sobre a forma de provimento, direitos, atribuições e evolução funcional dos Agentes Comunitário de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, estando sujeito exclusivamente à esta norma, e supletivamente, no que for aplicável, à Lei nº 724 de 25 de setembro de 2019 (PCCR da Saúde) e à Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 029 de 25/09/2019).

8. DA RESCISÃO/EXTINÇÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser rescindido ou extinto dentro das normas legais vigentes (art. 10 da Lei nº 11.350 de 2006), especialmente as estabelecidas pela Lei Municipal nº ____, de ___ de _____ de 2020, nas seguintes situações:

I – Unilateralmente pela Administração, na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

b) necessidade de redução do quadro de pessoal por excesso de despesa, na forma da Lei Federal nº 9.801, de 14/06/1999;

c) insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego;

d) deixar de residir na área geográfica da comunidade em que atuar, ressalvada a situação disposta na subcláusula **8.1** desta cláusula **8**;

e) apresentação de declaração falsa de residência.

II – A pedido do servidor;

III – Por acordo das partes.

8.1 – Caso o Agente Comunitário de Saúde adquira casa própria fora da área geográfica de sua atuação, será excepcionado o disposto na alínea “d”, do inciso I, da cláusula 8 deste contrato, e mantida sua vinculação à mesma equipe de saúde da família em que esteja atuando, podendo ainda ser remanejado para equipe atuante na área onde está localizada a casa adquirida. (vide Lei nº 13.595, de 2018).

8.2 – A avaliação continuada de desempenho, que se fará unicamente para efeito de progressão de nível e não como estágio probatório, se dará com observância de regulamento próprio expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 029 de 25/09/2019).

8.3 - Os Agentes ACS e ACE não serão submetidos a estágio probatório por não fazerem jus à estabilidade.

8.4 – Em qualquer das formas de extinção deste contrato somente será devido ao CONTRATADO(A) a remuneração prevista no art. 5º e as verbas (férias e gratificação natalina) previstas nos incisos I e II do art. 7º, da Lei Municipal nº ____, de __ de _____de 2020.

9. DAS OBRIGAÇÕES:

O(A) CONTRATADO(A) fica desde já obrigado(a) ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos demais servidores efetivos, por força do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, instituído pela Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 - DO(A) CONTRATADO(A):

a) cumprir com suas atribuições definidas no Anexo I da Lei Municipal nº ___, de __ de _____ de 2020;

b) cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na forma do Anexo II da lei supracitada;

c) acatar ordem emanada do CONTRATANTE para a prestação dos serviços, tanto na sede do Município, como em qualquer outro povoado ou localidade do interior do Município, onde for designado;

d) ter disponibilidade para jornadas excepcionais extraordinárias à noite, sábados, domingos e feriados;

e) em caso de dano causado pelo(a) CONTRATADO(A), fica o CONTRATANTE autorizado a efetuar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, assegurada ampla defesa.

10.2 - DO CONTRATANTE:

a) determinar e fiscalizar a execução dos serviços do(a) CONTRATADO(A);

b) cumprir com os pagamentos na forma das cláusulas **3** e **5** do presente contrato.

11. DOS RECURSOS / RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:

a) Para o custeio do presente contrato serão utilizados recursos dos programas federais (*Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS*), e, se necessário, recursos do ICMS e/ou FPM que o CONTRATANTE faz jus mensalmente, e a despesa será empenhada na dotação de pessoal civil / vencimentos e vantagens fixas, do orçamento da unidade a qual o(a) CONTRATADO(A) encontra-se vinculado(a).

12. DO FORO:

As partes elegem o competente Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimir eventuais dúvidas que possam advir da interpretação do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas cientes e capazes, em duas vias de igual teor e formato, ficando a primeira em poder do CONTRATANTE e a segunda com o(a) CONTRATADO(A), para o fiel cumprimento.

União do Sul, MT, ___ de _____ de _____.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CONTRATANTE

_____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

_____

R.G. nº.:

_____

R.G. nº.:

ANEXO IV - (Lei nº 748, de 21/10/2020)

TABELA DO VENCIMENTO BASE DOS CARGOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

(Lei nº 724, de 25/09/2019)

5 – TÉCNICO EM SAÚDE NÍVEL MÉDIO

Tabela 5 - C

Agente de Combate às Endemias

NIVEL DE PROGRESSÃO		CARGA HORÁRIA	COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO			
				A (1,00)	B (1,10)	C (1,20)	D (1,30)
0 - 3 anos	1	40 HORAS	1	**1.400,00**	1.540,00	1.680,00	1.820,00
3,1 - 6 anos	2	40 HORAS	1,06	1.484,00	1.632,40	1.780,80	1.929,20
6,1 - 9 anos	3	40 HORAS	1,12	1.568,00	1.724,80	1.881,60	2.038,40
9,1 - 12 anos	4	40 HORAS	1,18	1.652,00	1.817,20	1.982,40	2.147,60
12,1 - 15 anos	5	40 HORAS	1,24	1.736,00	1.909,60	2.083,20	2.256,80
15,1 - 18 anos	6	40 HORAS	1,3	1.820,00	2.002,00	2.184,00	2.366,00
18,1 - 21 anos	7	40 HORAS	1,36	1.904,00	2.094,40	2.284,80	2.475,20
21,1 - 24 anos	8	40 HORAS	1,42	1.988,00	2.186,80	2.385,60	2.584,40
24,1 - 27 anos	9	40 HORAS	1,48	2.072,00	2.279,20	2.486,40	2.693,60
27,1 - 30 anos	10	40 HORAS	1,52	2.128,00	2.340,80	2.553,60	2.766,40
30,1 - 33 anos	11	40 HORAS	1,58	2.212,00	2.433,20	2.654,40	2.875,60
33,1 - 36 anos	12	40 HORAS	1,63	2.282,00	2.510,20	2.738,40	2.966,60

Tabela 5 - D

Agente Comunitário de Saúde

NIVEL DE PROGRESSÃO		CARGA HORÁRIA	COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO			
				A (1,00)	B (1,10)	C (1,20)	D (1,30)
0 - 3 anos	1	40 HORAS	1	**1.400,00**	1.540,00	1.680,00	1.820,00
3,1 - 6 anos	2	40 HORAS	1,06	1.484,00	1.632,40	1.780,80	1.929,20
6,1 - 9 anos	3	40 HORAS	1,12	1.568,00	1.724,80	1.881,60	2.038,40
9,1 - 12 anos	4	40 HORAS	1,18	1.652,00	1.817,20	1.982,40	2.147,60
12,1 - 15 anos	5	40 HORAS	1,24	1.736,00	1.909,60	2.083,20	2.256,80
15,1 - 18 anos	6	40 HORAS	1,3	1.820,00	2.002,00	2.184,00	2.366,00
18,1 - 21 anos	7	40 HORAS	1,36	1.904,00	2.094,40	2.284,80	2.475,20
21,1 - 24 anos	8	40 HORAS	1,42	1.988,00	2.186,80	2.385,60	2.584,40
24,1 - 27 anos	9	40 HORAS	1,48	2.072,00	2.279,20	2.486,40	2.693,60
27,1 - 30 anos	10	40 HORAS	1,52	2.128,00	2.340,80	2.553,60	2.766,40
30,1 - 33 anos	11	40 HORAS	1,58	2.212,00	2.433,20	2.654,40	2.875,60
33,1 - 36 anos	12	40 HORAS	1,63	2.282,00	2.510,20	2.738,40	2.966,60

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: I Termo Aditivo aoContrato de Realização de Obra por Preço Globalde Pavimentação Asfáltica em TSD com capa selante e Drenagem Superficial em meio fio com sarjetas de concreto, sob nº 020/2020.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: LENZ & LENZ LTDA. – ME.

CNPJ: 01.987.957/0001-36.

Da Prorrogação da Vigência do Contrato: Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes, fica concedida à Contratada, prorro-

gação do prazo de vigência do Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Pavimentação Asfáltica em TSD com capa selante e Drenagem Superficial em meio fio com sarjetas de concreto, na Cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso, de nº 020/2020**, até a data de 19 de outubro de 2020.**

Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Realização de *Obra por Preço Global* de Pavimentação Asfáltica em TSD com capa selante e Drenagem Superficial em meio fio com sarjetas de concreto, na Cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do I Termo Aditivo: 10/07/2020.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

NEODIR LENZ

Pela Contratada.

PORTARIA Nº 208/2020

Dispõe sobre arquivamento de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fulcro no § 3º, do artigo 252, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul);

Considerando o termo de julgamento subscrito pela Comissão Disciplinar, em que esta acolhe a defesa prévia apresentada pelo denunciado e reconhece o cometimento de equívocos na formalização da denúncia e na instauração do processo disciplinar, comprometendo a eficácia do ato administrativo em questão;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica determinado, em decorrência de erros formais em sua instauração e por insuficiência probatória nos autos das alegadas infrações disciplinares, o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar sob Nº 01/2020, instaurado pela Portaria nº 198/2020 de 02 de outubro de 2020, para apuração de infrações disciplinares supostamente cometidas pelo Sr. João Carlos Alves, servidor público efetivo no cargo de Gari, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Art. 2º - Em vista do arquivamento do processo disciplinar, fica determinada a convocação do servidor Sr. João Carlos Alves para o retorno imediato ao serviço, sem prejuízo da remuneração pelos dias em que esteve afastado preventivamente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de outubro de 2020.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 035/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 188/2020 de 25 de agosto de 2020, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações, e nos termos dos Decretos nºs 593 de 2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - Processo Nº 035/2020, cujo objeto trata de Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Peças para Computadores e Periféricos utilizados na manutenção e reparos em computadores e rede de Internet, para suprir as necessidades das diversas Secretarias Municipais, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital da Licitação.

Data de Expedição do Edital: 21/OUTUBRO/2020.

Data de abertura/julgamento: 05/NOVEMBRO/2020.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul, à Av. Curitiba, 94 – Centro – União do Sul/MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, das 07:00h as 13:00 horas, pelos fones 0xx 66 3540-1283 ou pelo email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul/MT, 21 de Outubro de 2020.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2020

Concede Licença Prêmio à servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 158, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade à servidora efetiva JUSSARA LUÍZA D'AGOSTINI BULLA – *Professora 20H,* vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 11/C-1512523 SSP/SC e CPF nº 664.511.759.00, por um período de 60 (sessenta) dias, de 20 de outubro de 2020 até 19 de dezembro de 2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo (quinquênio) de 02 de maio de 2012 a 01 de maio de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de outubro de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 211/2020

Concede Incentivo Financeiro referente ao enfrentamento do Coronavírus - COVID-19 aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e embasado na Portaria 1.666 do Ministério da Saúde de 01 de julho de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, aos Profissionais da Saúde atuantes junto as Unidades de Saúde do município e que se enquadrem aos termos da portaria ministerial supracitada, os Incentivos Financeiros do enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19.

Parágrafo Único. Os incentivos do enfrentamento ao Coronavírus – COVID-19 serão pagos na folha salarial do mês de Outubro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de Outubro de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2020

Concede Licença Prêmio à servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 158, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade à servidora efetiva JOELIA VIANA DE SOUZA – *Agente Administrativo Educacional,* vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 2292237-7 SSP/MT e CPF nº 038.625.351.00, por um período de 30 (trinta) dias, de 22 de outubro de 2020 até 21 de novembro de 2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo (quinquênio) de 02 de março de 2015 a 01 de março de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de outubro de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2020

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 43/2020. **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA HORA/HOMEM TRABALHADA NO SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, RETIFICA DE MOTORES, SERVIÇOS DE ACESSORIOS, SOLDA, TAPEÇARIA E GUINCHO, PARA ATENDER TODA A FROTA, MAQUINAS, VEÍCULOS LEVES E PESADOS, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. **DATA DE ABERTURA**: 10/11/2020 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Vale de São Domingos – MT, 21 de Outubro de 2020. Edinaldo Ferreira de Santana Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO CONTRATO N. 278/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa ZAPAY SERVICOS DE PAGAMENTOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 28.593.387/0001-56. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado ao procedimento do CHAMAMENTO PÚBLICO N. 02/2020, em seu edital e anexos, bem como na proposta da Credenciada, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 664969/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é o credenciamento de empresas e/ou operadoras que forneçam mecanismos e ferramentas para operacionalizar o pagamento de tributos por meio de cartão de crédito ou débito, inclusive o pagamento de honorários advocatícios nas hipóteses previstas na legislação municipal. VALOR GLOBAL: O serviço será prestado sem ônus para o município de Várzea Grande, não implicando compromissos nem obrigações financeiras ou transferência de recursos entre os partícipes, bem como não gera direito, de uma parte à outra, a indenizações, contraprestações pecuniárias, ressarcimentos e/ou reembolsos. A credenciada será remunerada através da taxa e/ou juros aplicados na transação de pagamentos e parcelamentos por meio do cartão bancário, tratando-se de contrato SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO. VIGÊNCIA: O prazo de duração do Termo de Credenciamento e de Cooperação Técnica será de 24 (vinte e quatro) meses, após sua publicação, podendo ser renovado, desde que atendidas as disposições legais vigentes, em conformidade ao permissivo legal contido no inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização dos serviços a serem contratados caberão aos servidores da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que designa como Fiscal Titular, o senhor Daniel da Silva Martins Neto, função: Coordenador de Cobrança e Arrecadação/Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal, matrícula: 86787; Que designa como Suplente de Fiscal, a senhora Thais Basso Sisti, função: Auditora Fiscal Tributária da Receita Municipal, matricula: 135520.

DATA DE ASSINATURA: 19.10.2020

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

Contratante

ZAPAY SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS S.A.

Contratada

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

Processo nº 678420/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de sustentação e gestão de servidores, através de plataforma de computação em nuvem do ambiente de produção do sistema integrado de gestão pública do Município de Várzea Grande. Por meio do Pregoeiro Oficial designado pela Portaria n. 788/2020, A Prefeitura Municipal de Várzea Grande torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 18/2020**onde sagrou se vencedora do **LOTE UNICO**a empresa:**ÁBACO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.432.689/0001-33,com valor total de**R$ 138.000,00(cento e trinta e oito mil reais).**A ata da presente sessão está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 20 de outubro de 2020. **Sergio Mesquita de Ávila Neto -** Pregoeiro Oficial.

EXTRATO CONTRATO N. 256/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa ARTHA EMPREENDIMENTOS, COMÉRCIO E LOCAÇÕES - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 28.515.824/0001-13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Ata de Registro de Preços n. 212/2020, vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico n. 41/2020, bem como na proposta da contratada, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 676397/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de carro leve, minivan, pickup, van, ônibus, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do Contrato é R$ 256.000,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil reais). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE GOVERNO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FONTE: 0100/0129. UO: PROCURADORIA GERAL. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102/0142/0146/0147. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria de Administração que designa neste ato, o servidor Heverton Santos de Oliveira, (a) da Cédula de Identidade RG n. 0990826-9 SSP/MT, CPF n. 842.790.361-87, matrícula n. 129621; e, José Maria Pulquério, portador (a) da Cédula de Identidade RG n. 871.938/PMMT, CPF n. 202.636.941-00, matrícula n. 119273; a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária que designa neste ato Fiscal titular, o servidor João Paulo Alves de Araújo, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n°1281621-3 SSP/MT e inscrito no CPF n. 879.050.511-53, Matricula nº108990; a Secretaria de Assistência Social que designa neste ato, a servidora Lucilene da Costa, brasileira, Matricula n. 118841, portador da Cédula de Identidade RG n° 297.253 SSP/MT e inscrito no CPF n. 654.794.081-00; e, o servidor Carlos Henrique Araújo Vieira, portador da Cédula de Identidade RG 1624100 SSP/MT e inscrito no CPF. 027.053.081-99; a Procuradoria Municipal que designa neste ato, a servidora Edna de Souza Melo, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 633-798 SSP/MT, CPF n. 615.724.971-49, matricula n. 109080; a Secretaria Municipal de Comunicação Social que designa neste ato, a servidora Jane Cássia Duarte Lima Barros, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 0802016-7 SSP/MT, CPF nº CPF nº 459.523.881-91, matrícula 109066; e, a Servidora Letícia Baldini da Costa, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 69665-4 SSP/MT CPF nº 736.724.671-20; a Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, Servidor Guilherme Alves da Costa, brasileiro, Matricula 126882 Portador do RG n. 688060 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.474.091.421-20; e, o servidor Wagner Júlio Gomes Teixeira, brasileiro, Matricula nº 130749, portador da Cédula de Identidade RG nº 1856007-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 034.519.351-20; a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbanaque designa neste ato, o servidor Ricardo Augusto de O. Souza, brasileiro, Matricula nº119154 portador da Cédula de Identidade RG nº 0773829-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 495.412.001-285; e, o servidor Eduardo Henrique de Barros Provatti, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 1021420-8 SSP/MT, CPF nº 857.002311-15; a Secretaria Municipal de Viação e Obras que designa neste ato, o servidor Luiz Carlos Sampaio, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 5791654 SSP/SP, CPF nº 474.996.058-68; e, o servidor Sebastião Mário de Almeida Silva, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 207240 SSP/MT, CPF nº 229.898.891-91; a Secretaria Municipal de Governo que designa neste ato, o servidora Daniela Cristina Barone Veronezi Iba, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 529.433 SSP/MT, CPF nº582.149.332-34; e, a Servidora Mariana Cristina de Barros Costa Marques, inscrita no CPF sob n. 912.028.841-72, portador da Cédula de identidade RG n. 129.722-3; a Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor Jucimar Albertino de Campos, brasileiro, Matricula nº 25117 portador da Cédula de Identidade RG nº 539765 SSP/MT e inscrito no CPF n. 522.877.771-72; e, o servidor Juliano César Bezerra Lemos, brasileiro, Matrícula nº 25442 portador da Cédula de Identidade RG 1301608-3 SSP/MT e inscrito no CPF n. 688.842.901-63; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável que designa neste ato, a servidora Ellen Cristina Moreno do Nascimento, matricula n º 110103 portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 1587113-4 SSP/MT, CPF nº 013.612.851-33; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo que designa neste ato Fiscal titular Valderi Carneiro da Silva portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 413611 SSP/MT, CPF nº 326.037.031-53; e, o servidor Fiscal suplente Álvaro Ribeiro Júnior, Brasileiro, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 17749980 SEJUSSP/MT, CPF nº 034.429.741-19; a Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato Fiscal titular, Celso Luiz Maciel da Silva, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 633831 SSP/MT, CPF nº 616.305.861-53; e, fiscal suplente o servidor João Vinícius Rondon Fernandez, Brasileiro, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 1736393-4 SSP/MT, CPF nº 008.138.401-71.

DATA DE ASSINATURA: 30.09.2020

DANIELA ASSIS DIAS BITES

Secretaria Municipal de Administração

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria Municipal de Comunicação Social

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria Municipal de Defesa Social

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

ALESSANDRO FERREIRA SILVA

Secretaria Municipal de Governo

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

KLEBER FERREIRA RIBEIRO

Controladoria Geral do Município

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

FLÁVIA LUIZ COELHO DE LANNES OMAR

Secretaria Municipal de Assistência Social

Contratante

ARTHA EMPREENDIMENTOS, COMÉRCIO E LOCAÇÕES - EIRELI

Contratada

PORTARIA N°. 242/2020/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal da obra e do Contrato n°. 052/2020"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - Art. 1° - DESIGNAR o servidor **FABIANO ANTONIO MORETTO** como fiscal da obra e do contrato nº. 052/2020 em conformidade com a cláusula décima sexta - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir da publicação.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 19 de outubrode 2020.

Benedita Santana Ponce

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2020 - MENOR PREÇO POR LOTE

Processo n° 683098/2020. Objeto: Contratação de empresa para **prestação de serviços laboratoriais e de patologia clínica** como também fornecimento de reagentes e insumos laboratoriais, vinculada á cessão gratuita de equipamentos durante vigência do contrato, estrutura física e mobiliária, rede de informática e sistema de gestão laboratorial, transporte e fornecimento de insumos para coleta de sangue nas unidades de saúde do município, isentando-se de mão de obra, atendendo as necessidades do laboratório de referência municipal de Várzea Grande e da rede Ambulatorial, no período de 12 meses.A realização do certame está prevista para o **dia 09 de novembro de 2020**, **às 10h00min** – horário de Brasília. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min das 14h00min às 18hs00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, e gratuitamente através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 21 de outubro de 2020.Diógenes Marcondes - **Secretário de Saúde**

PORTARIA Nº 009/2020/SEGEFAZ

Institui comissão especial com o propósito de auxiliar na fixação de valores unitários de referência mencionados no art. 2º, § 2º da Lei Municipal Complementar n. 3.349/2.009.

Lucineia dos Santos Ribeiro, Secretária Interina Municipal de Gestão Fazendária do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o previsto no art. 2º, §2º da Lei Complementar Municipal 3.349/2.009, o qual dispõe que os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX), terá seus valores unitários fixados pela Secretaria Municipal de Fazenda e em conformidade com o comportamento imobiliário.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída comissão especial com o propósito de auxiliar na fixação de valores unitários de referência de logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX - Lei Municipal Complementar 3.349/2.009 e atualizações).

Parágrafo único: Caberá a Secretária Municipal de Gestão Fazendária proceder a provocação da comissão especial para auxiliar na fixação de valores unitários de referência mencionados no caput desse artigo, a qual terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do procedimento previsto nesta Portaria, podendo, ser prorrogado mediante necessidade devidamente apresentada.

Art. 2º A comissão especial procederá a avaliação técnica em conformidade com o comportamento imobiliário local, especialmente, dos logradouros ou trechos de logradouros próximos aos que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX - Lei Municipal Complementar 3.349/2.009 e atualizações), com base nos elementos aferidos em coleta amostral permanente dos preços correntes das transações e das ofertas à venda do mercado imobiliário, inclusive através de empresas imobiliárias e de corretores

de imóveis estabelecidos no Município de Várzea Grande, bem como, de quaisquer outros órgãos competentes.

Parágrafo Único: Poderá a comissão solicitar, através de comunicação interna, para a Coordenadoria de Cadastro Geral e Geo-processamento, unidade integrante da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, diligências com vistas à conferência in loco das informações apresentadas no processo administrativo.

Art. 3º A comissão especial deverá apresentar a Secretária Municipal de Gestão Fazendária Relatório Detalhado com os valores unitários de referência de logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX - Lei Complementar Municipal 3.349/2. 009 e atualizações), após a avaliação técnica mencionada no artigo anterior.

Parágrafo Único: O Relatório Detalhado será subscrito por todos os integrantes da comissão especial, devendo a posição divergente de qualquer membro ser devidamente fundamentada e registrada.

Art. 4º O Relatório detalhado subsidiará a edição de Decreto pela Prefeita Municipal, a qual fixará os valores unitários de referência de logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX).

Art. 5º A comissão especial possui caráter permanente, podendo ser extinta.

Art. 6º A comissão é composta pelos seguintes membros:

Nome:	Cargo e/ou Função e / ou vínculo:
João Paulo Alves de Araújo	Subsecretario de Gestão Fazendária
Marielza Botelho Sabadini	Assistente Técnico - SMDUET
Vanessa A' Costa Montes	Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal
Washington Luiz Lopes Filho	Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal
Vicente Gomes Lacerda	Coordenador de Cadastro e Geo-Processamento
Regis Poderoso de Souza	Superintendente de Receita

§ 1º A comissão será coordenada pelo Coordenador de Cadastro e Geo-Processamento.

§ 2º Fica designado para exercer a função de secretário desta comissão o servidor Renato Matsuoka Adama, sem prejuízo de suas demais funções e atribuições.

§ 3º A comissão se auto-regulamentará quanto ao seu funcionamento e demais deliberações.

§ 4º As reuniões deverão ocorrer com no mínimo 80% (oitenta por cento) dos membros da comissão.

Art. 7º Fica facultada a Secretária Municipal de Gestão Fazendária, se necessário for, ou em decorrência da demanda de atividade, substituir, excluir ou incluir novos membros a essa comissão visando garantir a conclusão dos trabalhos dentro do prazo e de forma eficiente.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 02 de julho de 2019.

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretária Interina Municipal de Gestão Fazendária

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 49/2020

Processo n° 680912/2020. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, câmaras e protetores de pneus para manutenção e conservação dos veículos e motocicletas que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **21/10/2020**, sagrando vencedora a empresa: **PNEUS BARBOSA LTDA - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 14.481.695/0001-85, vencedora dos**itens**2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 51 e 52com o total de **R$**799.263,80 (setecentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).Sendo **FRACASSADOS** os itens 1, 3, 8, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 34, 39 e 49 e **DESERTOS** os itens46 e 50. O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br, Várzea Grande - MT, 21 de outubro de 2020. **Daniela Assis Dias Bites -** Secretária de Administração.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2020 - MENOR PREÇO POR LOTE

Processo n° 686577/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de exame de média e alta complexidade em diagnóstico por imagem, na especialidade de medicina nuclear in vivo (Cintilografia), para atender as demandas dos pacientes da rede ambulatorial e hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT.A realização do certame está prevista para o **dia 10 de novembro de 2020**, **às 10h00min** – horário de Brasília. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min das 14h00min às 18hs00-min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, e gratuitamente através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 21 de outubro de 2020.Diógenes Marcondes - **Secretário de Saúde.**

PORTARIA Nº 996/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 689184/2020.

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor, **LUIS MACEDO DOS SANTOS**, matrícula 29.474, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor, o Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pelo requerente junto à iniciativa privada, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº 17024040.1.00872/20-4, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social/INSS**, relativo aos** períodos de **06.03.1985 a 12.10.1989 e 03.01.1990 a 25.01.1991**,totalizando **2. 065 (dois mil e sessenta e cinco) dias líquidos,** correspondendo a **05 (cinco) anos, 08 (oito) meses e 00 (zero) dia**,para **Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 21 de outubro de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 12/2020

Processo n° 678334/2020. Objeto**:** seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma e Ampliação da EMEB "Professora Juvenília Monteiro de Oliveira", localizada na Rua Principal, Bairro: Engordador no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 813,00m², contemplando os serviços de demolição e retiradas, terraplanagem, fundações e superestruturas, fechamentos, cobertura, pintura interna e externa, revestimentos, instalações hidrossanitária e elétricas, esquadri-

as, calçamento e a implantação do posto de transformação de 112,5kVA, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos**.** Destarte as análisese atendendo ao item 9.16 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área de Engenharia, e **DECLARA:HABILITADAS** as licitantes: **ESCAF CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 21.952.743/0001-31, **ALCANCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 00.869.073/0001-14, **FJT CONSTRUÇÕES EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 37.233.013/0001-10, **R.M ENGENHARIA EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 30.195.839/0001-93 e **TRAÇO ARQUITETURA LTDA – EPP** inscrita no CNPJ sob nº 04.553.072/0001-17.**INABILITADAS** as empresas: **AMPLA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 02.435.014/0001-63, **CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 09.488.002/0001-46, **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 18.046.443/0001-89, **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 13.147.763/0001-01; por desatendimentos ao Instrumento Convocatório.A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 11 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93.O presente documento encontra-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, Várzea Grande, 21 de outubro de 2020. **Aline Arantes Correa -** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

EXTRATO CONTRATO N. 276/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa STILUS MÁQUINAS EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 05.870.717/0001-08. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Ata de Registro de Preços n. 207/2020 do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 40/2020, bem como na proposta da contratada, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 688157/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado (tipo Split /piso teto) e cortina de ar, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do Contrato é R$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social que designa neste ato, o servidor CARLOS HENRIQUE DE ARAÚJO VEIRA, matricula n. 130473, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1624100 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 027.053.081-99.

DATA DE ASSINATURA: 19.10.2020

FLÁVIA LUIZ COELHO DE LANNES OMAR

Secretaria Municipal de Assistência Social

Contratante

STILUS MÁQUINAS EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Contratada

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

Processo nº 673018/2020. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para confecção e montagem dos carnês de IPTU em cores impressão digital com dados variáveis padrão FEBRABAN, atendendo as especificações constantes no termo de referência'. O certame foi ADJUDICADO E HOMOLOGADO em 19/10/2020, onde sagrou se vencedora do LOTE UNICO a empresa:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 253/2020

12 (doze) meses

LOTE UNICO					
GRÁFICA E EDITORA MUNDO LTDA – EPP CNPJ nº 28.419.352/0001-03					
Item	**Descrição do Produto**	**Unid. Medida**	**Qtd.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	**FORMATO CARNÊ**: Parcela Única Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 2 lâminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 90g Tipo do papel das 02 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g , papel sulfite Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). **Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande.**	UNIDADE	**2.915**	R$ 0,68	R$ 1.982,20
02	**FORMATO CARNÊ: 02 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo no máximo 04 lâminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g papel sulfite Tipo do papel das 04 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g - Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). **Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande**	UNIDADE	**11.917**	R$ 0,68	R$ 8.103,56
03	**FORMATO CARNÊ: 03 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 5 laminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g Tipo do papel das 05 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g – Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande	UNIDADE	**15.391**	R$ 0,68	R$ 10.465,88
04	**FORMATO CARNÊ: 04 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 6 laminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g Tipo do papel das 06 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g – Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande	UNIDADE	**14.174**	R$ 0,68	R$ 9.638,32
05	**FORMATO CARNÊ: 05 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 7 laminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g Tipo do papel das 07 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g – Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande	UNIDADE	**10.603**	R$0,68	R$ 7.210,04

06	**FORMATO CARNÊ: 06 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 8 lâminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g Tipo do papel das 08 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g – Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte.	UNIDADE	**9.333**	R$ 0,68	R$ 6.346,44
07	**FORMATO CARNÊ: 07 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 9 lâminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g Tipo do papel das 09 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g – Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande	UNIDADE	**8.308**	R$ 0,68	R$ 5.649,44
08	**FORMATO CARNÊ: 08 Parcelas** Tamanho do carnê: 21x10 / miolo contendo 10 lâminas. Tipo do papel da Capa e contracapa: Off-set 4x1 cores / 75g Tipo do papel das 10 lâminas internas: (miolo) Off-set / 75g – Cor da impressão da Capa e contracapa: colorido (4x1) (aberto), tamanho 21x10. Cor das folhas: branca Cor da impressão interna: Preta (1x0). Tipo cartilha, Fechamento com lombada, grampeamento e corte e inserção de encarte. Arquivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande.	UNIDADE	**30.691**	R$ 0,70	R$ 21.483,70
Valor Total **R$ 70.879,58** (setenta mil oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)					

Várzea Grande/MT, 20 de outubro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT:

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretária Municipal de Gestão Fazendária

EMPRESA VENCEDORA REGISTRADA:

GRÁFICA E EDITORA MUNDO LTDA – EPP

CNPJ nº 28.419.352/0001-03

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 074/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 074/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DA REMUNE PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMÁCIA DE ATENÇÃO BÁSICA MUNICIPAL , DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 04/11/2020.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 04/11/2020. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

AVISO DO PREGÃO N. 075/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 075/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA SERVIÇO SOCIAL PARA ATENDER PACIENTES COM DOENÇAS DE INTOLERÂNCIA, DESNUTRIÇÃO, PERDA DE MASSA MUSCULAR, E TAMBÉM PACIENTES ACOMETIDOS POR INCONTINÊNCIA URINÁRIA E ACAMADOS , DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 06/11/2020.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 06/11/2020. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 841663

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o registro de preço para futuro e eventual fornecimento de passagens rodoviárias, para atender aos pacientes que irão realizar tratamento de saúde fora do município de vila rica/MT e conforme descritos nas solicitações das secretarias de saúde e assistência social.

REALIZAÇÃO: 05/11/2020

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 21 de Outubro de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

REUNIÃO DO GRUPO GESTOR PRO FAMÍLIA

23/09/2020

Aos Vinte e três dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Vinte, através do Grupo de Whatsapp

reuniu-se os membros do grupo gestor do Programa Pro Família as oito horas da manhã para deliberar sobre o encerramento do Programa Pro Família em Vila Rica, na oportunidade a assistente social do Programa Lara de Oliveira Araujo saudou a todos, expôs que as famílias participante do Programa já não estava mais recebendo , que para o total desligamento das famílias foi realizado um questionário com o levantamento situacional das famílias para o desligamento do Programa, os relatórios situacionais de cada família devidamente preenchido foi apresentado pra eventual conferência, o Programa no projeto original garantia as famílias o repasse de cem reais por mês para aquisição de alimentos na rede credenciada no município, porem o repasse feito foi apenas de cinquenta reais, em contrapartida as famílias deveriam participar das atividades propostas a fim de superar as diversas situações de vulnerabilidade, a Secretaria de Assistência Social ofertou varias oficinas e palestras, e muitas famílias participaram das atividades, conforme relatórios e listas de presença disponíveis para conferencia, concluímos que os relatório situacional de cada família foi apresentado e esta aprovado pois condiz com a realidade do beneficiário, que algumas famílias conseguiram superar as vulnerabilidades, e outras não, e estas vão continuar sendo acompanhadas pelos Programas realizados pelo CRAS, ate que consigam superar suas demandas sociais. Não havendo nada mais a tratar encerramos a reunião às nove horas e dezesseis minutos, onde eu Lara de Oliveira Araujo redigi e subscrevi esta Ata contendo uma pagina e em anexo a lista das famílias acompanhadas pelo Programa, e segue assinada por mim, _____ e demais componentes do Comitê Gestor:

CPF	NOME	ASSINATURA
890.615.351-15	INES MULLER	
011.409.501-93	JONHNATTAN MENDES MARTINS	
970.287.031-34	JUCELIA MARIA DE OLIVEIRA	
500.182.301-30	LUCY MEIRY VINHAL BORGES	
987.551.701-10	PATRICIA APARECIDA ASSUNÇÃO DE PAULA LOPES	
929.422.103-20	ARLETE SILVA DE MORAES COSTA	
042.932.391-38	WIDBAN ALTOBELLI RESPLANDES SILVA	
026.159.741-81	NUBIA NARA DE OLIVEIRA SILVA	
	LUCIMARA DIEL MARTINI	
005.969.841-11	JOYSILENE DA SILVA COSTA MOREIRA	

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 071/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 071/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0110/2020

DISPENSA Nº 031/2020

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de sonorização, mídia, locução e iluminação para as lives culturais conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O preço global deste Contrato é de R$ 14.756,01 (quatorze mil setecentos e cinquenta e seis reais e um centavo) referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira, Opagamento será efetuado até o 5° (quinto) dia útil a assinatura do contrato por meio de transferência bancária em nome da CONTRATADA**.**

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua assinatura.

DATA: Vila Rica/MT, 21 de Outubro de 2020.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

JEZIEL SANTOS MOURA 05938779189 (31.026.392/0001-91)– Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 032/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 032/2020

PROCESSO N° 112/2020

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada na Lei 8.666/1993 artigo 24°, inciso II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, com a finalidade de contratar as empresas **L.M CUPINI COMERCIO** (09.450.774/0001-99), cujo contrato será no valor de R$ 16.563,10 (Dezesseis mil quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos) e a empresa Casa do pintor materiais para construção eirelli (13.519.978/0001-06) cujo contrato será no valor de R$ 10.365,70 (Dez mil trezentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos) ambas empresas sao especializadas em fornecer materiais elétricos para atender necessidades da Unidade Básica de Saúde V. **RATIFICO**, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da C.P.L, e Parecer Jurídico do Procurador do Município Sr. Pierre Fabrício Gouveia de Oliveira, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica / MT, 21 de Outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

GESTÃO 2017-2020

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - UCMMAT

PORTARIA 006 - UCMMAT - PRORROGAÇÃO DE MANDATO

PORTARIA Nº 006/UCMMAT/2020

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO - UCMMAT, SR. JORGE LUIZ LISBOA, no uso

de suas atribuições legais conferidas pelo Parágrafo Único do art. 22, e demais dispositivos do Estatuto da Entidade.

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 107 de 02 de julho de 2020 que alterou a data das eleições municipais, e consequentemente prorrogou o período de desincompatibilização dos membros efetivos da Diretoria Executiva da UCMMAT;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar a representatividade da Diretoria Interina, face o supramencionado, perante os órgãos de controle interno, externo, bem como, instituições financeiras;

CONSIDERANDO ainda o Parecer Jurídico n. 154/2020, exarado pela Assessoria Jurídica da UCMMAT, **RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o mandato interino do Sr. **JORGE LUIZ LISBOA**, portador do RG n. 932429 SSP/MT e do CPF n. 551.855.171-15, para exercer o cargo e Presidente da UCMMAT até a data de 03 de março de 2021.

Art. 2º – Prorrogar o mandato interino da Sra. **DELIS DE MELO ORTIZ**, portadora do RG n. 1980434-2 SSP/MT e do CPF n. 053.292.771-08 para exercer o cargo de Tesoureira da UCMMAT, até a data de 03 de março de 2021.

Art. 3º - Que seja expedido novo Termo de Posse dos membros constantes nos artigos 1º e 2º desta Portaria, com vigência a partir de 01/11/2020 e término em 03/03/2021

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

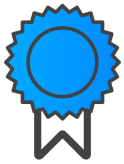
Cumpra-se e publique-se.

Cuiabá/MT, 21 de outubro de 2020.

JORGE LUIZ LISBOA

PRESIDENTE INTERINO DA UCMMAT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Oct 21 22:31:23 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)